

cadernos do

terceiro mundo 50

EDIÇÃO ESPECIAL

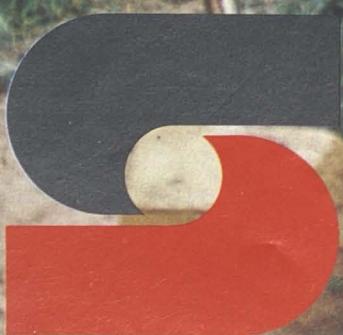
**Colectânea de
reportagens históricas**

**PORTUGAL/AFRICA:
Que cooperação?**



*- nosso petróleo
onde
é necessário...*

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Uma edição restrospectiva

Assinalando o número 50 da edição portuguesa de «cadernos», oferecemos aos nossos leitores uma retrospectiva em resumo de algumas das matérias — fundamentalmente entrevistas com líderes políticos — que na nossa opinião ilustram a intervenção de «cadernos» na luta por uma Nova Ordem Informativa Internacional desde a sua criação em Buenos Aires, há nove anos. Decidimos inserir também nas últimas páginas desta edição um índice remissivo de todos os textos publicados ao longo dos cinco anos de existência da edição portuguesa o que pensamos constituir um útil elemento de consulta à disposição dos leitores.

No editorial, o nosso director e um dos iniciadores do projecto, Neiva Moreira, relata como nasceram os «cadernos», da batalha que tivemos de travar — e que continuamos a travar — além de explicar aquilo que nos moveu (move) quando nos lançámos na realização deste projecto informativo dirigido ao Terceiro Mundo.

É assim que não pudemos deixar de sentir uma certa satisfação ao perceber, hoje, quanto crescemos, quanto lutámos e quanto temos ainda de crescer e lutar.

Sabemos que essa satisfação é compartilhada por todos os companheiros que, no México, no Brasil, no Peru, em Angola e Moçambique, trabalham na realização deste nosso projecto.

Este número inclui ainda um extenso «dossier» virado para alguns dos aspectos mais salientes que envolvem a cooperação de Portugal com os países africanos de língua oficial portuguesa.

Alguns dos autores desses textos tiveram, e em três ou quatro casos exercem ainda, papel preponderante nessas relações de cooperação que, a fazer fé em incessantes declarações de dirigentes dos seis países, se quer cada vez mais alargada e dinâmica.

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Ltd.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.^o
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador

Ernesto Pádua

Redacção

Baptista da Silva

Carlos Pinto Santos

Alice Nicolau

Paginação

Helena Salvador

José Santa-Bárbara

Revisão

Estevam Reis

Documentação e Arquivo

Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Composição e Impressão

Renascença Gráfica e Gráfica Europam, Ltd.

Distribuição

CDL, Central Distribuidora SARL

Representantes

Angola

Luis Henriquez, C.P. 3593, Luanda

Moçambique

Elevaldo Hipólito e João Escadinha

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Director Administrativo

Altair L. Campos

Secretário de Redacção

José C. Godim

Arte

Samara (editor)

Sonia Freitas

Revisão

Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo

Lídia Freitas

Eunice H. Senna

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas

Homero Souza

Iára Chagas

Divulgação

Henrique Menezes

Representantes

Clóvis Sena (Brasil)

Paulo Cannabarrava Filho (São Paulo)

Caixa Postal 60086 – CEP 05033

Beatriz Schiller (Estados Unidos)

18 East, 18th Street ap. 3E

Nova York – NY 10003

Tels: (212) – 691-9142/929-5783

Fotolito e Imprensa

Ébano Gráfica e Editora Ltda.

Rua do Senado, 349

Tels: 250-2505/232-0123

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 – grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR

CEP20-241 – Rio de Janeiro – RJ

Registo no Júnto Comercial do Estado

do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291

C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registo no INPI n.º 013.539

Registo no SCDPSR/DPF

n.º 2.195 – P. 209/73

Edições em espanhol

**MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBES**

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c.

calle California, 98A – Coyoacán

México, 21 DF – telefone: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal 20.572

México, 20, DF

**BOLÍVIA – CHILE – COLÔMBIA
EQUADOR – PERU – VENEZUELA**

(Edição andina)

Publicada por DESCOP: centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru – Telefone 724-712

Edições em inglês

**ESTADOS UNIDOS – CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESNA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 b– México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOLA** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFA** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Livreia UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rue Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia.

CANADA: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room, 180 Block St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica, Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdoba 601 y Mendubio, Guayaquil – RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205. Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primeira Calle Poniente 1030, San Salvador – El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois – New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 – Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 – Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St. New York, N.Y. 10025 – Tom Moore Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA – Red and Black, 4736 University Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÄ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma – Feltrinelli, Via di Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma – Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma – Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Exponentes y Voceadores de Peródico, Humboldt N.º 47, México 1, D.F. – Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. – Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. – Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Bribiescas Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Óscar Pérez Cassas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANÂMBA:** Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq, Ave Gonzalez, Rio Piedras – Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sanchez Ramirez 41, Santo Domingo – DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jéringstr 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

4 Editorial

- 1974 7 Bolívia: Sem gás, nem pátria. *Marcelo Quiroga Santa Cruz*
- 1975 9 Chile: Porque morreu o general Pratts?. *Pablo Piacentini*
12 Agostinho Neto: «Não aceitaremos nenhum tipo de colonialismo». *Neiva Moreira*
15 Samora Machel: «O imperialismo está a ser estrangulado»
17 Julius Nyerere: «Devemos entender as causas do subdesenvolvimento»
- 1976 20 Os que não cumpriram as promessas, trechos de entrevistas com Morales Bermudez e Siad Barre
- 1977 22 Cuba: O poder popular. *Daniel W. Shinca*
- 1978 25 A estratégia imperialista no sudeste asiático, entrevista com Malcolm Caldwell. *Roberto Remo*
- 1979 27 Salvador Allende: «Conheço a morte e amo a vida». *Roberto Rossolini*
29 Saddam Hussein: A unidade dos povos em luta
31 Albert René: Um socialismo com projecto próprio, *Beatriz Bissio*
- 1980 33 Yasser Arafat: «A história nunca mente»
35 Vasco Gonçalves: O 25 de Abril seis anos depois. *Carlos Pinto Santos*
38 José Eduardo dos Santos: Por uma África livre. *Altair L. Campos*
40 Torrijos: «A revolução da Nicarágua é um exemplo»
- 1981 42 Nino Vieira: O rescaldo do 14 de Novembro
- 1982 44 Ramalho Eanes: Intensificar a cooperação com a África, *Baptista da Silva*
46 Jerry Rawlings: «Estamos para ficar!», *Alberto B. Marianoni*
48 Pinto da Costa: Realizar o possível

Portugal/Afárica: Que cooperação?

- 52 Da descolonização à solidariedade. *António Rosa Coutinho*
57 Reflexões sobre cooperação técnica. *Sérgio Ribeiro*
62 Por um correcto relacionamento. *Luis Moita*
67 Formação profissional, questão central da cooperação. *Octávio de Matos*
71 Prosseguir o diálogo. *Guilherme Belo Marques*
73 Cooperação da Gulbenkian tem áreas definidas. *Natal Vaz*
75 A experiência de uma realidade diferente. *Francisco Teixeira da Mota*
79 Bolseiros africanos em Portugal. *Afonso Melo*

Cultura

- 87 A literatura de corde. *Joseph M. Luyent*

Índice remissivo

- 97 50 números publicados



Os primeiros cinquenta números

ENTRÉ 5 e 9 de Setembro de 1973 reuniu-se em Argel a Quarta Conferência dos Países Não-Alinhados, com a presença de uma centena de delegações, representando mais de metade da humanidade. Para cobrir esse imenso acontecimento, eramos mais de 1400 jornalistas, circulando pelos corredores e os gabinetes do Palácio das Nações, a uns vinte quilómetros da capital argelina. Fui enviado de Montevidéu, como correspondente do diário oposicionista *Ahora* («Agora»), onde trabalhava. Na reunião, encontrei outros brasileiros, também exilados, como Paulo Cannabrava Filho, do diário *Expresso*, de Lima, e João Quartim, de *Afrique & Asie*, de Paris. A cimeira (este termo é mais usado em Portugal e África) de Argel foi de transcendente importância para o Movimento, ainda mais pela circunstância de que a crise do Chile, com o assassinato do presidente Allende, ocorreu quando a Conferência se realizava.

Poucos dias depois, os egípcios, apoiados por outros exércitos árabes, atravessavam o Canal de Suez, quebrando o mito da invencibilidade de Israel. Apesar da discrição com que os árabes manejam os seus assuntos, era sensível, naqueles dias, que algo germinava no Mundo Árabe. Sentia-se também, mesmo com as cautelas tomadas, que um facto importante estava a ser articulado em Argel com relação à guerra na Guiné-Bissau. De facto, iria ocorrer poucos dias depois, a 24 de Setembro, nas florestas de Medina do Boé e zona libertada do país, então em guerra, a proclamação da independência dessa ex-colónia portuguesa. Muitos convidados ao acto histórico saíram directamente de Argel para aquela região. A conferência foi das mais importantes e, em certo sentido, marcou a consolidação institucional do Movimento dos Não-Alinhados. Apesar disso, era frustrante a cobertura das agências internacionais mais poderosas – *United Press*, *Associated Press*, *Reuters* e *France Press* – e dos grandes diários do mundo capitalista. Os seus editores preocupavam-se mais com os turbantes dos árabes e a escassez das sanduíches nos bares do

Palácio das Nações do que com os fundamentais temas e deliberações do plenário. Quando, de volta ao Prata, passei pela Europa, verifiquei que muitas pessoas, desinformadas pelos meios de comunicação de massa, sabiam mais das discrepâncias entre Fidel e Kadhafi, das medidas para proteger a vida do rei de Marrocos ou de aspectos anedóticos do grande concelho, do que da Conferência em si mesma. Sem falar da América Latina, onde o campo informativo era ainda mais restrito e as notícias mais deturpadas. Já em Argel, havia conversado com jornalistas africanos, árabes e asiáticos sobre essa situação. Discutimos, fundamentalmente, a nossa apatia – dos profissionais da comunicação – frente ao desafio de articular meios para oferecer aos nossos povos uma informação alternativa que fosse verdadeira e credível.

Ao regressar à América Latina, verifiquei que a ditadura uruguaya já não permitia qualquer actividade jornalística independente, de cunho progressista. Permaneci, assim, em Buenos Aires, onde durante um ano colaborei em jornais e revistas populares, principalmente no diário *Notícias*.

Nesse matutino de grande tiragem encontrei Pablo Piacentini, seu director de informação internacional e um excelente jornalista. Foi fácil descobrir que Pablo «curtia» um projecto semelhante ao nosso e decidimos, assim, actuar em conjunto. Duas colegas se juntaram à nossa «empresa»: a uruguaya Beatriz Bissio, que trocará a engenharia química pelo jornalismo e se especializara na problemática do Terceiro Mundo, e a argentina Júlia Constenla.

Lançámos *Terceiro Mundo* em Setembro de 1974, em Buenos Aires. Dirigentes operários, embaixadores, intelectuais, jornalistas, políticos, deram o seu apoio àquela aventura quixotesca de um pequeno grupo de jornalistas que pretendia enfrentar, com uma publicação alternativa, o poder das multinacionais da comunicação.

A nossa presença na Argentina foi, no entanto, curta. No Brasil, diz-se que alegria de pobre dura pouco. A ditadura endureceu a sua repressão.

Cinco anos de publicações

Uma análise do convénio de venda de gás boliviano ao Brasil, feita por um antigo ministro do Petróleo.

Pablo e Constenla foram forçados a deixar Buenos Aires e, depois deles, não tardou que chegasse a nossa vez, sob a incómoda mira das metralhadoras.

Desde Fevereiro de 1977 estivemos no México, onde até 1980 funcionou a edição básica da revista. Ali, já alcançámos o número 58 (a partir do nono de Buenos Aires) e desse país acolhedor e sensível às causas progressistas lançámos três edições internacionais: em português, publicada em Lisboa, a edição em inglês, feita no México e a segunda no idioma espanhol que, a partir de Lima, cobre países do Pacto Andino. Em conjunto, a revista circula em toda a América Latina.

Cadernos foi um êxito em Portugal, alcançando tiragens recordes nos países africanos que falam o nosso idioma: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. O nosso objectivo, além da luta comum que nos irmana com esses países, é estabelecer entre nós, de um lado e outro do Atlântico, novos vínculos de unidade.

Naturalmente que não é a unidade colonial nem a neocolonial, mas aquela que resulta do conhecimento mútuo, da defesa dos valores culturais comuns, mas, sobretudo, da identidade de aspirações e dos propósitos dos nossos povos de transformar sociedades herdadas ou ainda dominadas pelo sistema capitalista.

Globalmente, com a edição no Brasil, iniciada em Junho de 1980 com o número 24 da edição publicada em Lisboa, atingimos mais de 100 mil exemplares, circulando – comercialmente ou por assinatura – em 68 países. É importante assinalar o carácter totalmente independente do nosso projecto editorial. Não estamos submetidos a governos, partidos, grupos ou entidades nacionais ou internacionais. Os nossos aliados são aqueles que lutam pela emancipação dos povos, por uma sociedade sem opressores e que enfrentam e resistem ao imperialismo, cuja vanguarda operacional, as empresas multinacionais, são bem conhecidas não só no Brasil, como em todo o Terceiro Mundo. Os nossos adversários, estejam em qualquer partido, grupo ou associação, seja qual for a sua cor, condição social ou religião, são

os que servem esse sistema e, portanto, se opõem ao desenvolvimento independente a que aspiramos e a uma transformação das estruturas injustas que o capitalismo criou e agora explora. No caso brasileiro, como no de qualquer outro país do Terceiro Mundo, esperamos ter liberdade de discordar e de aplaudir. Discordar, por exemplo, do apoio que as multinacionais encontram no regime e aplaudir, se for o caso, um voto que, na ONU, apoie a independência da República Saraúi ou a evacuação dos territórios palestinos ocupados por Israel.

Nesse contexto, esperamos sobreviver às dificuldades e avançar. Seria gratificante se pudéssemos atrair a atenção dos jovens para o grande debate dos nossos dias, em torno de uma Nova Ordem Internacional da Informação. Trocado por miudos, isso não é outra coisa senão a própria comunicação alternativa. No Brasil, diríamos que é o caminho que o notável esforço da Imprensa alternativa está abrindo, não sem dificuldades e riscos.

Quando analisamos o panorama dos nossos dias, não temos dúvidas de que a proposta das forças progressistas é melhor e tem a seu favor o futuro. É mais atractiva e desperta muito apoio. Está, no entanto, bloqueada, perdendo a batalha da comunicação. E esse é, sobretudo, para os que trabalham nessa área, o grande desafio da nossa época.

No que nos concerne, vamos continuar dando a nossa colaboração ao esforço que, em muitos países de todos os continentes, outras pessoas realizam em favor de uma informação séria e oportuna. Esse trabalho de tantos será o grande instrumento criador de uma consciência contra todo o tipo de opressão e em favor da transformação, para melhor, do mundo em que vivemos. Vamos lutar para que os próximos 50 números cumpram ainda com maior eficiência a tarefa até aqui realizada.

Neiva Moreira

Cinco anos de publicação



A political cartoon by Heriberto Bautista depicting Ronald Reagan as a caricatured cowboy. He has a very large, bulbous nose, a prominent chin, and a wide, toothy grin. He wears a dark cowboy hat with a feather and a patterned scarf around his neck. He is shown from the chest up, holding a lit cigarette in his right hand. The background is dark and textured.



The image shows the front cover of a magazine titled "OS CUBANOS EM ÁFRICA". The title is written in large, bold, black letters across the center. Above the title, there is a black and white photograph of a woman with short hair and a child. Below the title, there is another smaller photograph showing a group of people, possibly a family, standing outdoors.



Sem gás, nem pátria

Uma análise do convénio de venda de gás boliviano ao Brasil, feita por um antigo ministro do Petróleo, jornalista e dirigente máximo do Partido Socialista da Bolívia, assassinado em La Paz a 17 de Junho de 1980, durante o golpe de Estado de García Meza. Marcelo Quiroga de Santa Cruz foi um colaborador e amigo permanente de cadernos do terceiro mundo

Marcelo Quiroga Santa Cruz

DAQUI a uma década, se não intensificarmos a exploração (de hidrocarbonetos) podemos ficar com o petróleo — debaixo da terra. Isso não deverá acontecer no nosso país». O autor desta surpreendente e inquietante advertência ou, melhor dizendo, desta palavrão-de-ordem de esvaziar de hidrocarbonetos o subsolo boliviano, é o gerente da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). Após esse prazo, segundo ele, a energia atómica fará com que os nossos hidrocarbonetos se tornem inúteis. De forma que, daqui a dez anos, o carvão e o petróleo que os brasileiros e os argentinos estão empenhados em comprar, carecerá de utilidade para todos. E os brasileiros e os argentinos não sabiam disso.

Três meses depois, e apenas dois dias antes de formalizar com o seu colega Geisel o convénio da venda de gás, Bánzer, contagiado por essa pressa em liquidar as nossas reservas de hidrocarbonetos, adverte solenemente: «As nações industrializadas estão a dedicar recursos e esforços consideráveis visando encontrar substitutos dos hidrocarbonetos. No momento em que esses esforços se tornarem concretos... os nossos recursos naturais transformar-se-ão na denúncia da inépcia.»

Graças a esse conhecimento que os presidentes dos países semicoloniais adquirem no seu relacionamento confidencial com os executivos das empresas petrolíferas ou minerais norte-americanas, Bánzer identificou o perigo que nos

ameça, indicando-nos a forma de evitá-lo: é preciso dar de presente os nossos hidrocarbonetos que se encontram em vésperas de perder todo o valor ou, amanhã, chamam-nos tolos.

E esta lúcida advertência permite-nos dar agora uma olhadela ao que está a acontecer em torno de nós.

Perspectivas futuras

A procura total de energia no mundo aumenta a um ritmo anual de 5%. Mas por volta do ano 2000 a população mundial terá duplicado, e a procura de energia, nessa mesma data, terá triplicado, tanto pelo incremento demográfico como pelo aumento do consumo por habitante. As necessidades totais do mundo duplicam em cada 15 anos, embora a procura de energia, com fins especificamente industriais, duplique em cada dez anos. Os países em desenvolvimento, terão a sua procura multiplicada por 8,5 entre 1970 e o ano 2000. Todas as reservas de gás do mundo poderiam esgotar-se em 1994, apenas alguns dias antes da caducidade do contrato de venda de gás ao Brasil.

Noutras latitudes, onde os povos não dispõem de governantes tão sábios e prudentes como os nossos, a maior preocupação é não se desfazerem, apressadamente e de qualquer modo, dos hidrocarbonetos que possuem, mas regularmente a sua exploração para conservá-los o maior tempo possível. É o caso do Médio Oriente, por exemplo, onde esse



Marcelo Quiroga Santa Cruz

imenso mar de petróleo subjacente — que compensa com vantagem a infertilidade do solo — esgotar-se-á por volta do ano de 1995. Ou o que nos mostra a Venezuela, país que apesar de contar uma das mais importantes reservas do mundo, o que lhe permite ocupar o terceiro lugar entre os exportadores de petróleo (aproximadamente 3,3 milhões de barris diários) resolveu, em Abril deste ano, reduzir em 5% a sua produção de petróleo bruto.

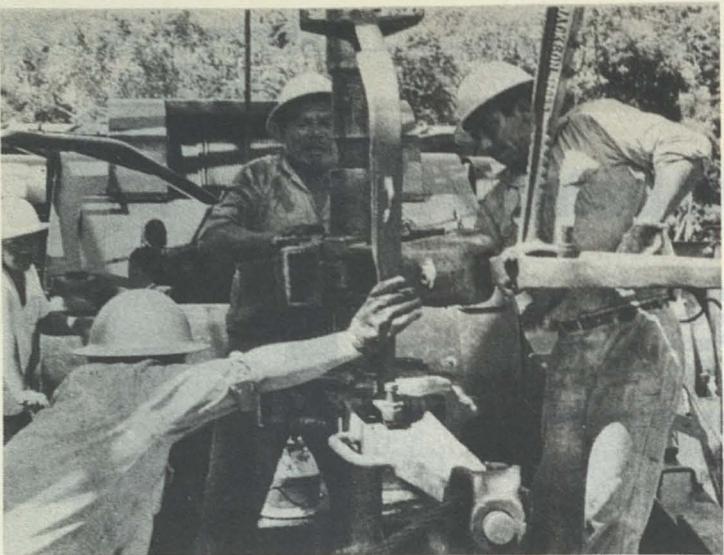
Vejamos o que acontece no continente americano. Em 1972, os Estados Unidos consumiam 16 milhões de barris diários de petróleo e produziam somente 10 milhões. Em 1980, produzirão 11 milhões, mas o seu consumo terá crescido para 24 milhões. O seu défice, portanto, já não será de seis milhões de barris diários, mas de 13 milhões. A Europa não terá melhor futuro. Consumia, em 1972, 12 milhões de barris diários e, em 1980, precisará de 24 milhões. Em conjunto, as nações-membros da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico — as nações da Europa Ocidental, mais o Canadá, o Japão e os Estados Unidos) precisarão de mais 25 milhões de barris diários e o seu défice atingirá 20 milhões de barris por dia.

Qual é, pois, a incidência do petróleo e do gás no conjunto dos recursos energéticos? 75% da energia consumida no mundo provém desses dois hidrocarbonetos. No caso da Europa Ocidental, a percentagem eleva-se a 91,3%. Noutros

Uma informação fraudulenta

O carácter mentiroso da informação oficial observa-se, desde o início, pelo emprego de uma fraseologia cínica visando a desorientação. Como a verdadeira finalidade da «revelação» não é esclarecer mas confundir, a gerência da YPFB sustenta que a reserva total de gás na Bolívia, em 1974, é de «133 biliões de metros cúbicos». Qual é o sentido de uma denominação comprensível para os norte-americanos mas absolutamente estranha para os trabalhadores bolivianos? Por que empregar uma medida aritmética familiar ao nosso povo se com essa outra, alheia, se consegue, não só satisfazer a invariável vocação estrangeirante dos «nacionalistas», mas também deixar a impressão de que essas reservas seriam muito maiores do que aquelas que eles próprios apresentam como verdadeiras? Os biliões norteamericanos são, na realidade, nada mais que os milhões bolivianos.

Bánzer, nas vésperas da assinatura do Convénio da venda de gás, afirma que as necessidades daquele hidrocarboneto «estão garantidas por 20 anos mais, sem contar com as descobertas que serão feitas, certamente, como consequência da intensa actividade de exploração que realizam actualmente... as empresas privadas com as quais últimamente se subscreveram contratos». É o reconhecimento obrigatório — mas também uma tentativa inútil de rectificação — de outra declaração, a do gerente da YPFB, que admite que «dentro das previsões racionais sobre investimentos e descobertas, haverá em 1984 reservas para 20 anos mais». Dessa forma, as reservas com que o governo conta são precisamente as que o país não tem agora, mas aquelas que deveriam descobrir algum dia as companhias privadas estrangeiras, em relação às quais o sr. Bánzer foi pródigo e distribuiu alguns milhares de hectares subtraídos à reserva fiscal. Para falar de outra maneira, utilizando um exemplo adequado à nossa tradição mineira nacional, o compromisso contraído pelo governo de Bánzer com o Brasil, é igual àquele que contraria um mineiro malandro que assinasse um contrato de venda de cem toneladas de antimónio, sem possuí-las, mas confiado em que, antes do vencimento do prazo de entrega, a boa sorte lhe daria a satisfação de descobrir um filão desse minério. □



Gás boliviano: um produto ultrapassado pelas novas fontes de energia?

termos: tanto o mundo industrializado como aquele em vias de industrialização empregam os hidrocarbonetos como fonte fundamental de energia e estes, ao ritmo do crescimento do consumo, esgotarão as suas reservas conhecidas antes ou por volta do ano 2000. Um prazo semelhante à vigência do convénio da venda de gás ao Brasil.

Enfim, as fontes de pesquisa e informação como o Ministério de Desenvolvimento Industrial e Científico da França, o Relatório Anual do Clube de Roma, ou o Anuário Estatístico dos Estados Unidos e a CEPAL ou, finalmente, o próprio subsecretário de Estado dos Estados Unidos, em representação da OCDE, parecem introduzir uma irresponsável dúvida sobre as profecias de Bánzer e dos seus oráculos. Dúvida compartilhada pelo povo da Bolívia, sem que para isso seja necessária uma informação estatística fidedigna. Há muito tempo que os antecessores políticos de Bánzer, com ou sem uniforme, disfarçam com esses inquietantes vaticínios a desnacionalização da Bolívia. Não tentaram por acaso convencer-nos da inviabilidade da metalmurgia do estanho no nosso território? Ou da iminência da descoberta dos substitutos do zinco que transformaria o estanho em algo tão antiquado como aquilo em que se transformaria amanhã o gás natural e o petróleo?

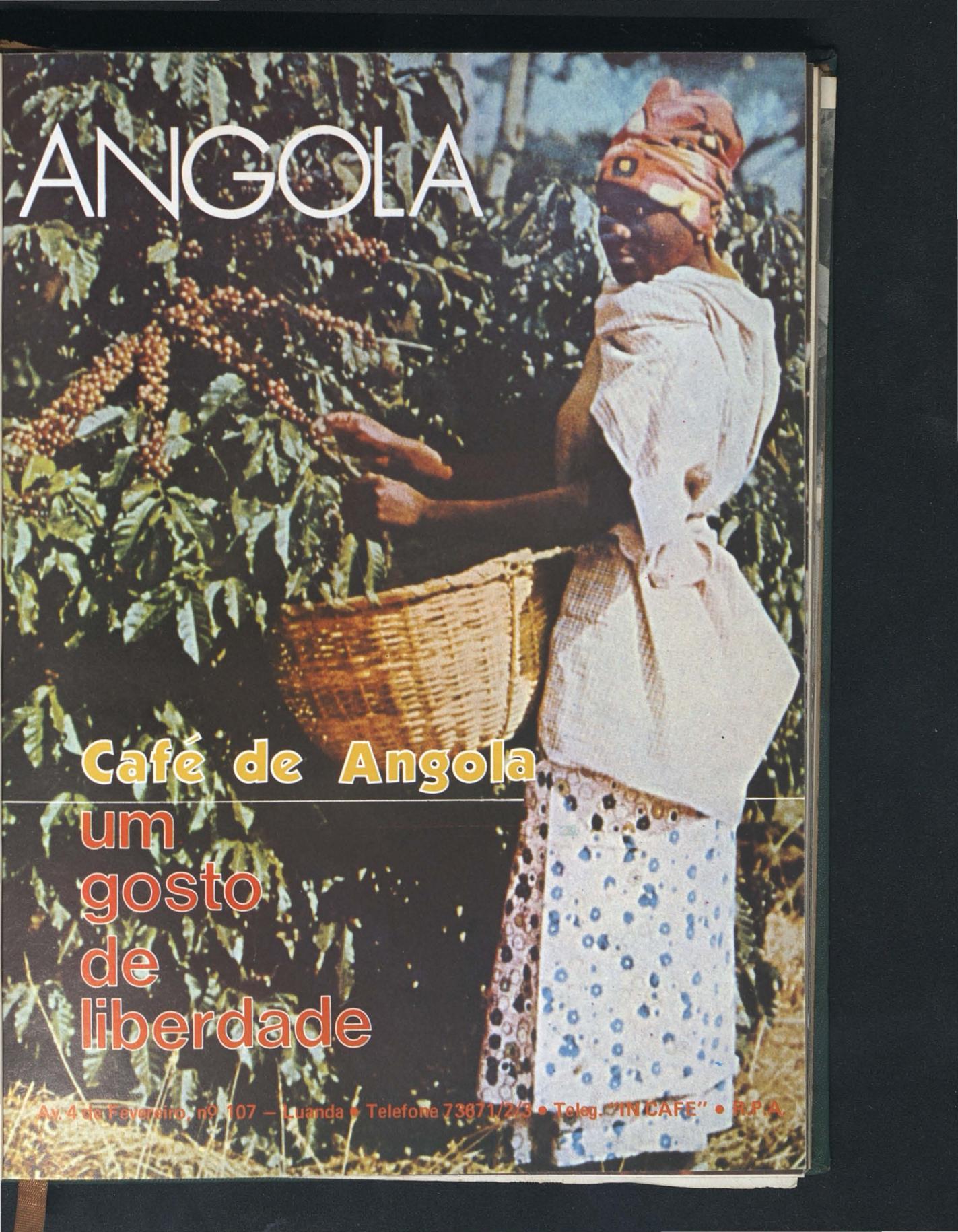
Restabelecer a verdade

As riquezas naturais que fazem parte do património económico dos bolivianos devem ser ignoradas pelos próprios bolivianos. Esta é a convicção da ditadura encabeçada por Bánzer. Tomando ao pé-da-letra o facto de que as forças armadas são a instituição tutelar da pátria, a ditadura e os seus funcionários assumem, em relação ao deserdado proprietário das riquezas alienadas em benefício do Brasil, a atitude de um tutor que trata um menor de idade — e, além do mais, interditado — como um irremediável deficiente mental.

Quando a comissão negociadora do acordo regressou de Brasília, após subscrever a Acta de Cooperação, e teve de enfrentar os jornalistas, os representantes da YPFB recusaram-se a responder se o gás seria suficiente para as necessidades do país, argumentando que a soma das reservas é uma informação confidencial, segundo consta na imprensa.

Quase cinco meses depois, pressionada pela opinião pública, a gerência da YPFB resolveu revelar o volume das nossas reservas de gás. «perante a preocupação expressa por alguns sectores e para que, definitivamente, o povo tenha uma ideia concreta das reservas». Analisemos essas «revelações» para restabelecermos a verdade.

ANGOLA

A color photograph showing a woman from the side and back, wearing a red patterned headwrap and a light-colored dress with blue spots. She is standing in a field of coffee plants, reaching up to pick ripe coffee beans from a bush. A large woven basket is slung over her shoulder, filled with harvested beans.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

caixa postal 163 telex 6-530 e/ou 6-409 pesca mo maputo moçambique

EXPORTAÇÃO DE CAMARÃO LAGOSTA HOLOTÚRIA
CARANGUEJO LAGOSTIM POLVO LULAS AMEIXOA
OSTRAS MEXILHÃO CONCHAS BÚZIOS ALGAS

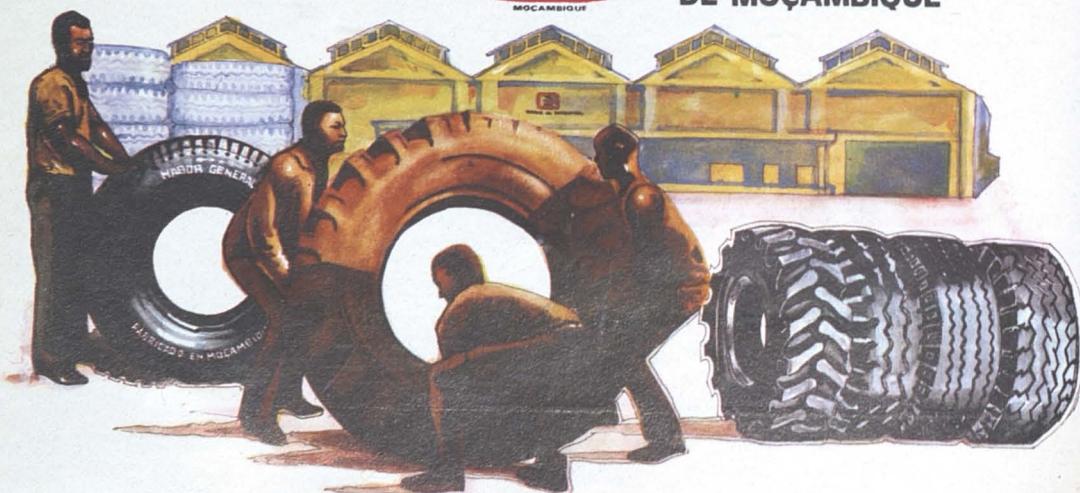


REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

UMA INDÚSTRIA DE PNEUS.



AO SERVIÇO
DO DESENVOLVIMENTO
DE MOÇAMBIQUE



Caixa Postal 2241 Telex Mabor Mo 6488 Maputo Mocambique

Porque morreu o general Pratts?

O papel dos generais chilenos constitucionalistas na defesa do governo da Unidade Popular encabeçado por Salvador Allende, morto no golpe de 1973

Pablo Piacentini

O nosso editor internacional, Pablo Piacentini, conheceu o general Pratts quando ele era comandante do exército do Chile. Daí nasceu uma amizade que chegou a ser muito estreita e assídua durante o ano em que o general Pratts passou em Buenos Aires, onde foi assassinado.

Estas referências de ordem pessoal são, neste caso, necessárias para revelar o fundamento das informações proporcionadas pelo autor.

A neutralidade política do exército chileno, quase ininterrupta durante a vida republicana até ao golpe militar de 11 de Setembro de 1973, foi a condição, tanto para a sustentação da democracia liberal como para o seu posterior desenvolvimento histórico. Este último pôs à prova as instituições liberais e acabou por rompê-las, quando o crescimento da esquerda chilena a conduziu ao poder, a 4 de Setembro de 1970, apresentando um desafio inédito: a via pacífica para o socialismo.

É perfeitamente válido que os analistas procurem compreender essa ruptura; se ela era inevitável por causa da contradição básica que implicaria a falência das instituições liberais, incapazes de consolidar o caminho para o socialismo ou, então, se o desastre pôde ser evitado ou adiado por terem os responsáveis (o presidente, as cúpulas dos partidos da Unidade Popular-UP, os chefes da esquerda, os líderes sindicais) assumido condutas mais acertadas.



Carlos Pratts

É evidente que, em maior ou menor medida, as causas desse resultado foram a contradição aludida e os desacertos dos responsáveis, e, no plano oposto, o desafio da oposição económica e política, assim como (de um ângulo encoberto mas não menos eficiente) dos comandos da dominação imperialista localizados no Departamento de Estado norte-americano, no Pentágono, na CIA e nas corporações transnacionais de origem norte-americana.

A qualidade desse antagonismo, total e decisivo, colocou a maior responsabilidade nas mãos das Forças Armadas chilenas: elas foram, exactamente, o fiel da balança. A sorte das instituições dependeria da sua tendência. Num contexto em que o Poder Executivo, que representava 36 % dos votos, estava na mão da esquerda enquanto que a oposição de centro-direita controlava o Poder Judicial e o Congresso, o novo período iniciou-se em Novembro de 1970 com um virtual empate institucional.

A esquerda liderava os trabalhadores organizados. A indústria e o comércio estavam controlados pela direita. As classes médias dividiam-se entre uma possível neutralidade e uma rejeição prévia e concreta à proposta da Unidade Popular (UP), representando esta última a ampla maioria do sector.

Pressões golpistas

A situação de empate, que ameaçava obstruir o desenvolvimento da vida política chilena, colocou as forças armadas no apogeu. E, desde o início, isto é,

desde que foi conhecido o resultado eleitoral que deu a Salvador Allende e à UP a maioria relativa, o dilema agitou o corpo militar.

Na mesma noite da vitória de Allende, o general Camilo Valenzuela, chefe da divisão do exército com sede em Santiago e chefe do comando da capital, começou a movimentar-se para promover uma viragem, porém sem sucesso. Logo depois, os direitistas e os centristas, que já haviam optado pelo rompimento, resolveram bater às portas dos quartéis. Chegaram, evidentemente, a pressionar o então chefe do exército, o general René Schneider. À medida que passavam os dias e não se produzia o golpe, os militares recebiam infamantes apelos e cartas que coincidiam em acusá-los de falta de virilidade, por não intervirem, por não usarem as armas e a violência para roubar a vitória do povo.

E passaram-se mais dias. Schneider rebateu as acusações com palavras claras. Roberto Viaux, um general reformado de notórios antecedentes golpistas, organizou um comando terrorista integrado por activistas da ultradireita. O objectivo era sequestrar o comandante e obrigar o Congresso — reunido em plenário para ratificar a eleição de Allende — a designar como presidente o líder da direita, Jorge Alessandri, segundo colocado no pleito.

Schneider resistiu ao sequestro e foi assassinado; Allende foi eleito pelo Congresso. Carlos Pratts, segundo na hierarquia do exército, ocupou o comando na chefia dessa arma na qual foi, posteriormente, ratificado por Allende.

A linha legalista

A tradição legalista dos militares do Chile inspirava a neutralidade política imposta por Schneider e Pratts. Era uma tradição inerte, formal. Boa para suportar os choques dentro do sistema, mas frágil para se aguentar diante do novo conflito. E foi por isso que a decisão de Schneider e de Pratts de manterem uma linha legalista, significou, a partir de 4 de Setembro, a regência de uma verticalidade que dependia, basicamente, da figura do comandante-em-chefe.

Assim como as intentonas de Valenzuela e Vial se verificaram antes da posse de Allende, no novo período coube a Pratts sufocar as sucessivas conspirações: o coronel Alberto Labbé, o general Alfredo Canales e os promotores do levantamento de blindados em Santiago (*tancazo* em Junho de 1973), foram os cabeças mais notórios.

A linha legalista encabeçada por Pratts continha diversas hipóteses. Em primeiro lugar, a profunda convicção de que a conduta correcta dos militares não podia ser outra senão a de cumprir as funções específicas e respeitar a vontade política do povo. Depois, compartilhar a ideia de que o Chile exigia profundas transformações, o que não implicava — como era no caso de Pratts — identificar-se com a doutrina e a estratégia da esquerda governante.

A viabilidade dessa linha também exigia a existência de uma corrente militar legalista com a capacidade de impor, nos diversos comandos do país, a verticalidade determinada pelo comandante. Essa corrente, como já vimos, existiu sempre no Chile, embora fosse diminuindo à medida que o conflito se acentuava e o grosso da oficialidade aderiu, como o resto da classe média, ao golpismo da ultradireita.

Destino de classe

A relação entre a ala legalista e a golpista, e a história da viragem da grande maioria dos generais e oficiais para o pronunciamento, é a crónica do governo da UP. A oficialidade, passo a passo, deixou cair as suas honradas tradições e seguiu o seu destino de classe. Exasperada, assim como o conjunto da pequena burguesia, foi manipulada à vontade pelo imperialismo norte-americano e pela direita chilena. Observando retrospectivamente os quase três anos do governo de Allende, verifica-se como foi difícil conseguir que a neutralidade armada tivesse sido preservada durante tanto tempo, e que tenha podido enfrentar tantas conspirações. Mas isso explica também a importância que foi obtendo, nesse processo, a figura de Pratts, o obstáculo com que os conspiradores tinham sempre de se confrontar.

Apesar dos pronunciamentos do Congresso, que incitaram as forças armadas a desestabilizarem o Executivo, Pratts enquadrou o exército na posição marcada pela Constituição, elaborando, para fundamentar esse comportamento, um documento de grande valor, que desmontou, um por um, os argumentos e acusações do chefe da democracia-cristã, senador Patrício Aylwin.

Mas o limite da posição de Pratts foi marcado por factos alheios à sua vontade. Já a partir de Março de 1973, depois de a UP ter aumentado a sua votação, acabando com as ilusões do centro-direita, que almejavam após as eleições daquele mês controlar dois terços do Senado e derrubar o presidente através de um golpe legal e parlamentar, a correlação de forças no campo militar era francamente adversa à coligação de esquerda.

O medo da guerra

Foi nessa altura que os conspiradores militares planearam uma estratégia curiosa, inspirada no medo. Isto é, no medo de que a ala minoritária legalista, diante da irrupção armada dos conspiradores, se lançassem na resistência, coincidindo com as greves e a mobilização activa dos trabalhadores organizados e dos partidos de esquerda, obrigando os golpistas a lutarem sem a certeza de ganhar. Esse temor resumia-se em duas palavras: guerra civil.

O medo de uma luta incerta dissuadiu a escolha de um confrontamento frontal e inspirou uma estratégia visando várias metas: 1) facilitar, por omissão ou cumplicidade directa, o caos político articulado pela ultradireita; 2) a mesma coisa no que diz respeito à sabotagem económica; 3) a agressão permanente à esquerda organizada, chegando à invasão de fábricas nacionalizadas; 4) o isolamento de Pratts e dos legalistas, incluindo uma campanha de difamação

centralizada no comandante.

Apenas o Corpo de Carabineiros e a Polícia (investigações) agiram contra a ultradireita e, em algumas ocasiões, conseguiram prender alguns activistas. As Forças Armadas só puniram os esquerdistas, cumprindo outra tarefa pre-paratória do golpe: desarmar os trabalhadores, intimidá-los, criar na tropa o hábito da repressão, experimentar a eficiácia dos próprios contingentes na emergência golpista.

Por último, a estratégia do medo que impediu que os generais fizessem uma colocação directa, provocou uma manifestação de mulheres em frente à casa de Pratts; entre elas encontravam-se as mulheres de vários generais e oficiais de alta patente. A junta de generais reuniu-se na manhã seguinte.

Pratts em minoria

O comandante qualificou o facto como da maior gravidade. Obteve a adesão de três dos seus pares legalistas e o silêncio dos restantes. Declarou que, para permanecer no comando, exigiria uma condenação expressa da junta de generais, o que lhe permitiria agir em consequência. O silêncio tornou a prever-lhe.

Pratts ficou em minoria. Entrevistou-se com Allende. Disse-lhe que para continuar no comando seria obrigado a passar quinze generais à reforma.

Constatou-se provavelmente que a reforma maciça do grosso do generalato não faria senão apressar o golpe. Allende não parecia concordar com a reforma de Pratts pois considerava-o a única garantia no comando.

Pratts repetiu que a sua situação era insustentável. Ofereceu o sacrifício pensando que, já que a campanha se tinha centralizado contra ele, a sua reforma faria com que, ao menos por algum tempo, os golpistas adiassem a conspiração.

A posição de Pinochet

Pratts falou com Pinochet que até aquele momento havia desempenhado um impecável papel legalista. Pinochet disse-lhe:

«Eu acompanho a sua linha», com um gesto de firmeza. Pratts foi transferido e o golpe chegou à sua etapa final.

Pratts havia confiado em Pinochet e

até ao fim dos seus dias conservou a sua perplexidade diante do poder de simulação demonstrado pelo presidente da Junta Militar. Pratts sabia, tal como Allende, que as coisas não podiam continuar como estavam.

Tratava-se de ganhar tempo para a alternativa concebida no sábado anterior ao golpe (isto é, 8 de Setembro) a nível de governo. As soluções iam desde fazer concessões de fundo à Democracia Cristã, a fim de quebrar a frente golpista de centro-direita, até à convocação de um plebiscito visando a manutenção da continuidade institucional. Mesmo que se perdesse o poder, evitava-se ao país uma guerra civil. Cabe acrescentar que durante aquele fim-de-semana o presidente havia perdido a posição maioritária dentro da UP.

Na realidade, o presidente Allende e o general Pratts sabiam que a situação não podia manter-se até 1976, data em que acabava o período constitucional; haveria talvez um prazo de semanas para encontrar uma saída que preservasse o que poderia ser preservado dos interesses nacionais: o prestígio do Chile, a condenação da guerra civil, a manutenção das liberdades públicas e sociais, o funcionamento dos partidos e das instituições.

Mas, afastado Pratts, que era realmente a única garantia para esse período, a conspiração não encontrou obstáculos e adiantou-se às negociações que eram feitas a nível de governo e de partidos. E foi assim que Pinochet e os oficiais «duros» desferiram o golpe, com o seguinte resultado: o desprestígio do Chile, a ditadura, a repressão e a tortura (isto é, a guerra militar quotidiana contra o povo).

Um exemplo de coerência

Carlos Pratts chegou assim ao sacrifício da sua vida. Suportou silenciosamente uma insidiosa e violenta campanha que, além de deturpar as suas motivações e convicções mais profundas, chegou a insinuar que o seu comportamento de soldado legalista devia-se a ambições pessoais. Basta assinalar a este respeito que, para atingir essas ambições, bastaria ter deixado o golpe correr livremente, atitude que o teria conduzido ao Poder.

Pratts esperava encontrar um pouco de paz em Buenos Aires, com a sua inseparável Sofia. Os dois sofriam com a sepa-



A actuação legalista de Pratts (em cima, em primeiro plano, quando conteve o levantamento de blindados em Junho de 1973) custou-lhe a vida

ração de filhas e netos. E Pratts, apesar das advertências sobre o atentado que sofreu, não quis afastar-se da Argentina por causa da proximidade da família, da possibilidade de ver os seus de vez em quando.

Recebeu em Buenos Aires propostas de ajuda por parte de sectores políticos e recusou. Pouco depois da sua chegada, foi recebido com grande deferência pelo general Péron que o interrogou sobre a sua situação. Pratts respondeu que esperava ganhar a vida com o seu trabalho. Péron pediu ao ministro da Economia, José Gelbard, que o ajudasse a encontrar uma ocupação.

E como Pratts decidira firmemente não aceitar senão um trabalho real, per-

manecia dez horas diárias numa empresa para voltar à noite, extenuado, e escrever as suas memórias. O seu subsídio de comandante aposentado ficou em Santiago para atender às despesas da sua filha solteira. E nunca chegou a receber a quantia considerável que lhe correspondia como general reformado, pois o governo chileno impediu que ela fosse transferida para a sua conta bancária em Buenos Aires.

O general Pratts era o expoente de maior prestígio da corrente legalista. O seu assassinato foi político. Objectivo: matar a alternativa democrática e legalista do exército chileno. Coerente consigo mesmo, Carlos Pratts viveu pelo que sentia e morreu por aquilo que representava. □

Agostinho Neto

«Não aceitaremos nenhum tipo de colonialismo»

Neiva Moreira

Meses antes da Independência da República Popular de Angola, o presidente do MPLA afirmava que o racismo branco não seria substituído por um racismo negro, analisava o papel de Portugal no processo de descolonização e previa que a independência do país seria proclamada segundo o calendário de Alvor

Durante a guerra de libertação de Angola, o presidente Agostinho Neto, fundador e dirigente máximo do MPLA, foi o comandante-em-chefe das operações militares.

Na entrevista exclusiva que concedeu a *cadernos do terceiro mundo*, nos meses anteriores à independência, o presidente Neto revelava as dificuldades que ele e o MPLA estavam a enfrentar no momento, com o país invadido pelo norte e pelo sul, e demonstrou a sua visão de estadista com avaliações a respeito do futuro que a realidade conformou plenamente.

Na altura em que ele foi entrevistado, ninguém em Angola — a não ser os seus mais íntimos colaboradores — sabia onde ele se encontrava.

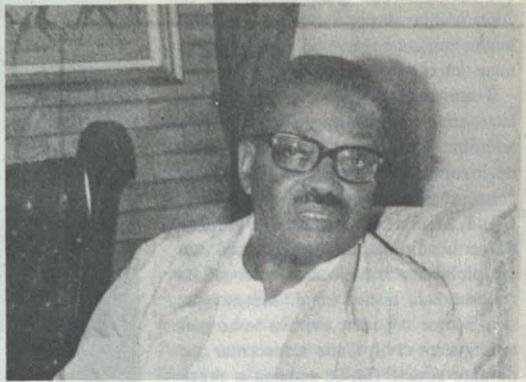
É dessa histórica entrevista, publicada no n.º 7 da edição em língua espanhola (as edições em português ainda não existiam) que publicamos agora alguns extractos.

O presidente é um homem muito sereno. Fala com tranquilidade, mas com muita segurança, e são visíveis na sua fisionomia os traços da longa e dura luta pela libertação da sua pátria que o levou à prisão, ao exílio, à clandestinidade e agora à direção de uma guerra imposta do exterior por interesses anti-angolanos (1).

Um dos maiores poetas da África, com trabalhos premiados em vários países e livros traduzidos em muitos idiomas, o presidente do MPLA (2) confessou-nos que já não tem tempo para escrever, por estar totalmente absorvido na condução do seu movimento e das operações militares.

Mesmo não sendo um orador popular, o presidente Neto tem uma comunicação fácil com o povo. É imensamente querido e goza de um grande respeito não somente entre os seus companheiros, mas também por parte dos seus adversários. Homem muito amável, não usa subterfúgios para ocultar o seu pensamento. É frontal.

12 *terceiro mundo*



— O que podemos responder é que o MPLA é um movimento popular voltado para a solução dos problemas do povo, principalmente do povo trabalhador, com a perspectiva da formação de um governo que se enquadre dentro de uma verdadeira democracia. Pensamos que o nosso povo, que sofreu durante tanto tempo com o colonialismo português, tem o direito de participar plenamente na vida da Nação, através da sua integração numa democracia que englobe todas as classes, todas as camadas do povo em órgãos de decisão que assegurem que o povo não estará ausente daquilo que o Estado decide. Este é o conceito de democracia que nós temos: essencialmente participativa. Por outro lado, desejamos que o povo angolano participe activamente na vida económica do país, que os nossos trabalhadores não sejam meros executores de uma política, e sim, também, cérebros que planificam, dirigem, tomam iniciativas e administraram. Ou seja, a gestão deve estar também nas mãos do povo e sem nenhum tipo de discriminação.

E em termos de política externa?

— No plano internacional não queremos alinhar-nos com nenhum bloco. Participamos no Movimento dos Países Não-Alinhados e, naturalmente, temos igualmente que participar dando o nosso apoio moral ou de outro tipo, se possível, às

(1) A guerra entre o MPLA, por um lado e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), por outro.

(2) Nessa época, meses antes da independência, Agostinho Neto era o presidente do MPLA. Proclamada a independência, Agostinho Neto exerce a presidência até Setembro de 1979, data da sua morte, quando é então substituído por José Eduardo dos Santos.

lutas de libertação que se desenvolvem na África e fora dela. Enfim, pretendemos que o homem, não somente aqui em Angola, mas em todo o mundo, seja completamente livre.

A posição de Portugal

Parece foras de dúvida que hoje Angola é o alvo imediato dos grandes interesses das empresas transnacionais que actuam na África Austral. O sr. já afirmou que está a dar-se uma tentativa de divisão do território de Angola. Pretenderiam esses interesses ficar com uma parte do país ou trata-se de um trampolim para dominar todo o território angolano?

— Eu acho que a intenção dos imperialistas é dominar todo o país. Essa secessão que está em marcha, tanto no norte como no centro, é uma etapa para depois tentarem dominar todo o país. Assim analisamos essa combinação, que poderia parecer estranha, mas que na verdade é compreensível, do ataque do Zaire pelo norte e da África do Sul, no Cunene, pelo sul...

Isso denunciaria a existência de um comando unificado?

— Sim. Há um comando. Quando nós libertamos totalmente o sul, é o momento em que a África do Sul nos ataca, e isso demonstra não somente que querem dominar todo o país, mas que estão articulados.

É possível uma intervenção mais ampla e aberta da África do Sul?

— Sim, nós não excluímos essa possibilidade. E até estamos muito admirados diante do silêncio internacional em torno dessa atitude da África do Sul em relação a Angola. Nem a OUA, nem a ONU, nenhum país, nem sequer Portugal, denunciou a invasão do nosso território por parte da África do Sul.

É um silêncio estranho, mas que se deve essencialmente à posição de Portugal. O governo de Lisboa ainda não se dirigiu nem às Nações Unidas nem à Organização da Unidade Africana para pedir o seu apoio. E, em geral, os governos e as organizações internacionais esperam que os problemas desse tipo lhes sejam expostos para depois tomarem posição.

A batalha diplomática

Quer dizer que, do ponto de vista diplomático e internacional, ainda não iniciaram a batalha contra a África do Sul...

— Sim, ainda não iniciámos a batalha diplomática contra a África do Sul, porque quem tem essa responsabilidade é Portugal. As nossas relações com o governo de Lisboa não são muito amistosas, e portanto, se nós tomássemos a iniciativa de mobilizar a opinião internacional contra a África do Sul, sem que Portugal o fizesse inicialmente, ou sem que fosse previamente informado, poderia acontecer que o governo português não nos apoiasse nessa acção. Reconheço, entretanto, que é verdade que temos reduzido muito a nossa actividade no âmbito internacional para nos dedicarmos à defesa do nosso país no campo interno. Seja no plano político, militar ou económico. Quadros que militaram no exterior durante muito

tempo, foram agora lançados na luta directa para salvaguardar a sobrevivência do país. Naturalmente isso fez com que se reduzisse muito a nossa presença no exterior. Quando o imperialismo desencaideia contra nós, através dos seus governos, dos seus agentes e dos meios de comunicação, uma batalha maciça, é visível a falta dos nossos quadros no exterior.

«A independência será declarada»

Como romper esse impasse?

— Agora que parece claro que a posição de Portugal é de passividade, o nosso Secretariado Político deverá analisar a situação para tomar uma iniciativa no campo internacional. Denunciaremos nas instâncias internacionais essa situação e entraremos em contacto com os países amigos para que condenem a África do Sul e o Zaire e para que tomem as medidas possíveis a fim de deter essa invasão. A própria ONU poderá fazer alguma coisa.

Presidente, está marcada para o dia 11 de Novembro a proclamação da independência. O sr. crê que isso será viável?

— Sim. Seguramente será declarada a independência. Só resta a dúvida sobre qual o organismo que vai exercer o poder. Mas a declaração será feita.

Uma vez superada a crise interna de Portugal e as correntes progressistas do governo se firmem, o sr. não acredita que se possa chegar a uma aliança mais estreita entre o governo de Lisboa e o MPLA?

— A não ser que ocorram transformações muito profundas no governo português, não creio na viabilidade dessa evolução. Todo esse período de transição que estamos vivendo demonstrou que o governo de Lisboa evitou uma aliança preferencial com o MPLA.

Luanda e o norte

O sr. acredita que, como assinalam as agências internacionais, apesar das vitórias do MPLA em Caxito e Barra do Dande, haveria ainda possibilidades de um ataque conjugado do Zaire, da África do Sul e da FNLA, contra Luanda?

— Veja, os reaccionários estão realmente articulados. Descobrimos ligações dos que se encontram aqui em Angola, com outros que estão na Espanha, no Brasil, em Portugal, e em outros países do mundo. Já descobrimos algumas das suas redes. Assim é possível que alguma acção conjunta seja tentada, mas não é muito provável neste momento. Não é provável porque o nosso povo tem tido muita coragem na sua luta e está decidido a não permitir que aqui se instale um neocolonialismo. Entretanto, uma ofensiva pode ser realizada.

Contra Luanda?

— Sim.

Com o actual quadro político-militar, as Fapla poderiam

rechaçar uma ofensiva desse tipo?

— Bem, naturalmente depende da maneira como o inimigo ataque. Se atacar com meios materiais devastadores, é claro que nós não dispomos dos mesmos elementos para evitar um assalto. Mas se, pelo contrário, atacarem com os meios habituais da guerra de Angola, então estamos em condições de vencê-los. O nosso povo está com um alto moral combativo e mobilizado para resistir a esse tipo de ofensiva.

É um facto concreto que o ritmo de saída dos portugueses diminuiu. E que em alguns sectores da população branca está nascendo confiança na capacidade do MPLA em restabelecer a ordem pública e manter um clima de paz que dê segurança ao trabalho. Outros sectores entretanto, consideram que o poder popular que está sendo instaurado pelo MPLA é antiportuguês, antibranco, uma espécie de racismo negro. Gostaríamos que o sr., com a sua autoridade, analisasse as relações permanentes entre negros e brancos em Angola.

— Os portugueses que estiveram aqui durante muitos anos, vieram somente para obter lucros, dentro de um sistema que os favorecia. O colonialismo fez tudo para proteger essa élite branca da população de Angola. De modo que ela está habituada a ter privilégios. E agora, quando vêem que esta máquina colonial que os protegia está-se a desfazer, quando vêem a divisão do exército português, e o desaparecimento da Pide, agora que terminou a polícia branca, que os órgãos do governo e do Estado deixam de ser portugueses — evidentemente que eles têm medo. Alguns temem porque cometem crimes. Outros, porque já se sentem inseguros com a ausência da proteção política e social que tinham durante o colonialismo. Este é o maior trauma que a população branca sofreu. E diante das confrontações militares, preferiram usar isso como desculpa para abandonar o país.

Pois bem, nas áreas que já libertámos — e você tem aqui o exemplo de Luanda — vê-se claramente que não há nenhum tipo de perseguição contra o branco e aos poucos a ordem vai-se restabelecendo. O trabalho está sendo reactivado, ainda não no ritmo que nós desejariam. Está sendo feito um intenso trabalho de politização que já permite impulsionar com grande vigor alguns sectores. Isso é visível no sector económico, por exemplo. Algumas indústrias estão funcionando, mesmo sem os seus administradores habituais. O porto começa a operar, as escolas vão abrir, as que estavam em greve já normalizaram as suas actividades.

Uma pergunta final, presidente. Angola está vivendo um grande momento para a poesia, e, principalmente para os escritores militantes. O poeta Agostinho Neto produziu alguns poemas nestes últimos tempos?

— Não. Ele não tem tempo para escrever.

Quer dizer que o chefe político e o comandante expulsaram o poeta?

— O poeta está de férias. □

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 2217231/30

Samora Machel

«O imperialismo está a ser estrangulado»

O desafio de uma revolução vitoriosa que, nascida no campo, se instalou nas áreas urbanas; a herança colonial, os perigos da sociedade de consumo e o papel das forças armadas populares no processo de construção de uma nova sociedade, analisados pelo chefe de Estado moçambicano

Pouco depois da proclamação da independência de Moçambique (25 de Julho de 1975), Samora Machel deu uma entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, na qual abordou os principais temas e problemas que a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) teve de enfrentar quando assumiu o poder. Essa foi a primeira das várias entrevistas que o chefe de Estado moçambicano nos concedeu e, hoje, podemos constatar até que ponto as suas previsões se cumpriram plenamente.

Como encara o processo de instalação do Poder Popular em Moçambique, nestes primeiros meses de governo?

— Nós tínhamos definido como prioridade a extensão do poder político democrático a todo o território nacional. Temos a certeza de que só com a participação activa e consciente da população será possível acelerar a instalação do Poder Popular. A população não deve ficar à margem do processo. Para levar a cabo essa tarefa é preciso que existam estruturas a nível nacional, a nível estadual, distrital e municipal, para que as áreas mais remotas do país possam ser atingidas. Também é preciso interessar os elementos mais marginalizados durante todo esse tempo de colonialismo. É necessário que todos saibam que a reconstrução nacional depende da participação popular. Por isso, achamos que é fundamental o enraizamento das estruturas políticas no seio do povo.

Actualmente, é possível determinar a prioridade das tarefas. Nesse caso, qual é o nosso trabalho senão a continuação daquilo que fizemos ao longo de dez anos, quando participávamos na luta armada? As estruturas que criámos nas zonas libertadas durante os dez anos da luta de libertação nacional são as mesmas que devem orientar o governo e influenciar as zonas que permaneceram sob o domínio colonial até à independência ou, mais especificamente, até que o governo de transição assumisse o poder. A nossa experiência em Moçambique demonstra que o campo deve ter influência sobre a cidade e não a cidade sobre o campo.



Apoiar e apoiar-se no campo

A filosofia da Frelimo é apoiar e apoiar-se no campo. Quais foram as medidas concretas tomadas pelo seu governo para levar por diante essa filosofia?

— Já emitimos um decreto pelo qual a terra pertence ao povo. E temos a certeza de que quando a terra pertence ao povo existe já uma base concreta para tomar todo o tipo de medidas que forem necessárias. E, em segundo lugar, ao criar em Moçambique, através da nossa política, as Aldeias Comunais, nós estamos a contribuir para a resolução de quase todos os problemas da população camponesa.

Qual é o tipo de organização das Aldeias Comunais?

— Em primeiro lugar, no nosso país, com uma população dispersa, não é possível assegurar o desenvolvimento económico e social e a consciencialização política da população, fragmentada, dividida em pequenos núcleos. Com uma população espalhada é impossível aplicar uma política de aproveitamento dos recursos naturais. Seria empregar as nossas energias em objectivos imprecisos. Seria impossível aplicar programas e desenvolver uma organização. As nossas Aldeias Comunais constituem um centro para o desenvolvimento económico. Um ponto de partida. Vejamos o exemplo dos nossos rios, que constituem uma grande riqueza nacional. Se resolvemos fazer canais e diques, para quem serão construídos? Em que direcção, se a população está dispersa? Acontece a mesma coisa com o projecto de electrificação, que é uma das prioridades do nosso governo. Precisamos ter a população agrupada e organizada. As Aldeias Comunais significam, para nós, povo organizado, povo com tarefas definidas e distribuídas, povo comprometido com a tarefa da reconstrução nacional e com o desenvolvimento da Nação. Isso tem muita importância para nós, pois só assim saberemos a quem devemos dar assistência médica, escola, por onde deverá passar a nossa estrada para transportar a produção. O nosso objectivo é instalar populações rurais, populações no campo.

Em bases colectivas?

— Sim, tudo em bases colectivas. A economia, a cultura, o desporto, tudo.

As transnacionais

Como encara o problema das transnacionais em Moçambique?

— Primeiro, é preciso pesar as forças do inimigo, avaliá-las. Conhecer a sua estratégia e o seu estilo de actuação, para depois atacá-lo. Não atacar pelo prazer de atacar, para que todo o mundo diga «já atacou o inimigo». Não. Deve-se ter a certeza de que quando se ataca é realmente para atacar e destruí-lo. Ter a certeza da vitória. É preciso estudá-lo, medir a sua força e decidir como atacá-lo, se realizar pequenos ataques ou um ataque de envergadura, para provocar uma crise. Porque as crises às vezes são necessárias...

Isso significa que neste momento se encontram ainda numa fase de definição da estratégia?

— Repetimos que a certa altura é bom provocar uma crise; isso ajuda a avançar.

Lendo a história da Frelimo, ficamos impressionados ao verificar justamente como a sua direcção sempre tirou proveito das crises para acelerar os avanços nos diferentes níveis.

— Nós saímos sempre mais fortes de cada crise. Identificamo-nos mais, conhecemo-nos mais uns aos outros. A Frelimo cresceu de crise em crise.

O papel das forças armadas

Já que se está a falar de estratégia, poderia-nos dizer qual será o papel das Forças Armadas Populares de Libertação na etapa de reconstrução nacional?

— O nosso exército sempre foi a força de vanguarda. Foi sempre no seio do exército onde houve maior clareza ideológica. Nos momentos difíceis, foi no seio das forças armadas que nós encontrámos elementos progressistas. Foram as Forças Populares de Libertação que sempre se souberam identificar com a linha da Frelimo, que compreenderam quais eram os objectivos do Partido. E compreenderam quais são os nossos amigos e quais são os nossos inimigos. Também entenderam o que é um amigo temporário e o que é um amigo permanente, assim como um inimigo imediato, um inimigo a longo prazo e um inimigo permanente.

As FPLM foram organizadas com uma estrutura adequada a um determinado tipo de guerra, que já acabou, pois foi obtida a independência. Como é que elas se irão adaptar às novas tarefas?

— Há uma nova missão, à qual se estão já adaptando. Há uma mudança de inimigo.

O inimigo agora é o imperialismo?

— Não. Em primeiro lugar são os reaccionários nacionais. Não é necessário procurar um inimigo distante quando aqui temos um dentro de casa. A definição genérica de imperialismo é muito vaga. É importante saber quais são os representantes do imperialismo: são as forças reaccionárias nacionais. Elas devem ser tratadas como tratamos o inimigo.

Os militares ocupam postos administrativos e partidários ou não?

— Actuam sempre nos dois terrenos: político e militar. Nós não temos uma actividade estritamente militar, é sempre político-militar. Ao dirigir estruturas militares, deve provar que sabe dirigir estruturas políticas. Provando que sabe dirigir estruturas políticas, demonstra que pode assumir a direcção da acção militar. Porque a estrutura militar é uma realização da nossa política. Não há estrutura militar sem estrutura política. Não há uma acção militar que não interprete uma acção política, que esteja separada da acção política.

A autocritica e a reeducação

Para concluir, gostaríamos de conhecer o problema da prática da crítica e da autocritica na Frelimo e o método da reeducação.

— Nós apelamos para a consciência. Para nós, qualquer julgamento tem implicações políticas, não constitui um crime em si. Submetemos alguém a uma crítica severa e depois obrigamo-lo a fazer autocritica em público. Apelamos para a sua consciência.

Então, a autocritica é feita depois de cada um reconhecer a sua culpa...

— Sim, honestamente e sem coacção. Recusámo-nos, durante a guerra, a usar castigos corporais. Usamos o desterro. O castigo físico diminui a capacidade intelectual do indivíduo. Recusámo-nos também a insultar os nossos inimigos no seio do exército.

Não existem na Frelimo insultos nem castigos corporais. Existe a crítica, que é muito séria. É tão séria que é possível que alguns até prefiram os castigos corporais.

E as prisões?

— Há prisões, mas nós não as chamamos de prisão. Não existe prisão. Nós chamamos reeducação.

E como se realiza esse processo de reeducação?

— Nas antigas áreas libertadas, com o povo e com a presença do comissário político. Conversam e discutem com o povo, inclusive durante semanas inteiras.

Já existem pessoas consideradas recuperadas para o processo?

— Claro. Alguns já estão com altas responsabilidades a nível de governo não obstante terem colaborado com o inimigo. □

Julius Nyerere

«Devemos entender as causas do subdesenvolvimento»

Como o presidente tanzaniano abordava o processo de mudanças no país, o desafio de reestruturar o partido e a sua posição face ao marxismo, declarando-se cristão

JULIUS Nyerere é um dos grandes estadistas do continente africano e do Terceiro Mundo. Artífice da independência da antiga Tanganica — e depois da fusão com Zanzibar, o que daria origem à criação do Estado da Tanzânia — foi o ideólogo do «caminho tanzaniano para o socialismo», baseado nas aldeias comunais — o *ujamama*, em língua *sواهili*, que inspirou outros processos em diferentes latitudes. Dirigente da geração dos grandes do Não-Alinhamento — companheiro de ideais de Nehru, Nasser, Sukarno e Tito — Nyerere concedeu esta entrevista aos nossos enviados especiais, em 1975, na sede do palácio do governo, em Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia. Nela, define a sua concepção político-ideológica e caracteriza os desafios que enfrentava para romper com um certo «impasse» no processo de mudanças no seu país. Ela mantém hoje, quase oito anos depois, praticamente, a mesma actualidade.

Senhor presidente, em certos círculos americanos e europeus, pensa-se que a revolução tanzaniana atravessa um período de estagnação. Qual é a sua opinião?

— É possível que seja verdade. É possível que agora estejamos a atingir as nossas metas com uma velocidade menor que no início. Porquê? Porque depois da declaração de Arusha, em 1967, definimos os nossos objectivos socialistas e tratámos logo de os pôr em prática. Alguns deles poderiam ser concretizados imediatamente, mas outros não: tinham que passar por um processo de educação popular.

Houve, de facto, um rápido avanço no começo. Por exemplo: nacionalizámos tudo o que podia ser nacionalizado. Isto só nos tomou três dias, mas poderia ter sido feito num só dia. Sabíamos que o Tanu (União Nacional Africana do Tanganica), estava a entrar numa etapa difícil. O nosso partido não é a Frelimo, não tinha definido claramente as suas metas socialistas antes da independência. Dizíamos apenas: «vamos construir uma sociedade socialista», mas não tínhamos defi-



Nyerere: compreender Marx

nido claramente o que era uma sociedade socialista. A nossa direcção, estava lentamente, a ser levada no sentido de adoptar hábitos capitalistas. Foi então que estabelecemos um código de comportamento para os nossos dirigentes. Também isso foi rapidamente aplicado.

Depois desses passos iniciais, deveríamos definir um método para transformar as regras da nossa sociedade. Mas isso não era algo que pudesse ser feito num dia ou numa semana. É um processo. Começámos por definir o tipo de sociedade que desejávamos construir. Isso também foi rápido. Não levou mais do que uma semana. Mas a construção dessa sociedade não ia ser uma tarefa fácil.

Voltando à sua pergunta: de alguma forma é verdade. É verdade que a nossa Revolução é mais lenta agora do que em 1967. Repito, as coisas que temos que fazer agora precisam de tempo, de um processo. De quando em quando, podemos voltar a tomar algumas medidas e aplicá-las rapidamente. É só planear e executar. Mas a transformação da nossa sociedade é um processo. Uma parte importante desse processo é a educação completa de uma comunidade analfabeta. Criar uma consciência, um claro entendimento do que se está a fazer.

E que diferenças essenciais estabelece entre o que foi definido em Arusha e o que foi feito posteriormente?

— Em Arusha, os poucos que ali estivemos reunidos, pudemos decretar várias medidas, nacionalizações, inclusive. E isso custou pouco. No entanto, a transformação da sociedade como um todo só pode ser feita pelas massas populares. É impossível realizá-la sentados num gabinete.

A revolução e a contra-revolução

E como vê a situação hoje?

— O nosso partido como um todo — e sei que dizer isso



«Criar uma consciência, entender o que se faz»

não significa dizer muito, se aceitarmos que é um partido nacionalista e não um partido revolucionário —, está-se a radicalizar a cada dia que passa. A nossa única vantagem é que se tivéssemos partido de cima do monte Kilimanjaro, a única alternativa teria sido mantermo-nos lá em cima ou descer. Mas partimos de baixo, e, por isso mesmo, estamos a subir cada dia mais. A única coisa que resta ao nosso partido é tornar-se cada vez mais radical.

O facto da Frelimo ter triunfado e de agora estar a levar por diante a sua própria revolução, vai acelerar o caminho de radicalização do Tanu. Na essência, as nossas opções são claras.

Nota-se aqui na Tanzânia, um esforço de mudanças, que se expressa nas novas directrizes políticas. Acha que esta apreciação tem base real?

— No Partido, os jovens quadros são cada vez mais e mais radicais. E isso passa-se a todos os níveis. Claro que isso não quer dizer que não tenhamos forças no país que estejam a opor-se às transformações. Elas existem. No entanto, temos mais sorte que outros países. Porquê? Primeiro, porque somos pobres. Segundo, porque não desenvolvemos uma burguesia nacional.

Quando começámos a aplicar as mudanças estabelecidas na Declaração de Arusha, essas medidas tornaram-se muito populares. Foi tudo muito bem acolhido pelo povo. E, certamente não, não porque toda a gente fosse socialista. Não. Foram populares porque eram nacionalistas. Porque as indústrias que estávamos a nacionalizar eram indústrias britânicas. Não havia nenhuma indústria tanzaniana para nacionalizar. Não tínhamos

uma classe tanzaniana de capitalistas. Estábamos igualmente a impedir que se desenvolvesse uma classe de capitalistas tanzanianos. Havia líderes do Tanu que tinham começado a usar a sua posição política como um capital. Por isso, introduzimos um controlo sobre as direcções políticas e essa medida enfrentou muita resistência, foi muito impopular entre os líderes, mas foi muito popular entre o povo. É uma reafirmação de que há gente na sociedade que se nos opõe. Pessoas, inclusive, associadas a nós e que nos fazem oposição.

O que eu assinalo, é que não é o mesmo tipo de oposição que se encontra num país que tem que enfrentar uma burguesia nacional. Aqui lutamos contra uma coisa diferente: contra a burocracia, a corrupção, à tentação, muito mais do que contra uma classe capitalista aliada aos interesses internacionais. Nesse sentido, a nossa pobreza foi uma vantagem.

a aos interesses internacionais. Nesse sentido, a nossa pobreza foi uma vantagem.

Afirma que na Tanzânia não há uma burguesia nacional. Mas não acha que uma tecnoburocracia está a substituir aqui o papel da burguesia nacional?

— Sim. É justamente isso que temos de vigiar. Logicamente temos também que vigiar o capitalismo internacional. Estou de acordo que temos que estar aqui muito atentos com a tecnoburocracia, ainda que não seja uma tarefa fácil.

Um burocrata tem poder funcional. E criar uma burocracia socialista... bem, não sei quantos países terão conseguido fazê-lo.

Posição perante o marxismo

Como relaciona a experiência «ujamaa» com a sistemática marxista?

— Eu não sou marxista.

Apesar de não ser marxista acha que está a pôr «o socialismo em prática»?

— Os bons marxistas querem realmente analisar a sociedade científicamente, estritamente, e aceitam os factos objectivos que se dão nessa sociedade. No entanto, tenho dificuldade em entender algumas das práticas marxistas actuais. Muitas delas não me parecem realmente científicas. Eu sou um católico romano. Leio a Bíblia. Quando um católico não entende o significado de um texto, consulta o papa, e ele dá a palavra final. Ele dá-nos a interpretação. Mas eu não acredito que em relação ao marxismo se possa fazer a mesma coisa. Não acho que os marxistas devam limitar a sua análise ao que Marx quis dizer na sua época. Eles devem analisar esta sociedade, aceitar as suas realidades e estudar o movimento histórico mundial rumo ao socialismo sem perder tempo a explicar o que Marx quis dizer exactamente. Ou será que quando uma pessoa entende exactamente o que Marx disse, já é automaticamente um bom marxista? Acredito que esse tipo de debate é equivocado. É um debate religioso. E isso cria-me uma dificuldade real para entendê-lo.

(N.M. e B.B.)



VESPER

Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

VESPER

Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1º-D.
1000 LISBOA Portugal

Telefs. 731123 | 731323 | 731423
Telex 14069 JOMASU P



Design Risco

Os que não cumpriram as promessas

«Vamos aprofundar a revolução»

PUBLICAMOS dois trechos da entrevista concedida pelo ex-presidente peruano general Francisco Morales Bermúdez, ao nosso director Pablo Piacentini, no dia 21 de Novembro de 1975.

O seu Governo considera que o sector da Propriedade Social terá predominância no futuro. Segundo o seu plano de ação, qual será a data aproximada em que a Propriedade Social poderá constituir a área de maior peso da economia peruana?

—A Propriedade Social (PS) é um conceito muito original dentro do processo revolucionário peruano. Tanto no plano do Governo, como na ideologia do processo, dá-se de facto uma prioridade destacada ao conceito de Propriedade Social. E daí deriva a prioridade desse sector da PS em relação aos outros sectores.

A PS é prioritária dentro desse contexto. Mas, como tudo aquilo que nasce, ela tem de sofrer uma evolução. Não se trata exclusivamente de dispor de recursos económicos ou financeiros. Trata-se também da organização de um sistema novo, que é o sistema da PS. Nesse sentido, o Governo publicou recentemente um decreto-lei no qual introduz o conceito da PS em todo o âmbito nacional e relaciona a sua evolução á de outros sistemas nacionais, com todo o aparelho do Estado e com toda a conformação social do país.

* O sector de Propriedade Social estava planeado inicialmente (no Governo Velasco Alvarado) para ser o germe da nova sociedade socialista peruana. A propriedade dos meios de produção e da terra era social isto é, comunitária.

O número 9 de *cadernos do terceiro mundo em espanhol* (Janeiro de 1976), foi o único a circular naquele ano, já que pouco depois, devido à deterioração da situação política argentina, fomos obrigados a fechar a nossa sede em Buenos Aires e a abandonar o país.

Naquele número, publicámos duas entrevistas com chefes de Estado que declaravam encaminhar-se para a construção de modelos sociais novos, de tendência socialista, um na América Latina, o general Morales Bermúdez, do Peru, e outro na África, o general Siad Barre, da Somália.

Ambos chegaram ao poder através de golpes de Estado: Morales Bermúdez, derrubando o general Velasco Alvarado (em Agosto de 1975); Siad Barre, substituindo uma corrupta república parlamentarista por um Conselho Revolucionário Supremo, sob a sua hegemonia (em Outubro de 1969). Nenhum dos dois cumpriu o prometido.

As fontes doutrinárias invocadas pela Revolução Peruana são o humanismo, o cristianismo e o socialismo. Entretanto, fala-se muito de uma doutrina moderna, ou seja, a da segurança nacional. Dentro desse marco de influências, poderia dizer-nos como se ligam os conceitos de humanismo e socialismo com o de segurança nacional?

—O socialismo e o humanismo são factores presentes na nossa doutrina. A segurança nacional, tomada de forma integral, implica um conceito de defesa nacional. Tratando-se da segurança nacional, da defesa de um território e da defesa de um grupo humano, devemos interrogar-nos: além do conceito clássico de defesa do território, o que é que a segurança nacional defende? Defende o abuso sobre as classes sociais oprimidas? Defende a pobreza? Ou defende o desenvolvimento precisamente com um critério socialista e humanista?

Esta última é a tese da Revolução Peruana. □

Kissinger com Morales Bermúdez



«Cada país tem a sua própria natureza»

O presidente Siad Barre, da Somália, foi um dos chefes de Estado africanos mais combatidos pela sua opção socialista. Hoje, ele é uma peça fundamental da presença militar e geopolítica dos Estados Unidos no chamado «Corno da África». Reproduzimos alguns trechos da entrevista que nos concedeu na sua residência, na cidade de Mogadíscio, em fins de 1975.

A filosofia da revolução

É necessário compreender a filosofia da nossa revolução em geral, e a etapa de transição que estamos atravessando. A união dos grupos e das classes sociais progressistas — pilares da nossa revolução — dependerá de uma completa discussão científica da natureza multiforme dos objectivos da nossa Revolução. Só então seremos capazes de implementar com propriedade as aspirações da Revolução Socialista na Somália, no campo político, económico e social.

A Revolução herdou a economia e a cultura existentes. Herdou uma economia enfraquecida em todos os sectores — agricultura, pesca, pecuária, indústria e comércio — uma economia caracterizada pela estagnação. A Somália era uma das áreas menos desenvolvidas do mundo. Essa economia era a base de um sistema social atrasado, ainda na etapa tribal. Essa condição não permitia o progresso que torna possível o desenvolvimento das grandes classes sociais de capitalistas e trabalhadores. A base económica era inexistente, mas havia um embrião.

A Revolução é o produto das condições objectivas. Estávamos numa condição neocolonial caracterizada pela terrível opressão de que eram objecto os trabalhadores somalis e pela inexistência de segurança entre os nómadas. Os poucos representantes dos capitalistas embrionários e dos interesses do imperialismo internacional abusavam do poder.

As forças armadas eram oprimidas como o resto do povo. Além do mais, estavam organizadas para defender a nacionalidade somali e ficaram sempre atentas para enfrentar qualquer ataque. Os soldados e os oficiais eram de origem nómada, eram camponeses e trabalhadores. Não houve nunca oficiais que representassem as classes exploradoras.

É essencial descrever os grupos e as classes sociais na nossa sociedade, para diferenciar as forças progressistas das forças reaccionárias. Isso permitirá que a Revolução conheça o seu povo, que está a implementar os seus objectivos e as suas aspirações. O povo, por sua vez, deve comprometer-se na luta constante contra os elementos contra-revolucionários, representantes das forças reaccionárias e imperialistas que querem tomar o poder que pertence ao povo trabalhador, condutor da Revolução Socialista.

Na nossa opinião, o povo trabalhador é formado por: trabalhadores das fábricas e de outras unidades económicas; trabalhadores agrícolas; trabalhadores na administração governamental; membros das Forças Armadas; trabalhadores independentes e pequenos proprietários.

«A Revolução Socialista tem estratégia definida»

Se são essas as categorias do povo trabalhador não há dúvida que as mesmas, com as restantes forças progressistas mencionadas anteriormente, são as que realizam, lideram e defendem a Revolução Socialista, que nasceu para defender os seus interesses. Portanto, é absolutamente necessário que essas mente necessário que essas forças progressistas se enfrentem o inimigo reaccionário e colonialista.

Houve, nos últimos seis anos, uma luta incessante entre as forças progressistas e as reaccionárias. Essa luta está agora a outro nível e continuará a ser travada enquanto existirem exploradores na nossa pátria.

Quando a organização de massas atingiu um nível satisfatório foi preciso começar a estabelecer meios que pudessem continuar a tarefa de gerar no seu seio a vanguarda revolucionária. Essas organizações são a garantia para a implementação do socialismo na Somália.

O nosso país, embora seja ainda uma sociedade nómada, adoptou princípios socialistas e começou com seriedade a dar os primeiros passos nesse rumo. Cada país tem a sua própria natureza. São essas as condições objectivas que não podem desaparecer por artes de magia. Ao mesmo tempo, a Revolução Socialista tem estratégias definidas e aspirações claras. O seu objectivo final é uma sociedade baseada na igualdade e na justiça. □

Barre é hoje um dos mais obedientes aliados dos EUA



O poder popular

Os cubanos demonstraram a criatividade e o respeito às especificidades do seu processo quando, ao assumirem a tarefa de criar canais de participação, elaboraram uma estrutura nova rigorosamente democrática.

Daniel Waksman Schinca

Ojornalista uruguai Daniel Waksman Schinca — que morreu prematuramente no inicio de 1980, aos 38 anos de idade — destacou-se pelas suas observações agudas e pelo seu estilo fluente.

Nesta crónica sobre a institucionalização do regime de Havana, escrita em Fevereiro de 1977 («cadernos», n.º 10, edição espanhola), ele mostra como Cuba conseguiu criar um modelo político próprio, criativo e ao nível das suas possibilidades.

Em meados de 1970, quando a propaganda «safra dos 10 milhões» esteve bem longe de atingir o seu objectivo, ficou claro que a revolução cubana atravessava uma dura crise. No seu discurso de 26 de Julho daquele ano, Fidel Castro optou por não esconder a gravidade da situação e fez uma implacável autocritica pública que terminava reafirmando, no entanto, os princípios básicos do processo.

«Os nossos inimigos dizem que temos dificuldades, e nisso os nossos inimigos têm razão. Dizem que temos problemas, e nisso os nossos inimigos têm razão.

Dizem que há descontentamento, e na realidade os nossos inimigos têm razão. Dizem que há irritação, e na realidade os nossos inimigos têm razão... (...) Só numa coisa eles não têm razão: acreditarem que para o povo há uma alternativa à Revolução...»

Na Europa, naqueles dias, certos simpatizantes e amigos de Cuba distanciavam-se desta — ou rompiam directamente devido ao «caso Padilla»⁽¹⁾. Em Paris eram publicados dois livros de autores não-direitistas («Cuba é socialista?» de René Dumont e «Os guerrilheiros no poder» de K.S. Karol) que desenvolviam a tese de que o castrismo se tornaria, cada vez mais, uma forma de poder personalista, burocrático, autoritário, militarizante. Uma espécie de «estalinismo à cubana», enfim.

Os anos seguintes viriam a mostrar, no entanto, o erro de perspectiva desses autores, empenhados em olhar a revolução cubana com óculos europeus e incapazes de compreender a sua originalidade essencial. Durante os 18 anos decorridos desde que os guerrilheiros entraram triunfalmente em Havana, foram, sem dúvida, cometidos muitos erros e desvios, além de serem dados passos em falso. Os seus protagonistas foram geralmente os primeiros a analisá-los e a corrigir o rumo: a revolução cubana foi — e é — tudo, menos do que um processo linear. Ninguém seriamente poderá sustentar tão-pouco, que seja decalada de qualquer «modelo» socialista pré-existente: nem da União Soviética, nem da China, nem da Jugoslávia, nem do Vietname, nem de nenhum outro que se possa encontrar. A história destes 18 anos de revolução também é a história (muitas vezes desconcertante) de uma



Uma sociedade específica

temosma, incorrigível especificidade.

Sem outro modelo senão o próprio

O ano de 1970, em todo caso, marcou provavelmente o fim de toda uma etapa e o início de outra. Durante os primeiros anos do seu desenvolvimento, a revolução tinha estado demasiadamente absorvida por outras urgências (sobreviver apesar das agressões do imperialismo, entre outras) para que os cubanos pudessem dedicar-se a inventar formas institucionais da democracia socialista que procuravam construir. Copiar, talvez pudesse ter sido fácil (e, com o tempo, fatal).

Criar leva o seu tempo. Pode ser relativamente simples, na verdade, desenhar num papel a estrutura orgânica de um sistema democrático burguês. A América Latina, conhece, sem dúvida, dezenas de exemplos. Mas, montar e fazer funcionar um conjunto de instituições que permitam a progressiva instalação de uma democracia socialista já é outra coisa. Principalmente no caso de uma revolução tão «heterodoxa» como a cubana, que começou por ser democrático-nacionalista, fez-se socialista pouco a pouco, declarou-se marxista-leninista, dois anos e meio depois da tomada do poder e só em 1965 organizou o seu Partido Comunista.

Se as maneiras de se fazer uma revolu-

ção não são exportáveis, também não existem instituições socialistas «de confecção». Imitar também é renunciar. Primeira experiência socialista na América Latina, a cubana não tem exemplos próximos sobre os quais se apoia; nem as revoluções asiáticas, nem as africanas, nem a da URSS ou outras europeias lhe oferecem — por corresponderem a outras condições — fórmulas transplantáveis. As novas instituições cubanas, que só agora começam a ser construídas, reflectem (e só podem reflectir) as necessidades e objectivos de uma sociedade específica.

O poder na base

Durante esses primeiros anos da década de 70, o processo revolucionário cubano procurou, com crescente ênfase, canais institucionais. Em 1974, inicia-se — na província de Matanzas, a nível de teste — uma singularíssima experiência de democratização, de construção de um sistema de poder orientado «a partir de baixo». E realizaram-se, pela primeira vez, eleições. Puramente formais? Simples confirmação pelos votantes das designações efectuadas pela cúpula dirigente? Não. Nem nas eleições *matanceras* (de Matanzas) de meados de 1974, nem nas nacionais de Outubro de 1976, foram permitidos candidatos únicos; em cada circunscrição deve haver, no mínimo, dois candidatos. A direcção cubana, o governo, nega a si mesma a possibilidade de «meter o dedo» nas eleições. Por isso, os candidatos são apresentados como tais em assembleias de base (dos centros de trabalho) e os seus méritos (ou deméritos) são discutidos publicamente pelos seus companheiros.

Nas eleições de Matanzas, 4712 candidatos concorreram a delegados do poder popular municipal. Média: 4,6 pretendentes para cada posto. Em algumas circunscrições, chegaram a apresentar-se dez candidatos. Numa, houve 15. Na maioria dos casos, teve de realizar-se um segundo escrutínio. É difícil afirmar que esse tipo de eleição constitui uma simples formalidade.

Poder-se-ia argumentar, no entanto, que o Partido manipula, por todos os modos, o processo, garantindo para si, através dos delegados ao PP (Poder Popular), um controlo férreo das novas instituições de base. Mas não é isso que acontece. «Os organismos do Poder Popular não são os do Partido», advertiu Raúl Castro. Os factos indicam que essa distinção foi aplicada: dos mil e tantos delegados municipais *matanceros*, 41% não são membros do PC nem da Juventude Comunista. A percentagem de comunistas é maior a nível de região e de província (74 e 75%, respectivamente), mas sem se chegar nunca a criar confusão.

Por isso, não deve ser tido como estranho o facto de uma alta proporção de delegados ser composta por militantes do PC: para ser membro do Partido deve-se passar por um processo que se inicia com a qualificação de «trabalhador exemplar» (dada pelo colectivo do centro de trabalho correspondente) e culmina com o ingresso no PC, decisão também da própria base.

É natural, portanto, que o julgamento da base se mantenha quando se trate de

selecionar os melhores delegados⁽²⁾. Por isso, em todos os níveis, impõe o princípio de «quem elege, revoga». A mesma assembleia que consagrou um deputado pode destruí-lo da mesma forma que o designou (em processo público e acatando a decisão adoptada). Em qualquer momento. E incluindo o facto de que, periodicamente — cada três meses — os delegados devam prestar contas da sua actuação. Já aconteceram várias destituições: não se trata, portanto, de uma simples possibilidade teórica.

O ano de 1977 acaba de ser designado oficialmente como «Ano da Institucionalização». A direcção revolucionária cubana realça assim essa preocupação institucionalizadora e compromete-se a promover o processo no decorrer dos próximos meses, fortificando e impulsando o desenvolvimento dos mecanismos do poder popular. Terá que seguir-lo de muito perto; estamos a assistir, sem tambores nem fogos de artifício, à construção da primeira democracia socialista latino-americana. □

1) Padilla — poeta cubano preso em 1970.

2) Sobre todos esses assuntos, a bibliografia ainda escasseia. Existem, no entanto, um livro que traça com extraordinária frescura o funcionamento desses mecanismos. Trata-se de um volume editado no ano passado pela editora *Siglo XXI* com o título de «Cuba, ditadura ou democracia?». Incluindo um prólogo de Marta Harnecker, comentários e informações ao longo de todo o livro. 80% deste é constituído pela versão literal de gravações de assembleias e reuniões de centros de trabalho e por entrevistas de trabalhadores, campesinos, delegados do PP, militantes do PC, etc. Com a máxima espontaneidade, sem se limitarem a «linhas» rígidas, os próprios protagonistas do processo expõem assim os seus pontos de vista, as suas preocupações, as suas críticas, os seus juízos sobre a construção do Poder Popular.

A leitura desse trabalho realizado por Marta Harnecker e um grupo de jornalistas e militantes chilenos é da máxima utilidade para todo aquele que quiser saber como funciona, na realidade, o sistema.

ALGUMAS DATAS CHAVES DO PROCESSO

1972 — Reestruturação do Conselho de Ministros

1973 — Reestruturação do aparelho do Partido Comunista

1974 — 16 a 26 de Maio: Realização das assembleias de base para eleger candidatos ao Poder Popular de Matanzas

— 30 de Junho: Eleição de delegados do PP

— 7 de Julho: Realização do segundo escrutínio dessa eleição

— 22 de Outubro: Formação de uma Comissão Redactora do Anteprojecto de Constituição, presidida por Blas Roca

1975 — 24 de Fevereiro: A Comissão Redactora entrega o texto do anteprojecto constitucional

— 8 de Março: Entrada em vigência do Código da Família

— 10 de Abril: Publicação no «Gramma» (jornal do PCC) do

anteprojecto de Constituição

— 28 de Abril: Iniciam-se as discussões nas bases do texto proposto

— Dezembro: Realização do 1.º Congresso do PC de Cuba

— 15 de Fevereiro: Referendo sobre a nova Constituição

— 24 de Fevereiro: Entrada em vigor da mesma

— 16 a 24 de Agosto: Início das assembleias de base para eleger delegados ao PP de todo o país

— 10 de Outubro: Realização das eleições nacionais de delegados ao PP, as primeiras desde o triunfo da Revolução

— 17 de Outubro: Segundo escrutínio das mesmas eleições

— Dezembro: Eleição (pelos delegados ao PP) dos 481 deputados membros da Assembleia Nacional

a arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

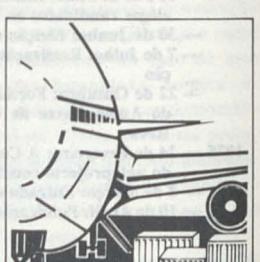
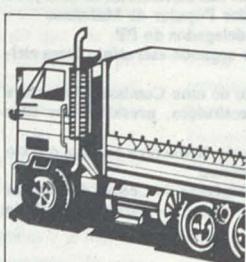
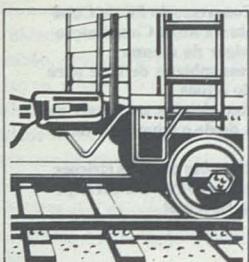
PORUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

PORUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.^o
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



1978

Malcolm Caldwell

A estratégia imperialista no sudeste asiático

A política do capitalismo na região e as suas contradições; a actuação das forças revolucionárias e o papel dos cientistas na perspectiva do jornalista inglês Malcolm Caldwell assassinado em Phnom Penh a 23 de Dezembro de 1978

Roberto Remo

NA noite de 23 de Dezembro de 1978, o nosso companheiro Malcolm Caldwell, colaborador de *cadernos do terceiro mundo* desde a sua fundação, era assassinado em Phnom Penh, em condições nunca verdadeiramente esclarecidas.

Nascido na Escócia, Caldwell foi um activo militante da ala esquerda do Partido Trabalhista britânico, um intelectual e académico de fama internacional, granjeada pelos seus estudos económicos e sociológicos sobre o Sudeste Asiático. Internacionalista lúcido, foi um enérgico defensor das lutas de libertação dos povos dos países pobres, com as quais se engajou através de uma intensa actividade jornalística.

Malcolm Caldwell foi um defensor convicto da revolução cambodjana. Em muitos dos seus artigos combateu corajosamente ataques da imprensa direitista internacional, mas, realisticamente, — em 1978, de passagem pela nossa redacção no México — confessava-nos a sua preocupação ante o confronto entre o Vietname e o Kampuchea e do perigo que isso representava para os movimentos revolucionários dos demais países do Sudeste Asiático. Nessa ocasião, revelou-nos que estava a preparar um livro sobre o Kampuchea Democrático mas que não se atrevera ainda a publicá-lo, antes de ver com os seus próprios olhos a realidade daquele país, que ele não visitava desde 1975.

Isso veio, de facto, a acontecer. Porém, quando se preparava para deixar Phnom Penh em direção a Pequim, três indivíduos fortemente armados entraram na residência oficial em que se alojava e assassinaram-no a sangue frio. Os três executantes viriam a ser capturados e executados antes que pudessem fazer declarações. Vivia-se o tempo de Pol Pot. Rádio Phnom Penh acusou, na altura, «os inimigos do Kampuchea Democrático de terem programado o crime». Alguns dos seus amigos, porém, levantaram dúvidas sobre essa versão. Segundo se sabe, nos últimos dias da sua visita, Caldwell teria demonstrado uma certa contrariedade pela falta de liberdade em se poder deslocar pelo interior do país e pelo facto de lhe negarem a possibilidade de se entrevistar com alguns amigos cambodianos. «O nosso povo tem ódio aos estrangeiros», teria sido a explicação oficial.

Agosto ed. port. n.º 6



Caldwell: o papel do cientista

Numa homenagem publicada após o anúncio da sua morte, Noam Chomsky, prestigiado intelectual norte-americano, escrevia:

«Nunca saberemos o que foi que ele aprendeu durante a sua visita ao Kampuchea. Mas não pode haver um monumento mais adequado para Malcolm, nem castigo mais apropriado para os seus assassinos, que a decisão de outros companheiros continuarem as tarefas que ele havia empreendido».

É também como homenagem que publicamos, de seguida, alguns dos extractos da entrevista que Malcolm Caldwell nos concedeu em 78, muito pouco tempo antes de ter partido para o Kampuchea, onde viria a encontrar a morte.

Há apenas dois anos, o Sudeste Asiático ocupava diariamente as primeiras páginas dos jornais de todo o Mundo. Presentemente, não só é uma região esquecida, como, inclusivamente, parece que os próprios Estados Unidos, após a sua derrota no Vietname, Laos e Kampuchea, se teriam «olvidado» da zona. Será isto verdade?

Para os Estados Unidos, o Sudeste Asiático é, a longo prazo, uma das regiões mais importantes do mundo. A região constituída pela costa ocidental norte-americana, o Japão e a Austrália, depende muito dos países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático, que integra as Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia), pelo menos nos próximos quinze a vinte anos. As três potências capitalistas da zona esperam que estes países lhes vendam todo o seu petróleo e carvão, de modo a cobrir a diferença entre as suas necessidades e os seus recursos. E isso sem mencionar riquezas como a bauxite e o facto da Indonésia ser a maior reserva de matérias primas do Mundo, logo a seguir à União Soviética e à China.

O interesse básico dos Estados Unidos na região seria, então, económico.

— Sim. Mas também estratégico. Porque se as forças de libertação, cada vez mais poderosas na Ásia continental, alastram e chegam às ilhas, o flanco norte-americano fica totalmente descoberto, a Coreia do Sul extremamente exposta e

todo o esquema norte-americano na região, que já sofreu sérios revéses na Coreia do Norte e na Indochina, desmoronar-se-ia.

A ligação entre a Ásia continental e as ilhas é de importância estratégica vital. A Indonésia é a ponte entre a Austrália e o continente asiático, e, ainda, entre o Oceano Pacífico e o Índico. Controla o estreito de Malaca, que é a rota marítima natural mais importante do Mundo, a de maior movimento, porque é ali que passam os petroleiros que se dirigem ao Japão. A Indonésia controla, também, os estreitos de Suma, por onde circulam os petroleiros quando o estreito de Malaca se encontra sobrecarregado pelo tráfico marítimo, e domina ainda os estreitos que ladeiam a ilha de Timor, por onde passam os submarinos nucleares norte-americanos. É por isso, diga-se de passagem, que a Indonésia «tinha» de agravar Timor e evitar a sua independência a todo o custo.

O papel do Japão e da Austrália

— Para além dos Estados Unidos, existem duas grandes potências na região: o Japão e a Austrália. Estes países têm uma política própria para o Sudeste Asiático? E, no caso de a terem, contradiz-se ela com a política norte-americana?

— A Austrália, naturalmente, não está ao mesmo nível do Japão e dos Estados Unidos em termos de poder económico e militar. Contudo, a Austrália é muito importante para Washington, já que possui grandes jazigos de minério, incluindo enormes stocks de urâno. A Austrália é, ao mesmo tempo, uma semicolonial em relação ao Japão, por ser um fornecedor de matérias primas, e um semi-imperialismo no Sudeste Asiático, onde investe, aproveitando a mão-de-obra barata indígena para a sua indústria manufactureira.

Os Estados Unidos, presentemente, vêem a Austrália com certa preocupação. Possuem ali bases militares onde nem sequer o primeiro-ministro australiano pode entrar. Possuem soberania norte-americana, e contra esta situação manifesta-se um crescente movimento popular. No entanto, o governo de Camberra pensa que a batalha contra o comunismo deve ser travada a norte da Austrália. Estão dispostos, pois, a manter tropas na Malásia, a ajudar a construir estradas no sul da Tailândia e a fornecer armas à Indonésia. Recordam com pânico a surpreendente aparição dos japoneses em Darwin, durante a Segunda Guerra Mundial, e sentem-se vulneráveis. Por isso estão definitivamente comprometidos a preservar o actual estado de coisas no Sudeste Asiático.

Com o Japão a situação é distinta, porque têm um poder comparável aos Estados Unidos e os seus próprios interesses. Representa um poder na região, como a Austrália não o pode ser.

Existe, no entanto, uma estratégia alternativa cada vez mais atractiva aos olhos da classe dominante japonesa: a de estar sempre um ou dois passos à frente dos Estados Unidos. Aceitam a realidade, e é por isso que, muito antes do colapso do regime de Thieu, em Saigão, os japoneses já viam que não havia futuro em continuar a investir no Vietname do Sul. E sabendo que o Vietname unido seria um factor económico importante no Sudeste Asiático, os japoneses começaram a encaminhar os seus negócios para o Vietname do Norte. Quando estive em Hanói, em 1966 e 1967, vi que os comboios de apropriação que iam às linhas da frente eram compo-

tos por novíssimos vagões japoneses. Procuravam que não fossem identificados com os Estados Unidos e antes da vitória já tinham «um pé na porta».

Um outro exemplo: depois da libertação do Kampuchea, em 1975, a Câmara Japonesa de Comércio foi a primeira a montar um comité especial para o Kampuchea, e o ano passado enviaram uma missão para discutir as relações comerciais.

Enquanto que os Estados Unidos não estão preparados nem sequer para falar com o Vietname ou o Cambodja, os japoneses já estão a negociar. Noam Chomsky chega a afirmar que se isto continua, acontecerá como se os Estados Unidos, vencidos e humilhados país após país, tivessem perdido a Guerra do Pacífico e o Japão a tivesse ganho, cultivando boas relações com o natural vencedor. Não sei se isto acontecerá, mas essa é a intenção japonesa.

O Japão está pois, em ambos os campos, mantendo aceitáveis relações com os países socialistas e fazendo grandes investimentos nos capitalistas...

Sim. Ainda com a vantagem dos investimentos japoneses nestes últimos países serem mais dinâmicos do que os norte-americanos. São feitos, sobretudo, à base de créditos ou capital móvel e investimentos de curto prazo. O Japão, desta maneira, não se compromete como fazem os Estados Unidos, que investem em capitais fixos, e depois são obrigados a defendê-los.

Sempre se podem retirar a tempo... Claro. É disso que se trata.



1979

Salvador Allende

«Conheço a morte e amo a vida»

O presidente chileno assassinado descrevia as raízes do seu compromisso político e os alinhamentos do governo popular que apenas se iniciava. Dez anos depois, o leitor poderá descobrir nos problemas que Allende prevê como dificuldades possíveis, as razões do seu trágico destino

Roberto Rosselini

EM 1971, durante a realização da Operação Verdade em Santiago do Chile, Danilo Trelles, amigo e colaborador de Salvador Allende, sugeriu ao Presidente a possibilidade de realizar uma entrevista filmada com Roberto Rosselini, destinada a ser difundida nos canais de televisão estrangeiros. Os trâmites necessários avançaram rapidamente e, em poucos dias, eis que chega a Santiago o conhecido realizador italiano, profundamente sensibilizado pela causa do povo chileno. Rosselini trazia preparado um questionário prévio para o submeter a Allende, mas o Presidente não o chegou a ler. As suas respostas foram, pois, improvisadas no momento. Mas, ainda assim, elas, na sua densidade conceptual, resumem o pensamento político de uma das personalidades mais apaixonantes da nossa época. Repetimos extractos dessa entrevista histórica, realizada a poucas semanas de Salvador Allende ter assumido o governo e que permaneceu inédita durante muito tempo. Recordamos aos nossos leitores que o texto integral da entrevista a Salvador Allende foi publicado no n.º 10 de *cadernos*, em Janeiro de 79.

O senhor procura uma revolução legal, em plena observância das regras democráticas que tantos movimentos revolucionários depreciam. Em geral, para a opinião pública, para o homem da rua, quando se fala de marxismo, fala-se de ditadura do proletariado. Porque razão pensa de maneira diferente?

Penso, efectivamente, que para a opinião comum é de facto assim. Mas quem leu um pouco dos teóricos do marxismo (e eu não sou um teórico do marxismo, mas um homem político que aprendeu na luta sem ter deixado de ler, porque estou certo que não pode haver ação revolucionária sem teoria revolucionária), sabe perfeitamente que cada país tem a sua própria realidade. A esta realidade há que adequar a tática, com um fim estratégico definido.

Como se entende uma revolução sob um ponto de vista sociológico? Uma classe social que é minoritária deixa de ter

Janeiro ed. port. n.º 10



Allende: coerente até à morte

nas suas mãos o poder e a fonte de poder porque outra classe social, que é maioritária e que esteve oprimida politicamente e frustrada economicamente, o assume.

Temos declarado sem rodeios ao país, que faremos uma revolução por vias legais. Não dissemos que seríamos a esquerda do sistema. Dissemos que alteraremos o regime capitalista para abrir o caminho ao socialismo, porque sabemos perfeitamente que o socialismo não pode ser implantado por decreto.

É por isso que, com base na realidade chilena, num país onde a consciência cívica tem uma determinada força por tradição, as Forças Armadas um sentido profissional preciso, onde a institucionalidade tem um peso e um conteúdo bem definido (o Congresso chileno funciona há mais de cento e vinte anos. Verifique que outro país da América Latina, ou até mesmo da Europa, tem algo de similar), frente a esta realidade, a única possibilidade é a eleitoral.

Mas, agora, dentro desta realidade e das leis da democracia burguesa ou da república liberal, podemos mudar as instituições. É a própria constituição actual que o estabelece.

O drama da América Latina

Quero colocar-lhe outra questão. Nós, italianos, sempre vimos a América do Norte e do Sul como um continente que oferecia enormes possibilidades de bem-estar aos trabalhadores europeus, particularmente a nós que vivíamos num país pobre que deu muitos emigrantes. Mas nestes últimos trinta e quarenta anos, a América do Sul empobreceu-se, enquanto nós enriquecemos. Se é justa a minha observação, como explica este fenômeno histórico?

Creio que o que sucede na América Latina está directamente ligado ao processo de concentração capitalista, fundamentalmente nos países industrializados. Definimos o imperialismo como a última fase do capitalismo. O capital financeiro dos países industrializados procura um lugar de investimento nos

países onde pode obter mais lucros, maiores margens de rendimento.

Na fase inicial da semi-independência política dos nossos povos, a Inglaterra fez investimentos, no caso do Chile, no salitre. Depois, os Estados Unidos entraram em concorrência com a Inglaterra e foi então que começaram os investimentos norte-americanos.

Os países em vias de desenvolvimento são países que vendem matérias-primas. Vendemos a fraco preço e compramos a preços caros. Ao importar, temos de pagar o salário do operário e o rendimento do técnico norte-americano. Desta maneira, os termos de troca têm sido sempre prejudiciais para a América Latina e para o Chile.

O processo de inflação faz com que nos vejamos constrangidos a vender cada vez mais matérias-primas para importar a mesma quantidade de produtos acabados. Esta é a realidade do nosso país. Por isso se agrava continuamente a distância que separa os países industrializados, isto é, os países capitalistas, dos países em vias de desenvolvimento.

Neste último decénio, é mais o que tem saído dos países da América Latina do que o que tem entrado. Este drama faz com que a América Latina se empobreça cada vez mais, enquanto se consolida o capital estrangeiro, fundamentalmente o capital internacional, que extrai destes países lucros extraordinários, em comparação com os alcançados nos seus próprios países.

A nacionalização do cobre

A seu ver avizinha-se a etapa das nacionalizações. A do cobre, fundamentalmente, tocará aos interesses norte-americanos. Como crê que poderão evoluir as relações com os Estados Unidos e quais as suas previsões?

Você tocou, Roberto Rosselini, num dos problemas mais complicados. Na realidade, temos dito e repetido constantemente, que quando pretendemos — e fá-lo-emos — nacionalizar as riquezas fundamentais do Chile, actualmente nas mãos do capital estrangeiro, não procuramos actuar contra os Estados Unidos. Sentimos afecto e respeito pelo povo dos Estados Unidos, pela sua história. Os dirigentes políticos chilenos e latino-americanos conhecem muito bem o pensamento de Washington, de Jefferson e, fundamentalmente, de Lincoln. Além disso, conhecemos os seus escritores e os seus artistas...

Mas, a realidade é outra. Temos necessidade, sobretudo, do excedente da nossa economia, que hoje sai das nossas fronteiras. Posso, por exemplo, dizer-lhe que em sessenta anos saíram do Chile 9800 milhões de dólares, e que todo o capital social do Chile tem sido avaliado em dez mil milhões. Ou seja, praticamente o Chile inteiro tem saído das nossas fronteiras para reforçar as grandes empresas internacionais.

Vale a pena dizer que se dá o facto — incrível — de países que vão mendigar uma certa quantidade de milhões em empréstimos, e que são exportadores de capitais. Bom, pensamos que o povo e o governo norte-americanos devem compreender que procederíamos da mesma maneira se os capitalistas fossem soviéticos, franceses ou italianos. Não temos preconceitos, nem contra os Estados Unidos, nem contra o seu povo.

Estamos, por exemplo, dispostos a firmar um contrato com os Estados Unidos para lhes vender cem ou duzentas mil toneladas de cobre, se disso tiverem necessidade. Mas o cobre

deve ser nosso, porque é fundamental para o Chile. Mas qual é o fundo do problema? O problema é que, logicamente, não devemos indemnizar porque não procuramos apropriamo-nos desta riqueza, mas pagar o que efectivamente deve ser pago.

Devemos estudar caso por caso para saber quais têm sido os investimentos iniciais, quais os reforços efectivos de capital, quais têm sido os lucros, quais os reinvestimentos, que ampliações se têm feito na base de créditos que pesam sobre as companhias.

As companhias têm, neste momento, dívidas de cerca de 670 milhões de dólares. Não estamos a proceder à priori com uma atitude agressiva, e isto deve compreender o Departamento de Estado norte-americano.

Penso, na verdade, que devemos chegar a um acordo. Temos tido outros acordos com empresas norte-americanas, aqui no Chile. Chegámos a um acordo com a Bethlehem, temos comprado as minas de ferro que nos interessavam, e não tem havido nenhum conflito, nenhum problema.

Trataremos, e fá-lo-emos, com a companhia dos telefones, no sentido de ser feita uma empresa mista, ou nacionalizá-la-emos. Mas estamos a proceder dentro das leis e da soberania do Chile. Só reclamamos respeito pela autodeterminação e soberania dos povos, e esperamos que não surjam conflitos, porque não temos intenção de os criar.

Mas tão pouco é nossa intenção ter uma atitude de submissão ou de mendicidade. Exercemos um direito de país soberano e procederemos com base nas leis chilenas. Além disso, damos garantias às companhias. Estabelecer-se-á o montante da soma a pagar a um Tribunal Especial, em que predominarão os representantes do poder judicial. Que maior garantia podemos dar? Penso que não se pode ceder nem dar mais.

«A América para os americanos»?

Creio que se pode constatar que a tendência tradicional dos países latino-americanos foi a de ter relações preferenciais com os Estados Unidos. Aspiram agora começar uma nova era de relações livres com todo o Mundo. Não é assim?

Bolívar dizia: «Os Estados Unidos querem sujeitar-nos na miséria, em nome da liberdade». Martí disse frases muito mais duras. Não quero repeti-las, porque, de facto, faço distinção entre o povo norte-americano e os seus pensadores e, por outro lado, a atitude muitas vezes transitória de alguns dos seus governantes, a política do Departamento de Estado e os interesses privados que contaram com o apoio norte-americano.

Na realidade, a doutrina Monroe consagrou um princípio: «A América para os americanos». Mas este não foi efectivamente observado, porque na América do Norte há um desenvolvimento económico que não existe na América Central e do Sul. O problema não foi resolvido numa base de igualdade de interesses, de comunidade de interesses. Defender o princípio da «América para os americanos» através da doutrina Monroe, sempre quis significar a «América para os norte-americanos».

Conhecemos bem o drama da América do Sul, que apesar de ser um continente potencialmente rico, é um continente pobre, fundamentalmente devido à exploração de que é vítima por parte do capitalismo privado norte-americano.

Saddam Hussein

A unidade dos povos em luta

«Aqueles que são alvo dos desígnios imperialistas devem coordenar os seus esforços» – declarou-nos o presidente iraquiano.



Foi só nos últimos anos que se assistiu a um estreitamento das relações entre o Mundo Árabe e a América Latina. A distância e a língua, entre outros factores, estiveram na base desse afastamento que começou, no entanto, a esbater-se. Como encara o Iraque as relações com a América Latina?

Um dos nossos conceitos básicos é que as actividades do imperialismo em todo o Mundo, não importa as formas que adoptem, não importa de onde provenham, estão ligadas entre si, fazem parte de um esquema montado e organizado. Todos os seus movimentos se destinam a manter a situação tal como está. É evidente a coordenação de informações e de actividades com forças paralelas.

Estes factos demonstram que os povos que são alvo dos desígnios imperialistas também têm que coordenar esforços. Não importa a diferença dos seus programas nacionais. Esses países têm que estar unidos em torno do objectivo comum que é a resistência ao imperialismo e à opressão.

Por esta razão, cremos que a luta do Iraque e da Pátria Árabe deve estar estreitamente ligada à luta de outros povos e, muito particularmente, à dos povos da América Latina.

Israel, uma entidade racista

Como encara o papel desempenhado por Israel, não só no Médio Oriente como na cena internacional?

Nós consideramos Israel como uma entidade racista, fundada com o objectivo principal de servir os propósitos imperialistas e apoiar as acções contrárias aos desejos dos povos árabes de ter governos independentes. Por essa razão, não nos surprende ver Israel actuar sempre ao lado das forças opressoras, contra os perseguidos, ao lado de governos corruptos contra os povos dominados. É sob este prisma que vemos as actividades de Israel em qualquer lado em que elas se desenvolvam.

A unificação do mundo árabe

Como encara o processo de unidade árabe?

A Nação Árabe, nos últimos cem anos, foi separada em pedaços e numerosas forças internacionais estão a actuar contra os seus interesses. Mas os povos árabes sempre ambicionaram a unidade e a liberdade. Por esta verdade histórica, e porque não podemos aceitar com resignação a destruição da unidade árabe, é que trabalhamos activamente no sentido inverso. Estamos convencidos de que a unidade árabe será um dia conquistada, de uma maneira ou de outra, e que isso vai ao encontro da vontade do povo árabe e do desafio da História, porque corresponde às necessidades do presente e às exigências do futuro.

O que resumidamente queremos dizer é que o processo de unificação da Nação Árabe expressa sinceramente o desejo de todo o povo árabe, seja ele qual for, ainda que esse desejo se manifeste de maneira diferente de lugar para lugar.

O imperialismo e o sionismo são os principais inimigos da unidade. Eles vão tentar minar a unidade árabe de muitas formas. Mas essa acção, a longo prazo, virar-se-á contra eles. Porque o que conseguem com as suas actividades subversivas é que a Nação Árabe tome cada vez mais consciência de que sem unidade nunca se libertará dessas duas forças malignas.

Encontrávamo-nos em Bagdade quando tomaram o poder, no Irão, as forças dirigidas pelo ayatollah Khomeiny. Vimos como o povo e o governo do Iraque estavam satisfeitos com a vitória popular que pôs fim à ditadura. O xá era um inimigo evidente das forças árabes progressistas. Por essa razão, as correntes mais avançadas de todo o Mundo estavam em grande expectativa quanto ao futuro das relações entre os governos de Teerão e Bagdade. No entanto, as notícias que correm agora a esse respeito não são tão optimistas. Como encara o processo que se vive no Irão?



É natural que a partida do xá tenha sido acolhida com alegria por todos os povos que lutam nas diferentes partes do Mundo. O regime do xá estava ligado às engrenagens do imperialismo. Era um bastião do imperialismo e dos interesses que ele defende.

Mas a luta do Terceiro Mundo tem características definidas e conhecidas. Uma revolução pode derrubar uma tirania, mas em que medida pode erradicar de um regime essas características e instalar no seu lugar outro que corresponda aos interesses do povo?

Para alcançar uma mudança profunda do regime, são necessárias medidas muito concretas, de modo a defender claramente os interesses populares. Não basta remover um regime ditatorial e reaccionário. Se os que tomarem o poder no seu lugar não forem revolucionários, nunca poderão reunir as condições que são necessárias ao processo das mudanças revolucionárias.

Para edificar um regime revolucionário, em que o povo detenha realmente os recursos do Estado e realize as suas aspirações de uma maneira responsável, têm que existir metas definidas e uma clara demarcação anti-imperialista.

Mas não quer dizer que todos aqueles que se propunham mudar um regime o consigam. Nem sequer se pode afirmar que todo o revolucionário venha a poder transformar um regime reaccionário em revolucionário. Pode acontecer que, se não tiver objectivos bem claros, venha a construir um regime que não tenha os requisitos necessários para que possa chamar-se revolucionário. □

(N.M. e B.B.)

ser nosso, porque é fundamental para o Chile. Mas qual é o fundo do problema? O problema é que, legalmente, n

SOGUIPAL (ex-ACTIMESA)

**Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL**

IMPORTAÇÃO:
Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:
Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
Áreas administrativa e financeira

**ÁREA GEOGRÁFICA DE
ACTUAÇÃO:**
Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.^o
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62-85

Albert René

Um socialismo com projecto próprio

A denúncia do presidente das Seychelles das campanhas desestabilizadoras lançadas pelos grupos que perderam o poder no país e a sua afirmação de que o povo é o juiz máximo do processo revolucionário em curso nas ilhas

Beatriz Bissio

PRESIDENTE, o seu país tem sido vítima de várias tentativas desestabilizadoras por parte dos grupos destituídos do poder. Qual é a sua opinião sobre a situação actual?

Como se sabe, as Seychelles estão na rota do petróleo e isso está na base dos nossos problemas. Encontramo-nos numa área que os norte-americanos protegem com poderosos arsenais, e somos por isso submetidos a pressões. Estamos rodeados de bases militares: a de Diego Garcia, construída pelos norte-americanos; a da Ilha Reunião, francesa, e por todas as bases do Índico destinadas a assegurar os interesses ocidentais na região. Tendo Madagáscar e as Seychelles governos de definição socialista, esses grupos de interesses lançam, sistematicamente, campanhas de desestabilização.

Tiveram êxito nas Comores. O objectivo agora é fazer retroceder o processo das Seychelles. Neste contexto optamos pela única via a seguir: mantermo-nos vigilantes e estabelecer as estruturas necessárias para podermos continuar no poder.

Como se mantém essa vigilância? Que estruturas montaram para assegurar a continuidade do processo?

Temos dois processos: o primeiro, pela integração de todo o povo no sistema de defesa. Nas Seychelles todo o homem, mulher e criança é um militante. Não se descarta a vigilância de nenhum ponto das ilhas a fim de detectar qualquer movimento suspeito. O povo é a nossa força de defesa.

A segunda forma de defesa é uma *joint-action* (acordo militar) entre Madagáscar, a Tanzânia e as Seychelles.

Os que fomentam a desestabilização não contam com nenhuma forma de apoio interno?

O esforço para organizar uma contra-revolução interna não foi frutuoso porque o nosso povo comprehende que os que fomentam a desestabilização só querem prejudicá-lo. A nossa campanha de mobilização das massas foi um êxito que pode ser comprovado por qualquer pessoa que visite as Seychelles. A



René: sólidas bases populares

mobilização é total. Famílias inteiras fazem turnos de vigilância durante a noite para detectar uma possível invasão de mercenários. Porque o problema é externo e não interno.

Igualdade de direitos

Qual é o papel da mulher na nova sociedade que estão a edificar?

Nas Seychelles tratamos as mulheres como homens...

Boa resposta. Mas como se traduz isso na prática?

Temos uma organização de mulheres que tem a sua própria representação no Congresso do nosso partido, da mesma forma que temos uma União Nacional de Trabalhadores que também está representada no Congresso e uma Associação Nacional de Juventude.

E no campo da legislação, dos salários e das possibilidades de acesso à educação?

São exactamente iguais os direitos dos homens e das mulheres. Nas Seychelles a mulher não tem entraves legais de nenhuma ordem.

Construir uma economia socialista

No plano interno, quais os avanços mais significativos?

Em Junho de 1977, com a tomada do poder pelo *Seychelles People's United Party* (SPUP), começou a nova revolução. Desde então estamos a fazer as mudanças estruturais necessárias para construir uma sociedade socialista. Nacionalizámos todas as escolas e estabelecimentos de saúde. Estamos agora a fazer a Reforma Agrária para dar ao povo terra para trabalhar, uma vez que ela anteriormente estava nas mãos dos latifundiários. Continuaremos com a tarefa de colocar os meios de produção ao serviço do povo.



Creamos estar em condições de estabelecer, nas Seychelles, um Estado Socialista com um projecto próprio. Muita gente pensa que para se ser socialista é necessário copiar o que os outros fizeram. Nós, pelo contrário, pensamos que devemos estudar a melhor maneira de atingir essas metas de acordo com a realidade das nossas ilhas.

Antigamente a nossa economia estava totalmente dependente do turismo. Nós decidimos mudar o eixo central dessa economia dedicando-nos à agricultura, à pesca e ao desenvolvimento das outras ilhas que, no passado, não estavam habitadas.

Cooperação horizontal

Quando um país decide mudar as suas estruturas para seguir o caminho do socialismo surge, geralmente, o problema da falta de tecnologia para desenvolver novas áreas económicas. Como se está a encarar, nas Seychelles, este assunto?

Creamos que muito se pode fazer no plano a que chamamos «cooperação horizontal», quer dizer entre países em desenvolvimento. Por exemplo, solicitámos cooperação tecnológica à Índia. Pedimos que viessem às Seychelles observar algumas das nossas pequenas indústrias e que nos orientassem no seu melhoramento. Temos que saber o que podemos aprender uns com os outros. Se nos virarmos para os Estados Unidos, para a Europa ou mesmo para a União Soviética, constatamos muitas vezes que a sua tecnologia não se adequa às necessidades do nosso país.

A desnuclearização do Oceano Índico

Uma das preocupações constantes dos governos da região é a desmilitarização e desnuclearização do Índico. As Nações Unidas e o Movimento dos Não-Alinhados fazem-se eco dessas preocupações denunciando a política militarista na região. Qual é a sua opinião sobre este assunto?

Nós consideramos que este problema merece uma atenção muito especial. A região tem, como se sabe, um grupo de partidos políticos progressistas que se reúnem todos os anos para traçar linhas políticas e discutir o estabelecimento das acções diplomáticas a efectuar em diferentes organizações e níveis. Até agora não tivemos muito êxito, pelo contrário, os norte-americanos aumentam a sua presença militar na base de Diego Garcia. No entanto, fazemos pressões diplomáticas para que essas instalações sejam abandonadas.

(B.B.)

DO PETRÓLEO AO PLÁSTICO A EPSI TEM A PRIMEIRA PALAVRA



Uma indústria vital no local certo

EPSI

EMPRESA DE POLÍMERO DE SINES SARL

RUA DE ARTILHARIA UM, 79-79 1200 LISBOA

1980

Yasser Arafat

«A história nunca mente»

Em Abril de 1980 o presidente da OLP denunciava os planos expansionistas israelitas e reafirmava a decisão dos palestinos de ter um Estado independente

ESTA foi a primeira entrevista exclusiva que Yasser Arafat concedeu a *cadernos do terceiro mundo*. O momento já era difícil no Líbano, do ponto de vista militar, para a população palestina e os libaneses progressistas. No início de 1982, publicámos uma matéria de capa (ver n.º 42 «Até onde irá Israel»), com uma segunda entrevista de Arafat, concedida ao nosso enviado especial, Moacir Werneck de Castro, na qual o líder palestino abordava já abertamente a denúncia de uma previsível invasão israelita ao sul do Líbano. Em Junho deste ano — quando a invasão realmente começou em grande escala — os nossos editores, Neiva Moreira e Beatriz Bissio, estavam em Beirute e publicámos uma edição especial sobre o tema. Uma terceira entrevista com Arafat, marcada na altura, não chegou a realizar-se devido à invasão.

No ano passado o senhor fez uma série de viagens, particularmente a países da Europa Ocidental, o que nós poderíamos chamar uma ofensiva diplomática da OLP em áreas que anteriormente pareciam ser sólidas aliadas do Estado de Israel. Qual a sua avaliação dessa ofensiva?

— Tivemos êxito, sensibilizámos muita gente sobre a situação do nosso povo e desmascarámos a política do regime israelita, as suas agressões contra o nosso povo, o seu papel real: ser um instrumento dos monopólios imperialistas e colonialistas naquela área e testa-de-ferro dos norte-americanos, defendendo os seus interesses na região. Também denunciámos os seus crimes contra a população civil, contra as nossas crianças, usando armas altamente sofisticadas, algumas delas proibidas, como as bombas de fragmentação, bombas plásticas, napalm e outras das quais nem sequer sabemos o nome. Também tivemos êxito ao fazer com que organizações e Estados reconhecessem a OLP como o único representante do povo palestino, e a nossa luta pela criação de um Estado palestino independente, um país livre que deseja o regresso à nossa pátria de todos aqueles que foram expulsos do território nacional

Abril ed. port. n.º 22



Arafat: apolo internacional

(60% da população palestina) e perseguidos pela Junta militar israelita.

O mini-Estado

Qual seria a posição dos países europeus diante da eventualidade da criação de um mini-Estado palestino independente?

Em primeiro lugar, é preciso que fique claro que não há nenhuma iniciativa para um mini-Estado palestino independente. Só nos ofereceram a auto-administração. É verdade, porém, que alguns Estados europeus mencionaram o direito do povo palestino de ter uma pátria. Nada mais que isso, somente slogans e alguns comunicados conjuntos. Eles estão a apoiar os israelitas, os ocupantes do meu país, a pátria do meu povo. Apoiam a ocupação da Palestina e mencionam algumas justificativas para isso. Dão a Israel apoio económico, financeiro, militar, político e diplomático. Mas depende do país: alguns, como os Estados Unidos, dão-lhes todos esses apoios; outros, somente lhes dão alguns deles. Começamos a perceber, no entanto, ligeiras mudanças na opinião pública ocidental. Mas nada de decisivo.

Acredita que o mini-Estado seria uma solução viável?

— Não esqueça que sou o presidente da OLP e que fui eleito de acordo com um certo programa...

Esquecer como?...

— Bem, eu tenho que lembrar-lhes disto porque um dos pontos importantes do nosso programa, aprovado nas últimas sessões do Congresso Nacional da OLP, define que os palestinos têm o direito de estabelecer um Estado independente em qualquer lugar da Palestina abandonado pelos israelitas ou que tenha sido libertado. De acordo com essa resolução, estamos a lutar para a tornar viável.

Acredita que as operações realizadas nos últimos dias, os recentes incidentes em Beirute, estão ligados com uma ofensiva global contra a OLP e os refugiados palestinos?

— Sim, com certeza. É uma parte dessa ofensiva. Eles falam abertamente de uma coordenação com as falanges em Beirute e no norte do Líbano. Já existem alguns peritos aqui, no chamado SKS, o departamento de segurança das falanges. Begin afirmou sem dissimulação que tinha oferecido dinheiro, mais de um bilião de libras libanesas — além de apoio militar em armas, tanques e artilharia — às falanges e às forças reacionárias em geral.

Considera que um ataque neste momento pode desencadear um conflito mais global no Médio Oriente?

— No nosso quartel-general temos que colocar sobre a mesa todas as hipóteses. Temos que trabalhar com todas as probabilidades.

Acredita que os norte-americanos estariam interessados numa explosão generalizada no Médio Oriente?

— Napoleão disse uma vez que é extremamente difícil combater ou enfrentar um general estúpido, porque nunca se sabe como ele poderá reagir, nem onde, nem quando. E eles, na minha opinião, são estúpidos.

Como vê o senhor a correlação de forças entre os israelitas e a resistência palestina?

— É óbvio que, em todas as lutas que tivemos com os

Guerrilheiros palestinos no Líbano: uma resistência heróica



israelitas havia uma terrível disparidade de forças. Não se pode comparar. Recordo-me de que, no ano passado, Ezer Weizmann, numa intervenção no Parlamento israelita, disse, dirigindo-se a nós: «Estes palestinos têm de compreender que nós temos mais artilharia do que eles.» Eu nunca disse que nós temos mais artilharia do que eles. Não se pode comparar. Eles têm milhares de peças de artilharia. Nós temos apenas dezenas. Mesmo assim, nós enfrentamo-los. Temos determinação. Um líder norte-americano no Vietnam pediu, uma vez, à administração em Washington que lhe fornecesse 3 mil aviões de vários tipos: *Phantom*, helicópteros, B-52. Afirma que logo que recebesse essa quantidade de aviões estaria em condições de vencer os vietnamitas. Quais foram os resultados? O embaixador norte-americano em Saigão (hoje, Ho Chi Minh) viu-se obrigado a fugir num desses aviões.

Perguntámos isso porque notamos-lhe cansaço, mas não tensão nem preocupação.

— Podem estar tranquilos. Nós sabemos que o balanço de forças pende para o lado deles. Porque nós não estamos só a enfrentar Israel, estamos a enfrentar os Estados Unidos, estamos a enfrentar o Ocidente que apoia e arma Israel. Mas, como já mencionei, a questão não está nas armas mas sim na determinação de vencer. E isso temos nós. De modo que estou certo de que mais cedo ou mais tarde havemos de alcançar a nossa vitória. Nós não estamos preocupados com o tempo, porque estamos do lado da História. Eles estão contra. E a História nunca mente.

Vasco Gonçalves

O 25 de Abril seis anos depois

Seis anos depois do derrube do regime colonial-fascista, o primeiro-ministro de quatro governos provisórios fez um balanço da revolução portuguesa e falou-nos das ingerências imperialistas na descolonização angolana

Carlos Pinto Santos

SE a coragem individual é, também, um elemento participativo da História — embora esta não seja feita de actos isolados dos indivíduos — o general Vasco Gonçalves assumiu um papel de grande relevância na vida recente dos portugueses.

Acima de tudo, porque reconhecidamente, desde o início do processo revolucionário, o general Vasco Gonçalves optou com clareza pela defesa das classes trabalhadoras, sem um momento de hesitação ou tibieza. Depois, porque, oficial superior de umas Forças Armadas desprestigiadas mas desejosas de alterar a sua imagem, se colocou ao lado dos jovens oficiais que desencadearam a madrugada triunfante de 25 de Abril. Mais tarde, porque, determinado e lúcido, se opôs a todas as tentativas de inversão, dando às forças trabalhadoras a primazia na condução do processo. Mas coragem também quando após uma retirada que a História, um dia, hárde esclarecer e julgar, tem permanecido de uma coerência exemplar.

De tudo isto e ainda da originalidade e da honestidade política que sempre soube pôr nos seus actos de governante, o general Vasco Gonçalves granjeou em todos os portugueses realmente interessados num país socialista, um apreço indiscutível que leva a que as poucas palavras que tem dado a público, desde o seu desaparecimento da cena político-militar, sejam ouvidas ou lidas com natural curiosidade e ansiedade.

Vasco Gonçalves é um homem que, definitivamente, faz parte da História portuguesa. No passado, no presente e no futuro.

cadernos do terceiro mundo ouviu-o na passagem do 6.º aniversário do 25 de Abril.

A seis anos do 25 de Abril de 1974 e dada a actual situação política, considera que o programa do MFA e os ideais que animaram o Movimento dos Capitães se cumpriram?

Considero que sim. O programa do MFA era um programa de derrubamento do fascismo, de democratização das instituições portuguesas e de lançamento dos fundamentos de uma política anti-monopolista que tivesse por objectivo satisfazer as necessidades das classes mais desfavorecidas.



Julgo que o programa foi cumprido e que terá excedido as expectativas, por exemplo quanto à descolonização.

O 25 de Abril teve, na minha opinião, um significado universal porque deu, não só, possibilidades de contribuir para a libertação dos povos que vinham lutando contra o colonialismo e o fascismo português, como também, em certa medida, contribuiu para a formação de Estados verdadeiramente democráticos que têm por objectivo o progresso social e o desenvolvimento nacional por uma via independente não capitalista.

Os capitães politizaram-se na guerra colonial

Como se explica que os vencedores do regime colonial-fascista tenham surgido precisamente no seio da Instituição destinada e educada para o defender, isto é, nas Forças Armadas?

Eu penso que a causa disso foi, basicamente, a prática da guerra colonial. Os militares honestos que foram à guerra, tanto os que tinham uma formação distorcida pela instrução que lhes ministriavam na Escola do Exército como os milicianos pela educação que recebiam nas escolas, verificaram o que significava uma guerra colonial. Tratava-se do prolongamento da exploração dos povos das colónias portuguesas por meio da violência armada. Eles verificaram concretamente que não estavam a defender os interesses superiores da Nação mas os interesses do grande capital, nacional e estrangeiro, dos colonialistas e de alguns funcionários do aparelho administrativo colonial que lá se tinham instalado para fazerem carreira.

Verificaram também a mentira, o desajustamento total que havia entre as grandiloquentes declarações dos governantes e a prática política, económica e social nas colónias. Os jovens oficiais, em particular, consciencializaram-se politicamente.

O período mais criador da revolução

O período em que foi primeiro-ministro constituiu um tempo de esperança e de profundas alterações sociais e económicas.

Iniciou-se a construção, depois detida, de uma sociedade nova. A direita, e não só a direita, chama, porém, a esse período, de «ditadura gonzalvista». Como caracteriza esse período? Quais as transformações ocorridas nessa época que considera principais?

Esse período foi o mais criador da Revolução. Nele foram operadas profundas transformações nas estruturas económicas, sociais e políticas da sociedade portuguesa.

Ao realizarmos essas transformações, estávamos a salvar a economia portuguesa do caos a que conduzia o boicote dos grandes monopolistas e latifundiários. Sabemos muito bem que os latifundiários abandonavam as terras, que havia gente que fazia os negócios mais exquisitos que se pudesse imaginar.

Tudo isso se conjugava com a pressão do imperialismo internacional para nos criar enormes dificuldades, quer quanto à liquidação de compromissos financeiros anteriores ao 25 de Abril, quer no escoamento dos nossos produtos, quer na vinda dos turistas, nas remessas dos emigrantes, etc. Durante esse período os turistas não vinham, e isto era um país pacífico com muito menos atentados, menos destruições que em Espanha ou Itália que tinham dezenas de milhões de turistas. Eram feitos, propulsivamente, programas na televisão francesa, por exemplo, para criar um ambiente péssimo à vinda de turistas a Portugal. Estes foram os aspectos mais salientes do boicote internacional.

Esquecia-me de referir ainda as exigências quanto a pagamentos das nossas obrigações internacionais acerca de investimentos que foram feitos nas ex-colónias.

O presidente Costa Gomes dá posse a Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro do V Governo Provisório, Agosto de 75



Mas o que eu considero fundamental foram a nacionalização da Banca e dos Seguros, dos sectores básicos da produção e dos transportes, a Reforma Agrária, a legislação laboral, os direitos sindicais, os direitos públicos, as liberdades cívicas e políticas.

Isso foi conseguido pela actuação do movimento popular e do movimento das Forças Armadas. Aí revelou-se, de facto, a aliança entre o povo e o MFA.

A descolonização é um facto irreversível. Apesar do dramático caso de Timor, pode-se considerar que a descolonização portuguesa foi das menos dolorosas das descolonizações europeias. Porém no caso de Angola, é convicção generalizada que muito se poderia ter evitado. Quais os motivos por que isso não foi possível?

Desde o início que os elementos do MFA mais esclarecidos, mais patriotas, mais conhecedores do que se passava nas ex-colónias, pretendiam que a descolonização fosse limpa, não neo-colonialista. Tínhamos a consciência de que Portugal tinha responsabilidades históricas em relação a povos que tinham sido oprimidos e explorados pelo colonialismo português.

Procurávamo que as condições que fossem criadas aos novos Estados no seu arranque fossem de modo a possibilitar-lhes escolher livremente o caminho que entendessem e, por outro lado, caminharem de mãos dadas com Portugal. Nalguns casos conseguimos isso. Noutros foi pior — e um dos casos em que foi pior foi, precisamente, o de Angola, e porquê?

A intervenção do imperialismo

Parece-me, e sem preocupação de elaborar uma exposição muito estruturada, que devemos salientar certas particularidades da descolonização de Angola.

Em primeiro lugar, o peso da população branca. Em seguida, os interesses imperialistas. Depois, em Angola, apareceram três movimentos que se intitulavam de libertação mas, na realidade, havia, um só movimento de libertação nacional, o MPLA. A FNLA era apoiada pelo Zaire, pela China e pelos americanos. A UNITA era apoiada pelos interesses dos colonos brancos, e mais tarde, ao longo do processo de descolonização, pela África do Sul.

O problema complicava-se ainda mais pelos interesses neocolonialistas existentes aqui em Portugal e de que era expoente o general Spínola. O encontro do Sal com Mobutu procurava privilegiar a FNLA, exprimir esses interesses.

Os trágicos acontecimentos em Angola foram provocados pela intervenção imperialista e pelos meios neocolonialistas portugueses que apoiavam a UNITA e a FNLA. A luta intestina destinou-se a fomentar o caos em Angola.

Com o êxodo dos portugueses havia dois objectivos fundamentais, partilhados pelas forças reacionárias nacionais e internacionais: por um lado, desmantelar a economia angolana, privando-a dos seus quadros; por outro, travar o processo revolucionário aqui em Portugal com o acesso de cerca de 300 mil retornados que se sentiam naturalmente frustrados nas suas expectativas de futuro e que constituíam um grande campo de recrutamento das forças reacionárias portuguesas, além de nos colocarem graves problemas económicos e sociais.

Um exemplo: o governo português, a braços com a situação e querendo satisfazer a vontade dos que desejavam regressar a Portugal, precisava de um auxílio para a ponte aérea a estabelecer. Aí intervêm, para além de outras, pressões dos norte-americanos que se propõem apoiar a ponte aérea desde que não seja o V Governo Provisório que esteja no poder.

Portugal tem todo o interesse em estreitar relações com os novos países africanos

Como analisa a evolução das relações de Portugal com os novos países africanos de língua portuguesa?

Desde o princípio, estava no nosso espírito o estabelecimento de relações exemplares com esses países africanos. As relações tinham de ser moldadas numa base não imperialista, não colonialista, anti-apartheid e progressista.

Das relações estreitas com esses países só temos a beneficiar em todos os campos, no político, económico, cultural, etc. As nossas economias na fase actual do desenvolvimento poderiam, de certo modo, ser complementares. A construção do socialismo em Angola e em Moçambique, por exemplo, é uma acção piloto em África, terá repercussões profundíssimas em todo o continente e será um exemplo para a verdadeira libertação dos povos africanos.

Os interesses imperialistas pretendem hoje que Portugal seja o elo intermediário dos interesses da Europa capitalista, e, portanto, tem de haver muita lucidez da parte dos dirigentes portugueses, sinceramente empenhados na ligação com a África, para que a nossa política africana não redunde em ponta de lança dos interesses do imperialismo.

Por isso, as aberturas que possam haver da parte do Presidente da República em relação a esses povos, desde que tenham por objectivo os legítimos interesses de Portugal e dos povos das ex-colónias, só poderão contribuir para o fortalecimento da nossa posição política internacional como Estado independente.

Na medida em que tenhamos uma política externa autónoma, uma política de estreitamento das relações com os países não-alinhados, com os países do Terceiro Mundo e, em particular, com os países que sigam uma linha independente de desenvolvimento nacional e até de desenvolvimento não-capitalista, nessa medida nós poderemos fortalecer a nossa posição internacional e reforçar a nossa independência nacional.

As lições do processo

Que ensinamentos pessoais lhe trouxe toda a sua experiência como primeiro-ministro e figura preponderante do MFA?

O primeiro ensinamento foi o de que a questão fundamental dumha revolução é a questão do poder. Nós nunca conseguimos dispor de um poder verdadeiramente revolucionário, coerente, coeso, salvo em certos períodos muito curtos. Talvez nesses períodos não tenhamos sido audaciosos, determinados. Admito que se possam fazer essas críticas.

O segundo ensinamento é o de que não é possível em Portugal existir um verdadeiro regime de liberdades, direitos cívicos políticos e sindicais, uma política de desenvolvimento económico nacional, ao mesmo tempo que o poder dos monopólios e latifúndios.

Uma terceira lição foi a do carácter de emergência de que se revestiram as medidas de nacionalização da banca e dos seguros, da nacionalização dos sectores básicos da produção e transportes, da Reforma Agrária. Esse carácter de emergência, de medidas de avanço da economia nacional, resultou da sabotagem e do boicote económicos, da luta que por todos os meios, incluindo os violentos, moviam os detentores do antigo poder económico contra a nova situação democrática, contra a nossa economia, contra os trabalhadores, contra o movimento popular, contra o MFA.

Finalmente, um outro ensinamento: a inter-relação, a conexão que existe entre os factores objectivos, os factores subjectivos e o papel das personalidades na história.

Os factores objectivos desenvolvem-se ao nível das relações estruturais, relações materiais de base, relações que se produzem e reproduzem no acto produtivo, independentemente da vontade dos homens ou dos homens tomarem delas consciência. Os factores subjectivos desenvolvem-se ao nível da consciência social, das ideias, dos objectivos das pessoas e das organizações políticas, associativas, etc., que elas criam para prosseguirem esses objectivos, a realização dessas ideias, etc.

No campo subjectivo desenvolve-se a ação de certas personalidades através das quais se exprimem as forças sociais em movimento, exprimem correntes de opinião. São personalidades que podem desempenhar um importante papel no conjunto do movimento social, dadas as forças que representam, os cargos que ocupam, as relações no interior do aparelho de Estado.

José Eduardo dos Santos

Por uma África livre

O presidente angolano explicava como a independência do Zimbabwe incidiu no contexto africano, analisava a situação na Namíbia e definia as metas do MPLA-Partido do Trabalho para completar a libertação da sua pátria

Altair L. Campos

JOSÉ Eduardo dos Santos, 39 anos, presidente da República Popular de Angola, chegou à chefia do Estado após a morte de Agostinho Neto, por indicação unânime do Comité Central do Movimento de Libertação de Angola — Partido do Trabalho. O presidente foi militante e combatente no MPLA pela libertação da dominação colonial portuguesa. Engenheiro especializado em petróleo e comunicações, José Eduardo dos Santos aborda não só importantes temas do processo revolucionário angolano, como também analisa a libertação do Zimbabwe e a luta do povo da Namíbia pela independência.

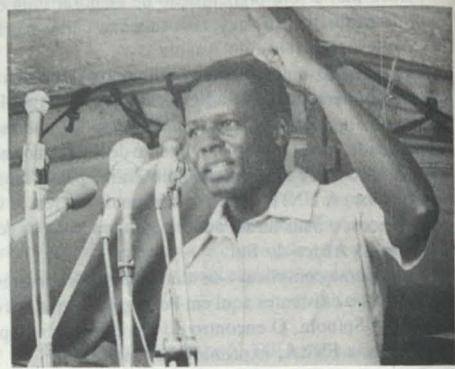
Sr. presidente, na sua opinião qual a repercussão da independência do Zimbabwe em relação à África Austral?

— A independência do Zimbabwe representou, em primeiro lugar, um grande triunfo para o seu povo e, em segundo lugar, foi também uma grande vitória para todos os países da Linha da Frente que, durante longos anos, não pouparam esforços para dar o seu apoio efectivo, tanto no plano material como no plano logístico e diplomático, aos combatentes da Frente Patriótica. Essa vitória teve repercussões tão positivas na África Austral que ela veio estimular todos os outros povos que, nessa zona do nosso continente, se encontram ainda em luta contra a dominação colonial e racista.

A libertação da Namíbia

O senhor acredita que, a partir de agora, haja um maior apoio da África, em geral, à Namíbia e ao povo da África do Sul?

— Essa vitória do povo do Zimbabwe e os esforços que os países da Linha da Frente têm desenvolvido para que se estabeleçam, de facto, a paz e a estabilidade na África Austral, leva-nos agora a pensar de forma mais objectiva no problema da Namíbia. Não há dúvida que as eleições realizadas no Zimbabwe vieram demonstrar que é possível encontrar soluções pacíficas e justas para os problemas complicados em que estão mergulhadas as partes em conflito armado, desde que



haja um empenho sincero dos dois lados. E, por isso, nós pensamos que também a Namíbia, no quadro do Plano das Nações Unidas para o Processo de Independência do país, poderá encontrar as bases para que as partes interessadas possam dar passos concretos no sentido de se chegar ao fim das confrontações armadas que se verificam neste momento entre o povo da Namíbia e o regime racista da África do Sul, que ocupa ilegalmente o território namíbio.

Libertar a África Austral

Qual é a verdadeira razão desse conflito armado?

— O povo da Namíbia conduz uma luta justa, pela defesa dos seus interesses legítimos, dos seus direitos à independência, à liberdade e à soberania. Direitos aliás reconhecidos pela Organização das Nações Unidas. E nesse contexto, a República Popular de Angola, como membro da Organização das Nações Unidas e da Organização da União Africana e, portanto, como parte integrante da Comunidade Internacional, condena o apartheid e a ocupação ilegal do território namíbio por parte do regime racista da África do Sul, assumindo com responsabilidade o seu dever.

Daí o apoio à SWAPO de Sam Nujoma... E quanto a outros Movimentos de libertação africanos?

— Nós temos prestado auxílio ao povo da Namíbia através da sua organização de vanguarda, a SWAPO, a única organização, aliás, que conduz uma luta efectiva, tanto no plano militar como no plano político e diplomático, para que a Namíbia se torne de facto um país livre e independente.

Mas nós não oferecemos a nossa solidariedade só aos movimentos de libertação da África Austral. Nós temos dado igualmente apoio político, diplomático e até material a vários movimentos de libertação que conduzem lutas justas pela sua independência, tanto no continente africano, como fora dele. Não é demais recordar que nós, durante a luta do povo do Zimbabwe, por exemplo, demos apoio material, político e diplomático aos camaradas da Frente Patriótica e, neste mo-

mento, temos levado o nosso apoio aos combatentes de Timor-Leste, aos combatentes do Sara Ocidental, aos combatentes da Organização para a Libertação da Palestina e também de outras organizações que conduzem de facto lutas justas pela liberdade e pela independência dos seus respectivos povos.

Presidente, o que é hoje o MPLA?

— O MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, foi uma organização que congregou as largas massas campesinas e operárias, e também as largas camadas patrióticas da nossa sociedade, compostas por intelectuais revolucionários, por trabalhadores dos diferentes serviços públicos, independentemente da sua origem social, da sua classe ou do credo religioso, na luta pela independência nacional. Foi, portanto, um amplo movimento implantado no seio das massas populares, e que iria suportar durante vários anos uma luta de guerrilhas em condições difíceis, para que o nosso país se libertasse de facto da ocupação colonial portuguesa.

E após a independência?

— Com a proclamação da nossa independência, foi realizado o objectivo traçado pelo MPLA. Em seguida, era necessário continuar a lutar pela realização do seu programa máximo, uma vez que o programa mínimo previa como objectivo a conquista da independência nacional. Ora, para alcançar os novos objectivos traçados, isto é, para realizar o programa máximo do então MPLA, era preciso que este largo movimento se adaptasse às novas condições de luta, uma vez que só um partido de classes poderia conduzir a luta para a implantação de um Estado Democrático e Popular, caminhando para a construção de um socialismo científico.

E surge o 1.º Congresso...

— Assim, durante o 1.º Congresso do MPLA, foi tomada a decisão de transformar o nosso Movimento em Partido do Trabalho, orientado pela teoria marxista-leninista. E para a materialização dessa decisão, foi também programado um amplo movimento de retificação da estrutura do MPLA-Movimento, a fim de seleccionar dos seus membros aqueles que reunissem condições para integrar as fileiras do Partido.

E qual foi o passo seguinte?

— Paralelamente a esse trabalho de rectificação, foi também decidido desenvolver um trabalho de ampliação e consolidação das organizações de massa que naturalmente integrariam todos os cidadãos angolanos, independentemente da sua classe, das suas opiniões políticas e das suas crenças religiosas. E assim foram desenvolvidos grandes esforços no sentido de se organizarem os principais sindicatos dos ramos de actividade, tarefa que culminou, naturalmente, com a consolidação da nossa central sindical que é a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.

Num projecto desse nível, há sempre o perigo de manipulação, de desvios. Por melhores que sejam as intenções, quais as garantias reais de que seja cumprido o objectivo original?

— Em todas essas organizações de massa, trabalham membros do nosso partido, o que garante a aplicação das orientações do Congresso e das decisões do Comité Central e de outros órgãos dirigentes do nosso partido. E essa garantia é exercida através da influência que esses membros do nosso partido exercem nas organizações de massa pelo seu dinamismo na realização das tarefas, tanto no campo da produção como no campo da superação cultural, através, por exemplo, das campanhas de alfabetização. E isso passa-se ainda no campo da superação técnica e da educação política e ideológica dos membros dessas organizações de massa. E assim se estabelece não só a ligação entre o partido e as organizações de massa, mas também fica garantida a transmissão das orientações, das decisões do nosso partido e do nosso governo a todas as organizações de massa, uma vez que o nosso partido de vanguarda é a força dirigente de toda a nossa sociedade.

E dentro do MPLA-Partido do Trabalho, como se processa a ligação entre os diversos escalões?

— Como claramente se poderá deduzir, há uma ligação estreita entre o Partido e as massas populares através das organizações de massa. Nós temos as próprias estruturas do Partido que estão montadas conforme os princípios de organização estabelecidos pelo MPLA-Partido do Trabalho. Os princípios da produção, por exemplo. Nós organizámos as nossas células nos centros de trabalho. Às células seguem-se os comités de local de trabalho, os comités de sector, que se situam em determinadas áreas geográficas. E temos os comités municipais e os comités provinciais, que dirigem a actividade do Partido também em determinada área geográfica de escalão superior. Todo esse trabalho de edificação partidária foi realizado, como disse antes, através de um processo de rectificação das estruturas do MPLA como Movimento. Caso contrário, não estaríamos fazendo um balanço do trabalho desenvolvido.

Pressões imperialistas

A República Popular de Angola continua a ser um dos alvos principais dos ataques imperialistas, externa e internamente...

— Evidentemente, os inimigos do nosso povo não aceitam as nossas opções políticas e ideológicas, e, por isso, temos sido vítimas de ataques, tanto no plano militar, como no plano diplomático. Um exemplo são os constantes ataques armados do regime racista da África do Sul contra o nosso país, através do território da Namíbia. Temos lembrado várias vezes que o regime racista da África do Sul, que ocupa ilegalmente a Namíbia, criou um instrumento dócil... É o grupo fantoche UNITA. Pretória financia, arma, municia e infiltra os seus mercenários no nosso território, através da nossa fronteira sul, para desestabilizar a vida pacífica das populações que estão neste momento empenhadas na realização das tarefas programadas pelo nosso partido para a reconstrução nacional. E esses ataques vêm sempre acompanhados no plano internacional de uma campanha de propaganda mentirosa, difamatória, contra a República Popular de Angola, contra o seu governo, contra o seu partido e contra os seus dirigentes, com o objectivo de criar uma falsa imagem do que se passa de facto no nosso país. □

Torrijos

«A revolução da Nicarágua é um exemplo»

Poucos meses antes de morrer, em circunstâncias ainda não esclarecidas, o dirigente panamiano revelou a sua participação nos bastidores da luta contra o somozismo e fez uma avaliação dos resultados por si obtidos na luta pelo controlo do Canal do Panamá

DA extensa entrevista exclusiva que concedeu a *cadernos do terceiro mundo*, no Rio de Janeiro, dois meses antes da sua morte, o general Torrijos quebrou o silêncio e revelou alguns episódios desconhecidos da época da guerra na Nicarágua, confirmando que sofreu pressões para deixar de ajudar a Frente Sandinista. E fez uma confidência: o seu próprio filho, Martín, esteve na Frente Sul ao lado do Comandante Zero, Edén Pastora.

Os militares e o Poder

Poderia avaliar a situação no seu país desde que propiciou a entrega do Governo aos civis? Como vê o momento actual?

— Tínhamos dois objectivos fundamentais na revolução de 68. Primeiro, a recuperação do canal e, segundo, transformar uma caricatura de país numa nação. Dez anos depois, considero que esses objectivos tinham sido atingidos. Assim, quando o mundo político interno panamiano julgava, equivocadamente, que as Forças Armadas estavam elaborando uma Constituição para permanecerem no Poder, surpreendentemente para eles, nós afastámos-nos. Em política, como em Ginecologia, as coisas são ou não são. Não se pode ficar «ligeiramente grávida». Assim, nós decidimos não ficar.

Na América Central, as forças Armadas têm tradição golpista. Crê que isso esteja totalmente superado no Panamá?

— Sim. Esse processo fez-nos superar essa tradição. Ao tomar parte num plano de desenvolvimento, as Forças Armadas não têm que recorrer à violência.

A recuperação do Canal

Comandante, e o Canal do Panamá? Como vai o cumprimento dos tratados?

— Conseguimos incorporar a Zona do Canal na geografia da dignidade nacional, sem qualquer custo social. Mas, para isso, tínhamos que estar preparados para pagar algum preço.



Qual?

— O da paciência. No entanto, eu estava preparado para tirá-los todos à bomba.

Acha que podia fazê-lo?

— Não teria sido político, mas havia condições. O Canal é totalmente indefeso. Tão indefeso como uma criança recém-nascida. É uma obra para a paz, para o comércio, para o intercâmbio, para fins pacíficos. É indefensável. E nada teriam podido fazer contra a vontade dos nativos, os panamianos.

E os norte-americanos, conduziram-se correctamente no cumprimento dos tratados? Criaram dificuldades?

— As dificuldades previstas. Ninguém perde com boa vontade tantos privilégios...

Além do problema em si da recuperação da soberania, existe o aspecto económico. O que significou, nesse campo, o acordo do Canal?

— O objectivo da luta era a soberania. Mas a soberania também é rentável. Antes do tratado, o Panamá recebia apenas dois milhões de dólares por ano do total da renda do Canal. O nosso governo recusou-se a continuar a receber esse dinheiro para mostrar ao Mundo que não estávamos alugados mas sim ocupados. Era uma ocupação de facto, e não se paga a quem está sob ocupação. Mas, este ano, já recebemos 74 milhões de dólares em dinheiro pela renda do Canal, como consequência dos tratados.

A vitória da Nicarágua

Foi muito importante o papel do Panamá na luta do povo da Nicarágua. Como o descreveria, uma vez que esteve dentro dos momentos decisivos?

— A geografia política da América Central tinha chegado a uma hora de mudança. As Forças Armadas tinham estado no poder por muito tempo. Já não era possível manter essa situação. O Pentágono e a Casa Branca compreenderam isso e começaram a tirar o apoio, a negar a paternidade dessas mesmas Forças Armadas. As mudanças vêm com mais violência onde há mais fascismo. A resposta ao fascismo é a violência.

A juventude da Nicarágua — que nunca renunciou à luta — organizou-se em três ou quatro frentes, conseguiu que Daniel Oduber (então presidente da Costa Rica) lhe desse um «santuário»; e deu-se a coincidência de em três países da área conviverem no governo Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Daniel Oduber e Omar Torrijos.

Quer dizer, três presidentes com bastante sensibilidade para se identificarem com a luta do povo nicaraguense.

— E também, depois, Rodrigo Carazo, quando mudou o governo na Costa Rica. Ele teve uma atitude corajosa: Viveu a fase culminante da luta.

E a contribuição do povo: 50 mil mortos. Apesar desse custo social, foi a Revolução mais serena e mais ajuizada. Quando todos pensavam que a juventude sandinista ia radicalizar, eles actuaram de forma totalmente diferente fazendo uma revolução com «habeas corpus». Você imagina isso?

Do lado dos Estados Unidos, essa seria uma constatação assumida pelo sistema e, em particular, por Carter? Acredita que com Reagan na Casa Branca os EUA continuarão nessa linha?

— Eu penso que já é uma escola. Reagan não pode pegar em Somoza e fazê-lo voltar ao *bunker* na Nicarágua. Primeiro, porque Somoza já não existe e, segundo, porque historicamente isso é impossível.

Dizem que existem pressões fronteiriças sobre o governo da Nicarágua. É verdade?

— Sim, há pressões. A revolução nicaraguense não está a ser exportada. Mas é um exemplo. Os exemplos são imitados. A revolução, particularmente na Nicarágua, ainda corre um certo grau de perigo, se as coisas não mudarem nas Honduras, se não mudarem em El Salvador e na Guatemala. Pode-se viver com um vizinho hostil, mas não se pode dormir.

«Retiremos todos as mãos»

Estávamos no México quando se deu a vitória na Nicarágua. Houve alguns momentos, nos meses anteriores à tomada do poder, em que parecia iminente que o Pentágono e os amigos de Somoza poderiam provocar uma intervenção. E que essa intervenção poderia também estender-se ao Panamá. Existiu realmente esse perigo?

— Sim, houve esse perigo. O Comando Sul foi reforçado. Os voos intensificaram-se. O Panamá teve fortes e prolongadas discussões com o Departamento de Estado. Carlos Andrés Pérez, Carazo e o Panamá, conseguiram que eles compreen-

dessem que o processo era irreversível. O próprio Carter chamou-me pelo telefone, dizendo-me que retirara as mãos da América Central.

E que lhe respondeu?

— Que as retirássemos todos.

Assim, com essas mesmas palavras?

Assim mesmo. Carter não é prepotente. Depois, conversámos muito. Chamou-me uma vez às cinco da manhã. Carlos Andrés Pérez e eu tínhamos planeado uma operação. E, por causa dessa conversa, Carter ficou incluído no plano.

Carter, Carlos Andrés Pérez e você?

— Sim, sim. E quando alguém faz um plano com a Casa Branca, a coisa tem que sair bem. Os aviões já não precisam de voar a 100 metros de altura. Não têm que voar rasante, os radares guiam-nos. Isso é uma mudança.

A revolução na Nicarágua teria sido feita com ou sem Carter. Mas acho que o número de mortos teria sido muito mais significativo sem Carter.

Houve momentos difíceis. Carazo chamava-me e dizia: «Omar, a luta está perdida». Era impressionante o número de mortos ocorrido na frente sul. Era impressionante a criminalidade da *Guardia* de Somoza. Mas igualmente impressionante era a valentia dessa geração sandinista, sem armas, mal equipada, mal treinada.

Nós sabíamos que quando se desafia um ditador com 45 anos de poder e com tantos milhões de dólares, tem que ser para lhe ganhar. Se perdêssemos, as consequências poderiam ser fatais para a Costa Rica e para o Panamá.

Foi só quando Carlos Andrés Pérez colocou elementos da Força Aérea venezuelana na Costa Rica e no Panamá que nós nos sentimos mais tranquilos.

É verdade que alguém muito próximo de si participou na luta na Nicarágua?

— Tenho um filho, Martín, que tem as suas actividades próprias, políticas e sociais. Ele participava nas tarefas de abastecimento a partir do Panamá. Tinha 15 anos, nessa época. A sua mãe um dia perguntou-me: «Onde está Martín?». Respondei-lhe que não sabia. Faltavam três semanas para a vitória. Martín estava na frente sul, com Edén Pastora, o comandante «Zero».

Um processo irreversível

Como vê o futuro da América Central na década de oitenta?

— O processo de mudanças é irreversível, embora possa haver alguns retrocessos transitórios. A América Central muda todos os dias. E não há força capaz de deter esse processo. A força dos povos não pode ser contida. Temos que trabalhar para que os povos actuem com equilíbrio e amadurecimento no dia em que tomarem o poder. Que haja diálogo. (N.M.) □

O rescaldo do 14 de Novembro

Seis meses depois do golpe militar que depusera Luís Cabral, o presidente do Conselho da Revolução falava ao nosso enviado dos motivos que o tinham levado a liderar o movimento do 14 de Novembro

Um mês após a queda de Luís Cabral, cadernos do terceiro mundo esteve na Guiné-Bissau. O nosso enviado especial teve, então «a quente», a oportunidade de verificar e constatar as reais razões do golpe militar e as questões e dúvidas que pairavam sobre a possibilidade do novo governo conduzir os negócios do país. Quatro meses depois, voltámos a Bissau e ouvimos o principal responsável do «14 de Novembro», o presidente João Bernardo Vieira.

Quais as razões fundamentais da acção militar de 14 de Novembro?

Podemos começar pela degradante situação económico-social do país. E acrescentamos o desvio da linha ideológica do PAIGC, que se consubstanciou na eliminação progressiva do centralismo democrático e no afastamento dos princípios da crítica e autocritica. E mais: o princípio da unidade Guiné-Cabo Verde estava a ser deturpado com a introdução do divisionismo entre militantes, responsáveis e dirigentes.

Não haveria, numa primeira leitura, uma solução política, sem o recurso às armas? Uma possibilidade de discussão política dos erros existentes?

A situação criada atingiu proporções insustentáveis, com desfecho imprevisível, e capaz de pôr em causa a nossa própria Revolução, com consequências irreparáveis. Negavam-se, a cada momento, os objectivos e a linha de pensamento de Amílcar Cabral. Por diversas vezes, algumas pessoalmente, levantámos os problemas. O próprio secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, estava a par de muitas irregularidades e desmandos existentes.

Poderia mencionar alguma dessas irregularidades e desmandos?

Enquanto era proclamada por todos os lados a nossa democracia nacional revolucionária, assistia-se, na prática, à sua completa negação. A discussão do anteprojecto e do próprio projecto da nossa Constituição Política revelou os objectivos de personalização do poder e também a flagrante negação de identidade ao povo guineense.



O que foi que mudou, a partir de 14 de Novembro, na orientação política seguida pela Guiné-Bissau?

A natureza do nosso Estado permanece a mesma, ou seja, democrática, anti-imperialista e anticolonialista. A Guiné-Bissau continua voltada para a materialização do progresso do seu povo, independentemente da cor, sexo, raça, crença religiosa, filosofia, nível cultural ou de instrução de cada guineense. E é nesse sentido que marchamos.

É do conhecimento público que, horas antes da acção militar ter sido desencadeada, elementos do então Comissariado do Interior tentaram prendê-lo. Quais são os factos reais?

A acção militar foi desencadeada às 19 horas e 30 do dia 14.

Às 17 e 30 desse mesmo dia, estiveram em minha casa dois dos mais representativos elementos do regime de Luís Cabral, Buscardini e Lourenço Gomes, que me interrogaram sobre o «golpe» que estava sendo preparado por mim. Como nada conseguiram apurar, retiraram-se com a promessa de que regressavam assim que tivessem provas concretas do meu envolvimento pessoal. Cumprido-me ainda dizer que nesse dia eu estava acamado, bastante doente. Não tiveram tempo de voltar.

E até onde ia esse envolvimento?

O que havia sido discutido e combinado, entre os camaradas de luta, é que, no dia 16 de Novembro, dia das FARP, iríamos levar, pessoalmente, ao então presidente Luís Cabral, todas as nossas inquietações e exigiríamos o fim dos desmandos existentes. Caberia a ele, em última análise, decidir se estava ou não de acordo com os erros apontados.

Complementando a resposta, o envolvimento era das FARP, e como responsável, eu tinha a minha devida quota de responsabilidade.

Os erros

Foram ou estão sendo feitos inquéritos ou averiguações de malversação de fundos públicos, de desvios, etc., nas empresas e organizações estatais?

Não conseguimos apurar tudo ainda e os inquéritos ainda prosseguem. Foram criadas em empresas como a Cicer, Dicole e Armazéns do Povo, situações absolutamente inconcebíveis. O nosso povo é que pagava os roubos, desvios e as negligências havidas nessas empresas.

Problemas entre a Guiné e Cabo Verde

Uma das primeiras notícias veiculadas no mundo, logo após o 14 de Novembro, foi a de que havia perseguição aos cabo-verdianos residentes no país. Houve mesmo essa «perseguição»?

Nunca fomos e não somos contra os cabo-verdianos. Seria negarmos a própria história da libertação dos dois países. Estamos, sim, contra os cabo-verdianos e guineenses que fizeram ou façam injustiças contra os filhos da Guiné-Bissau. Aqui também é a terra de todos os cabo-verdianos. Houve realmente, da parte de alguns guineenses mal informados, nos primeiros momentos, algum radicalismo. Mas isso foi rapidamente contornado.

Por que razão o Conselho do Revolução decidiu amnistiar, e mesmo perdoar, casos de crimes políticos, e mesmo de crime comum?

A orientação política do PAIGC visa recuperar o homem para o serviço dos interesses superiores do país, conforme especificámos quando da nossa decisão.

E o caso de Rafael Barbosa? Foi amnistiado? Por que está novamente preso?

Essa amnistia foi para os presos políticos implicados na tentativa de golpe de 18 de Novembro de 1978, e por essa implicação. Rafael Barbosa, que estava condenado à morte, foi amnistiado. O que não foi levado em conta no momento da libertação dos amnistiados, que também era um momento de festa e euforia, é que Rafael Barbosa cumpria pena de quinze anos de trabalho produtivo, decidida pelo Conselho de Estado em 1977. Como estivesse doente, foi mandado para o hospital e, posteriormente, para a sua casa, sob regime de residência vigiada, até que se recompusesse. Assim que se viu em liberdade, Rafael Barbosa dirigiu-se para a rádio, e começou a fazer um pronunciamento político que tivemos que interromper. Queria fazer parte do novo Governo. Tivemos que lhe dizer, cara a cara, que para nós era um traidor da causa do povo guineense, e que por isso fora condenado. Ainda temos em nosso poder o filme e a gravação das suas declarações feitas na rádio, quando negou a sua militância no PAIGC e afirmou que era tão português como Spínola, que tantas mortes causou na nossa pátria. Muitos «esqueceram-se» da traição, mas nós temos a obrigação de não esquecê-la.

Houve, dentro do Partido, ou da parte de Luís Cabral, alguma medida, algum acto que viesse desprestigiá-lo pessoalmente?

Como sabem, fui enviado a Cuba para frequentar um curso militar. E antes de viajar era o quarto na hierarquia do Partido, sendo membro da Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta, órgão máximo do Partido. Na minha ausência, sem que houvesse nenhum Congresso que o deliberasse e decidisse,

fui relegado para o quinto posto. Para o quarto tinha sido elevado o Pedro Pires, que nem à Comissão Permanente pertencia. Quando interroguei o Luís Cabral a esse respeito, a resposta que tive foi a de que, como o Pedro Pires era o primeiro-ministro de Cabo Verde, tinha esse direito.

Haveria então um problema com o próprio Luís Cabral?

Na realidade, eu não gozava da confiança do Luís Cabral. E levantei o problema em reuniões da Comissão Permanente. Pessoas foram torturadas, massacradas, sem que eu disso tivesse conhecimento. Um militar que consegui fugir veio à minha procura, mostrou as cicatrizes de queimaduras de cigarros e de choques eléctricos. Havia sido torturado para que me incriminasse, para que me acusasse de alguma conspiração...

Sendo Nino o comissário-principal, o primeiro-ministro?

Sim... E falei disso numa reunião do Partido. A resposta que tive do Luís Cabral foi a de que esse era o trabalho da Segurança. E a Segurança estava totalmente nas mãos do Luís Cabral. E houve também o caso dos dois camaradas militares, meus subordinados, que foram publicamente condecorados sem que eu o tivesse sido. Luís Cabral utilizava a técnica do colonialismo português de «dividir para reinar». A sua intenção era criar uma situação de mal-estar entre mim e os meus camaradas.

Política internacional

Como se insere hoje a Guiné-Bissau no contexto político mundial?

O nosso país é não-alinhado, e como também já o definimos, profundamente ligado aos ideais da paz e da justiça social. A nossa acção, de acordo com os ensinamentos legados por Amílcar Cabral, centra-se no estabelecimento de uma cooperação franca entre os povos e pela instauração de um clima de confiança e respeito mútuos. Continuamos a seguir os princípios do nosso partido, o PAIGC, e as nossas relações internacionais estão de acordo com os ideais e objectivos enunciados na Carta das Nações Unidas.

A nível de auxílio externo, quem colabora mais com a Guiné-Bissau? Os países socialistas ou o Ocidente?

O Ocidente. É quem mais nos ajuda na área alimentar.

Não teria essa situação sido fruto da orientação seguida pelo PAIGC? Haveria agora condições para uma maior implementação da ajuda dada pelos países socialistas?

Talvez sim. Recebemos mais auxílio dos países socialistas na área militar. Na Educação, agora temos alguns cooperantes e, na Saúde, cubanos e soviéticos. Os países escandinavos e a Holanda dão-nos grande ajuda em alimentos.

Existe alguma componente social-democrata no Conselho da Revolução ou no Governo? Especula-se sobre isso, principalmente na Europa...

Não tínhamos conhecimento dessa especulação. Mas posso afirmar que isso é absolutamente falso. Não há possibilidade disso. Quem não quiser continuar na linha do PAIGC, vai para. Não admitimos outra linha de acção política. (A.L.C.) □

1982

Ramalho Eanes

Intensificar a cooperação com a África

O presidente da República portuguesa abordava as relações de Lisboa com as suas ex-colónias, exprimia reprovação inequívoca perante os ataques sul-africanos ao sul do território angolano e reafirmava as suas posições nas questões da Namíbia e de Timor-Leste

Baptista da Silva

SETE anos após a descolonização, qual o quadro que, em síntese, nos pode traçar das relações de Portugal com as suas ex-colónias, hoje países soberanos de África?

Considero que se deve distinguir a resposta em dois planos diferentes. Em termos de presente, são relações normais entre países amigos, que se conhecem bem nas suas virtualidades e nos seus defeitos. Mas se tivermos em conta que há sete anos estávamos a terminar uma guerra e numa relação fortemente traumatizada, de parte a parte, teremos de concluir que a evolução verificada se deve considerar, à luz do que é normal nas relações internacionais, como realmente excepcional.

Ataques a Angola merecem «reprovação absoluta»

Que comentários lhe merecem os sucessivos ataques, e a ocupação, de que tem sido alvo o sul da República Popular de Angola pelas tropas sul-africanas?

É óbvio que só pode merecer um comentário de reprovação absoluta, não só porque seria sempre essa a nossa posição em termos de relações entre Estados soberanos e no quadro de fronteiras que têm de ser respeitadas, mas também porque este modo de fazer política externa nunca poderá conduzir à solução efectiva dos problemas e para a estabilidade das regiões.

Namíbia: encontrar uma solução justa

Na sequência da sua visita a Moçambique, o Presidente Samora Machel considerou Portugal o «interlocutor privilegiado» da África Austral no Ocidente. Sendo membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e mantendo tradicionais relações de amizade com os países ocidentais que integram o «Grupo de Contacto» para a Namíbia, pensa o Senhor Presidente que Portugal poderá desempenhar um papel de mediador com vista a que seja encontrada uma solução justa e pacífica para esse conflito?

Março ed. port. n.º 42



Portugal não está vocacionado nem tem meios para poder exercer uma função de mediador. Não o fará, portanto, também neste caso. O que Portugal pode e deve fazer é contribuir para a melhor compreensão internacional dos condicionalismos dessa área de tensão estando, por via da posição que tem sobre este assunto, disposto a colaborar num esforço conjunto que leve à concretização de uma solução justa e pacífica.

Espírito de Bissau foi uma «porta aberta»

O encontro de Junho de 78, na capital guineense, entre o senhor Presidente e o então Presidente da República Popular de Angola, dr. Agostinho Neto, de que resultou o chamado «espírito de Bissau», foi interpretado como um ponto final no contencioso entre os dois países e uma «porta aberta» para uma ampla cooperação, que o Senhor Presidente qualificou de «possível, necessária e conveniente». Três anos mais tarde, considera que esse «espírito de Bissau» acabou por ter uma tradução nos factos equivalente às esperanças suscitadas? Ou, pelo contrário, pensa não ter tido correspondência a essa expectativa?

Eanes com Aristides Pereira: Incentivar o diálogo



Como «porta aberta» no domínio político, não tenho qualquer dúvida em considerar que se deram os passos necessários que estavam implícitos no «espírito de Bissau». E essa foi a responsabilidade maior que se assumiu nessa longa troca de pontos de vista realizada já há quatro anos. Mas não se fez tudo o que se poderia fazer no domínio da cooperação económica, técnica e cultural, essencialmente porque a falta de meios financeiros e de organizações vocacionadas para esse fim constituíram obstáculos poderosos. Apesar de tudo, é sintomático que tenham sido as iniciativas privadas nacionais quem mais rapidamente soube entender a oportunidade constituída pelo nosso melhor entendimento político, assim conseguindo contornar obstáculos que não estavam a ser removidos com suficiente rapidez.

Após esse encontro, manteve mais algum contacto com o falecido Presidente Neto?

Não, não me tornei a encontrar com o Presidente Neto. Mas isso não impediu que mantivéssemos contactos regulares por outras vias, como normalmente acontece.

Na sequência do 14 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau, movimento que levou à destituição do então Presidente Luis Cabral, as relações entre a República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau têm-se pautado por uma certa animosidade. Dadas as boas relações que o nosso país mantém com os dois países, pensa o Senhor Presidente da República que Portugal poderá vir a desempenhar um papel importante no esforço de aproximação entre os Governos da Praia e de Bissau?

Portugal não interfere, nem interferirá, nas relações que se estabelecem entre países soberanos. E por maioria de razão assim fará quando a especificidade histórica das relações entre os dois povos aconselham a não pretender impôr qualquer modelo pré-concebido nem qualquer visão exterior às realidades da região.

Após a sua visita à República Popular de Moçambique a Imprensa portuguesa começou a falar cada vez com mais insistência na possibilidade de virem a ser implementados, em alguns países africanos, projectos de desenvolvimento que contariam com o apoio técnico e financeiro de Portugal e da França. Pouco tempo passado sobre o surgimento desses rumores, o Presidente francês, François Mitterrand, visitava Lisboa. O que há de concreto sobre o assunto? Crê, por outro lado, que esse tipo de cooperação entre nações industrializadas e do Terceiro Mundo poderá contribuir para um novo e melhor relacionamento entre o Norte e o Sul?

Penso que a parte importante da sua pergunta é a última, isto é, a necessidade imperativa que a Europa tem de estabelecer formas de cooperação económica intensa com os países africanos. A partir do reconhecimento desta necessidade, que se tornou clara na passagem da década de 70 para a década de 80, há variadas oportunidades de cooperação entre diversos países europeus e os países africanos, numa relação que se torna naturalmente mais estreita em função dos conhecimentos respectivos que cada país tem nas diferentes zonas. □

CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICA • 1983



•INTERNATIONAL TROPHY FOR QUALITY•, 1979-1980-1981-1982
•INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT•, 1982

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE
EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA



- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS
- TRANSPORTES

EXPORTADOR PARA

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE
- MARROCOS

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.

TELEF. 73604/73606 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

Jerry Rawlings

«Estamos para ficar!»

Foi para tentar estripar a corrupção da sociedade ganense que o jovem capitão aviador derrubou por duas vezes o governo em Acrá. Mas quando liderou a segunda insurreição já tinha decidido não voltar a oferecer o poder à classe política tradicional

Alberto B. Mariantoni

TERÁO as riquezas naturais de um Estado suficientes para anular o atraso económico e social de um povo e contribuir, de maneira decisiva, para o desenvolvimento de um país do Terceiro Mundo? Nem sempre é esse o caso.

O Gana, a antiga colónia britânica da «Costa do Ouro», é um dos exemplos mais marcantes desta contradição. Com efeito, apesar de ter sido o primeiro Estado colonizado da África negra a ascender à independência (6 de Março de 1957) e não obstante as suas incontáveis riquezas naturais (cacau, madeira, manganês, bauxite, diamantes, ouro, petróleo, etc.) continua a ser um país economicamente dependente do estrangeiro, politicamente paralisado pela presença de uma burguesia negra «inglesada» e socialmente retrógrada em termos de desenvolvimento. Mergulhado num marasmo económico há mais de um decénio (segundo o ex-presidente Hilla Limann, o aparelho produtivo funcionava a 10% da sua capacidade real); à beira da bancarrota (as negociações com o FMI continuam num impasse; 120% de taxa de inflação em 1981; continuando a moeda local, o «cedi», a ser negociada no mercado paralelo a 15 por cento do seu valor fiduciário); vítima da corrupção (*a kalabule*) e da má gestão dos assuntos públicos; cada vez mais temeroso do eclodir de uma violenta explosão social (*o Produto Nacional Bruto — PNB — quedou-se pelos 238 dólares por habitante em 1980*), o Gana tornou-se de repente na «manchete» da actualidade internacional no passado 31 de Dezembro, quando do «golpe de Estado» do capitão Jerry Rawlings contra o presidente Hilla Limann.

Para «Jerry o salvador» (como o apelidaram nas ruas de Accra), que desde então retomou o poder que ele próprio havia devolvido aos civis em 1979, trata-se, uma vez mais, de pôr termo ao colapso da sociedade ganense.

«Não há provavelmente ninguém mais desiludido do que eu — declarou-nos — por ver de novo os militares assumirem o poder, mas isso era inevitável».

Inevitável ou não, e contrariamente ao que se passou a 1 de Outubro de 1979, quando da sua primeira passagem pelo poder, uma coisa é certa: desta vez, Rawlings, não o deixará assim tão facilmente...



Com efeito, a Junta a que ele preside mostra-se mais orientada para o estabelecimento de um verdadeiro regime revolucionário, do que para um mero governo de transição gestor dos assuntos correntes...

«Não estamos aqui — confirmou-nos Rawlings — para devolver, uma vez mais, estupidamente o poder para as mãos de politiqueiros corruptos. Estamos para ficar e ajudar a implantar o poder das massas».

«Fui um ingénuo»

Senhor presidente, a 31 de Dezembro, após dois anos e meio de governo do presidente Hilla Limann, retirou o poder aos civis após lho haver devolvido em 1979 no seguimento de um golpe de Estado contra o então regime militar do general William Frederick Akuffo. Quais as razões que, uma vez mais, o levaram a intervir nos assuntos do Estado e a destronar o regime e o homem que o senhor mesmo tinha contribuído para colocar no poder?



Hilla Limann:
deposto
por Rawlings

Sabe, o meu principal defeito é ser um idealista, um homem de boa fé... alguém que acredita que os homens são «naturalmente» bons...

Essa é realmente a chave para compreender toda esta história!

Com efeito, quando do meu primeiro golpe de Estado de 1979 e da posterior entrega do poder aos civis, estava convencido de que, uma vez conquistada a liberdade, ninguém a poderia de novo confiscar. Tremendo erro. Fui bem ingênuo... Julgava entregá-la nas mãos do povo, e acabei por a entregar nas mãos de um punhado de politiqueiros! E durante estes dois anos e meio de pseudo-liberdade, todos nós pagámos... pagámos duramente... mas também aprendemos muitas coisas.

De acordo, mas desta vez, contrariamente ao que se passou em Junho de 1979, parece que os ganenses continuam a estar profundamente divididos em relação ao seu governo. A população mostra-se reticente face às medidas económicas tomadas e inquieta com o seu rigor. As «revendedoras» dos mercados recusam-se mesmo a observar os apelos governamentais de baixa dos preços.

Não é a população em geral que se inquieta com as novas medidas económicas, mas sim os corruptos... os traficantes, aqueles que, como as mamies (as revendedoras), julgavam poder continuar a prosperar na corrupção e no clima de tráfico instaurado pelo antigo regime. Pois, toda essa gente se enganou! O «Carnaval» acabou para eles, é a «quarta-feira de cinzas» que começa.

Chegou o momento de alinharem ou não com a nova realidade do país, pois o povo não pode e não deve continuar a apertar o cinto para manter o luxo e o bem-estar de um punhado de corruptos.

O Gana vive a hora da caça à «kalabule» e a «Holy War» (Guerra Santa) contra as personalidades do antigo regime continua. Mas como fazer sair o país do marasmo económico em que estagna há mais de uma década?

Temos muitos problemas a resolver: 120% de inflação, o mercado negro da moeda, o contrabando de cacau, o relançamento do aparelho produtivo, o desemprego, etc., etc.

Mas dêem-nos tempo para o conseguirmos. Como quer que consigamos resolver tudo isso em apenas dois meses? Em todo o caso, alguma coisa começa a mudar. Efectivamente, mesmo sem a aplicação de uma nova política, a taxa de câmbio da libra esterlina no mercado negro baixou em três dias de 80 cedis para 27 cedis.

O diferendo com a Nigéria e a amizade por Kadhafi

Esquece o diferendo com a Nigéria. Como sabe, desde 31 de Dezembro o presidente Shehu Shagari exige o pagamento imediato dos seus fornecimentos de petróleo. Como fazer face a este imprevisto, e, sobre tudo, como reembolsar a Nigéria dos 200 milhões de dólares em atraso?

Que quer que lhe diga? Os nigerianos utilizam a arma económica contra nós na esperança de salvar os seus protegidos.

Mas esse tipo de pressão não terá efeito sobre nós. Cem ou 200 milhões de dólares de dívida exigidos por um credor podem, por acaso, travar a marcha de um povo? Não acredito.

Quer com isso dizer que a dívida não será liquidada?

Não, pelo contrário, nós responderemos pelas nossas dívidas. Mas antes disso há que avaliar os nossos próprios recursos.

Até agora anunciou a intenção de lutar contra a corrupção, de pôr termo à gestão catastrófica do antigo regime e de relançar a economia do país. Mas no plano concreto quais são, no imediato, as novas opções políticas e económicas do Gana?

De um ponto de vista político, posso-lhe dizer que não temos a intenção de alimentar o nosso povo com «retórica»... Queremos apenas apontar-lhe os aspectos positivos e tangíveis da nossa Revolução. Queremos conduzi-lo àquilo a que nós chamamos o interesse da Nação: poder alimentar-se, vestir-se, possuir casas em condições e reconquistar a dignidade e a integridade moral. Numa palavra, «colocá-lo no seu lugar», no seu «justo lugar».

De um ponto de vista económico, não pretendemos ressuscitar a velha economia, antes queremos criar uma nova. Anteriormente, éramos consumidores de coisas que não produzímos e produtores de coisas que não consumímos. A partir de agora, vamos alterar tudo: vamos talhar a camisa segundo o nosso próprio corpo.

Na Europa fala-se muito da sua simpatia pela Jamahiriya do coronel Kadhafi. Como encara esses comentários?

A maneira como os povos constroem a sua vida vem da experiência histórica de toda a humanidade. São as «ciências sociais» que o afirmam.

Ora se os ganenses de hoje se encontram na mesma situação que os líbios no começo da sua revolução, isso não é mais que um acidente da história. Mas não há na nossa terra quem pretenda vender o Gana à Líbia ou adquirir uma doutrina ou uma ideologia que, entre outras coisas, não conhecemos. Respeitamos e aceitamos todos os países que nos respeitam e aceitam e, evidentemente, agradecemos a todos aqueles que nos querem ajudar. Será que é pecado aceitar a ajuda da Líbia? Não se esqueça que o coronel Kadhafi foi o único que veio em nossa ajuda. Não há outros exemplos. Se os Estados Unidos tivessem vindo em nosso auxílio, se a URSS, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal, a França tivessem vindo ajudar-nos, se a China tivesse vindo socorrer-nos, nós teríamos tido exactamente o mesmo comportamento que o manifestado em relação à Líbia. Ter-lhes-iamos manifestado a mesma dose de respeito e abertura. Mas, infelizmente, não foi esse o caso. □

Pinto da Costa

Realizar o possível

Encerrando trinta páginas de reportagem dedicadas a S. Tomé e Príncipe, o presidente da República abordava com o nosso enviado questões relacionadas com a situação económica do país e defendia as opções político-ideológicas do processo revolucionário santomense

COMO vê o senhor presidente a situação económica de S. Tomé e Príncipe em 1982?

A situação económica é muito difícil. Se a actual crise económica mundial tem consequências graves para os países industrializados, ela é desastrosa para as nações do Terceiro Mundo não produtoras de petróleo como é o caso de S. Tomé e Príncipe.

Somos quase monoprodutores de cacau de cuja venda vêm cerca de 90% das nossas receitas em divisas. Torna-se fácil compreender, tendo em conta a considerável baixa do preço do cacau no mercado internacional, que um país que depende essencialmente desse produto tenha grandes dificuldades económicas. Mas estas derivam também do facto de a maior parte dos produtos para consumo interno serem importados. Com menos divisas somos obrigados a reduzir as compras ao estrangeiro. Portanto, numa situação de crise mundial, a baixa do preço da exportação por um lado, a alta acentuada dos preços dos produtos importados por outro, fazem com que o nosso país conheça dificuldades enormes no abastecimento da população. Em três anos, de 1977 a 1980, a baixa do preço do cacau reduziu a nossa capacidade de compra em 60%.

Embora esta situação seja grave, temos condições para a atenuar. Em 1980 iniciámos campanhas de mobilização da população tentando explicar as razões e as consequências da crise, procurando promover uma maior plantação de produtos nacionais — banana, matabala, produtos hortícolas, etc. — para minimizar os seus efeitos. Consideramos ter tido algum sucesso nessa campanha, mas persiste o problema de as pessoas estarem habituadas durante séculos a certo tipo de alimentação à base de produtos importados como o feijão, batata, azeite de oliveira, margarina ou vinho. A alteração dos hábitos alimentares é extremamente difícil e demorada, o que faz com que, mesmo tendo produtos nacionais em quantidade suficiente, a população sentirá sempre faltas.

Um plano quadrienal

A Segunda Assembleia Extraordinária do MLSTP, realizada em Dezembro de 1979, decidiu o Plano Perspectivo para o período de 1982 a 1985. Quais são, segundo o senhor presidente,



as tarefas prioritárias no desenvolvimento do país que se retiram da sua leitura?

O Plano Perspectivo foi elaborado em consequência da experiência acumulada nos planos anuais anteriores. Diz-se habitualmente que um plano anual é um «tapa-furo», mas na verdade eles proporcionaram-nos experiência nos problemas de planificação. As nossas acções económicas caracterizaram-se por uma certa improvisação e desorganização entre 1975 e 1978, e foi com as realizações dos planos anuais a partir de 1979 que melhorámos essa situação.

Mas entretanto fez-se sentir a necessidade de um plano mais alargado. Nessa óptica elaborámos um plano quadrienal que tem como tônica o desenvolvimento dos sectores agrícolas e pecuários, sendo consequentemente aqueles que vão absorver a maior parte do investimento.

O nosso objectivo futuro fundamental é a «libertação» do cacau. Se queremos que S. Tomé e Príncipe deixe de ser «escravo» do cacau é necessário — embora isso possa parecer paradoxal — produzi-lo cada vez mais, de forma a adquirir riqueza para investir noutros sectores. Para que se veja a importância dada ao aumento da produção do cacau, basta dizer que a Comissão Especial criada a nível do Conselho Coordenador do MLSTP encarregada da produção alimentar terá como uma das suas tarefas principais a renovação do cacauzal. Uma outra orientação refere-se à construção de pequenas e médias unidades agro-industriais.

A base ideológica da revolução

Quais os fundamentos político-ideológicos que definem a revolução em S. Tomé e Príncipe?

No programa do MLSTP adoptado na Primeira Assembleia lê-se a seguinte passagem: «O novo Programa do MLSTP deverá ter em conta as condições objectivas e subjectivas existentes em S. Tomé e Príncipe para reflectir as aspirações profundas do nosso povo condicionadas pelo nível cultural, político e ideológico por um lado, e o grau de desenvolvimento das forças produtivas por outro... Nesse programa definimos o MLSTP como uma Frente anti-imperialista e antineocolonial-

lista em que têm lugar, independentemente das suas ideologias, todos os indivíduos que, de acordo com esses princípios, estejam interessados na reconstrução do país. É com base neste Programa que os nossos militantes são recrutados e todo o santomense que preencha estas condições tem lugar no MLSTP.

O nosso processo de desenvolvimento assenta, portanto, na orientação anti-imperialista e antineocolonialista, o que constitui a sua base ideológica.

Mas existe uma perspectiva socialista dentro desse enquadramento ideológico anti-imperialista e anticolonialista?

A perspectiva da construção do socialismo existe para todos os países. Mas cremos que seria errado dizer estarmos actualmente a construir o socialismo em S. Tomé e Príncipe porque não temos condições para isso. Seria introduzir nas cabeças das pessoas algo de errado e teria como consequência, dadas as nossas dificuldades de toda a ordem na resolução de questões essenciais, que a população identificasse o socialismo com a situação vivida. Nesta etapa vamos realizar aquilo que é possível, tendo em conta o grau político e cultural do nosso povo e o desenvolvimento actual do nosso país. Queremos ter o apoio da população em todos os passos dados, evitando ir muito para a frente para não corrermos o risco de deixarmos de ser acompanhados.

O socialismo virá portanto numa fase posterior?

Com certeza. Ele é inevitável.

A cooperação com Portugal não é satisfatória

Como vê o senhor presidente o nível alcançado na cooperação económica com os outros países africanos de língua portuguesa, nomeadamente Angola com quem S. Tomé e Príncipe tem relações privilegiadas?

A cooperação com países africanos de expressão portuguesa já foi abordada em várias cimeiras e se alguns passos importantes foram dados, outros terão ainda de ser efectuados para que ela seja exemplar.

Angola tem-nos ajudado bastante em vários domínios podendo dizer que sem o seu auxílio teríamos muitas mais dificuldades. E este auxílio adquire um maior valor tendo em conta a grave situação vivida no país irmão. Pensamos que no futuro possam haver acordos visando a complementariedade das economias dos dois países e esses projectos só não estão mais avançados porque decidimos esperar a elaboração do nosso plano quadrienal.

O senhor presidente considera aceitável a cooperação atingida com Portugal?

O nível de cooperação com Portugal não nos satisfaz. Estavamo convencidos que a nossa visita a Portugal, em Outubro de 1979, iria contribuir para um grande impulso na cooperação entre os dois países; mas apesar de conseguidas algumas realizações, o nível alcançado está longe daquele que tínhamos previsto.
(C.P.S.) □

GRUFER

Cooperativa de Responsabilidade Limitada

Fabricante de Máquinas
para a Construção Civil



ESTUDOS DE DSENVOLVIMENTO

- Betoneiras Rotativas Eléctricas e Diesel/Hidráulicas de 350 e 500 litros com e sem Pá de Arrasto
- Betoneiras Basculantes com e sem Guincho de 160, 250 e 280 litros
- Gruas de Torre e Profundidade
- Gruetas de 500 kg e Guinchos Pórticos
- Carros de Mão Basculantes
- Baldes Basculantes c/descarga lateral e pelo fundo de várias capacidades
- Silos para cimento (várias capacidades)
- Monta Cargas vários tipos
- Mesas de Corte e Serras de Fita
- Prensas enfardadeiras

BARREIRA ALVA – 2350 TORRES NOVAS

TELEFONE 22367



sismet

SISTEMAS E MÉTODOS
DE ORGANIZAÇÃO.
E INFORMÁTICA, S.A.R.L.

Somos uma empresa dinâmica que trabalha em Portugal, Moçambique e Angola, para o estado, autarquias locais, empresas e instituições diversas.

Com uma equipa de mais de uma centena de colaboradores, constituímos um conjunto de especialistas de elevada e reconhecida capacidade.

Garantimos experiência, especialização, criatividade e adequação às realidades e exigências dos clientes.

Temos serviços de qualidade ao seu dispôr.

CONSULTE-NOS.



ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

- Organização administrativa e financeira
- Organização da produção
- Racionalização de procedimentos
- Sistemas integrados de gestão



RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

- Análise de funções
- Aplicação de provas técnicas e de aptidão
- Classificação profissional



ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

- Desenvolvimento integrado
- Planeamento e gestão urbana
- Estudos sócio-económicos
- Estudos sócio-culturais



FORMAÇÃO

- Planeamento e implementação de acções de formação
- Cursos de aperfeiçoamento profissional



ESTUDOS TÉCNICO-ECONÓMICOS

- Estudos de viabilidade
- Projectos de investimento
- Estudos de financiamento
- Estudos tarifários



COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

- Sistemas de Comunicação
- Audiovisuais e exposições
- Tratamento gráfico de publicações
- Estudos de opinião



INFORMÁTICA

- Estudos de sistemas e equipamentos
- Análise e programação
- Packages e processamentos
- Soluções locais sobre microcomputadores



GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

- Estudos de optimização
- Coordenação geral
- Assessoria jurídica
- Assistência técnica

• ADMINISTRAÇÃO, DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO/ORGANIZAÇÃO/ESTUDOS
Rua da Beneficência, 229-2.º e 3.º 1600 LISBOA
Telex 15358 SISMET P Telef. 76 37 01-76 08 39-73 45 22

• DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
Av. Santos Dumont, 50 1000 LISBOA Telef. 73 14 60

• DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Rua Sanches Coelho, 1-9.º 1600 LISBOA Telef. 76 79 91

• ESCRITÓRIO NA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
Av. Samora Machel - Prédio Fonte Azul - 4.º andar
C.P. 2906 MAPUTO
Telex 0992 6-349 ICEMO MO Telef. 22 417

• CORPO TÉCNICO PERMANENTE NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
C.P. 10789 LUANDA Telef. 36213

Portugal-África

Que cooperação?

Ninguém nega hoje as vantagens que, para todos os lados, poderão advir do incremento das relações políticas, económicas, técnicas, ou culturais entre Portugal e os Estados africanos que foram suas colónias. Em Lisboa, Luanda, Maputo Praia, Bissau ou S. Tomé sucedem-se as declarações de intenções sobre «coincidências de interesses», «vantagens mútuas», «vontade de estreitar laços», «nova fase da cooperação». Assegura-se que se está a avançar, a recuperar tempos perdidos, mas que muito há a fazer, desenvolver, inventar. E anunciam-se vastíssimos sectores onde esse relacionamento pode assumir aspectos privilegiados por uma língua comum, uma convivência secular de povos («a comunidade de sofrimento» de que nos falou o embaixador Fernando Van-Dunen), na possível complementaridade das economias, na «ponte» entre a África e a Europa da CEE para que Portugal estaria especialmente vocacionado. Questão por demais relevante em todos os temas que envolve, a cooperação entre Portugal e os «Cinco» merece uma abordagem profunda, impossível de se esgotar no corpo de uma revista. Os textos que se seguem têm, por isso, como única pretensão, servirem de contributo para uma reflexão a que as páginas de «cadernos» permanecerão abertas.



Da descolonização à solidariedade

Remetido ao silêncio durante anos por imperativos de ordem militar, o autor, figura destacada do 25 de Abril, faz alguma luz sobre as teses que, em Portugal, se confrontaram quanto à descolonização. E afirma que a cooperação com os novos países africanos «pressupõe da parte de todos os intervenientes uma vontade política efectiva, que ultrapasse as simples declarações de intenções e se manifeste por actos concretos»

António Rosa Coutinho

QUANDO a madrugada libertadora de 25 de Abril de 1974 abriu finalmente as portas da Esperança ao povo português, derrubando um regime caduco e bafiente que se mostrava completamente incapaz de achar saída para a teia em que se tinha voluntária e ineptamente enredado, a adesão popular espontânea que o Movimento das Forças Armadas imediatamente recebeu, teve por base, mais de que uma maioria antifascista há muito existente: a de uma esmagadora maioria que se opunha ao prosseguimento das guerras coloniais.

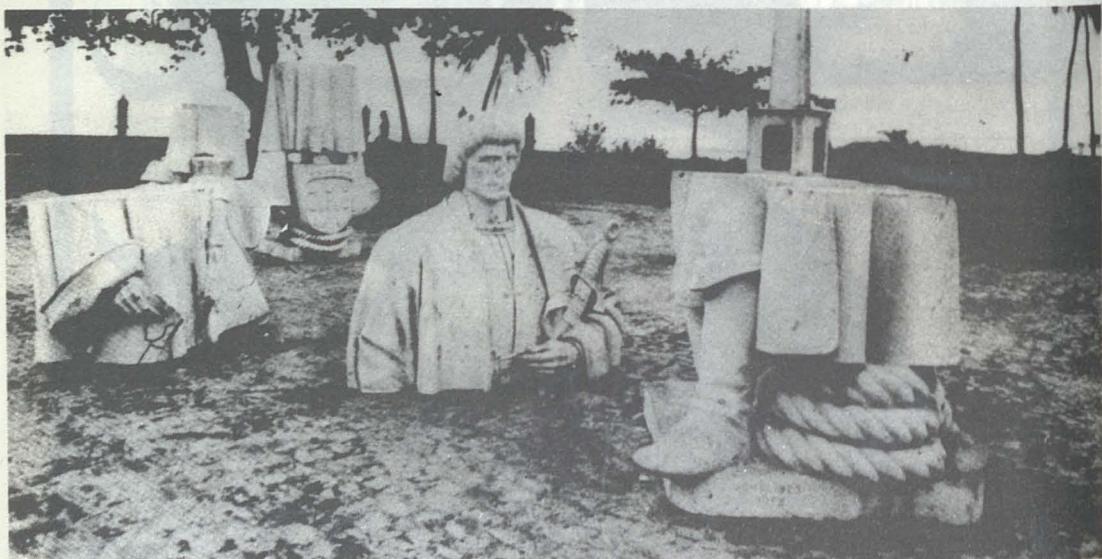
Daí que, naturalmente, a par das primeiras medidas de democratiza-

ção da vida nacional, tais como a neutralização e dissolução da polícia política (PIDE/DGS) e a extinção da censura, a pressão popular exigisse medidas políticas imediatas para se começar a pôr termo ao flagelo dessas guerras, que se arrastavam há mais de treze anos, sem justiça, sem esperança e sem futuro. Iniciava-se assim aquilo que se convencionou chamar o Processo de Descolonização.

Acrescente-se de passagem que a pouco e pouco o Povo forá tomando consciência de que o velho regime já só conseguia autojustificar as medidas mais repressivas e impopulares, com o pretexto de manter intacto o

espírito de retaguarda, pois, segundo argumentava, «seria anti-patriótico permitir que, enquanto as nossas tropas se batiam em África na defesa de um Portugal multiracial e multicontinental, forças subversivas pusessem em dúvida a justiça e justificação do seu sacrifício». Isto significa que, na sua luta de libertação contra o regime fascista, o Povo Português teve como naturais aliados os Movimentos de Libertação que, com tremendas dificuldades, heroismos e sacrifícios, lutavam em África pela independência dos seus países. É que, sem as guerras coloniais, não teria havido o 25 de Abril.

Logicamente, assim, o Processo



Revolucionário Português e o Processo de Descolonização desenvolveram-se em paralelo e, duma forma contínua e permanente, mutuamente se influenciaram.

Todas as grandes crises da Revolução de Abril, desde as mais abertas e referenciadas, como as de 13 de Junho, 28 de Setembro e 11 de Março, como aquelas que não passaram dos bastidores, tiveram como origem ou componente principal os problemas da descolonização. E não é por acaso ou coincidência que o Processo Revolucionário só foi sufocado — ou suspenso, como poderão pensar os mais optimistas — quando o Processo de Descolonização terminou. A maioria antiguerre colonial deixara de ter razão de existir e a maioria antifascista mostrou não possuir dinâmica revolucionária suficiente para prosseguir...

A derrota da «tese federalista»

Em qualquer maioria, se é fácil obter um consenso negativo — contra qualquer coisa — é sempre difícil, quando não impossível, obter consensos positivos. Assim, o Movimento das Forças Armadas e a maioria conjuntural antiguerre colonial, se facilmente estariam de acordo quanto à necessidade de pôr termo às guerras por meios políticos, imediatamente entraram em dissensão quanto à forma de realizar esse objectivo.

O processo não seguiu, portanto, um desenvolvimento linear, registando-se ao longo dele sucessivas adaptações e inflexões que reflectiram a mudança de correlação de forças que a própria evolução dos acontecimentos fazia verificar. Sucessivamente foram ensaiadas e sucessivamente derrotadas, várias linhas de ação que se podem resumir nas seguintes:

— Concessão às antigas colónias de uma simples autodeterminação, que viria a permitir, por referendo, a constituição de uma Federação de Estados, mantendo Lisboa como centro dirigente.

— Reconhecimento do direito à independência dos novos países,

mas promovendo através da realização de eleições improvisadas de tipo ocidental, a ascenção ao poder de burguesias locais dominadas por colonos e «assimilados», e garantindo assim a continuação duma dependência de Portugal, no âmbito de uma chamada Comunidade Lusíada.

— Promoção de uma completa independência desses países através da passagem de poderes aos Movimentos de Libertação que por ela se tinham verdadeiramente batido ou empenhado, tendo adquirido internacionalmente o estatuto de representantes legítimos dos seus povos. Criar-se-iam assim condições para que, com um desenvolvimento paralelo da situação política em Portugal, se pudesse criar, no futuro, laços de verdadeira solidariedade socialista em que se viria a basear uma cooperação de mútuo interesse para os povos envolvidos.

Como se sabe, foi esta última linha de ação e de pensamento político que acabou por prevalecer e, em consequência, passos muito importantes foram dados no sentido geral de Libertação dos povos africanos, que em muito ultrapassaram o próprio âmbito da descolonização portuguesa. Pena foi que, em Portugal, a alienação de uma classe política, provincianamente virada para uma Europa que sempre nos tratou — e continuará a tratar — como europeus de segunda, não tivesse permitido aproveitar as suas potencialidades, e nelas basear os objectivos de uma verdadeira independência nacional. Mas isso é já outra história...

O dramático êxodo

Seja dito em remate que o processo, que alguém ironicamente já chamou de «Descolonização Exemplar», não foi, nem poderia ser exemplar, e não correu completamente a contento de nenhuma das partes envolvidas. Por todos foram cometidos muitos erros, alguns evitáveis, e os traumatismos resultantes ainda se fazem sentir. Paradoxalmente, por exemplo, tendo sido o problema colonial que deu origem em Portugal à Revolução de Abril, foram as consequências da desco-

lonização e principalmente o fenómeno do retorno dos colonos — ainda um dia se há-de fazer a verdadeira história do que está por detrás do dramático êxodo de Angola em Setembro/Outubro de 1975 — que criaram as condições propícias para a sua sufocação.

Contudo, processos desta complexidade e grandeza, têm que ser avaliados em face dos seus resultados globais e não pelos seus erros e acidentes de percurso. Assim há que reconhecer que a descolonização portuguesa foi talvez o único processo histórico dessa natureza realizado sob imperativos de esquerda, ou seja com uma óptica predominantemente de justiça, sobre considerações de interesses materiais ou geoestratégicos.

Por outro lado foram enormes as suas repercussões a nível mundial e estou mesmo convencido de que a história virá um dia a considerá-lo como parte integrante e importante do ponto de inflexão ou viragem, que representa o ano de 1974/75, marcando o início do refluxo do império capitalista e o fim de uma efémera «pax americana» de 30 anos, com a qual se tentou — e ainda tenta — perpetuar a clamorosa injustiça da divisão planetária entre povos privilegiados e deserdados.

Aos que por tal objectivo se batem e batem, sejam quais forem as injustiças e incomprensões de que são vítimas, restará pelo menos a certeza de que o «sonho não foi em vão!»

Cooperação: das declarações de intenção aos actos...

Passados mais de sete anos sobre o acesso à independência das nações que foram as antigas colónias, a opinião pública portuguesa continua a acompanhar sempre com interesse — embora nem sempre com simpatia ou compreensão — os progressos e vicissitudes do seu desenvolvimento. E, saradas ou atenuadas pelo tempo as principais sequelas da descolonização, tornou-se generalizado o reconhecimento, mesmo nos meios mais reaccionários, do interesse que, para Portugal, apresenta uma cooperação mais intensa nesse desenvolvimento.



O almirante Rosa Coutinho, autor do artigo, e o presidente Agostinho Neto: uma amizade profunda e antiga

Por outro lado, passados os primeiros tempos e compreensível euforia pela independência tão duramente alcançada, e os pequenos excessos que levaram ao abandono ou retracção de muitos residentes portugueses que agora fazem falta, esses países reconheceram rapidamente a validade da cooperação portuguesa, alicerçada numa língua comum, numa interpenetração secular de culturas e em hábitos de trabalho e de comportamento que fazem que os portugueses se sintam nesses países apenas como semi-estrangeiros.

Reconhecido assim, por quase unanimidade, o interesse mútuo da cooperação, há que fomentá-la a todos os níveis, tanto governamen-

tais como privados, o que pressupõe da parte de todos os intervenientes uma vontade política efectiva, que ultrapasse as simples declarações de intenções e se manifeste por actos concretos. Mas há também que não reduzir os interesses mútuos dessa cooperação a simples objectivos materiais. E é aqui que entra o problema da solidariedade.

Sabemos bem que entre os actuais dirigentes portugueses no poder, e os dirigentes dos países africanos de expressão oficial portuguesa, não há, nem haverá provavelmente a curto ou médio prazo, uma identidade de pensamento político. Isso não impedirá que, obedecendo ao princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros estados, se

estabeleçam relações de cooperação mutuamente frutuosas. Mas é necessário que simultaneamente não se consintam ou promovam ações externas capazes de solapar os acordos efectuados, por razões de falta de confiança.

É sabido, por exemplo, que em Portugal actuam às claras, e por vezes com convivência ou protecção de autoridades ou partidos políticos com responsabilidade governamental, denominados representantes de grupos que declaradamente se propõem desestabilizar e derrubar os regimes de Angola (UNITA) e Moçambique (MNR). O descaramento da sua actuação é tal que revistas e publicações de larga difusão internacional (*Afrique Defense*, por ex.) difundem constantemente os seus ditos «comunicados» e «informações», com a menção de terem sido emitidos, pelos representantes das respectivas «organizações», em Lisboa.

Por outro lado, meios de comunicação estatizados, jornais, rádio e televisão, quase tudo o que difundem relativamente a esses países é de origem hostil. É claro que as autoridades se defendem argumentando com a liberdade jornalística das redacções que não podem influenciar, etc., etc., mas a hipocrisia de tal argumentação, se dificilmente seria aceite por qualquer chancelaria ocidental, muito menos o será pelos dirigentes africanos. Será isso o que os nossos governantes entendem por demonstrações de solidariedade?

«Os fenícios da Europa»

Nas suas relações com o mundo exterior, desde os tempos do mercantilismo pré-colonial, Portugal tem tido sempre tendência para actuar como intermediário. Daí que, no seu contacto com os povos distantes, os navegantes e mercadores portugueses procurassem, quase sempre, vender e comprar produtos e mercadorias não gerados no próprio país, ou não destinados ao consumo interno. Por isso, alguém nos chamou, com propriedade, os «fenícios da Europa».

Mais tarde, todos sabemos que,

no ordenhar da vaca colonial, a Portugal coube sempre — e apenas — o leite desnatado. Outros países mais ricos e possuidores duma burguesia mais dinâmica e desenvolvida, perante os quais a fraca e inepta burguesia nacional se colocou sempre em situação de estrita dependência, ficaram com a nata. E é exemplo já clássico nos estudos históricos de economia internacional que o ouro recolhido no Brasil acabou por ir parar, na sua maior, a Inglaterra, constituindo aí um factor de acumulação capitalista que propiciou a Revolução Industrial.

Nesta época nova que se abre à nossa actividade internacional, com o aprofundamento das relações de cooperação com os novos países de expressão oficial portuguesa, iremos continuar a cometer os erros do passado? Ou, apesar da nossa relativa incapacidade industrial e tecnológica, vamos aproveitar a oportunidade para uma mudança de atitude e de mentalidade? Isto é — falando cruentamente — nas relações trilaterais

em que a nossa cooperação se verá certamente envolvida, vamos tomar o partido dos «patrões» ou o dos povos a que nos ligam, para além dos interesses materiais, sólidas relações de amizade?

Logo após a descolonização, os meios político-económicos mais evoluídos da cena internacional perceberam a vantagem de aproveitar, em seu próprio interesse, as excepcionais capacidades de relacionamento de Portugal com as novas nações africanas. Várias personalidades da cena política portuguesa devem assim grande parte da projecção internacional a que foram elevadas, à sua potencial capacidade de actuarem como «caixeiros-viajantes» para África. Alguns até já perderam parcialmente esse apoio, por terem perdido credibilidade junto dos dirigentes africanos, em virtude de posições ambíguas, ou mesmo hostis, que tomaram a respeito dos regimes a que presidem. É que, para os «directores comerciais» do sistema, a principal qualidade

que exigem a um «caixeiro-viajante» é a de manutenção de credibilidade e confiança junto dos potenciais «compradores».

Mas posto isto, atrevemo-nos a perguntar: Será esse o papel que nos estará fatalmente reservado na divisão internacional de trabalho e actividades? Ou teremos vontade e capacidade para nos libertar dessa situação de total dependência e actuarmos como país soberano defendendo interesses próprios e dos povos irmãos?

Sabemos que a actuação que preconizamos não é fácil e que, para além da atitude de solidariedade que deverá presidir às relações de Portugal com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, as situações concretas de colaboração e cooperação exigem, muitas vezes, acções pragmáticas. Mas se o pragmatismo é certamente uma virtude, o seu exercício é delicado. Do pragmatismo ao oportunismo vai um salto de cobra... □



SOCIEDADE DE APARELHOS DE PRECISÃO **BRUNO JANZ**

(HERDEIROS), SARL

INDÚSTRIA NACIONAL DE CONTADORES PARA ÁGUA E ELECTRICIDADE
AV. INFANTE D. HENRIQUE, LOTE A - (CABO RUIVO) - 1900 LISBOA - PORTUGAL
TEL.: 381485 - 381867 - 383124 - TELEG.: ELCO - TELEX: 18505 JANZ P

FUNDADA EM 1915
FONDÉE EN 1915
FOUNDED IN 1915

- CONTADORES DE ÁGUA VOLUMÉTRICOS E DE TURBINA
- VOLUMETRIC AND TURBINE WATER-METERS
- COMPTEURS À EAU VOLUMÉTRIQUES ET À TURBINE



- CONTADORES ELÉCTRICOS MONOFÁSICOS E TRIFÁSICOS
- ELECTRICAL SINGLE-PHASE AND THREE-PHASE METERS
- COMPTEURS ÉLECTRIQUES MONOPHASÉS ET TRIPHASÉS

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



SNEDE

★ desenvolve a sua actividade de acordo com as modernas técnicas de planeamento, de organização e de gestão.

★ actua tendo em conta, com realismo, o desenvolvimento das relações económicas com os novos países africanos suas características específicas e as directrizes do seu planeamento económico.

ESTUDOS e PROJECTOS

★ está especialmente vocacionada para:
● a realização de estudos e implementação de projectos nas áreas da agricultura, pecuária, silvicultura, indústria, turismo, construção e serviços públicos;
● a organização e gestão de empresas e de serviços públicos.

áreas de actividade: Portugal; Cabo Verde; Guiné-Bissau; S. Tomé e Príncipe; R.P. Angola e R.P. Moçambique.

SNEDE

Sociedade nacional de empreendimentos e desenvolvimento económico, s.a.r.l

av. fontes pereira de melo, 35-19.º B 1000 lisboa tels. 549043/549739/548177 telex: 13530 SNEDE P

Reflexões sobre cooperação técnica

Fórmula que pode servir para encobrir laços de dependência neo-colonial, a cooperação técnica deve ser orientada na criação de condições que a tornem dispensável

Sérgio Ribeiro

DEPOIS da adopção, em 12 de Dezembro de 1974, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da «Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados», haveria quem julgasse que algo de irreversível se conquistara, e que se iria iniciar uma nova fase do processo, por se dispor de «um instrumento efectivo para o estabelecimento de um novo sistema de relações económicas internacionais baseadas na equidade, na igualdade soberana e na interdependência dos interesses dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento», como foi salientado nessa Assembleia.

Com essa (diríamos) homologação — 120 votos a favor, 6 contra e 10 abstenções —, muitas iniciativas se tomaram, muita reunião se efectuou, muito se escreveu sobre a nova ordem internacional (económica, da educação, da informação, etc.), sobre o reordenamento das relações internacionais.

A adquirida consciência da interdependência justificava algum optimismo realista. No entanto, a prática das relações internacionais veio comprovar que a racionalidade sócio-histórica não é componente do processo histórico marcado (ainda) privilegiadamente por objectivos e interesses privados. Assim — dando um salto talvez brusco — diríamos que as contradições vão ganhando dimensão planetária.

Vejamos uma espécie de «calendário», que gostamos de apreciar de maneira (não necessariamente) original.

No final da década de 60, o mundo parecia mais ou menos «arrumado» geograficamente. Com mais ou menos sofisma, com mais



ou menos profundidade, estava praticamente enterrada a fase colonial, e colónias só havia ainda as portuguesas... que até se chamavam ou alcunhavam «províncias ultramarinas» em estádio ou «estágio» para Estados e em guerra aberta contra a (im)potência colonial e o que por detrás dela estava.

É claro que havia outras lutas. Mas elas já faziam parte de uma outra guerra, iniciada décadas antes, no início do século, mas a começar a ter expressão prevalecente. Chamemos-lhe *anti-imperialista* e sugira-se a importante verificação de que o arrastamento do colonialismo português levou a fazer coincidir a luta de libertação nacional do colonialismo com luta anti-imperialista.

Não foi o petróleo, nem qualquer outro «bode expiatório», que veio provocar a situação de crise do capitalismo, de que entendemos dever encontrar o primeiro sinal visível na desvalorização da libra inglesa, em Novembro de 1967.

Foi aí, nessa altura, que todo o sistema monetário, criado em Bretton-Woods no pós-guerra, começou a desmoronar-se.

Desde então, a crise tem sido entremeada com ameaças de recuperação sucessivamente frustrados e buscas (umas sérias, outras especulativas, algumas só ridículas) de saídas, estratégias, explicações teóricas.

«Descobriu-se» que a inflação e o desemprego não alternavam como perturbações de sinal contrário relativamente a um desenrolar da vida económica e social idealmente equilibrado e harmonioso. E como a inflação já tinha um passado mais experiente, o desemprego foi «descoberto» mais chocante, com expressões e dimensões novas.

Emprego e necessidades essenciais

Não podemos passar sem uma referência à transformação que se deu numa agência das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, em que o problema do emprego passou a merecer privilegiada atenção, como o podem comprovar o «Programa Mundial do Emprego», a Conferência Mundial do Emprego (em 1976 e simultaneamente com a anual Conferência Internacional do Trabalho), e a estratégia mundial a que se chamou de «emprego e (satisfação) das necessidades básicas», sendo o emprego um meio e um fim.

Não haveria melhor «ponte» para passar deste quadro global para o objecto destas reflexões, a cooperação, do que o problema do emprego e da estratégia de satisfação das necessidades essenciais.

Primeiro, porque o problema do emprego tem de ser visto numa perspectiva completamente diferente, a partir da consideração do mundo uno e interdependente, e em 'que o trabalhador tanto o é na(s) Europa(s) como na(s) América(s) como em África. E, repare-se, isto não é assim tão inovador: os «teóricos» do pensamento económico «burguês» alguma vez se preocuparam com o «desemprego de recursos humanos» quando esses «recursos» eram exteriores aos países do centro capitalista?

Depois, porque falar de «necessidades essenciais» é também olhar o mundo todo, ter de denunciar situações de carência, de penúria e de total desprovimento, é não poder fugir a tropeçar nos mecanismos e aparelhos de exploração. Vem a propósito fazer uma referência ao «mecanismo único transnacional», que caracteriza a contemporânea regulação do capitalismo, através de uma ligação entre os Estados, as empresas transnacionais e as estruturas supra-nacionais de vários tipos, transnacionalizando o Capitalismo Monopólico de Estado (1).

Atrevemo-nos a afirmar que a «Nova Ordem Económica Internacional» começou por ser o reconhecimento da impossibilidade de sobrevivência da velha ordem económica internacional, e o reconhecimento de que uma parte do mundo (o «Terceiro») existe e não é só um apêndice ou extensão do «mundo capitalista».

Cooperação: fórmula mágica

Não nos vamos deter no que foi a movimentação durante a segunda metade da década de 70, com todas as reuniões e documentos, negociações globais e «norte-sul» (2). Ao que queríamos chegar era à expressão «cooperação técnica».

Para começar, lembre-se a enorme carga da palavra cooperação. Muito se poderia dizer sobre isso, mas talvez baste recordar que, em pleno «corporativismo», eufemismo suavizante do que foi o fascismo português, existia uma revista mais ou menos oficial cujo título, «Cooperação», se justificava por ser

mais suscetível de receptividade que o título «Corporação» que corresponderia melhor aos objectivos visados pela publicação. Já então «cooperação» servia para muita coisa... até para esconder ou tornar aliciente o seu contrário!

No quadro global da inevitavelmente reconhecida interdependência, a cooperação técnica aparece como fórmula mágica. Tanto se apresenta como via de continuidade de relações de tipo colonial, através da manutenção de laços de dependência com envólucro diferente e de adaptada internacionalização, como se apresenta como via de criação de relações novas, assumindo-se uma efectiva interdependência baseada em processos nacionais ou regionais auto-centrados.

No quadro global da inevitavelmente reconhecida interdependência, a cooperação técnica aparece como fórmula mágica. Tanto se apresenta como via de continuidade de relações de tipo colonial, através da manutenção de laços de dependência com envólucro diferente e de adaptada internalização, como se apresenta como via de criação de relações novas, assumindo-se uma efectiva interdependência baseada em processos nacionais ou regionais auto-centrados.

O facto de nos ter saltado o neologismo «internalização», traduzido do correspondente neologismo francês, exige que se diga algo sobre a sua «paternidade» e significado. A primeira vez que o lemos foi em trabalho de Michalet (e outro), caracterizava a importância, na internacionalização da vida económica, das relações internas aos grandes grupos multi ou transnacionais. Na verdade, a extensão espacial e sectorial destes grupos provocou a criação de fluxos, ou rede de relações económicas, ultrapassando fronteiras e continentes mas mantendo-se no interior dos grupos tentaculizadores (3).

«Acertar de contas»

No caso de Portugal e dos países que foram suas colónias, e que se libertaram após prolongada luta, a cooperação técnica aparece com ca-

racterísticas específicas, sem prejuízo de poderem ser, também, a ilustração das características gerais que a definem.

Depois de um período de «descolonização», em que os agentes da libertação de Portugal do fascismo se encontraram com os dirigentes dos movimentos e partidos de libertação do colonialismo, e se formalizaram as independências, houve um refluxo que há quem teime em considerar traumatizante. Não dizemos que o não foi, mas esse trauma não pode ser referido sem o complemento da responsabilização ou, no mínimo, sem referência à intenção de perturbação do processo por parte de interesses colocados em causa e do imperialismo como sistema.

Em vez da (ideal) transformação das relações de tipo colonial em relações privilegiadas Estado a Estado, foi um «acertar de contas», até mesmo quando e onde não havia contas a acertar ou, a havé-las (como há), de contabilização bem difícil (como facturar séculos de colonização e escravatura?).

Durante esse período, houve cooperação técnica. Coincidindo com um movimento de centrifugação de capacidades técnicas que se tinham colocado (politicamente) ao serviço do que foi o Portugal pós-Abri, houve um acolhimento (difícil, mas cheio de significado e intenção) por parte dos novos países. Foi um período em que a cooperação técnica entre Portugal e os novos países se fez, precariamente, a partir de (alguns) portugueses. E não só com os

(1) — *O que se pode encontrar, exposto com grande rigor e clareza, em «Contra-projecto para a Europa», livro da autoria de G.E.M. (Grupo de Economistas Marxistas, ligados à Universidade Livre de Bruxelas) recentemente editado em português pela Editora Estampa, devendo referir-se o nome do prof. Jacques Nagels como animador desse grupo.*

(2) — Os «Guia do Terceiro Mundo» têm informação larga sobre esta movimentação de que o «relatório Brandt» será o fecho.

(3) — A relação entre um país com plantações de borracha e um país com fábricas de pneus é internacional, mas pode ser a característica — bem mais importante — de ser interna a um grupo se a plantação de borracha for propriedade da transnacional fabricante de pneus. E podiam multiplicar-se os exemplos...



que dispunham da referida capacidade técnica, mas também com os que, tendo-a ou não, foram igualmente centrifugados, em razão do refluxo político posterior a 1976, de um desencanto, de um desemprego crescente, de uma procura de caminhos pessoais para a vida.

Portugal, «porta de África»?

Ao mesmo tempo, foi ganhando força a ideia de que Portugal era uma «porta» para se entrar em África. A opção «Europa connosco», que já cansa confirmar tão-só política, começou a derrapar logo à partida do processo e nunca chegou a entrar nos carris. Até que, no processo, mais largo, de internacionalização

da vida económica — e não só — se descobriu que Portugal poderia ser a tal porta (de serviço). Foi um novo alento e, desta vez, bi-direccional. Direito a Bruxelas, com bilhete de ida-e-volta, não faltando afirmações implícitas, e algumas explícitas, de que Portugal tem um papel (europeu!) a desempenhar, talvez no quadro a rever da Convenção de Lomé. Em direcção às capitais africanas, em particular de Luanda e de Maputo, passando das referências à descolonização e Nova Ordem Económica Internacional à cooperação técnica.

Dir-se-á que o «acordo geral de cooperação», os acordos bilaterais, as comissões mistas, as direcções gerais e institutos de cooperação

existem. É verdade: tudo isso existe, tudo isso é... Mas que verdadeiro e real impacto têm tido, se se entender como cooperação técnica se entender mais do que reuniões, viagens, muitos propósitos e poucas realizações? E não é verdade que só recentemente, quando Portugal foi considerado porta a abrir ou a utilizar, algo se animou, agitou e... se espera venha a ter concretização?

Cooperação técnica como estratégia

Não nos move — nem para isso estamos preparados — a intenção de entrar em considerações sobre conflitos, justaposições ou lacunas de competência, mas parece-nos que a

EDITORIAL O LIVRO

Rua Cláudio Nunes, 121
1500 Lisboa
Telfs. 703713 • 702667

PRODUZIMOS OS MELHORES
LIVROS ESCOLARES PARA CRIANÇAS

CONTAMOS COM O APOIO DE PEDAGOGOS, TÉCNICOS
E DESENHADORES ALTAMENTE QUALIFICADOS

DISPOMOS DE SERVIÇOS PRÓPRIOS DE FOTOCOMPOSIÇÃO
IMPRESSÃO, ACABAMENTO E DISTRIBUIÇÃO



cooperação técnica a partir do Estado português está por demais «institucional», formal, por demais «negócios estrangeiros» e por de menos funcional, operacional, por de menos «técnica».

Por outro lado, a cooperação técnica a partir de relações mais ou menos privadas, ou de iniciativas localizadas ou personalizáveis, ganhou novas dimensões, sejam elas empresariais, partidárias, ou através de organismos internacionais, agências das Nações Unidas e outros, que concretizam formas de cooperação técnica.

Esta última referência pode completar-se em duas direcções. Uma, anotando nomes como FAO, UNESCO, OIT/BIT, UNIDO, CNUCED, OMS, PNUD que, em alguns casos, recorrem a técnicos portugueses para o desempenho de funções e missões nesses países, assim abrindo uma frente de cooperação técnica que nos parece merecedora de bem maior e diferente atenção do que um olhar um pouco vago e invejoso. Outra, observando que esse tipo de cooperação técnica pode tomar as mais variadas modalidades, cruzando-se com a bilateral (país a país), e possibilitando uma verdadeira gama de opções a partir da qual os países «beneficiários» da cooperação terão maior ou menor capacidade de discernir e decidir.

Este é um aspecto que consideramos fundamental: o modo como os países «receptores» da cooperação a aceitam, recebem e avaliam. É evidente a intenção de se continuar a considerar a cooperação técnica como uma dádiva, uma forma de filantropia, assim como é evidente o esforço de esclarecimento para que assim deixe de ser, mostrando-se o risco de essa cooperação técnica poder ser uma forma de continuar relações de exploração, ou uma bem escassa compensação de séculos de exploração. O que importa ter presente é que a cooperação técnica, para ser algo de efectivamente diferente da continuidade adaptada da velha ordem económica internacional, tem de ser um instrumento da estratégia nacional ou regional dos países recentemente independentes.

e, simultaneamente, um elemento que pode resolver (ou contribuir para resolver) alguns problemas dos países de onde parte a cooperação técnica.

Isto é, a interdependência leva a poder considerar-se a situação de a cooperação técnica ser resultante e levar a uma relação de vantagem mútua, mas a partir dos interesses prioritários dos países e regiões, que a devem integrar no seu processo de desenvolvimento económico e social.

Um tipo de cooperação que é necessário recusar

«Redéployer» (deslocar) capitais, exportar desemprego, transferir meios e técnicas obsoletos, promover culturas necessárias a processos produtivos estranhos, encontrar onde fazer estágios e ensaios, será uma «certa forma» de cooperação técnica que é indispensável e urgente denunciar.

Passando a um outro plano mais concreto, não se podia aceitar a cooperação técnica que adopta formas de «complemento de salário» que a transformam em unicamente interessante para desempregados, desesperados, samaritanos ou militantes internacionalistas, não se entende a cooperação técnica que concretize a transplantação de metodologias e técnicas, não se deve consentir, calando, o tipo de cooperação técnica que proponha o que, sendo irrealista, ou obriga à continuidade e reforço da «falsa» cooperação técnica ou fica como documentação estimável como exercício teórico e abstracto.

No caso particular de Portugal e dos países que foram suas colónias, parece-nos que a recente animação a partir da hipótese de Portugal poder ser a tal porta seria uma oportunidade para o balanço de toda a cooperação técnica que tem acontecido, e sobretudo para evitar o reforço de uma tendência de «afunilamento» dessa cooperação, que a transforma em componente menor de política partidária (ou aliançária).

A este propósito não podemos deixar de anotar o publicitado

acordo entre o «Governo da República Portuguesa» e a Organização Internacional do Trabalho, assinado aquando da visita a Portugal do Director-Geral da O.I.T., Francis Blanchard, em Setembro último. O que se conhece desse documento leva-nos a pensar num acordo que afirmou propósitos e intenções com interesses mútuos: do Governo português, ao mostrar intenções e capacidade técnica, e da O.I.T., ao poder realizar os seus princípios e definições estratégicas recorrendo a posições e capacidades de um Governo que as tem de reserva mas que não tem meios para as exercer.

Criar condições para se tornar dispensável

O risco em tal acordo poder vir a ser (para além dessa afirmação de princípios poucos e intenções algumas) uma forma de um certo Governo, e em particular o seu Ministério do Trabalho, poder controlar a cooperação técnica via Nações Unidas/O.I.T. e canalizá-la para transformar parte da cooperação bilateral em multi-lateral por exclusiva distribuição de bons «postos» (remunerados em dólares e taxas N.U.), a partir de critérios de fidelidade a ideologias e práticas que nada têm a ver com os países objecto ou alvo da cooperação técnica.

A melhor cooperação é a que vai criando condições para deixar de ser, por dispensável.

Retomando o que foi início destas reflexões, referimos a atenção privilegiada a dar aos «recursos humanos». Mais do que de qualquer outra coisa, os países em processo de libertação, ou de sua consolidação, carecem de capacidade de realização, sobretudo técnica, de capacidade de adequar os meios e recursos de que dispõem (neles se incluindo a cooperação técnica) aos seus definidos fins e estratégias. O problema da formação é prioritário, particularmente o da capacidade própria de formar, como processo multiplicador, evitando uma possível nova e crescente dependência veiculada pela formação no e a partir do exterior. □

Por um correcto relacionamento

O estreitamento das relações económicas entre os novos países africanos e a antiga metrópole é desejada por ambas as partes. Dir-se-ia que os tempos são de crise para todos e que as dificuldades actuais levam a buscar solidariedades...

Luís Moita*

LOGO no início deste ano de 1983 foi anunciada a criação, no norte de Portugal, de um grande consórcio de empresas destinado a participar num importante projecto integrado agro-industrial em Moçambique, com um investimento previsto, numa primeira fase, da ordem dos 40 milhões de dólares. Tal notícia era mais um sinal da realidade, que diariamente se pode constatar que, é a da multiplicação e da intensificação dos contactos entre Portugal e as suas antigas colónias de África. Pode mesmo concluir-se que a actual fase se caracteriza pela coincidência de interesses de parte a parte, quer do lado africano quer do lado português, no sentido do reforço dessas relações. Se este facto parece ser indiscutível, nem sempre as suas razões são evidentes. De qualquer maneira a questão é demasiado importante para que não aprofundemos a reflexão que ela exige, buscando incessantemente as condições de um correcto relacionamento.

Seria interessante, aliás, fazer um dia a história dos debates internos que têm decorrido nos diversos países envolvidos, acerca desta questão. Se as posições africanas são menos conhecidas publicamente, mesmo assim certos dados têm transpirado quanto às discussões que tiveram lugar e quanto às tendências de cada corrente ou sector, uns mais favoráveis, outros menos, a esse esforço de relações com a antiga metrópole. Do lado português

é mais fácil acompanhar esse debate nas suas vicissitudes e até nas suas contradições. Não é verdade, por exemplo, que a direita conservadora e liberal criticou durante anos os defensores de um maior entendimento com África, acusando-os depreciativamente de «terceiro-mundismo», e que essa mesma direita, uma vez no poder, foi arrastada pela dinâmica da reaproximação?

Humildade e realismo

Todos estes debates, longe de estarem acabados, mantêm a sua vivacidade e conservam uma inevitável marca emocional. Do lado africano, a maneira de olhar para o ex-colono oscila entre a atração e o ressentimento. Do lado português, as posições multiplicam-se, desde o saudosismo pela perca do império até à culpabilidade pela guerra colonial, passando pela solidariedade activa das amplas correntes anticolonialistas.

Se a emocionalidade é assim compreensível, mais uma razão para nos obrigar a um esforço sério de análise.

Nessa análise não se pode deixar de ter em conta a diversidade de posições assumidas ao longo do tempo (já fizemos referência aos debates internos e à sucessão de opiniões...), como ainda a diversidade no espaço: quer dizer, as ex-colónias portuguesas não fazem um todo homogéneo. Entre elas e a antiga metrópole as relações não são univocas. Cada país é um caso, cada um tem uma própria história de relacio-

namento. E em cada momento, a posição assumida é determinada por numerosos factores, desde a correlação de forças interna até às pressões da conjuntura internacional.

Todavia, para além desta diversidade, é possível equacionar algumas questões genéricas, a mais importante das quais será certamente a que atrás aludimos: a evolução presente demonstra que há uma coincidência de interesses em ordem ao incremento das relações entre Portugal e os novos países africanos.

Dir-se-ia que o tempo é de crise para todos e que as dificuldades actuais levam a buscar solidariedades. Estamos longe do período heróico de 75, período de projectos e esperanças colectivas. A situação das nossas sociedades, em África ou na Europa, está marcada por profundas crises económico-sociais. Todos somos convidados à humildade e ao realismo, mas também à lucidez e à audácia.

Portugal: África e os caminhos da Europa

Por parte das sociedades africanas é bem conhecido o peso das actuais dificuldades no domínio económico, o que tem de ser visto no contexto mais geral da crise do continente africano, um continente que no seu conjunto está a empobrecer, um continente onde o crescimento da produção alimentar é inferior ao crescimento demográfico. Nos novos países africanos, estas dificuldades gerais vêem-se agravadas, quanto mais não seja por causa das convulsões sociais no imediato pós-

* Membro do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

-independência, quando não pelas agressões externas — como no caso de Angola e Moçambique — comprometendo o próprio aparelho produtivo. As metas que foram previstas, de recuperar os níveis de produção anteriores à guerra ou anteriores à saída dos colonos, estão longe de serem alcançadas. A crise do sistema capitalista internacional reflecte-se assim dramaticamente nas economias dependentes. A luta pela independência económica revela-se mais árdua que a de liberação nacional. Os próprios modelos de desenvolvimento adoptados estão sujeitos a rectificação e questionamento face aos resultados obtidos.

O quadro da crise económica em África será assim uma componente para explicar a aproximação com a ex-metrópole em busca de empréstimos, trocas comerciais, de apoio técnico. E da parte portuguesa que se passa? Ainda há pouco escrevímos a este respeito: «Em Portugal há uma burguesia 'conservadora', habituada ao protecionismo, receosa da concorrência da CEE, que tem defendido o 'regresso a África' como alternativa à Europa e que vê nas ex-colónias os mercados fáceis ou os 'novos brasis'. Mas há também a burguesia 'esclarecida' que tem sido claramente maioritária embora a crise europeia e as dificuldades da negociação com o Mercado Comum (CEE) tenham enfraquecido as suas posições: ela apostava sobretudo na adesão à CEE e encara as relações com África essencialmente em sentido instrumental. Quer dizer: o objectivo é a Europa, Portugal não pode ser o parente pobre de um continente rico, temos de adquirir peso negocial perante a CEE, para isso precisamos de exhibir como trunfo uma zona de influência em África. Há tempos, um conhecido político declarava enfaticamente: o caminho de Lisboa para Bruxelas passa por Luanda e Matuto». Para chegarmos à capital da Europa temos de levar na bagagem as vantagens de sermos antiga metrópole perante as potências neocoloniais temos de nos apresentar com a 'nossa' África...»

Numa palavra, as dificuldades da

adesão portuguesa à CEE têm encorajado o poder político e os empresários no sentido de uma aproximação com África, aproximação essa aliás na qual a Europa também está interessada, na medida em que conta com o papel de Portugal como intermediário numa penetração dos interesses económicos.

Estamos a ver como a conjuntura económico-social motiva de parte a parte um reforço das relações entre Portugal e a África.

Novos trilhos para a emigração portuguesa?

A carência de quadros e as lacunas de conhecimentos técnicos nos países africanos são outros factores que propiciam o desenvolvimento dos contactos. Reciprocamente não podemos esquecer que Portugal é um país de forte desemprego e com relativa disponibilidade de quadros técnicos, pelo menos em algumas áreas. Inclusivamente, Portugal é tradicionalmente um país de emigração, estando agora fechadas as fronteiras dos países de imigração mais recente (França, Rep. Federal Alemã...), o que explica as declarações de responsáveis portugueses no sentido de admitir, quando não preconizar, um novo fluxo migratório de portugueses para África.

Independentemente, porém, das considerações, cremos que existe nos países africanos a percep-

ção de que os portugueses possuem um conhecimento das realidades desses países e têm a seu respeito um património acumulado de conhecimentos científicos e técnicos, o que constitui uma séria vantagem para as tarefas de cooperação. Isto é tanto mais verdade quanto é certo que algumas outras cooperações técnicas estrangeiras se revelaram decepcionantes e provaram estarem longe de ser satisfatórias para o apoio ao desenvolvimento dos mesmos países africanos.

O facto de Portugal ser um país de tecnologia intermédia coloca-o também na posição de mais facilmente cooperar de forma útil em projectos agrícolas ou industriais. Mais importante ainda porém, a língua comum estabelece uma base de comunicação que condiciona positivamente a aproximação, para já não falar dos múltiplos vínculos culturais e até familiares que ligam à antiga metrópole as camadas dirigentes dos novos países africanos.

Os factores de natureza económica, técnica e cultural que até agora recordámos, não podem fazer esquecer os aspectos mais propriamente políticos e mesmo geo-estratégicos. Por exemplo, cremos que o estreitamento das relações com Portugal interessa aos países africanos na medida em que lhes proporciona um interlocutor privilegiado no seio de um dos blocos, no caso um membro, da NATO e um país que,

África: novos canais para a emigração portuguesa?





Cimeira dos «Cinco» na Praia: acordo unânime para aprofundar a cooperação

apesar de pequeno, tem o seu peso no interior do mundo ocidental. Reciprocamente, é do interesse de Portugal reforçar as suas relações com as ex-colónias, na medida em que um contacto próximo com países africanos e não-alinhados aumenta a margem de manobra portuguesa na cena internacional.

Tudo isto comprova por diversas vias a verificação inicial acerca da coincidência de interesses de parte a parte no sentido da aproximação.

Uma «pedrada no charco» das relações Norte-Sul?

Todavia, o desdobrar de argumentos a favor de uma política de intensificação de relações nunca pode omitir uma outra análise: quais as condições para que esse relacionamento se desenrole de forma correcta e adequada?

A pergunta é tanto mais pertinente quanto é certo que existe o risco real de a posição portuguesa ser simplesmente absorvida pelo sistema internacional dominante, por não saber ou não querer encontrar uma alternativa à dominação neocolonial. Mesmo que se considere que a fragilidade da burguesia portuguesa a impede de enveredar pela via do neocolonialismo, não se pode ignorar que os interesses económicos

portugueses podem tentar refazer relações de exploração em África aproveitando os recursos naturais e a mão-de-obra barata desses países ou, no mínimo, servirem de testa de ponte para os tentáculos do capitalismo internacional.

Com efeito, o relacionamento dos novos países africanos com a antiga metrópole não pode ser visto fora do contexto internacional particularmente, fora da ordem, e, que melhor se chamaría desordem, em que se processam as relações económicas à escala mundial. A contradição que opõe os países dominados do hemisfério sul aos países industrializados e aos centros dominantes do hemisfério norte, longe de estar resolvido ou em vias de solução, parece adensar-se com o avolumar da crise. Por isso mesmo, qualquer país que se interroga sobre o seu correcto relacionamento com outros países do chamado Terceiro Mundo, não o pode fazer eficazmente fora de um quadro de luta mais geral, que é da luta por uma ordem económica internacional mais justa.

A ser verdadeiro este ponto de vista, teremos de concluir que o problema das relações entre Portugal e as ex-colónias de África não se pode equacionar apenas em termos político-ideológicos e muito menos em termos meramente voluntaristas,

mas há-de ter em conta as questões concretas das relações concretas.

Quer dizer, a necessidade de aprofundar, de parte a parte, o modo como se podem desenvolver essas relações, no sentido do real interesse dos povos envolvidos e fora de qualquer perspectiva de nova dominação, tem de partir da consideração das condições materiais onde se corporize o relacionamento entre os países.

Eis uma reflexão que, tanto quanto sabemos, ainda não foi feita, mas que deveria sé-lo quanto antes, envolvendo de preferência todos os interessados, forças progressistas africanas e portuguesas, em ordem a uma posição conjunta no interesse recíproco.

Muitos domínios, vários actores

Uma tal reflexão deveria incidir sobre todos os terrenos sectoriais onde se materializam as relações: empréstimos financeiros, trocas comerciais, cooperação técnica, transferências tecnológicas, investimentos directos, comparticipação em projectos de desenvolvimento, formação de quadros, permutas culturais, cooperação militar. Como vemos, trata-se de domínios diversos e vastos, tanto mais quanto ne-

interferem vários sectores, desde o Estado e as empresas do sector público até às empresas privadas e aos organismos políticos e culturais.

A questão que se põe em todos estes diversos sectores é a de sabermos se é possível Portugal e os novos países africanos relacionarem-se de acordo com os critérios de uma nova ordem internacional. Desde logo, isso obrigaría a analisar a política de empréstimos financeiros: quais os juros praticados e os prazos de amortização exigidos? Trata-se habitualmente de créditos ligados ou de empréstimos livres? E quanto à situação das trocas comerciais: como impedir a degradação dos termos de troca, como garantir aos países africanos o justo preço e a estabilidade dos rendimentos dos seus produtos de exportação? Como equilibrar as balanças comerciais entre os países? Como ultrapassar as assimetrias resultantes de importar matérias-primas e exportar produtos manufacturados? E no que toca às

transferências tecnológicas: como evitar a exportação de tecnologias obsoletas ou inadequadas? Como impedir que se criem situações de dependência quanto aos conhecimentos tecnológicos? Como incentivar o aproveitamento dos recursos locais e a formação dos quadros nacionais?

Enfim, mil outras perguntas como estas se poderiam formular, todas tendentes a averiguar acerca da questão fundamental: o reforço das relações pode ser materializado sem que se verifiquem fenómenos de exploração económica ou de alienação da soberania? Eis um debate que se impõe e que deveria interessar políticos, economistas, homens de cultura.

A partir dessa pesquisa seria possível enunciar critérios para uma acção mais amadurecida e mesmo uma espécie de código de conduta que deveria nortear as relações entre os países. Como é evidente, afi-
veriam figurar normas elementares

do relacionamento entre Estados soberanos, como por exemplo a interdição de consentir no seu território actividades de oposição sistemática a regimes estrangeiros, norma que apesar de elementar é persistentemente violada pela parte portuguesa. Como ainda deveria ficar claro que Portugal não ambiciona de forma alguma recuperar qualquer espécie de «zona de influência» no continente africano e que não pretende reconstituir qualquer «comunidade de língua portuguesa» de sabor neocolonial.

Mas também seria indispensável que as novas camadas dirigentes dos países africanos se mantivessem firmes na recusa às dependências estrangeiras e às formas mais subtils de opressão sobre os seus próprios povos.

Porque confiamos nessa possibilidade, estamos empenhados neste debate e dispostos a dar a nossa contribuição para o seu aprofundamento. □

IMPORLESTE ★

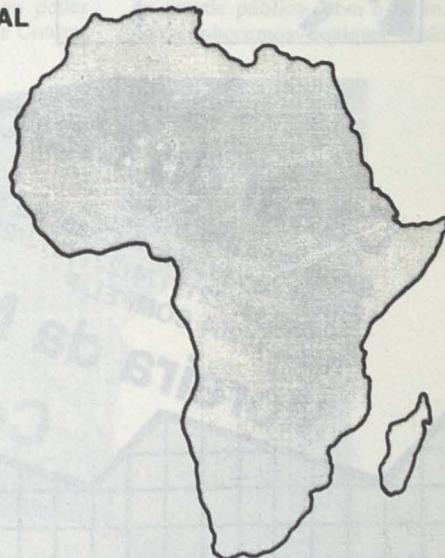
REPRESENTAÇÕES, LDA. PORTO • PORTUGAL

Produtos alimentares em geral

**Qualidade
Seredade**

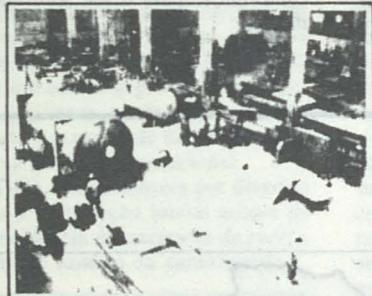
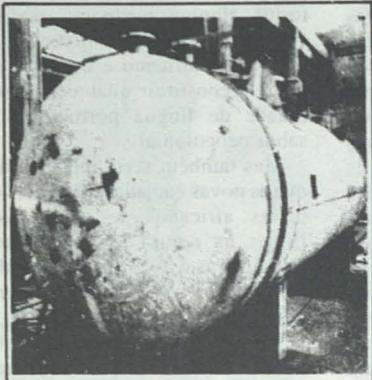
IMPORT/EXPORT

Rua Passos Manuel, 223-4.º • 4000 PORTO • PORTUGAL • Telef. 319916 • Teleg. IMPORLESTE • Telex 22140 IMESTE P



Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

★ Mecânica geral
★ Reconstrução de motores
★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FÁBRICA:
Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal
Telefones: 221174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines



Formação profissional, questão central da cooperação

A formação de quadros nacionais é uma das mais importantes funções do técnico cooperante. Mas para que este possa cumprir a missão, há que lhe proporcionar condições

Octávio de Matos

UMA questão que a quase totalidade dos técnicos e trabalhadores especializados decerto porão a si mesmos, ao fim de alguns meses ou anos de trabalho em qualquer dos novos países africanos de expressão portuguesa, é a de saberem se, até ao final da sua estadia, capacitaram algum trabalhador local para a continuação das tarefas que desempenharam.

Esta pergunta ilustra bem a importância da formação.

É importante a sensação de que o trabalho foi executado com um nível satisfatório e que foram asseguradas, com eficácia, as tarefas ou missões que cada um tinha a seu cargo. E depois, como vai ser? E se daqui a seis meses ou um ano tudo estiver como antes? Valeu a pena?

Formação técnico-profissional: os resultados são muito magros

Quando a resposta é «não», só foi cumprida uma parte da tarefa de cooperação.

Cinco anos de experiência obtida na R.P. Moçambique ajuda-nos a localizar a importância da formação, no conjunto dos vários aspectos, que a cooperação pode tomar.

Numa primeira abordagem ao complexo problema da cooperação, podemos distinguir, quanto às formas em que é (ou deveria ser) efectuada, três níveis:

— individual, com contratos entre os técnicos ou trabalhadores especializados e uma entidade governamental ou empresarial daqueles novos países africanos

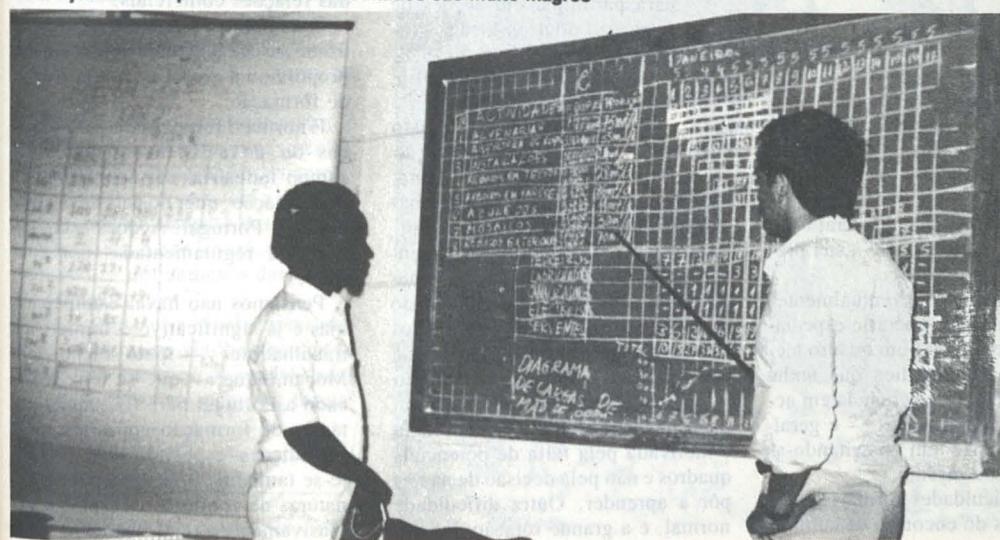
— empresarial e de instituições autónomas relativamente ao poder central, com a assinatura de Contrato

de Fornecimentos, Assistência Técnica e Cooperação

— central, com Acordos de Cooperação entre os governos, em áreas muito diversas, como o campo social, político, económico, cultural, técnico, etc.

O estudo cuidado do desenvolvimento destes três tipos de cooperação, desde 1975/76 — início de acções concretas entre Portugal e os países africanos que usam o português como língua oficial — até ao presente, e o seu contributo e potencialidades para o apoio à Formação Académica e Profissional, parece ser do maior interesse.

Há inúmeras acções e experiências que não são do conhecimento do grande público, nem o serão, e não conhecemos qualquer análise



profunda e sistematizada destes sete anos de «cooperação».

As opiniões formuladas são, pois, gerais e forçosamente limitadas.

Cooperação individual

Na República Popular de Moçambique, o número de cooperantes portugueses do tipo «individual» não tem crescido significativamente apesar de os contratos terem uma duração de 2 anos e de uma boa parte ser normalmente renovada. Nos últimos dois anos, ao contrário do que seria de esperar, devido ao aumento do desemprego em Portugal e do agravamento da crise económica e consequente aumento do custo de vida dos trabalhadores, o número de cooperantes deve ter diminuído. Tudo indica que a tendência se manterá, pelo menos no futuro próximo.

Que têm feito os cooperantes individuais em termos de formação de trabalhadores nos locais em que têm cooperado?

Apesar dos contratos individuais consagrarem a obrigatoriedade de participação em acções de formação técnica, o saldo é, de facto, extremamente negativo e não há indícios de melhoria.

Parce-nos poder afirmar que as razões justificativas desta situação são de dois tipos. A saber:

Relacionadas com o próprio cooperante:

- dificuldades em conciliar as tarefas-exeéutivas do dia-a-dia e as normais deslocações pelo país com um plano de formação que lhe ocuparia boa parte do tempo útil com prejuízo do seu tempo de descanso (para além do horário das próprias acções há que considerar todo o tempo necessário à sua preparação);
- o facto de ele, eventualmente, ser um bom operário especializado ou um bom quadro técnico, não implica que tenha aptidão ou experiência em acções de formação — e geralmente não tem — evitando-as por isso mesmo;
- as dificuldades normais decorrentes do encontro de culturas

diferentes, hábitos diferentes e até diferentes maneiras de resolver os mesmos problemas, levam o cooperante individual ao seu «enconchamento» e à fuga em envolver-se em mais uma área de trabalho

- o carácter temporal muito limitado dos contratos juntamente com o tempo necessário à integração no ambiente de trabalho e à resolução dos inúmeros problemas logísticos, leva a que, quando consegue uma integração satisfatória, o cooperante já está, muitas vezes, a preparar o seu regresso a Portugal.

Relacionadas com as estruturas de enquadramento:

- nem sempre no local de trabalho, empresa ou ministério, há condições humanas e materiais para se proceder a acções de formação
- as dificuldades organizativas próprias do processo que se vive e as prioridades dadas à resolução de outros problemas
- a falta de sensibilidade de alguns responsáveis dos locais de trabalho, os quais, com o seu excessivo departamentalismo levantam, mesmo inconscientemente, várias dificuldades quando solicitados para participar em acções de formação noutros locais

As excepções, que as há, confirmam a regra.

O cooperante individual pouco contributo tem dado à formação técnico-profissional. E se a formação decorrente de acções programadas fora do trabalho normal é diminuta, o mesmo se poderá dizer, pensamos nós, da formação resultante do acompanhamento quotidiano do cooperante no seu local de trabalho. Por norma, o cooperante individual não tem a seu lado, a acompanhá-lo na execução das suas tarefas, um trabalhador nacional. Esta ausência é motivada pela falta de potenciais quadros e não pela decisão de não os pôr a aprender. Outra dificuldade normal, é a grande rotação dos tra-

balhadores entre empresas, e mesmo dentro destas por diversas tarefas.

No domínio empresarial

Ao nível da cooperação empresarial e de instituições autónomas, assistiu-se a uma paralisação quase completa até 1979. Em 80, 81, 82 é o despontar de grandes acções de empresas e organismos portugueses nos novos países africanos. Há indícios de que agora se tenta recuperar o tempo perdido: o número de contratos de assistência técnica multiplica-se, as relações comerciais aumentam.

Concretamente, pensamos poder asinalar, em Moçambique, dois marcos importantes para o reforço da cooperação empresarial. O primeiro no tempo, foi o estabelecimento de um Acordo Financeiro entre os bancos centrais dos dois países em finais de 1980 e que ainda se mantém em vigor. O segundo, foi a histórica visita do presidente da República Portuguesa a Moçambique em 1981, durante a qual foram enterrados os contenciosos que até então emperravam o normal desenvolvimento das relações de cooperação, tão úteis a ambos os países.

Relativamente a Angola, a visita de Ramalho Eanes teve também idênticas consequências na abertura de oportunidades e no incremento das relações comerciais.

O aumento do número de contratos de assistência técnica levou a um proporcional crescimento de acções de formação.

É norma o fornecimento de serviços ou de assistência técnica no campo industrial ser acompanhado de formação, quer no país de destino quer em Portugal. Acções estas geralmente regulamentadas por contrato.

Pensamos não haver estatísticas, mas é já significativo o número de trabalhadores — pelo menos em Moçambique — que se têm deslocado a Portugal para frequentar estágios de formação em empresas e instituições especializadas. Assiste-se também ao despontar de assinaturas de contratos destinados exclusivamente à realização de acções

de formação e mesmo de cursos de média duração. Todas as vantagens dos portugueses neste sector (língua, aproximação de matérias escolares), deve ser explorada e as experiências até agora realizadas têm sido extremamente positivas, especialmente quando se comparam com as tentativas de acção de formação desencadeadas por empresas e instituições de outros países.

Estamos no início destas acções de cooperação no domínio da formação técnica. Pensamos ser obrigação dos portugueses dar prioridade a este sector e criar todas as condições para que organismos de investigação portugueses e mesmo universidades possam desenvolver as pequenas acções agora iniciadas.

Há imensos contactos estabelecidos que importa aprofundar. Pelo que sabemos, eles têm partido dos diversos organismos. O apoio das estruturas centrais de cooperação, que inclusivamente têm verbas a isso destinadas, não se fez sentir ou só se verifica em casos muito pontuais.

O mesmo se poderá dizer da cooperação no domínio da formação por empresas portuguesas. Não conhecemos qualquer incentivo fiscal, ou de qualquer outra natureza, para que as empresas portuguesas se empenhem em oferecer serviços de formação profissional. Naturalmente, as autoridades moçambicanas começam a exigir que nos contratos de assistência se consagre a efectivação de acções de formação, tanto em Moçambique como em Portugal.

Se as condições financeiras o permitirem, o que, no fundamental, não depende da vontade das empresas, decerto se continuará a assistir a um grande incremento das relações empresariais e isso levará, por arrastamento, a um aumento das acções de formação.

Pensamos ser a nível empresarial e de instituições autónomas que se situam as maiores potencialidades de cooperação no sector da formação.

Na teia da burocracia

A nível central, a paralisação conti-

nua a ser a nota dominante das entidades oficiais portuguesas.

Apesar da criação de organismos próprios para a cooperação, na prática pouco mais se tem feito do que a manifestação de intenções. Várias são as empresas que têm apresentado pedidos de apoio para promoverem acções de cooperação com os «cinco». No entanto, esses pedidos esbarram na teia da burocracia ou na secretaria de um qualquer funcionário mais ou menos saudoso do tempo colonial.

Essa ausência de apoios tem-se feito sentir também nas acções de formação profissional.

No caso da contratação de cooperantes individuais que desejem ir ao abrigo dos Acordos de Cooperação governamentais, o processo é moroso, e só uma pequena percentagem dos interessados consegue assinar contrato. Passam meses ou anos até o processo ficar pronto e é sempre difícil descobrir a entidade responsável pelo atraso. Responda-

A carência de operários especializados estrangula qualquer plano de desenvolvimento

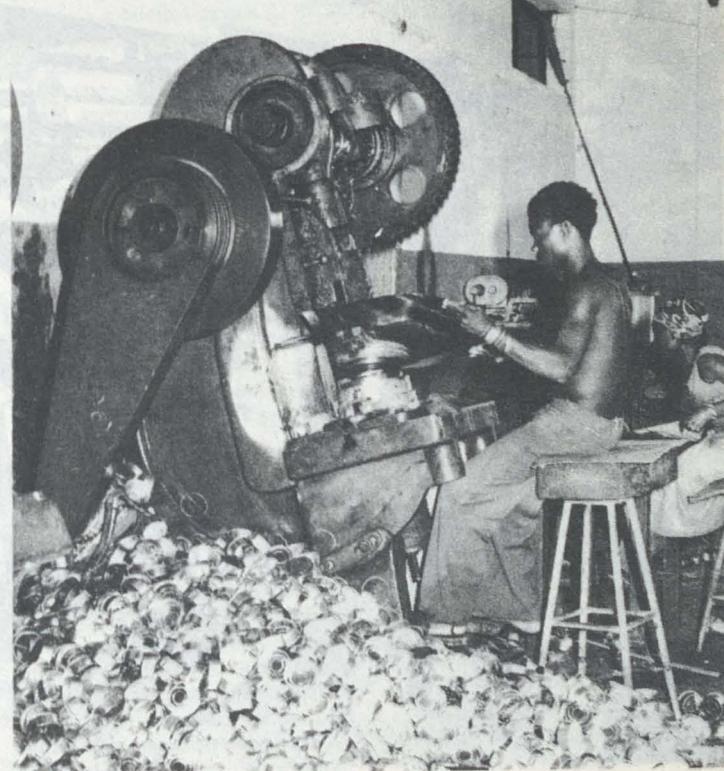
bilidade, apenas, da pesada máquina burocrática?

Há contudo muita gente em Portugal interessada na cooperação, tanto individualmente como nas empresas e no aparelho de Estado.

Da parte dos novos países africanos a abertura é total, especialmente no campo da formação profissional onde Portugal é, de longe, o país com maiores possibilidades.

Há fundos internacionais de vários organismos que podem ser canalizados para actividades de formação profissional. Necessário e urgente se torna, portanto, juntar todas estas vontades e dar um passo em frente.

O colonialismo deixou milhões de trabalhadores desqualificados e analfabetos. Numa base de cooperação e igualdade, muito trabalho pode ser feito: lucrarão os povos daqueles países, e lucrará também, sem dúvida, o povo português, desde sempre seu aliado natural. □



Prosseguir o diálogo

Partindo de uma «base de diálogo quase sanguínea», a cooperação entre Portugal e as suas ex-colónias deve ser encarada como um investimento em que todos os intervenientes depositem uma confiança sólida

Guiomar Belo Marques

SOMOS uma comunidade de sofrimento, por isso, a cooperação entre Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa tem mais razão de ser, disse a *cadernos do Terceiro Mundo*, o embaixador de Angola em Lisboa, Fernando Van-Dunen.

Unidos pelo idioma, por culturas

que se foram cruzando ao longo da história e por índices tecnológicos comuns, estes países estão também ligados por um sofrimento arrastado ao longo de séculos, de raízes profundas inultrapassadas no presente. Uma memória dorida, com desejos de futuro, gerando condições objectivas e subjectivas para que estes

países privilegiem entre si a cooperação.

O desejo e a necessidade nem sempre encontram eco na realidade e, se importa fomentar e desenvolver estes laços, é indispensável que cada um tenha consciência do seu papel enquanto agente independente. Não se trata, segundo uma



ideia fomentada por alguns sectores, de uma «ajuda» unilateral, por parte de Portugal, às suas ex-colónias. Trata-se, isso sim, de procurar institucionalizar uma relação entre Estados soberanos que podem e devem dar e receber. Se, em alguns casos, os imperativos do presente originam maior entrega que recebimento, particularmente no que diz respeito a Portugal, os efeitos modificar-se-ão a médio e longo prazo, podendo alterar-se radicalmente.

Do ponto de vista português, as limitações são, obviamente, muitas. Por seu turno, os novos países africanos necessitam de cooperação em todos os sectores. Embora cada país estabeleça as suas próprias escalas de prioridade, não há, em nenhum deles, um só sector que não necessite da cooperação portuguesa, o que é permanentemente afirmado por todos. Não é suficiente, mas é necessária.

Ao longo dos anos que se seguiram à independência dos novos países, a cooperação tem atravessado diferentes fases. Recentemente, a instabilidade política que Portugal vive tem vindo a agravar uma certa irregularidade nas formas concretas em que a cooperação se vai traduzindo, mas paralelamente, as visitas que o Presidente da República efectuou à África, jogam, neste âmbito, um papel relevante como factor impulsor das relações, originando uma nova fase na cooperação entre Portugal e aqueles países.

«Entre Portugal e Cabo Verde existe uma base de diálogo quase sanguínea», — disse-nos Corsino Tolentino, embaixador de Cabo Verde em Lisboa, que salientou existirem dois Estados a procurarem vantagens mútuas o que, na sua opinião, é normal. «As nossas exigências têm de ter em conta o País que é Portugal que, em determinada altura, vai ter de dar mais do que receber». Segundo Corsino Tolentino, a cooperação entre o seu país e Portugal tem-se caracterizado por uma vontade consensual mas, também, pela dispersão, sendo esta última negativa e de responsabilidade mútua. O estabelecimento de diversos acordos, aparentando multiformidade ao abrigo de diversos sec-

tores, não tem, na prática, resultado suficientemente em termos de eficácia.

No geral, a cooperação salda-se num cumprimento de 60% dos programas anuais, incidindo estes, fundamentalmente, na formação de quadros e assistência técnica. Sendo o sector em que a cooperação é mais constante, a formação de quadros engloba a vinda de estudantes cabo-verdianos para Portugal (a fim de frequentarem cursos médios e superiores) e a formação no terreno, a nível de administração, de empresas e de escolas secundárias e primárias. Actualmente existe em Cabo Verde uma escola de formação de professores, com aulas ministradas essencialmente por portugueses e que será, provavelmente, o embrião da futura Universidade.

O sector da saúde surge a seguir no campo da cooperação e das missões de combate a epidemias, como por exemplo ao paludismo. Verificou-se, ainda, a intervenção financeira portuguesa, em 50%, para a reparação do porto da Praia, sendo os estaleiros navais de S. Vicente e as telecomunicações outros exemplos assinaláveis. Existem, entretanto, alguns projectos no domínio agrícola.

Quanto à iniciativa privada, que se caracterizou, durante tempos, por um relativo alheamento, apresenta agora sinais de inversão desta tendência.

«Portugal terá vantagens em manter relações correctas com Cabo Verde, por aquilo que o nosso país representa em termos de experiência, de diversificação cultural e, também, de posicionamento geográfico», acrescentou Corsino Tolentino.

Formação de Quadros, o sector privilegiado

No geral, os problemas que se colocam prendem-se, não tanto com o teor dos acordos estabelecidos mas, fundamentalmente, com a concretização destes. A dispersão salientada pelo embaixador de Cabo Verde, verifica-se não apenas com aquele país, mas com todos os cinco países. Dois sectores, no entanto,

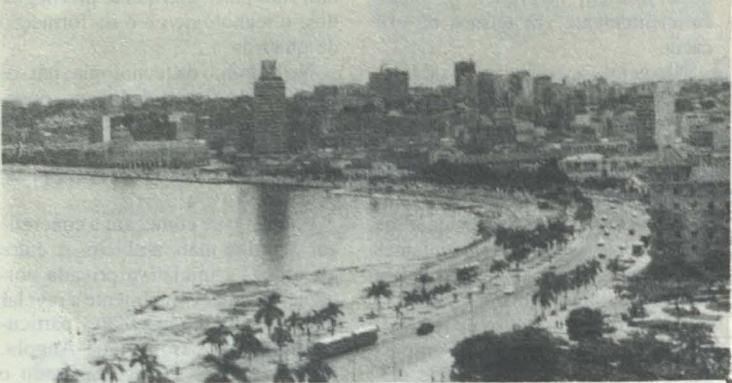
têm sido particularmente privilegiados: o tecnológico e o da formação de quadros.

No domínio da tecnologia, passos importantes foram dados na cooperação com Angola, relativamente à — lapidação de diamantes, construção de barragens e prospecção de petróleo.

Enquanto se começam a concretizar acordos mais ambiciosos entre governos, a iniciativa privada portuguesa começa finalmente a revelar interesse na cooperação, particularmente nos casos — de Angola, Moçambique e Guiné. Segundo o embaixador de Angola, verifica-se, desde a viagem do Presidente da República àquele país, um redobrado interesse, por parte de empresários portugueses ligados aos mais diversos sectores, desde o têxtil e minero-metálgico, ao fábrico de malas, materiais de construção, etc.

A formação de quadros, um dos mais antigos sectores em que a cooperação se foi efectivando, tem igualmente sofrido um incremento apreciável. O número de estudantes angolanos em Portugal tem aumentado, não apenas ao nível da formação universitária, mas igualmente técnica, como a hotelaria e da marinha. Aliás, é precisamente ao nível dos quadros médios que as carências mais se fazem sentir em Angola, tal como nos outros países. Assim, no sentido de colmatar estas deficiências, foi já, por exemplo, assinado um acordo no domínio da informática. Em perspectiva encontra-se a criação de uma escola de administração pública e a possibilidade de formação de bancários, além de estagiários de diplomacia.

De salientar o facto de a cooperação cultural entre Portugal e Angola ser quase inexistente. A nível de Estados ela é mesmo nula, uma vez que, as únicas realizações concretas que se vão verificando, têm como interlocutor em Portugal, não o governo, mas a Fundação Calouste Gulbenkian. Acções de divulgação e cooperação cultural como as que foram organizadas pela Cinequipa e *e cadernos do terceiro mundo* («Cinema do Terceiro Mundo») e pelo CIDAC («Semana da Cultura Angolana») tiveram pouco ou ne-



Luanda, capital da República Popular de Angola: um potencial económico gigantesco

num apoio do governo português.

«A cooperação é um investimento, mas temos de ter confiança nela», realçou Leonel Vieira, embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa, acrescentando que, até aqui, a cooperação com Portugal girava em torno de ajudas pontuais (alimentos, tratamento de doentes, professores, etc.) não permitindo à Guiné-Bissau sair da situação em que se encontrava depois da guerra da independência. Com a criação da Comissão Mista, que se propunha lograr uma cooperação concreta, satisfazendo ambos os países, Portugal revelou, segundo o embaixador daquele país, «estar animado de uma outra vontade».

Considerado o parceiro mais próximo do ponto de vista comercial, Portugal mostrou-se interessado em projectos agrícolas (tabaco e cajú) e em acordos de pesca.

Grave problema para a Guiné-Bissau é, por exemplo, o da saúde. Para evitar o envio permanente de doentes para Portugal, os portugueses vão criar, em Bissau, um Centro de Medicina Tropical, evitando assim gastos de divisas. Portugal ofereceu-se, ainda, para construir casas destinadas aos cooperantes, permitindo, deste modo, que estes possam usufruir daquele mínimo de infra-estruturas considerado necessário para que a sua estadia se prolongue pelo maior tempo possível.

Em vias de concretização encontra-se a prospecção de petróleo e diamantes e a cedência a Portugal de águas territoriais guineen-

ses para a exploração de recursos vivos.

O embaixador Leonel Vieira considerou que a cooperação tem sido, no seu conjunto, positiva, mas que é, no entanto, indispensável para o bom prosseguimento das ações concretas a existência de maiores incentivos para que os empresários portugueses aumentem os seus investimentos na Guiné-Bissau. Apesar das dificuldades financeiras portuguesas, principalmente ao nível governamental, muito pode e deve ser feito neste campo. Todos beneficiarão. Por exemplo, o recente acordo entre S. Tomé e Príncipe e Portugal começou já a fazer-se sentir no âmbito das actividades económicas entre os dois países. O seu desenvolvimento será, dourante, mais fácil e permitirá o alargamento a outras áreas de cooperação, no mesmo quadro de procura de vantagens mútuas.

A cooperação nunca se traduz de uma forma imediata. Entre o acordo assinado e estabelecido, e o usufruto mútuo verifica-se um largo período. Compreender isto é uma base essencial para o bom entendimento entre as partes. Não terá havido, desde logo, tal compreensão, mas passos importantes foram dados e a cooperação hoje existente entre Portugal e os cinco países, estando ainda muito aquém do que é possível e do muito que é pretendido pela comunidade, começa a ganhar forma.

O contencioso geral entre o ex-colonizador e os ex-colonizados

tem vindo a ser resolvido com a equidade possível. Há, está visto, dificuldades de várias ordens, tanto em Portugal como nos cinco novos países africanos, mas o tempo e o diálogo têm permitido sanar ou, pelo menos, reduzir essas dificuldades.

A cooperação entre povos ainda tão recentemente «ligados» por objectivos comuns — de um lado, a luta anticolonialista, e do outro a luta antifascista — tem gerado, desde sempre, o aparecimento de fenómenos contraditórios:

— o ex-colonizador, com uma economia virada para a exploração dos recursos naturais e humanos do ex-colonizado, não quer adaptar-se às novas realidades mas «sente» que os seus interesses estão ainda ligados e que tem de se adaptar...

— o ex-colonizado sabe que, com uma mão, tem que alimentar as ligações humanas e económicas até então existentes, e, com a outra, cortar definitivamente essas ligações...

«Comunidade de sofrimento»

É necessário analisar e compreender estas questões-contradições para que a cooperação tenha formas concretas mutuamente vantajosas. Mas, nem sempre (pelo contrário...) é fácil modificar a natureza das relações entre dois países, sem que estas relações sofram interrupções mais ou menos graves, mais ou menos duradouras.

É do interesse de todos, está provado, que essas relações se mantêm, mas é necessário que a sua natureza está profundamente alterada. Em 1980, Samora Machel lançou um apelo ao seu povo no sentido de, cada um e todos, acabar com a mentalidade advinda do colonialismo. O abraço entre Ramalho Eanes e o presidente moçambicano simbolizou bem o enterro definitivo da época colonial e o começo de uma nova era.

A «comunidade de sofrimento» de que nos falou Fernando Vaz-Dúnen já não é a mesma. Agora, do que se trata é de cooperação entre povos distintos com alguns interesses comuns.

Cooperação da Gulbenkian tem áreas definidas

No seu esforço de consolidação da independência, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe têm contado com a cooperação da Fundação Calouste Gulbenkian, que se tem traduzido num apoio pontual nas áreas da Saúde e Proteção Social, Educação, Arte e Ciência

Natal Vaz



Saúde: um dos sectores que a Fundação tem privilegiado

Sem parceiros privilegiados

Numa actuação pontual, de resposta tão rápida quanto possível aos pedidos apresentados, parece não ter havido parceiros privilegiados. É, pelo menos, isso que afirmam os responsáveis da Gulbenkian:

«Cooperamos sempre que somos solicitados a fazê-lo, sem qualquer preferências. Se acontece cooperarmos mais com este ou aquele país, isso deve-se, sobretudo a questões organizativas desses Estados, à sua maior capacidade de nos apresentarem projectos para nós cooperarmos».

Quanto aos domínios da cooperação, a prevalência vai claramente para a Saúde e Educação, sectores

em que os problemas são mais prementes. Assim, têm sido desenvolvidas campanhas de erradicação de epidemias, doenças que são um fardo pesado do homem africano. Sanados os males maiores, na base de missões de curta duração, compensadas por um trabalho profundo e em força, a segunda prioridade surge no campo da formação de quadros, no âmbito genérico da educação.

Neste contexto, deparamos com duas vertentes de cooperação: da África para a Europa e desta para a primeira. A primeira vertente inclui o envio de técnicos para os novos países africanos com a missão de formarem especialistas. No segundo caso — trata-se de concessão de bolsas — o objectivo é idêntico, muito embora a aprendizagem dos novos técnicos seja feita no estrangeiro, nomeadamente em Portugal e outros países da Europa.

Em ambas as vertentes, uma questão se coloca e que é vulgarmente designada por «política» de actuação da Fundação Gulbenkian. Pensam os responsáveis da instituição que os problemas que atormentam os novos países de África não se podem resolver através do recurso sistemático aos cooperantes.

«Mais do que dar um peixe, importa ensinar a pescar...». Do mesmo modo, na cooperação, o principal objectivo é a formação de um corpo de pessoal especializado, que garanta uma progressiva autonomia ao novo país que, cada vez

UM âmbito mais restrito dos acordos elaborados entre os governos de Portugal e dos novos países africanos de expressão portuguesa, um outro tipo de cooperação tem vindo a desenvolver-se, assumindo já importantes dimensões.

Dentro das suas rubricas estatutárias — saúde e proteção social, educação, arte e ciências — a Fundação Calouste Gulbenkian já concretizou diversos programas de cooperação com as ex-colónias, de acordo com as prioridades de ação que lhe têm sido apresentadas.

Os contactos entre a instituição e aqueles países remontam ao tempo do colonialismo, altura em que eram realizados a nível do serviço da cooperação interna.

Depois do 25 de Abril e com a independência das colónias, as relações com os novos países passaram para o serviço internacional da Fundação. No entanto, não tardou muito que os responsáveis pela Fundação optassem pela criação de um serviço exclusivamente dedicado à cooperação com os novos países africanos, o que se verificou em 1979.

Tal atitude, ditada certamente pelo desejo de prestar um maior auxílio àqueles países, traduziu-se, de facto, num aumento da cooperação com os jovens Estados. A Gulbenkian, em contacto directo com os diversos ministérios, tem procurado acertar as suas potencialidades com o tipo de necessidades que lhe são apresentadas.

mais, deverá tentar solucionar os problemas com as suas próprias forças.

Acções realizadas

Dados fornecidos pela Fundação Gulbenkian apontam que a cooperação com a República da Guiné-Bissau se desenvolveu principalmente na base de um programa sanitário, que incluiu o envio de equipas médicas de várias especialidades e que completou já três anos consecutivos de actividade.

Por outro lado, em colaboração com a Organização Mundial de Saúde, foi elaborado e está prestes a ser editado um Guia de Diagnóstico Clínico através do qual será possível exercer a medicina nas áreas que apenas dispõem de pessoal paramédico. A publicação será também distribuída em outros países, igualmente com problemas de falta de médicos. Entretanto, prossegue a especialização de clínicos em Portugal, com vista à futura instalação de determinados serviços médicos naquela ex-colónia.

No sector da Educação, foram ministrados na Guiné cursos de três meses para inspectores escolares, foi dado apoio à formação de professores para certos níveis de ensino e ainda fornecidos livros escolares e material didáctico para as escolas.

Relativamente à República de Cabo Verde, a maior cooperação verificou-se no âmbito da Saúde, nomeadamente no fornecimento de equipamento de serviços médicos, enquanto clínicos cabo-verdeanos prosseguem especializações em Portugal. No sector da Educação, principal trabalho realizado respeita à formação local de professores para o terceiro nível.

Arte e ciências

Tem sido com Angola e Moçambique que a Fundação tem desenvolvido um maior número de acções no campo artístico e científico. Em relação à República Popular de Angola, realizou-se em Lisboa um curso de iniciação teatral, dirigido por Adolfo Gutkin, tendo igualmente sido concedido apoio à Uni-

versidade de Luanda, na pós-graduação de quadros em Portugal, e fornecido equipamento à Biblioteca Nacional.

Quanto à República de Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane ocupa lugar primacial, com o apoio aos seus serviços gráficos e sociais, assim como a formação de docentes que, em Portugal e na Europa, preparam doutoramentos.

Do mesmo modo, o projecto de levantamento histórico em que o governo da República Popular de Moçambique se empenha na Ilha de Moçambique, recebeu significativo apoio da Fundação Gulbenkian, tornando possível uma primeira avaliação qualificada, realizada por um especialista enviado de Lisboa.

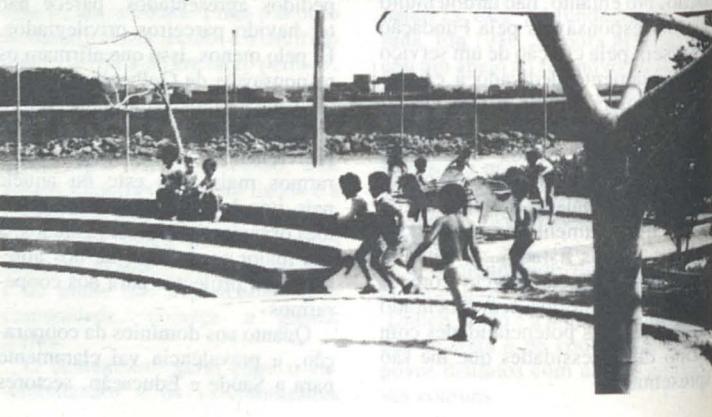
Ainda no que se refere à cooperação com Moçambique, têm sido diversas as acções no campo da Saúde, desde o equipamento de centros de saúde à oferta de medicamentos e à preparação, em Lisboa, de pessoal especializado médico e paramédico.

Montantes utilizados

Aproxima-se da centena e meia de milhares de contos o montante total utilizado pela Fundação Gulbenkian na cooperação com os novos Estados africanos. Este valor reporta-se exclusivamente aos últimos quatro anos, desde que foi criado o serviço especial de cooperação com as ex-colónias.

De registar que os valores têm vindo a aumentar, tendo praticamente atingido no ano transacto o

Jardim Infantil Fundação Gulbenkian na cidade da Praia



dobro do montante utilizado em 1979.

Face aos números apurados, conclui-se que é o sector da Educação que tem absorvido os maiores montantes. Em 1979, foram gastos cerca de 15 mil contos no fornecimento de equipamentos para escolas, bibliotecas, jardins infantis, centros de reeducação e bolsas de estudo. No ano seguinte, a Educação obteve um orçamento de quase 24 mil contos, tendo posteriormente, nos dois anos seguintes, estabilizado entre os 18 500 e os 19 mil contos.

Em termos quantitativos, a Saúde e Protecção Social, incluindo missões médicas e fornecimento de equipamento para centros clínicos, ocupa o segundo lugar na tabela dos gastos. Ao longo de quatro anos, os seus valores oscilaram entre os 9 500 e os 14 500 contos.

Por último, os gastos menos relevantes reportam-se à Arte e à Ciência, que têm alternado posições. No âmbito da Ciência, o valor mais elevado — cerca de 12 300 contos — foi atingido em 1981, com a atribuição de bolsas de estudo e apoio a investigação em Ciências Humanas e Sociais sobre assuntos africanos.

A cooperação no campo artístico atingiu o maior montante em 1981, altura em que foram utilizados mais de 3 300 contos para trazer delegações dos novos países africanos ao IV Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica e dar cumprimento a parte do projecto de preservação do património histórico-cultural da Ilha de Moçambique. □

Portugal-Africa

A experiência de uma realidade diferente

O cooperante vai inserir-se numa sociedade que desconhece e de que ignora as regras de funcionamento. Fazer um esforço de integração social ou optar pelo «ghetto» dos cooperantes? Em todo o caso uma lenta aprendizagem

Fancisco Teixeira da Mota*

EM geral, o cooperante, por mais despreconcebido e aberto que seja, irá, quase sempre, imbuído de um eurocentrismo inconsciente que o limitará no seu trabalho; para além do facto de que a técnica não é neutra, e mesmo que não nos movam (nem a nós, nem ao projecto cooperativo em que nos integramos) quaisquer intuições neocolonialistas ou paternalistas, haverá sempre uma tendência para procurar impor pontos de vista que só são melhores porque são... os nossos, isto é, os europeus, os mais avançados.

Torna-se, assim, uma tarefa essencial do cooperante a luta contra esta tendência e a aceitação da realidade e da validade de concepções que são absolutamente estranhas ao seu quadro mental. Para tal, o cooperante necessita de fazer um esforço de integração social e de evitar o «ghetto» dos cooperantes.

Há alguns meses, um ministro da Guiné-Bissau dizia-me que no seu país era praticamente impossível o cooperante realizar um bom trabalho se não criasse boas relações pessoais e não se integrasse socialmente.

Claro que há vantagens e inconvenientes em tal facto, e talvez fosse melhor uma impessoalidade tecnocrática do cooperante, mas a realidade não é aquela que nós queremos mas sim a que existe...

Não será talvez necessário mastigar noz de cola para realizarmos o nosso trabalho como cooperantes, mas como defender Membo Cá (ver caixa) sem conhecermos e compreendermos o seu mundo?

Uma sociedade

O cooperante move-se numa sociedade que desconhece de que ignora, em grande parte, as regras de funcionamento, pelo que se torna necessária uma lenta aprendizagem. É necessário saber distanciar-nos das questões hiperdimensionadas pela proximidade do Poder Central, que não se encontra oculto pelos mil e um véus a que estamos habituados.

Em Portugal, por exemplo, para sabermos exactamente o que é complexo de Sines, quais os interesses económicos que serve, qual a sua verdadeira face, teremos de atravessar diversas câmaras e antecâmaras do Poder, ouvir numerosos

Não sendo fácil, a integração do cooperante num quadro sociocultural desconhecido tem aspectos fascinantes

economistas e tecnocratas com diferentes opiniões e jogando com os números; quanto ao ministro que presidiu, ou que preside, a esse projeto, dificilmente teremos acesso a ele. Em Bissau, cruzamo-nos com o ministro quase todos os dias, tudo se sabe e se comenta, o Rei vai sempre nu, por melhores que sejam os tecelões e o próprio tecido...

Tal facto obriga (ou deveria obrigar) o cooperante a um especial cuidado na formulação das suas opiniões políticas em relação ao Poder Político, para evitar possíveis erros de paralaxe...

Por outro lado, se o PAIGC era um Poder legítimo, porque fruto de uma luta de libertação nacional, a

* Advogado, desempenhou as funções de advogado popular, entre Maio de 78 e Agosto de 80, no Ministério da Justiça da República da Guiné-Bissau



TRABALHO + CULTURA × LIVRO = = PROGRESSO



«Trabalho + Cultura × Livro = Progresso» é o nosso lema. Sabemos que, como fórmula matemática, é muito discutível. Temos porém a certeza de que, como ideia, está correcta em qualquer sociedade. Sem Trabalho nada se consegue. Se aliarmos ao trabalho a Cultura e a multiplicarmos pelo Livro como meio de divulgação estaremos a contribuir para o progresso das nações que usam a língua portuguesa.

Há 38 anos que editamos livros. Adquirimos já uma longa experiência. Desde o pequeno livro de bolso em formato e preço, mas grande em conteúdo, até à obra encadernada, luxuosa e cara, tudo publicamos. O manual de saúde e enfermagem ou o livro infantil estão nos nossos programas editoriais. O romance ou o livro técnico, também. Tanto o livro de culinária como o grande clássico da língua portuguesa ou da literatura universal também não são esquecidos. E mesmo os livros sobre desporto estão no nosso catálogo. Editamos cerca de 250 novos títulos por ano e a cada um deles dedicamos o melhor do nosso esforço e saber. Como a um bebé.

Somos conhecidos por *Publicações Europa-América*.
Os amigos designam-nos apenas por *Europa-América*.
A nossa morada é:

Apartado 8
2726 MEM MARTINS CODEX
PORTUGAL

verdade é que os Volvos dos ministros, oferecidos pela Suécia, eram uma pequena (mas gritante) manifestação externa de uma realidade: uma pequena burguesia que evitava suicidar-se esquecendo Amílcar Cabral. E, embora o cooperante não se deva imiscuir nos assuntos internos de carácter político, também não pode alhear-se completamente da diferença existente entre o discurso e a prática.

Ser estrangeiro!

O cooperante terá, ainda, de ultrapassar (ou suavizar) a inevitável contradição entre o facto de ser estrangeiro e, ao mesmo tempo, autoridade, face ao nacional. Não que, por exemplo, eu sentisse racismo; antes pelo contrário, sempre senti uma enorme abertura, redobrada pelo facto de ser português. Mas, ser-se cooperante é, geralmente, estar-se de passagem. Nunca se pode encarar certas questões da mesma maneira que aqueles que não têm outra vida para viver e que ali continuarão depois de regressarmos aos nossos países.

O facto de nos encontrarmos melhor apetrechados tecnicamente, nem sempre é garantia de uma melhor solução para um problema; por vezes, o desconhecimento da realidade (social e humana) leva a que se proponham soluções absurdas, que levaram a resultados opostos aos desejados.

Para além de ser, normalmente, compensatória do ponto de vista económico, a experiência de cooperação pode ser, também, gratificante pelo facto de permitir a identificação com uma sociedade em construção, o que é bem mais do que o nosso limitado mundo individual; a mim, o que mais me fascinou, durante os quase dois anos e meio que permaneci como cooperante em Bissau, foi, para além das amizades que criei, a possibilidade de mergulhar numa realidade extremamente diferente da portuguesa e aí procurar tornar úteis os conhecimentos que adquirira na vetusta Faculdade de Direito de Lisboa. □



Membo Cá era minha amiga

TINHA matado a neta, criança macrocéfala, porque a considerava «iran» (espírito) e não um ser humano. Assim eram consideradas as crianças macrocéfalas, segundo as tradições da sua etnia papel. Por isso, ela deixara a criança à beira-mar e, a seu lado, ovos, farinha de mandioca e arroz para a viagem do «iran» de regresso ao seu mundo. O que o «iran» fez logo que a maré encheu... mas o mar devolveu o cadáver e Membo Cá foi presa, sob a acusação de infanticídio.

Mais tarde, na prisão, ela contou-nos que a criança «que não o era, porque era «iran», apesar de já ter dois anos e meio, nunca se pusera de pé, nem se sentara. Tinha uma cabeça muito grande e havia alturas em que rastejava para debaixo das camas, onde colhia ovos de galinha que, em seguida, comia; e mais: que a «criança-iran», de dia, não abria os olhos; mas, de noite, os abria e a casa ficava iluminada como se alguma lâmpada estivesse acesa.

No dia da audiência de julgamento, o Ministério Público defendeu uma tese «atenuada» de infanticídio; «atenuada», porque sabia que a questão não se podia pôr nesses termos. Advogado de defesa, defendi a sua absolvição: como condenar um espírito inocente?

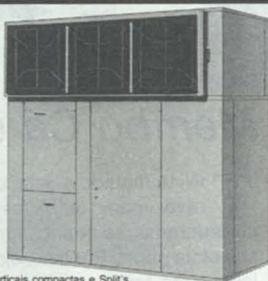
A posição de Amílcar Cabral era a de que o Partido deveria ter uma atitude de compreensão para com os costumes tradicionais, mesmo quando perniciosos. Deveria, porém, ser intransigente para com os costumes que contrariasse os princípios do Partido. O que era o caso.

O juiz (um quadro do P.A.I.G.C.), após discussão rotineira com os juízes assessores e muita ponderação, absolveu Membo Cá.

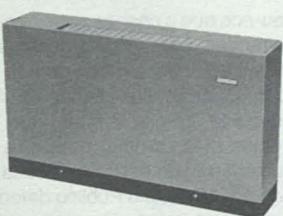
Fez-lhe, porém, uma prolongada exposição, na qual desejou que o tempo que ela passara detida, aguardando julgamento, lhe tivesse servido de reflexão; procurando, ao mesmo tempo, incutir nela o conceito de Estado e das leis escritas...

À saída, Membo Cá veio dizer-me, exultante, que partia para o seu Biombo natal onde ia fazer uma cerimónia ao «iran», de agradecimento pelo bom fim daquela «mofineza»...

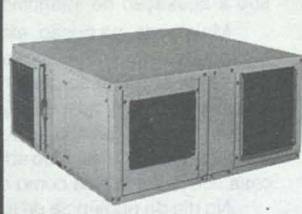
AOS INSTALADORES AR CONDICIONADO É AR GARANTIDO



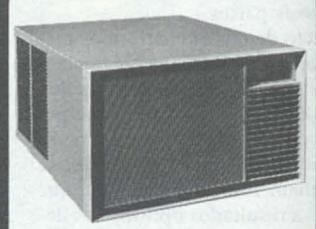
Centrais verticais compactas e Split's
5 7.5 10 15 20 HP



Fan coils
8000 13000 18000 24000 BTU'S



Centrais horizontais a ar
2.6 3.5 5 HP



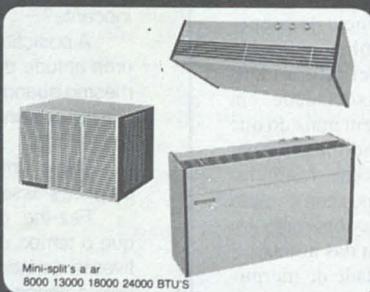
Condicionadores de janela
9000 13000 16000 20000 BTU'S

Para satisfazer todas as necessidades dos instaladores a nova Fábrica Nacional de Ar Condicionado produz aparelhos dos mais variados tipos, visando preencher as pequenas e grandes necessidades do mercado nacional. A exportação é também um dos nossos objectivos. Estamos já no mercado internacional com a qualidade e preferência dos nossos produtos. Fabricando aparelhos de ar condicionado estamos a contribuir para o progresso da indústria e da economia nacional.



FÁBRICA NACIONAL DE AR CONDICIONADO®

Estrada da Outorela, Lotes 20-21 · Carnaxide · Portugal
Telef. 218 33 67 8/9/70



Mini-split's a ar
8000 13000 18000 24000 BTU'S

Portugal-África

Bolseiros africanos em Portugal Só por si a boa vontade não resolve os problemas

Com 9200 escudos o bolseiro africano, em Lisboa, tem de pagar alojamento, alimentação, vestuário, transportes, material de estudo e tudo o resto. E no fim do ano escolar tem de obter êxito para conservar o exíguo subsídio

Afonso Melo

AS opiniões divergem quanto ao montante e modo como são atribuídas as bolsas aos estudantes originários de Cabo Verde, da Guiné, de S.Tomé e Príncipe, de Angola e de Moçambique; mas são unâmes em reconhecer a validade da iniciativa e a necessidade de prosseguir com ela.

As críticas não contestam a cooperação neste domínio. Elas destinam-se a aperfeiçoar o sistema existente, a contribuir para a correcção de erros por todos reconhecidos, mas que a rotina ameaça institucionalizar, e a ultrapassar insuficiências que exigem bem mais que boa vontade — implicam o empenho das embaixadas africanas e dos Ministérios e Universidades de Portugal que participam em ações de formação académica e profissional.

Um primeiro aspecto merece desde já referência — a incipiente organização dos bolseiros e o seu praticamente total desenquadramento, quer em relação ao país de origem, quer ao país onde vão viver longos anos.

Neste inquérito sobre a situação dos estudantes africanos em Portugal, quase seis depois de lançada a experiência da cooperação na área do ensino, o jornalista, não pode deixar de ficar surpreendido pela inexistência de um caderno reivindicativo (ou qualquer coisa do género) por parte dos bolseiros. Por enquanto, as reivindicações não



passam de reclamações e testemunham situações que são verdadeiros dramas humanos, de mistura com casos de reprovável oportunismo.

É assim possível ouvir histórias onde a humilhação, a exploração e a ofensa atingem os degraus da vilania — designadamente em questões de habitação e alojamento — e outras jocosas, mas igualmente chocantes, que contam a falta de escrúulos de determinado indivíduo que traficou em todas as direcções e conseguiu obter duas (ou mais) bolsas de estudo de organismos diversos.

Alojamento: questão chave

O primeiro problema, o grande problema actual dos bolseiros — autêntico tomba-gigante — é a questão do alojamento. Um outro, de igual dimensão, perfila-se logo atrás: o do acolhimento e inserção social num meio geográfico e cultural completamente diferente do seu.

A resolução destes dois problemas passa, indiscutivelmente, por uma intervenção das autoridades portuguesas e das embaixadas africanas com bolseiros a estudar em Portugal.

Dos dois lados há consciência da gravidade da situação e da premência em resolvê-la. Contudo, em matéria de factos, estamos longe de antever a solução do problema. Sem que nenhuma das partes ouse identificá-lo como tal, a verdade é que se está diante de um contencioso.

Do lado português, entende-se que a instalação dos bolseiros, a suas expensas, nas cidades universitárias onde estudam, deve ter uma contrapartida idêntica por parte dos estados africanos que têm cooperantes portugueses aí a viver. Acrescentam que o maior número de estudantes bolseiros se concentram em Lisboa e no Porto, cidades onde é bem conhecida a crise da habitação. Por isso, diz-se em alguns sectores ligados à cooperação, a resolução do problema terá que passar pela intervenção das embaixadas.

A intervenção das embaixadas dos países de origem — diga-se entre parêntesis — é reconhecida como necessária, seja qual for a modalidade escolhida para solucionar o

problema: seja pelo recurso a edifícios género residência universitária, seja pela utilização de casas alugadas no estilo das «repúblicas» coimbrãs, seja, ainda, pelo aluguer ou construção de apartamentos autónomos.

Cada uma das modalidades tem vantagens e inconvenientes, como sucintamente se explicará mais adiante. Mas, enquanto se procura a fórmula ideal, talvez não fosse má ideia avançar com realizações concretas, mesmo a título provisório. De resto, só depois de testada uma ou outra modalidade se poderá ver qual a que apresenta mais vantagens.

A primeira razão avançada contra as residências universitárias tem a ver com a possibilidade de elas se tornarem num isolamento para os estudantes — uma espécie de gueto — agravado, ainda, com a possibilidade de nele se criarem pequenas ilhas, segundo as nacionalidades.

A segunda, que parece bem mais real, relaciona-se com a situação média do estudante português, também ele, sobretudo quando proveniente da província, confrontado com a falta de alojamentos universitários. Há o fundado receio de que fosse mal acolhida nos meios universitários e, na opinião pública em geral, a construção de residências universitárias para bolseiros estrangeiros, quando se sabe as carências que existem a nível interno.

O recurso às «repúblicas» esbarra, em Lisboa, com duas dificuldades de tomo, além da falta de tradição neste género de residências. A primeira, é a angustiante falta de casas para alugar — e, quando as há, a preços verdadeiramente proibitivos para os magros proveitos dos bolseiros. A segunda, com o facto de os bolseiros serem originários de países longínquos e ser-lhes praticamente impossível mobilar uma casa. Acresce, ainda, que bem poucos são os senhorios dispostos a alugar casas a estudantes, ainda por cima estrangeiros, sem fortes garantias quanto ao pagamento da renda e conservação do edifício.

Fica, por fim, a utilização de apartamentos, cuja propriedade ou

contrato de arrendamento fosse encargo das autoridades portuguesas e das embaixadas africanas.

Parece ser esta a solução que menos objecções levanta. No entanto, e pelo menos a curto prazo, ou seja o corrente ano lectivo e certamente o próximo, esta solução é irrealisável, já que vai ser preciso elaborar protocolos de acordo, definir regulamentos de utilização e, sobretudo, construir ou alugar os apartamentos.

Daí que o jornalista tenha ficado um tanto ou quanto céptico quanto à real intenção de resolver o problema. É evidente que há boa vontade, mas só por si ela não basta.

Cooperação: optimismo confiante

A Direcção-Geral de Cooperação (Ministério dos Negócios Estrangeiros) e o seu director, embaixador Gaspar da Silva, por exemplo, dão, a quem os contacta, a imagem de um organismo interessado e empenhado em resolver os problemas e consolidar, em todos os domínios, a cooperação com os países africanos que têm o idioma português como expressão oficial.

Responsável pelo sector da cooperação de há três anos a esta parte, o embaixador Gaspar da Silva afirma-se um conhecedor dos problemas que preocupam os bolseiros e assegura que desenvolve todos os esforços para lhes dar solução.

Dentro em breve (até Junho deste ano, na pior das hipóteses) sairá o novo regulamento de concessão das bolsas de estudo. Este novo regulamento, diz, trará resposta às dificuldades maiores da vida dos bolseiros e ocupar-se-á, igualmente, em criar melhores condições de estudo, de modo a que a vida escolar corresponda e se adeque às expectativas e anseios dos bolseiros.

O próprio montante das bolsas será aumentado, e não apenas actualizado, em função da taxa de inflação. Mas, isto só acontecerá se o orçamento destinado à Direcção-Geral de Cooperação for aumentado. A demissão do executivo governamental português, no passado mês de Dezembro, veio trazer um compasso de espera à definição

deste aspecto, ao adiar a discussão e votação do Orçamento Geral do Estado para 1983 lá para Abril.

A cooperação na área do ensino é considerada entre as prioritárias e qualificada como «fundamental» para o êxito da cooperação em geral, tal como é entendida pelas partes signatárias dos acordos.

Por isso, diz o responsável pela parte portuguesa, que é natural que ela figure em lugar destacado, logo a seguir à cooperação na área da saúde. «Há uma vontade de dar aos bolseiros tudo quanto é necessário para o sucesso dos seus estudos e a única limitação é de natureza orçamental. Aquilo que se tem feito é, honestamente, aquilo que nos tem sido possível dentro dos limites orçamentais em que nos movemos» — diz o director-geral da Cooperação.

De acordo com as suas informações o novo regulamento das bolsas de estudo, que é, de certo modo, o contraponto do estatuto do cooperante português, prevê soluções para o acolhimento, receção e instalação do estudante bolseiro.

É intenção da Direcção-Geral de Cooperação encaminhar os bolseiros para todas as Universidades portuguesas, procurando evitar a concentração francamente maioritária em Lisboa. Há a intenção de promover as Universidades Regionais, designadamente as do Minho e de Évora, não só porque as escolas dessas Universidades, porque menos populosas, estão dispostas a organizar cursos que correspondam melhor às realidades dos países africanos, propiciando, assim, uma formação mais adequada aos bolseiros, mas, também, porque a resolução do problema do alojamento é aí menos difícil.

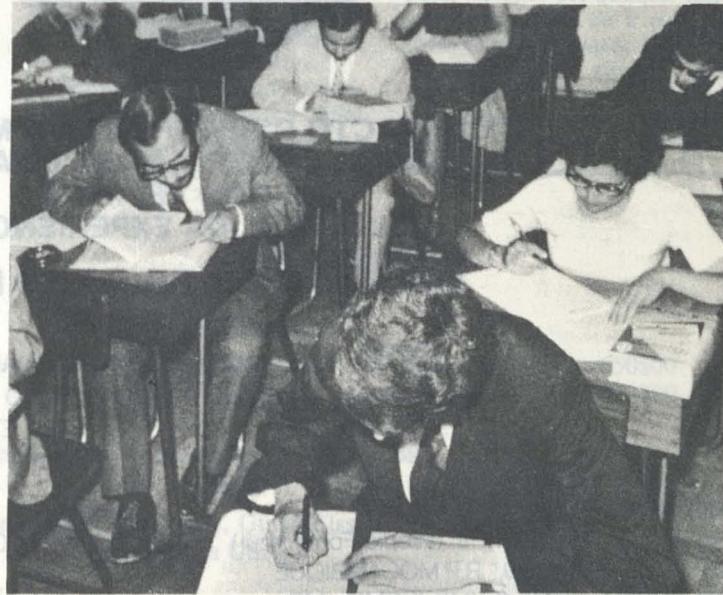
Nesta perspectiva, estão a estabelecer-se contactos com a Universidade do Minho com vista à construção de alojamentos sociais universitários, muitos com a participação da DG da Cooperação. Esta, depois, ficaria com o direito de reserva sobre parte deles e com a possibilidade de os fazer ocupar, prioritariamente, pelos seus bolseiros.

Com a Universidade de Évora, os contactos têm incidido, sobretudo, no plano escolar, com a criação de cursos especialmente vocacionados para as realidades africanas, designadamente de desenvolvimento rural e de gestão agrária.

A preferência dada às Universidades Regionais é, evidentemente, relativa e tem em conta as Faculdades que aí existem e os cursos que elas ministram. Assim, cursos como os de Medicina, Direito, algumas especialidades de Engenharia e Economia, só em Lisboa, Porto ou Coimbra podem ser lecionados e durante os próximos anos será, certamente, para estes grandes centros universitários que se encaminharão os bolseiros.

Quanto à inserção social — e também quanto ao aproveitamento escolar — há a convicção, por parte da DG da Cooperação, que a resolução harmoniosa deste aspecto exige uma responsabilização maior por parte das embaixadas dos países africanos e uma compreensão, também maior, por parte dos serviços do Ministério da Educação e das Universidades para a situação dos bolseiros e a necessidade de lhes fornecer um melhor acompanhamento.

Além dos problemas económicos e de adaptação com que depara, o estudante africano defronta-se com um sistema de ensino para o qual não está preparado



Não se trata de adoptar uma posição paternalista, vigiando os passos dos estudantes, nem de exigir às Universidades que adoptem uma mentalidade de escola secundária, guiando, dia a dia, as aprendizagens dos seus alunos. Mas, é essa a opinião da DG da Cooperação, há que exercer um controlo escolar mais rigoroso sobre os bolseiros, tendo em vista que quanto menor for o insucesso escolar maior número de candidatos podem contemplar as verbas globais destinadas às bolsas de estudo.

Para isso, contudo, há que propiciar aos estudantes condições mínimas de trabalho; para que as oportunidades de acesso à Universidade, que já usufruem, possam ser, igualmente, oportunidades de sucesso escolar.

Bolseiros: uma vida difícil

Quem conhece, minimamente, a vida dos bolseiros africanos (de expressão portuguesa) sabe que eles lutam com tais dificuldades no quotidiano que é preciso uma imensa força de vontade para conseguir ter êxito nos estudos.



**O CONTACTO DIRECTO COM O MERCADO
O SERVIÇO COMERCIAL DE QUALIDADE
O RIGOR TÉCNICO
E UMA SÓLIDA EXPERIÊNCIA,
SÃO AS CHAVES DO NOSSO ÉXITO.**

ETEI COMÉRCIO INTERNACIONAL, SARL

Av. Miguel Bombarda, 133 - 5º E 1000 LISBOA
Tel. 548095 / 570574 Telex 15594 ETEI-P

MOÇAMBIQUE

Av. Samora Machel, 11 - 4º (Prédio Fonte Azul)
CP 2906 MAPUTO R.P. MOÇAMBIQUE
Tel. 30840 Telex 6-349 ICEMO-MO

ANGOLA

R. Amílcar Cabral, 110-1º Salas 118 / 119
CP 3253 LUANDA R.P. ANGOLA

Alguns sectores universitários não põem em dúvida esta asserção, mas sublinham que essa situação é partilhada pela generalidade dos estudantes bolseiros portugueses — que, por sinal, disporiam, até, de bolsas de estudo de montante inferior à dos seus congéneres africanos.

O que se deve retorquir a esta opinião é que, de facto, há estudantes portugueses, designadamente os bolseiros, que têm uma vida de tal modo difícil que se contam pelos dedos os que conseguem concluir os seus cursos. A menos que, a dado momento, surja o «milagre» de uma ajuda familiar ou a possibilidade de um emprego razoavelmente remunerado dentro da área do curso que se frequenta, com um horário móvel, de modo a permitir seguir as aulas com certa regularidade.

Não há melhor prova que a dos números. A bolsa de estudo actual é 9.200 escudos. Na área urbana e suburbana de Lisboa, é impossível pretender alugar um quarto por menos de 5.000 escudos. O passe social de transportes públicos é, no caso de habitar dentro da cidade, de 850 escudos e de 1.120 escudos se habitar a periferia próxima (até 10 km). As refeições de almoço e jantar, se forem sempre feitas nos refeitórios universitários, ficam, para 22 dias de cada mês, em 1.500 escudos. Os restantes oito dias correspondem aos fins-de-semana, durante os quais os refeitórios universitários, de um modo geral, encerram. Uma refeição, num restaurante

muito modesto, nunca fica em menos de 150 escudos. Quer isto dizer que, durante o fim-de-semana, ou o estudante faz regime, ou tem que gastar, pelo menos, 600 escudos. A alternativa, que seria confeccionar as refeições em casa, está vedada à quase totalidade dos estudantes que vivem em quartos alugados. Com efeito, o antigo sistema de pensão familiar, em que a utilização do quarto dava direito à serventia da casa, à arrumação do quarto e aos cuidados da roupa, já desapareceu. O quarto é geralmente alugado unicamente com a cama e todos os consumos são vigiados, desde a luz eléctrica até ao sabão da casa de banho (que só pode ser utilizada a horas determinadas).

Prosseguindo com este rápido inventário de despesas mensais fixas, falta inventariar as despesas com o pequeno almoço, um café ocasional, cigarros (é sintomático verificar que a grande maioria dos bolseiros diz que não fuma), aquisição de sabonetes, champôs e demais produtos para a higiene pessoal, a renovação indispensável da roupa, etc.

Fazendo a soma de todas estas despesas, e mesmo que em algumas das rubricas se inscreva unicamente uma verba simbólica — por exemplo, nos cigarros, um maço por semana, e nos cafés, um por dia, — verifica-se que elas ultrapassam o montante da bolsa de estudos.

Como fazer, então, para comprar livros e folhas? E o restante material escolar? E a vida cultural, que faz

parte integrante da formação de um estudante universitário? Onde está a possibilidade de ir a um cinema, teatro ou outras actividades culturais? Como comprar um jornal, mesmo semanário, ou uma revista técnica?

O bolsheiro tem a segurança, quando está doente, de poder ir ao médico e de poder adquirir a grande maioria dos medicamentos que o clínico lhe receitar. Mas, quando a doença acontece e, felizmente, ela não tem gravidade que obrigue a um internamento hospitalar, como fazer para comer? Ou se arruina o orçamento, indo ao restaurante, ou se deixa enfraquecer o organismo, ficando na cama em permanência. Neste caso, começa a crescer o desinteresse pelos estudos...

O desenraizamento é grande — para não dizer total, particularmente para os estudantes são-tomenses e angolanos, e, de um modo geral, também guineenses. Pode afirmar-se que aqueles que perseveram e têm força de vontade para prosseguir os seus estudos, se obrigam, automaticamente, a um afastamento de, pelo menos, cinco anos das suas famílias e pessoas amigas da juventude.

Raros são os bolseiros que conseguem arranjar, por qualquer meio, uma possibilidade de ir passar as férias ao país de origem. Não é só a ida que é preciso alcançar. Têm, antes de partir, que obter a garantia de regressar no reinício das aulas. Por isso, vão aguentando as férias,

cadernos do terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00
Estrangeiro — Anual (12 números)	
<i>por via aérea</i>	
Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe	
23 dólares USA,	28 dólares USA
Restantes Países	

sem ocupação interessante. A possibilidade de um emprego durante esse tempo, que permitisse uma reserva financeira para depois, durante o ano lectivo, é remota, para não dizer impossível, no actual contexto económico português.

A existência de associações ou círculos estudantis especialmente vocacionados para responder às solicitações dos bolseiros africanos, permitindo-lhes lançar iniciativas susceptíveis de estreitar as relações entre eles e, do mesmo modo, contribuir para uma melhor inserção no meio onde vão viver um bom par de anos, é, por isso, de extrema urgência.

As associações de estudantes portuguesas, com uma longa experiência na receção e enquadramento dos novos estudantes, não têm demonstrado particular empenho em desenvolver acções de «integração» dos bolseiros africanos no seio da vida universitária — talvez, até, porque entendam que não cabe no âmbito da sua acção essa tarefa, ou que não lhes compete a elas iniciar o processo.

Para avançar para a constituição de uma associação ou organização, não basta a boa vontade dispersa. Ela é fundamental, mas não suficiente.

Precisa de encontrar apoios, precisa de estímulos. No caso dos bolseiros africanos, até pela sua fraca expressão numérica no contexto universitário português, compete às embaixadas dos seus países dar o primeiro impulso.

Já houve várias tentativas desse género, a última das quais pertence ao governo e embaixada angolano. Em fins de Novembro do ano passado, a *Angop* noticiava que estavam a ser desenvolvidos contactos com vista à criação de uma União de Estudantes Angolanos em Portugal, que teria a sua sede em Lisboa.

Esta União de Estudantes — segundo o telex da *Angop* — dispunha do apoio da embaixada, que incentivava os contactos entre os estudantes para que concretizassem o projecto. Ela teria, igualmente, o apoio da JMLPA — Juventude do Partido. Esta organização ia, inclusive, enviar uma delegação cimeira a Lisboa para testemunhar aos promotores da União de Estudantes o seu apoio e solidariedade.

Desde então, porém, não mais se ouviu falar dos trabalhos preparatórios da criação desta organização estudantil. É possível que as festividades do Ano Novo, e as férias lectivas que acompanham a quadra, te-

nham contribuído para o adiar de algumas iniciativas. No entanto — não é demais sublinhar este aspecto — a criação de associações ou círculos estudantis sob a iniciativa e especialmente destinados aos estudantes africanos radicados em Universidades portuguesas, surge, após o problema do alojamento e instalação, como dos mais prementes na vida destes estudantes.

É evidente que a problemática do bolseiro africano, desde a selecção dos candidatos até ao perfil do curso que escolheram, sem esquecer os problemas que se põem, acabado o curso, com o regresso e reinserção social na sociedade do país de origem, é extremamente mais complexa do que aqui foi descrito. E, sobretudo, mais dramática. O objectivo deste artigo não foi apresentar uma tese sobre o assunto, mas tão somente, em jeito de balanço, chamar a atenção de todos — governantes e opinião pública — para a urgência que há em dar a estes estudantes a possibilidade de terem uma oportunidade de sucesso nos cursos em que se inscreveram. No fim e ao cabo, como o reconhece a respectiva Direcção Geral, dar à cooperação com os países africanos uma possibilidade acrescida de êxito. □

Bolsas de estudo concedidas por Portugal

Anos	1974/75	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	
Países	a) b)	a) b)	a) b)	a) b)	a) b)	a) b)	a) b)	a) b)	
Guiné	(*)	50	—	75	—	100	100	150	132
C. Verde		50	50	75	75	100	99	140	139
S. Tomé e Príncipe	—	—	—	—	—	96(**)	—	97	100
Angola	—	—	—	—	—	—	4	4	88
(***)							8	8	110
Moçambique	6	—	—	—	—	—	—	—	78
							23	23	110
									87

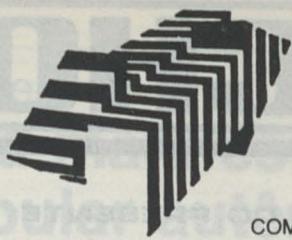
a) Oferecidas; b) Utilizadas.

Evolução das bolsas de estudo concedidas pelo Estado Português no âmbito dos acordos de cooperação passados com os Estados africanos na área do ensino (há, também, bolsas de estudo destinadas a cursos específicos de formação profissional) — Dados fornecidos pela Direcção-Geral de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros português.

(*) No ano de 1974/75 o processo de concessão de bolsas decorreu através do Ministério da Educação.

(**) Nos anos de 1977/78 e 78/79 não se definiu o quantitativo de bolsas a oferecer, tendo sido concedidas as solicitadas pelos bolseiros.

(***) A cooperação com Moçambique tem-se exercido unicamente no domínio da formação profissional. Assim, de 1979 até ao ano em curso (1982/83) foram oferecidas, nesta área, 240 bolsas de estudo, das quais foram efectivamente utilizadas 22.



IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.

AIDOOPIA
COM A TECNOLÓGIA
de predominância dos
produtos TURÍSTICOS
e turismo e o turismo
de
difusão da cultura
popular

A literatura de volta, mais
chamada na península
índia pelo facto de os solos
postos sobre um solo
R DE CABO VERDE
R DA GUINE-BISSAU

COM A TECNOLÓGIA

Im

des

de



GALUCHÔ

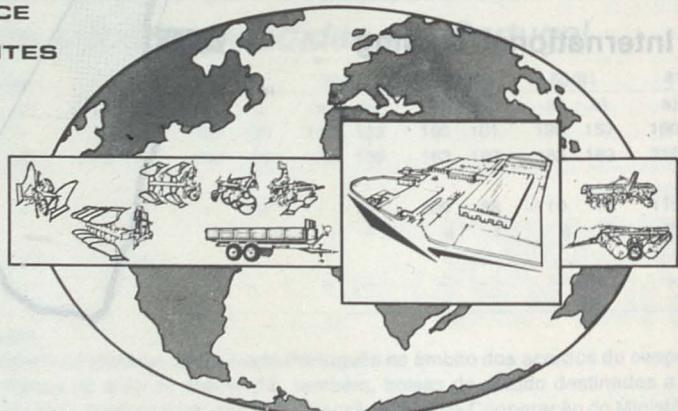
UMA MARCA DO PRESENTE
COM A TECNOLOGIA
DO FUTURO



QUANDO NA LUA
HOUVER AGRICULTURA,
AS ALFAIAS E REBOQUES
«GALUCHÔ» LÁ ESTARÃO

ASSIM ACONTECE
JÁ NOS SEGUINTES
PAÍSES:

ANGOLA
ARABIA SAUDITA
AUSTRALIA
ÁUSTRIA
BRASIL
CABO VERDE
CAMARÕES
COSTA DO MARFIM
ESPAÑHA
FRANCA
GANÀ
GUINÉ-BISSAU
GUINE CONAKRI
GUINE EQUATORIAL
HONDURAS
INDONÉSIA
JAMAICA
JORDÂNIA
MARROCOS
MÉXICO
MOÇAMBIQUE
NIGÉRIA
QUÉNIA
R. P. CONGO
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
SENAGAL
SUDÃO
TUNISIA
VIETNAME
ZAIRE



JOSÉ FRANCISCO JUSTINO (HERD.), LDA.

APARTADO 3 - S. JOÃO DAS LAMPAS - 2711 SINTRA CODEX - PORTUGAL
TELEFS 9277185/6/7/8/9-END. TELEG. GALUCHÔ -- TELEX-13858 GALUXO P

Cordel: uma manifestação popular autêntica

**A predominância dos
modelos importados não
fez desaparecer o talvez
único canal de
expressão da cultura
realmente popular
brasileira**

Joseph M. Luyten*

A literatura de cordel, assim chamada na península ibérica pelo facto de os folhetos serem dispostos sobre um barbante, é, antes de mais nada, um fenómeno ocidental. Desde a Idade Média, vemos poetas populares indo de um castelo a outro, passando por povoados, mosteiros e feiras, cantando notícias misturadas com histórias de santos e outros assuntos de antanho. Foram os primeiros jornalistas e, sem dúvida, os primeiros críticos de costumes, já que observaram muito e não tinham o hábito de ficar no mesmo lugar. E o que é mais importante: eram, com raras exceções, elementos do povo e cantavam para quem os queria ouvir.

Com o passar dos anos, os poetas iam-se munindo de livrinhos impressos, o que veio a caracterizá-los como *colportage* na França, *chap books* na Inglaterra e «literatura de cegos» em Portugal e Espanha. Com a colonização da América, essa manifestação de cultura popular foi-se difundindo no novo continente e tomou nomes como *corridos* no México, *payadas* na Argentina e Uruguai, *poesia criolla* no Chile e «literatura de cordel» no Brasil. Na Europa, essa poesia popular desapareceu mais ou menos no final do século passado. Na América, existe ainda incipiente na maioria dos países mas, entre todos, destaca-se o Brasil como possuidor da mais vasta e mais disseminada literatura popular em verso. E den-

tro do país, sobressai a região nordestina como centro perpetuador dessa manifestação literária do povo.

O Nordeste, por várias razões de cunho histórico e social, concentrou uma série de valores culturais que antes eram comuns a todo o país. A imigração europeia na segunda metade do século passado e no início deste destruiu muitos costumes locais no centro-sul do país mas, em contrapartida, as grandes migrações internas têm como principal ponto de partida aquilo que se conhece como o «sertão» nordestino, o «polígono das secas», o que abrange o interior dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

É de estranhar que haja uma lite-

ratura popular tão rica, tão variada e tão bem difundida numa nação primordialmente iletrada, onde a imprensa chegou somente em 1808, onde a primeira universidade data da década de 30 (a Universidade de São Paulo) e que detém um dos índices mais baixos de leitura de jornais de toda a América (2.7%).

A maior literatura popular do Ocidente

Há dois aspectos da literatura popular que devemos ressaltar: a parte oral e a escrita. O aspecto oral é muito extensivo. Há mais de dois mil «cantadores» activos nos mais variados cantos do país, cuja produção escapa a toda tentativa de controlo. A poesia oral também é co-



Não se sabe, exactamente, quantos títulos de literatura de cordel já apareceram. Calcula-se algo entre 20 e 25 mil. Devido ao material perecível com que são impressos os folhetos, são poucos os casos de se encontrarem exemplares antigos no meio popular. Além disso, a literatura de cordel encontrou sempre, se não oposição frontal, pelo menos, grande desprezo do sector intelectualizado da população. Até hoje, uma boa parte da população letrada do Brasil desconhece simplesmente qualquer referência a esse aspecto da cultura popular. As pesquisas e estudos, com algumas honrosas exceções, vinham sendo feitos em moldes paternalistas no sentido «folclore de redoma». Além disso, o interesse dos intelectuais brasileiros praticamente só começou depois de pesquisadores franceses, americanos e outros terem deitado mãos-à-obra. Hoje há algumas dezenas de teses universitárias sobre o assunto, escritas no Brasil, França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.

Cordel, a literatura do povo

Pode-se dizer que, hoje em dia, os folhetos de cordel tratam de todos os assuntos pelos quais se interessa o povo. O homem simples dá um grande crédito ao poeta popular, já que aprendeu, desde o advento da colonização, a desconfiar das fontes oficiais de comunicação. Assim, o sertanejo somente acreditou que o homem tinha visitado a Lua, depois que foram publicados folhetos a esse respeito.

A literatura de cordel expressa, pois, fielmente, a opinião popular a respeito de qualquer assunto. Embora haja alguns folhetos em prosa, mais de 95% aparecem em forma poética. Entre os grandes assuntos de que trata a literatura de cordel, podemos agrupar alguns como: desafios, heroísmo, religião, histórias medievais, licenciosidade e de cunho jornalístico ou «de época», como são chamados. Praticamente em todos, nota-se um posicionamento do poeta, de forma essencialmente opinativa, a favor de pontos de vista populares.

nhecida com o nome de «repentismo» já que os poetas têm o costume de improvisar os poemas no momento, havendo, inclusive, grandes duelos poéticos chamados «desafios», alguns dos quais se tornaram muito famosos. Como o público é geralmente iletrado ou semi-letrado, há uma grande facilidade para decorar trechos inteiros que são passados de gerações em gerações com um mínimo de mutações.

Casos há em que esses poemas são registrados, ou pelo próprio poeta, ou por alguém que saiba escrever, e, assim, temos o início daquilo que se chama, hoje em dia, literatura de cordel. Muitos estudos salientam o facto do analfabetismo ser característica dominante em boa parte dos poetas. (Basta aqui lembrarmos três nomes de pessoas que nunca escreveram e que, nem por isso, deixaram de ter as suas ideias discutidas até hoje: Homero, Sócrates e Jesus Cristo).

Sobretudo nos últimos 100 anos, vemos, nessa região, um número cada vez maior de poesias populares impressas. Geralmente, esses poemas apresentam-se em folhetos rústicos, papel jornal, capa simples, de 8, 16 ou 32 páginas (economia resultante da dobra do papel). O que assusta a muitos é a quantidade de folhetos publicados, bem como as suas tiragens, em alguns casos astronómicas. Num país de modesta produção editorial, onde são raros os autores da classe burguesa que editam mais de cinco mil exemplares, temos numerosos folhetos que ultrapassam a casa de um milhão de exemplares vendidos e, ainda mais, são vários os poetas que têm 200, 500 e até mil folhetos publicados. (Em Salvador, Bahia, vive o poeta Rodolfo Coelho Calvacante, com mais de 1.400 trabalhos impressos).

* Jornalista, pesquisador em Literatura Popular e professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo



Capa de folheto ilustrada com xilogravura de José Silvano Silveira (CB).



Capa de folheto ilustrada por xilogravura.

Capas de folhetos cujos autores são, respectivamente: Paulo Teixeira de Souza, Firmino Teixeira do Amaral, João Melquiades Ferrera e Joaquim Batista de Sena

Desafios

Normalmente são relatos de dois poetas que porfiam cantando ao som da viola ou do pandeiro. Embora procurem derrotar-se mediante artifícios poéticos, o mais simpático é sempre o que consegue agregar mais elementos de condição popular. Vejamos a «Peleja de José de Souza Campos com João de Barros», em que um defende o tempo presente e o outro, o passado:

JS. É no traje e na comida
no passeio e na guarida
em nossa moderna vida
podemos andar decente
pois o pobre inteligente
vive no lugar do rico
portanto dizendo eu fico
tempo bom é o presente.

JB. Você falou no trajar
veja a mocidade estar
em busca do lupanar
pelas estradas imorais
nos cabarés infernais
procuram se destruírem
p'ra no escuro caírem
o tempo bom não vem mais.

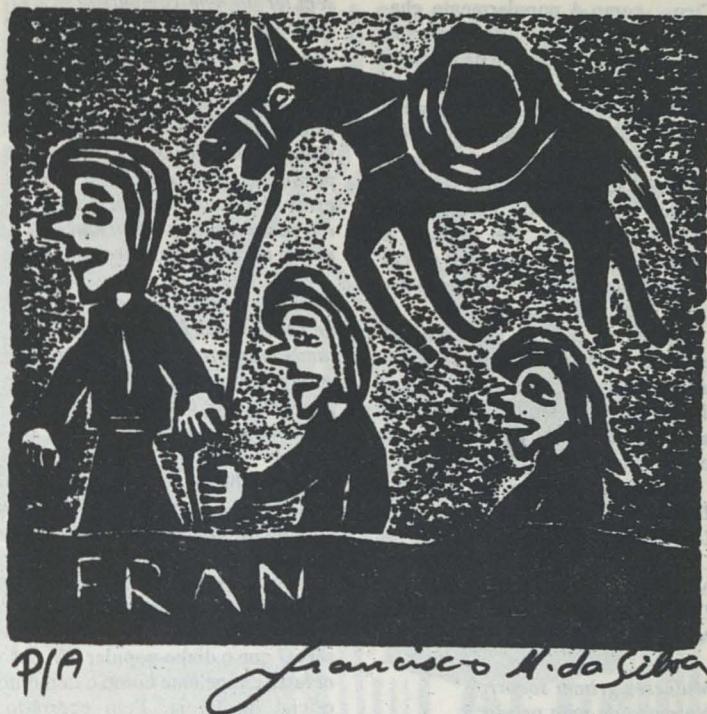
Heroísmo

É nos heróis populares que o poeta procura retratar aquilo que todos gostariam de ser mas não podem devido a condicionamentos sociais e políticos. É por isso mesmo que muitos dos heróis do povo são exactamente aqueles que, de alguma maneira, lutam contra a ordem estabelecida (geralmente a polícia).

Valeriano Félix dos Santos, poeta negro da Bahia, conta no seu folheto «Zumbi, rei dos Palmares» a luta e o aniquilamento de um dos maiores quilombos (agrupamentos de escravos fugidos) da história do Brasil:

A ambição dos senhores,
Os fazendeiros locais
É prender aqueles negros,
Castigá-los muito mais;
Desenrar-lhes moralmente,
Queimar seus canaviais!

Crianças e mulheres
São roubados nos caminhos;
O Quilombo de Palmares



Não tolera seus vizinhos;
Esses têm armas e leis
Os negros lutam sozinhos!

Vinte e cinco expedições
Tinham sido derrotadas;
Nos encontros violentos
Foram todas dizimadas
Pelos negros, cujas mãos
Estão de sangue banhadas.

Em «A vida eterna de Santo», do jovem poeta paulista Laerte Coutinho, temos:

Neste ano uma tragédia
caiu sobre o povo inteiro
Tombou morto um operário
Ferido em tiro certeiro
Foi Santo Dias da Silva
Trabalhador brasileiro.

Este crime verdadeiro
Estarreceu a nação
Santo morreu ali mesmo
O rosto colado ao chão
Quando a bala de um polícia
Atravessou-lhe o pulmão.

Além do herói que se opõe frontalmente ao poder constituído, temos ainda o «amarelinho», nome dado por causa da pele amarelada (devido a endemias) do homem do interior. Este herói toma nomes como Pedro Malasartes, João Grilo ou Camões e é a versão modernizada de Thijl Ulpenspiegel da medieval Flândres ou Pedro Urdemales, da Espanha. Neste caso, o personagem popular acaba sempre por vencer pela astúcia e termina inevitavelmente ridicularizando os poderosos.

Religião

Entre as muitas outras facetas da religiosidade popular do homem brasileiro, podemos lembrar as suas tendências de conservadorismo de práticas religiosas, embora isso não signifique que ele esteja necessariamente de acordo com os ditames do clero. Indubitavelmente, o maior «santo» do Nordeste é o padre Cícero Romão Batista, fundador e pároco de Juazeiro. O «Padim

Ciço», como é popularmente chamado, morreu em 1934, aos 90 anos, e passou boa parte da sua vida suspenso das ordens pelo Vaticano. Actualmente, vive ainda, pregando pelo sertão, o frade capuchinho italiano frei Damião, considerado a «reincarnação» do padre Cícero. Devido ao conteúdo escatológico dos seus sermões, frei Damião é proibido de pregar em muitas dioceses do Nordeste mas a adoração popular é cada vez maior.

Apesar de tudo, o povo não esconde a sua admiração por sacerdotes «modernos» que tomam a sua defesa. Assim temos, de autoria anónima, o folheto «O martírio do padre João Bosco» *. Eis o início:

*Tenho diante dos olhos
Um drama muito esquisito,
Ocorrido em Mato Grosso,
Num povoado e distrito
Do local Barra do Garças,
Nome Ribeirão Bonito.*

*Mulheres gritam socorro
No antro de uma prisão;
Casa e roçado entre chamas,
Não há arroz nem feijão;
Socos, coronhadas, tiros,
E um padre morto no chão...*

Um outro padre também mereceu vários poemas populares. Foi em 1969, em Recife. Chamava-se Henrique, tinha 29 anos e era assessor da Diocese de Olinda para assuntos da juventude.

Segundo o poeta Patativa do Assaré:

*Anônimos telefonemas
com assuntos de terror
chegavam constantemente
cheios de ódio e rancor
contra o padre Henrique, o amigo
da paz, da fé e do amor.*

*Os ditos telefonemas
faziam declaração
de matar 30 pessoas*

* O padre João Bosco foi morto pela polícia militar de Mato Grosso quando procurava defender algumas mulheres campesinas que estavam sendo torturadas. Recentemente, houve diversos poemas a favor do padre italiano Vito Miracapillo, expulso do Brasil..

*sem ter dô nem compaixão
que tivessem com D. Helder
amizade ou ligação.*

*Rádio, TV e jornais
nada ali noticiaram
porque as autoridades
estas verdades calaram
e o padre António Henrique
morto no mato encontraram.*

*Estava o corpo do padre
de faca e bala furado,
também mostrava ter sido
pelo pescoço amarrado
provando que antes da morte
foi bastante juiado.*

Em folhetos ligados à religião, escritos no passado, era muito comum haver ataques aos protestantes, os «crentes» ou «seitanova». Também é muito grande o número de livrinhos que contam histórias do diabo, o «cão». É interessante observar que o diabo popular não é tão nefasto e repelente como o demónio oficial da Igreja. Pelo contrário, convive com as pessoas e, embora mau, é aceite como algo inevitável.

Histórias medievais

São inúmeros os folhetos que tratam de episódios do ciclo carolíngio, arturiano ou medieval. Antigamente, pensava-se que eles eram directamente originários de tradições populares daquelas épocas. Na realidade, não são mais do que passagens para verso de trechos tirados de uma obra chamada «História do Imperador Carlos Magno e os doze pares da França», livro indispensável em qualquer fazenda ao lado do catecismo e dos almanaque populares. A única diferença está no facto de muitas dessas histórias terem sofrido algumas alterações. Por exemplo, o cavaleiro andante tornou-se vaqueiro e o rei, fazendeiro ou industrial. Mesmo assim, há inúmeras histórias de princesas e príncipes mas, mesmo essas, servem de alento para o povo pois o Bem sempre vence e virtudes como bondade, justiça, perseverança e pobreza são louvadas.

Licenciosidade

Há poucos casos de folhetos pornográficos. Não que isso deva ser acrescentado à virtude do homem do povo. O que acontece é que o poeta ou o vendedor do folheto geralmente apresenta o seu produto em feiras, estações rodoviárias e outros locais de grande afluência de público. Evidentemente, há fiscais da prefeitura e guardas. Se um poeta reclama contra a carestia, pode até ser perdoado por um delegado esclarecido, mas ninguém o salvará da acusação de pornográfico.

Cunho jornalístico ou «de época»

É essa espécie de folheto que tende a aumentar cada vez mais nos nossos dias. Geralmente, são de oito páginas e tratam de algum assunto ligado ao dia-a-dia. Constituem o verdadeiro jornalismo do homem do povo. São sempre muito mais formativos do que informativos. Nem sempre têm a preocupação de informar rapidamente, embora frequentemente isso aconteça. Logo no dia seguinte ao atentado contra o papa João Paulo II, apareceu um folheto em São Paulo da autoria de Jotabarro. Outro exemplo, foi o de um julgamento no Rio de Janeiro que despertou a atenção de todo o país. Era o caso de um playboy, o «Doca Street», que havia matado a sua amante, também mulher da alta sociedade, e depois, alegando «legítima defesa de honra», fora absolvido no primeiro júri popular. No segundo, foi condenado a 15 anos de prisão. O poeta Raimundo Santa Helena, no mesmo dia, já vendia o seu folheto «Doca Street condenado» e justificava a sua acção na contracapa do livrinho: «O importante na literatura de cordel não é lucrar; é levar sem demora a mensagem-verdade ao povo».

É nessa modalidade de folhetos que vêm à tona as verdades e sofrimentos do povo. A sua cobertura, apesar dos exemplos anteriores, nem sempre é imediata mas a mensagem vem, poderosa, inevitável e em quantidades sempre assombrosas. Por ocasião do suicídio de Ge-

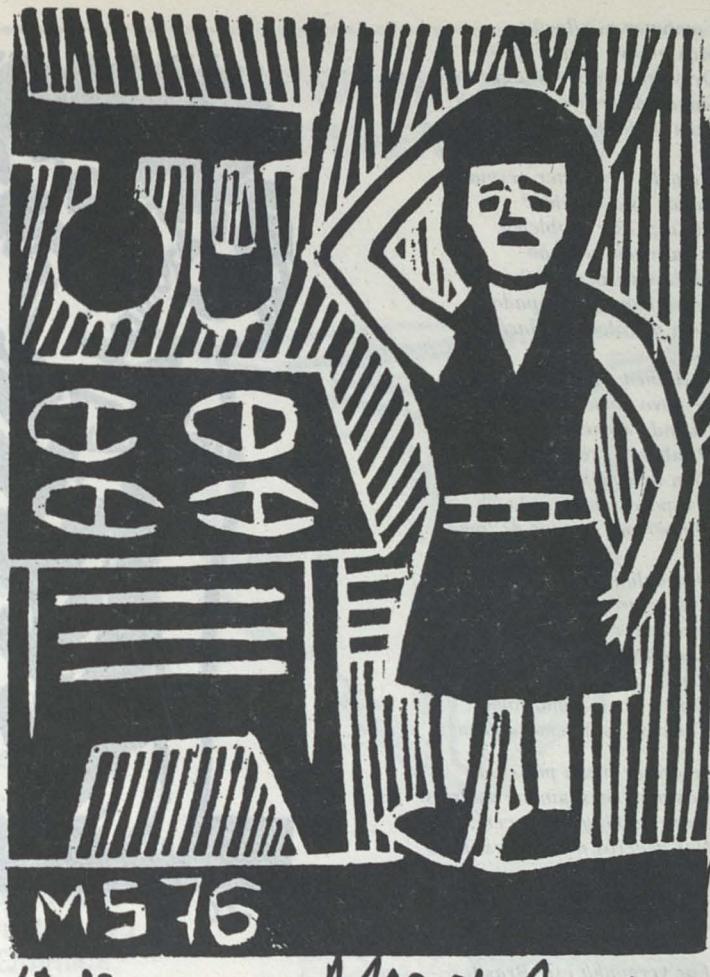
túlio Vargas, em 1954, houve a publicação de um milhão de folhetos de 48 autores.

Os títulos costumavam ser do gênero jornalístico popularuncho e as capas são geralmente fotos do evento ou do personagem envolvido ou, então, xilogravuras feitas para a ocasião. Enunciaremos aqui alguns títulos que, por si só, podem mostrar a potência comunicativa desses folhetos de cordel:

- O drama do favelado
- A vida do operário e o nortista no Rio
- Cordel pela amnistia ampla, geral e irrestrita
- O drama de Glória Maria (sedução de uma garota negra)
- A carestia (escrita por uma menina de 14 anos do Rio de Janeiro)
- Zé Matuto no Rio de Janeiro
- O trem da madrugada (transporte dos habitantes da periferia)
- A escravidão moderna
- O sofrimento do nortista em São Paulo
- A vida do violeiro
- A diferença do pobre para o rico
- A doença do rico é a saúde do pobre
- A dor que mais dói no pobre é a da humilhação
- O Brasil e o estudante pobre
- Papai Noel é do asfalto e na favela não passou

Essa lista pode ser alongada indefinidamente. Todos esses folhetos citados são recentes, o que mostra a pujança do poeta popular brasileiro na conscientização do seu povo. Não há aqui lugar, sequer, para citar devidamente os mais significativos. Vamos apenas reproduzir um deles, «Brasil chorando». O seu autor chama-se José João dos Santos e vive há muitos anos no Rio de Janeiro. Não é comprometido politicamente ou de outra forma. É apenas um homem do povo que relata o sofrimento do seu país. O folheto foi escrito em Outubro de 1981.

*Eu tinha feito um protesto
De não fazer poesia
Me referindo à política
Inflação nem carestia*



13-25

MARCELO SOARES-H

*Mas vou por obrigação
Falar na situação
Deste Brasil de hoje em dia*

*Soltou as rédeas da mão
Deixou correr à vontade
Onde a carestia invade
Na fúria do tubarão*

*Sempre o povo brasileiro
Enfrentou dificuldade
Mas dando viva ao Brasil
O país da liberdade
Mas a coisa apertou tanto
Que a pobreza verte pranto
De fome e calamidade*

*O Homem só quer saber
Se o outro conseguiu
Os altos milhões de dólares
Que emprestado pediu
Que o minério vai pra lá
E a pobreza que vá
Pra a ponte que partiu*

*Depois que o Homem fez
Um cavalo da nação
Botou a sela e montou-se*

*Quando é entrevistado
O Homem diz, eu prometo*

*Combater a inflação
Mas o povo toma espelho
De sofrer mais não aguenta
Dando até cento e oitenta
Num quilo de feijão preto*

*Quando o repórter pergunta
Aonde está o feijão?
Ele diz, este problema
É caso sem solução
Já deixei isto de lado
Estou mais preocupado
Com petróleo e inflação*

*O Homem não quer saber
Se povo come ou não come
Quando aumenta o salário
O tubarão cresce o nome
Com todo feijão guardado
E o povo sentenciado
Morrer aos poucos de fome*

*De qualquer mercadoria
Sobe o preço toda hora
Será que nosso governo
Não sabe que o povo chora
Vendo a carne mas não come
Nunca se viu tanta fome
Como se está vendo agora*

*Se cresce trinta por cento
Nos mais mesquinhos salários
Aumenta cinquenta, cem.
Nos gêneros mais necessários
Cobrindo os trinta que aumenta
Depois o pau se rebenta
Nas costas dos operários*

*Faz vergonha este Brasil
Com tamanha imensidão
De terra fértil, que dá
Tudo que plantar no chão
E os pobres brasileiros
Dando duzentos cruzeiros
Por um quilo de feijão*

*Quando aparece um feijão
Que dizem vir d'outra terra
Em frente aos supermercados
Forma uma praça de guerra
Onde a polícia se mete
Usa bomba e cassetelete
E o povo todo desterra*

*Se o governo protege
Toda nossa agricultura
Para que o brasileiro
Possa comer com fartura
Porém logo o tubarão
Compra toda produção*



E aquela safra segura

*Com suas frotas possantes
Carrega tudo que houver
E armazena em seus silos
Dizendo as vezes que quer
A tabela eu não atendo
Tenho tudo mas só vendo
Pelo preço que eu quiser*

*Nem o poderoso pode
Ir contra a sua vontade
Disfarça pelos jornais
Para esconder a verdade
Dizendo que veio de fora
O povo nas filas chora
A triste calamidade*

*Eu pergunto, aonde está
a força a Revolução
Que veio pra melhorar*

*Do povo a situação
Não quer usar o poder
Prá duma vez combater
A fúria do tubarão...*

*Isto é problema interno
De Brasil com brasileiro
Nem inflação de moeda
Que come o nosso dinheiro
É coisa da nossa terra
Não tem nada a ver com guerra
Que zôa no estrangeiro*

*Dinheiro de operário
Não dá pra pão e banana
Leite em pó, pobre nem fala
E pró filho de bacana
O infeliz marmiteiro
O que ganha um mês inteiro
Não dá para uma semana*

CÂMARAS FRIGORÍFICAS DESMONTÁVEIS E EQUIPAMENTO PARA SUPERMERCADOS

Gama de supermercados:

Dirigida a médias e grandes superfícies de venda, Cash and Carry, Armazéns, etc.

Câmaras Prefabricadas:

Dirigidas à indústria em geral e alimentar em particular.

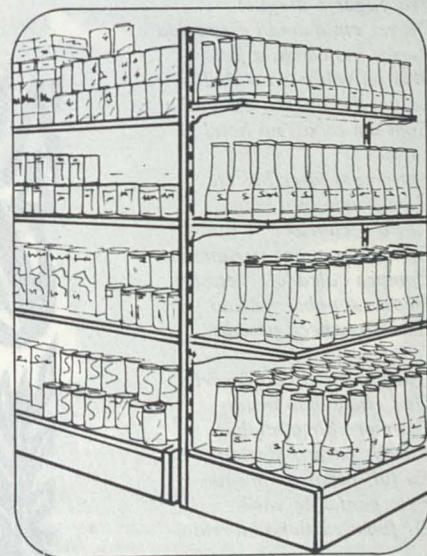
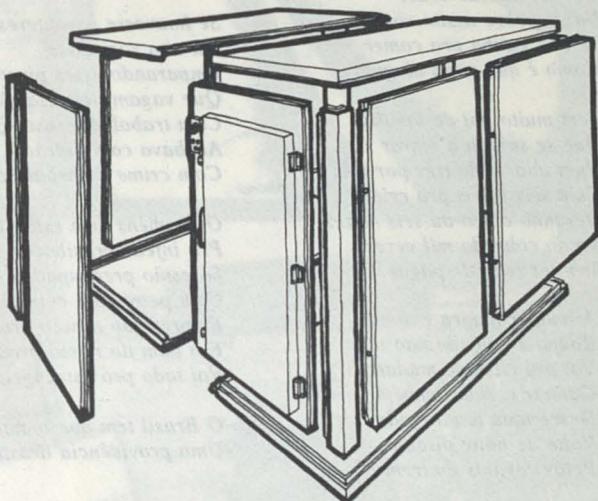
Gama de Hotelaria: Dirigida ao sector de Colectividades e Hotelaria.

Gama Divisão Médico-científica: dirigida aos Centros de Investigação, Indústria Farmacêutica e Química, Centros Hospitalares, etc.

Gama completa de mobiliário para
AUTOSERVIÇOS,
SUPERMERCADOS,
HIPERMERCADOS, posta ao serviço por:



Sede e Complexo Industrial
3401 OLIVEIRA DO HOSPITAL CODEX • TELS 52460-52161-52193 • TELX 18761 IRAL OP
Serviço de Exportação
AV. SANTOS DUMOND, 47 R/C - 1000 LISBOA • TELS 779115-764652 • TELEX 14356 IRAL L



Outrora o Zé marmiteiro
Levava arroz com feijão
Com uma sardinha frita
Um pouco de macarrão
Hoje o pobre que dá duro
Tem que comer arroz puro
Beber água e comer pão

Morar debaixo da ponte
E se cobrir com papel
Andar de tanga e descalço
Que a situação cruel
Faz o pobre assim viver
Se não ganha pra comer
Como é que paga aluguel

Tem muito pai de família
Que se sujeita a morar
Num quarto de três por três
Com seis filhos pra criar
Devendo cinco ou seis meses
Sendo cobrado mil vezes
Sem ter jeito de pagar

A mulher magra e doente
Roupa e calçado não tem
Vai prá casa de madame
Ganhar a vida também
Desce toda madrugada
Volta de noite pisada
Pelos cavalos do trem

Diz, eu estou trabalhando
Prá pagar o aluguel
De vez em quando é cantada
Porém bancando a fiel
Mas ao voltar do trabalho
Lá um dia quebra um galho
Com um (coió) no hotel

Aprende a fazer biscoite
Com pouco está viciada
Corta o cabelo e se pinta
Começa a andar perfumada
Compra calçado e vestido
Depois o pobre marido
Está de cabeça pesada

Quando o coitado percebe
Que está sendo traído
Quer proibir a mulher
Ela diz para o marido
Eu fui trabalhar porque
Pelo ganho de você
De fome eu tinha morrido

Este é um dos motivos
Da grande corrupção
Pobre se sujeita a tudo
A fim de ganhar o pão

O filho dá prá roubar
A mulher vai se virar
E haja prostituição

Na roça se cria filho
Com um regime exemplar
O garoto quando cresce
É homem, vai trabalhar
Na cidade não se entende
O pivete só aprende
Fumar maconha e roubar

Se houvesse um interesse
Da alta sociedade
Amparando esses pivotes
Que vagam pela cidade
Com trabalho e instrução
Acabava com ladrão
Com crime e barbaridade

Os homens nem estão ligando
Pro infeliz brasileiro
Só estão preocupados
Com petróleo e com dinheiro
Emprestado a peso bruto
E o bom do nosso produto
Vai todo prá estrangeiro

O Brasil tem que tomar
Uma providência drástica

Contra esses que nos tira
Uma riqueza fantástica
Com seu dinheiro de cima
Levando matéria-prima
E mandando matéria plástica

Nosso Brasil é imenso
E grande riqueza tem
No minério, na pecuária
Tudo que plantar dá bem
Pode engrandecer seu nome
E liquidar com a fome
Sem dever nada a ninguém

A grande fertilidade
Deste solo brasileiro
Dá para encher o Brasil
De agricultura e dinheiro
O Cruzeiro em vez de queda
Valoriza a moeda
E empresta ao estrangeiro

Juro que assim fazendo
A coisa vai melhorar
Zelando nossas riquezas
Um novo Brasil nos dar
Liberto da dívida externa
Assim livre se governa
O Brasil mais popular.





INSTITUTO DE SOLDADURA

O Instituto de Soldadura é uma instituição privada sem fins lucrativos criada em 1965 para o Progresso da Tecnologia da Soldadura.

O acompanhamento de grandes projectos industriais e a obtenção de conhecimentos através de ligações internacionais, proporcionaram ao Instituto de Soldadura, alargar as suas actividades aos campos do

CONTROLE DE QUALIDADE, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO.

No seu quadro técnico figuram 50 Engenheiros dos quais 12 pós-graduados em Universidades e Institutos estrangeiros, nos vários campos técnicos relacionados com a Indústria Metalo-Mecânica.

A Indústria pode contar com o total apoio do Instituto de Soldadura, nos seus esforços de evolução tecnológica e de promoção de qualidade.

INSTITUTO DE SOLDADURA Rua Tomás de Figueiredo, 16-A - 1500 LISBOA - Telef. 70 75 82 - 70 57 85 - 70 37 88

CESSÃO DE TECNOLOGIA

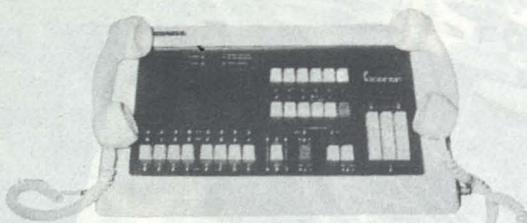
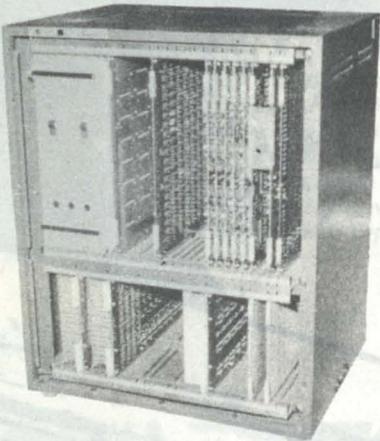
COMELE

Central Telefónica Electrónica (PPCA/E)

CICERON

O estabelecimento do contrato de cessão de tecnologia entre a Citofone e a empresa francesa Comele, comprehende a fabricação, comercialização, instalação e manutenção de centrais electrónicas, privadas, assim como telefones de teclas com memória, respondedor telefónico e marcadores telefónicos Dial-O-Mat.

A cessão de tecnologia, extensível aos novos países de expressão portuguesa, significa a aquisição da mais moderna tecnologia e constitui um marco importante na solução das nossas necessidades no campo da comunicação electrónica.



CITOFOONE

COMUNICAÇÕES E ELECTRÓNICA, CRL.

Av. Álvares Cabral, 41-A/B - 1200 Lisboa

Tel. 65 29 51 - 65 78 81/2 · Telex 16 629 Iberon P

cadernos do terceiro mundo

guia do. terceiro mundo

Índice remissivo

31 Out. 81

O apartheid procura um «estado-tampão»	id.
Unidade da África contra Pretória	id.
A guerra ignorada da África	39 Dez. 81
Austral (editorial)	39 Mai. 82
O projecto Reagan-Botha	40 Jan. 82
Greve da fome na...	id.
A farsa de Ciskei	id.
Os bancos ajudam o apartheid	41 Fev. 82
A igreja branca na encruzilhada	id.
As cisões no apartheid	44 Mai. 82
O elo fraco da cadeia	46 Ago. 82
O terrorismo de Estado	47 Set. 82
Mandela, solidariedade	48 Nov. 82
Da prosperidade à crise	49 Dez. 82
A Igreja contra o apartheid	id.

AGRICULTURA

A fome	Guia 1981
Uma reforma agrária capitalista (na Coreia do Sul)	5 Jul. 78
A minha meta é a libertação (entrev. c/Julião Brasil)	10 Jan. 79

n.º50 Janeiro 1983

notícias

«Che Guevara», o guerrilheiro heróico	id.	A batalha do livro (entrev. c/Luandino Vieira)	2 Mar. 78
A Conferência de Oaxaca	19 Dez. 79	A batalha da educação (entrev. c/Artur Pestana)	id.
A América Latina para os latino-americanos	id.	A valorização das línguas nacionais em Angola	3 Abr. 78
Partidos da Conferência Permanente de Partidos Políticos Latino-Americanos	id.	O inimigo não descansa	5 Jul. 78
As resoluções de Oaxaca	id.	O massacre de Kassinga	id.
Pela independência e a democracia social	21 Fev. 80	Ex-agente da CIA conta como foi	id.
Liberdade e autonomia na década de 80	22 Abr. 80	Portugal: novas relações com Angola	6 Ago. 78
A América Latina perde 4 milhões de dólares	id.	A batalha da educação (entrev. c/Artur Pestana)	id.
A Internacional Socialista e a América Latina	24 Jun. 80	A valorização das línguas nacionais em Angola	id.
Os altos e baixos da democratização (editorial)	28 Nov. 80	Objectividade europeia	id.
Cone sul: cartas marcadas	id.	Neto em missão de paz	8 Out. 78
A ONU condena ditaduras	30 Jan. 81	A ofensiva diplomática e a reconstrução nacional	id.
Um Congresso latino-americano sobre desaparecidos	31 Fev. 81	Os tempos novos	9 Nov. 78
Educação para a América Latina	33 Mai. 81	A JMLA converte-se em organização do Partido	id.

terceiro mundo

99

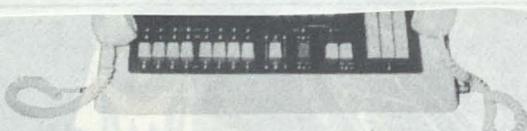
com os melhores dias
telegelio
Obrium

com os dias ob
telegelio
Obrium

início remissão



INSTITUTO
DE SOLDADURA



CITOFONE
COMUNICAÇÕES E ELECTRÓNICA, CRL.

Av. Álvares Cabral, 41-A/B - 1200 Lisboa

Tel. 65 29 51 - 65 78 81/2 · Telex 16 629 Iberon P

INSTITUTO DE SOLDADURA

AFGANISTÃO

Monografia e Mapa	Guia 1981
Começa a revolução	6 Ago. 78
Contra-golpe abortado	8 Out. 78
Combate ao desemprego	9 Nov. 78
Novas derrotas do imperialismo	11 Fev. 79
O Islão com a revolução	14 Jun. 79
No centro da tempestade	21 Mar. 80
A vida difícil de um estado-tampão	26 Ago. 80
O exército e a nova conjuntura	42 Mar. 82

ÁFRICA DO SUL

Monografia e Mapa	Guia 1981
Outra criação do apartheid: Bo-phuthatswana	2 Fev. 78
A máquina de guerra sul-africana	3 Abr. 78
O massacre de Kassinga	5 Jul. 78
Quem financia o apartheid?	id.
O relatório sul-africano	id.
Os serviços secretos do apartheid	6 Ago. 78
Os movimentos de libertação na...	8 Out. 78
Carvalho sul-africano para Israel	9 Nov. 78
ANC: entregar o poder ao povo	11 Fev. 79
Cooperação entre irmãos (Chile, Israel)	id.
Investimentos britânicos	12 Mar. 79
Lutar até à vitória final (editorial)	14 Jun. 79
Os que dizem não	21 Mar. 80
Tempos difíceis para o apartheid	24 Jun. 80
Zabriskie Point na terra do apartheid	25 Jul. 80
Nelson Mandela fala da prisão; Solidariedade com o povo da...	id.
«Sasolburg não será a última vez» (entrev. c/Manto Tshabalala, ANC)	27 Set. 80
África Austral: os avanços são irreversíveis (editorial)	30 Jan. 81
Apartheid «não»	id.
Pretória fez fracassar Conferência de Genebra	id.
A misteriosa explosão no Atlântico Sul	id.
A mordça sul-africana	id.
Combatir a dependência da...	id.
Samora Machel responde à Pretória	31 Fev. 81
Uma polarização perigosa	32 Abr. 81
Porque atacam os sul-africanos?	34 Jun. 81
A agressão racista alarga-se	id.
A discordância entre os brancos	id.
Os boers	id.
Mais «dores de cabeça» para o regime do apartheid	id.
A caminho da insurreição (entrev. c/Joe Slovo)	id.
A invasão sul-africana (a Angola)	37 Out. 81
O apartheid procura um «estado-tampão»	id.
Unidade da África contra Pretória	id.
A guerra ignorada da África Austral (editorial)	39 Dez. 81
O projecto Reagan-Botha	40 Jan. 82
Greve da fome na...	id.
A farsa de Ciskei	id.
Os bancos ajudam o apartheid	41 Fev. 82
A igreja branca na encruzilhada	id.
As cisões no apartheid	44 Mai. 82
O elo fraco da cadeia	46 Ago. 82
O terrorismo de Estado	47 Set. 82
Mandela, solidariedade	48 Nov. 82
Da prosperidade à crise	49 Dez. 82
A Igreja contra o apartheid	id.

AGRICULTURA

A fome	Guia 1981
Uma reforma agrária capitalista (na Coreia do Sul)	5 Jul. 78
A minha meta é a libertação (entrev. c/Júlio, Brasil)	10 Jan. 79

n.º50 Janeiro 1983

AGRICULTURA

Os camponeses e as transnacionais (entrev. c/Gonzalo Arroyo)	11 Fev. 79
Bezerros cubano-congoleses	12 Mar. 79
Os pintos do deserto (Yémén)	id.
Cooperação agrícola	id.
A «revolução verde» não mata a fome	17 Set. 79
A reforma agrária na hora da resistência (Portugal)	23 Mai. 80
Reforma Agrária deita sementes à terra (Cabo Verde)	45 Jul. 82
Produção recorde de chá em Moçambique	49 Dez. 82

ALIMENTAÇÃO

A fome como instrumento de dominação	Guia 1980
A fome	Guia 1981
A fome e as armas	7 Set. 78
As vantagens do leite materno e o perigo «Nestlé»	12 Mar. 79
Má nutrição atinge 25 países africanos	29 Dez. 80
Fome e alimentos são armas políticas	34 Jun. 81
O fome pode esperar	35 Jul. 81
Um passo contra as transnacionais	id.
Explosão demográfica: arma dos povos subdesenvolvidos	38 Nov. 81
E agora a «Bomba C»	39 Dez. 81
Depois de Cancún (editorial)	40 Jan. 82
Arroz: uma riqueza do Terceiro Mundo	41 Fev. 82
Uma vitória contra a Nestlé	44 Mai. 82
O sistema do café	45 Jul. 82
Pode a mandioca salvar o Terceiro Mundo?	id.
Fome em África	48 Nov. 82

ALTO VOLTA

Monografia e Mapa	Guia 1981
Acordos com o Gana	14 Jun. 79
Viragem ou repetição do passado?	49 Dez. 82

AMÉRICA CENTRAL. Ver AMÉRICA LATINA

AMÉRICA LATINA

Contra-ofensiva popular	3 Abr. 78
A ponta do iceberg	id.
O cone sul em pé de guerra	9 Nov. 78
Cone sul: o belicismo	id.
Cone sul: a igreja em defesa da paz	id.
Para além do reformismo (editorial)	10 Jan. 79
Internacional Socialista: condenação das ditaduras	id.
Puebla: que igreja para a América Latina (editorial)	11 Fev. 79
A crise económica	13 Abr. 79
Adesão definitiva aos não-alinhados	18 Out. 79
«Che Guevara», o guerrilheiro heróico	id.
A Conferência de Oaxaca	19 Dez. 79
A América Latina para os latino-americanos	id.
Partidos da Conferência Permanente de Partidos Políticos Latino-Americanos	id.
As resoluções de Oaxaca	id.
Pela independência e a democracia social	21 Fev. 80
Liberdade e autonomia na década de 80	22 Abr. 80
A América Latina perde 4 ilhas de dólares	id.
A Internacional Socialista e a América Latina	24 Jun. 80
Os altos e baixos da democratização (editorial)	28 Nov. 80
Cone sul: cartas marcadas	30 Jan. 81
A ONU condena ditaduras	31 Fev. 81
Um Congresso latino-americano sobre desaparecidos	33 Mai. 81
Educação para a América Latina	id.



A: a explosão novembro

«Uma luta comum»	35 Jul. 81
Com o dedo no gatilho	40 Jan. 82
Porquê a América Central?	id.
Um passo no sentido da unidade (COPPAL)	id.
«Até os encontrar»	id.
DC latino-americana condena os E.U.A	id.
Um vulcão em erupção	43 Abr. 82
A «nova canção» latino-americana	id.
Uma tríplice aliança sectária	44 Mai. 82
Governos manifestam-se oficialmente a favor da União Latino-Americana	45 Jul. 82
A ressurreição imperial e o despertar da América Latina (editorial)	46 Ago. 82
«A América Latina terá que ser dos latino-americanos» (entrev. c/Ernesto Cardenal)	id.
Das Caraíbas à Patagónia: impedir uma nova Beirute	48 Nov. 82
Sistema económico latino-americano: a luta pela integração regional	id.
Um barril de pólvora	49 Dez. 82

ANC/ Ver ÁFRICA DO SUL

Ver também Guia 1981

ANGOLA

Monografia e Mapa	Guia 1981
Cabinda: a guerra do petróleo	1 Jan. 78
O I Congresso	id.
Vinte e um anos de luta	id.
A batalha do livro (entrev. c/Luandino Vieira)	2 Mar. 78
A televisão angolana	id.
O inimigo não descansa	3 Abr. 78
O massacre de Kassinga	5 Jul. 78
Ex-agente da CIA conta como foi	id.
Portugal: novas relações com Angola	6 Ago. 78
A batalha da educação (entrev. c/Artur Pestana)	id.
A valorização das línguas nacionais em Angola	id.
Objectividade europeia	id.
Neto em missão de paz	8 Out. 78
A ofensiva diplomática e a reconstrução nacional	id.
Os tempos novos	9 Nov. 78
A JMLPA converte-se em organização do Partido	id.
Dar mais atenção àqueles que produzem	10 Jan. 79
Comandante Pedalé: «A reconstrução do Huambo» (entrev.)	id.

terceiro mundo

99

Festival da canção revolucionária	<i>id.</i>	ANTIGUA	Guia	1981	fartura
O contacto chocante com a exploração colonial	12 Mar. 79	Monografia e Mapa	Guia	1981	A dura luta pela sobrevivência
O inimigo ataca	13 Abr. 79	ANTILHAS HOLANDESAS	Guia	1981	A história dá razão à Argentina
O caminho de ferro de Benguela	14 Jun. 79	Monografia e Mapa	Guia	1981	A Argentina já não será a mesma
A capital da cooperação africana	15 Jul. 79	APARTHEID. Ver ÁFRICA DO SUL			Petróleo: chave para o quebra-cabeças
Angola-Portugal	16 Ago. 79				As viúvas de Monroe
«Resolver os problemas do povo»	17 Set. 79				Dois exércitos, dois mundos em confronto
O legado de Agostinho Neto	18 Out. 79				Os dilemas do pós-guerra
Agostinho Neto: a morte de um lutador	<i>id.</i>				O processo de latino-americanação
Reflexão (em cinco pontos) sobre a independência de Angola	19 Dez. 79				A abertura democrática (editorial)
Agostinho Neto, um passado recente	<i>id.</i>				As lições de Von Clausewitz
O pensamento de Agostinho Neto	<i>id.</i>				Argentina: fala-se de futebol para esconder outras coisas
Unidade-afro-latino-americana contra o racismo e as ditaduras	20 Jan. 80				Agora a batalha das finanças «Redefinir o papel das Forças Armadas» (entrev. c/Perez Esquivel)
Na hora do balanço, discurso do Presidente	21 Mar. 80				Mais de 300 mil crianças abandonadas
Zé Eduardo dos Santos: por uma África livre	25 Jul. 80				Frente de libertação ou desintegração nacional?
Do MPLA ao Partido do Trabalho, a luta continua	<i>id.</i>				Argentina-Bolívia
Os racistas persistem na agressão	<i>id.</i>				Restam 400 mil indígenas
Agressão contra...	26 Ago. 80				Cidadãos europeus desaparecidos
Petróleo: uma política independente	27 Set. 80				
Cinco anos de reconstrução nacional	28 Nov. 80				
1.º Congresso Extraordinário do MPLA-PT	29 Dez. 80				
África Austral: os avanços são irreversíveis (editorial)	30 Jan. 81				
Paulo Jorge: «Os povos estão cansados da exploração imperialista»	<i>id.</i>	ARGÉLIA	Guia	1981	ARMAS NUCLEARES. Ver MILITARES, ASSUNTOS
A união faz a força	<i>id.</i>	Monografia e Mapa	Guia	1981	ARTE
Um novo avanço: o poder popular	31 Fev. 81	A política petrolífera argelina	5 Jul. 78	Contra-bienal dos jovens em Paris	
Deter a agressão à África	32 Abr. 81	A Argélia sem o seu Fellah	11 Fev. 79	A arte dos presos políticos	
Alfabetizar nos campos de refugiados é cultura e revolução	33 Mai. 81	A caminho da independência tecnológica	12 Mar. 79	Império Azteca vem à superfície	
O alto preço da agressão: Mobilização popular; um inquérito internacional contra a África do Sul	34 Jun. 81	Há 25 anos era o início da Revolução	20 Jan. 80	Notas à margem de uns cartazes cubanos	
Autodeterminação e desenvolvimento	35 Jul. 81	Novo plano quinquenal	24 Jun. 80	Oskii: arte e humor ao serviço do povo	
Os pesados ónus da guerra	36 Ago. 81	A consolidação de Chadli	25 Jul. 80	O saque colonial	
Repúdio mundial pela invasão da RPA	<i>id.</i>	Aspectos da literatura argelina	26 Ago. 80	O drama do povo palestino através da sua pintura	
Angola agredida: a invasão sul-africana	37 Out. 81	Reestruturação da FLN	29 Dez. 80	Defender o património de Nazca	
O apartheid procura um «Estado-tampão»	<i>id.</i>	Ben Bella libertado			
Unidade da África contra Pretória	<i>id.</i>	Argélia pesquisa energia alternativa	30 Jan. 81	ÁSIA (em geral)	
José Eduardo dos Santos: impossível impedir independência da Namíbia	<i>id.</i>	FLN altera política económica	41 Feb. 82	Ásia do Sul: 875 milhões em busca da cooperação	
Cresce o apoio internacional Conferência Afro-Árabe de Luanda	38 Nov. 81	O homem contra o deserto	46 Ago. 82	Explosão demográfica	
A guerra ignorada da África Austral (editorial)	<i>id.</i>				
A guerra continua; Na frente de combate em Cahama; Como a imprensa esqueceu a guerra; A tática de ganhar tempo na Namíbia	39 Dez. 81	ARGENTINA	Guia	1981	AUSTRÁLIA
Mercenários atacam Refinaria de Luanda	<i>id.</i>	Monografia e Mapa	Guia	1981	A intervenção australiana (em Timor)
Agostinho Neto, poeta	<i>id.</i>	A explosão de Novembro	1 Jan. 78	BAHAMAS	
Reforço entre a África e o Mundo Árabe	40 Jan. 82	A dura luta da CGT na resistência (entrev. c/Armando Croatto)	<i>id.</i>	Monografia e Mapa	
«Em Angola...» (entrev. c/Luandino Veira)	<i>id.</i>	As «loucas da Plaza de Mayo»	2 Mar. 78	BAHREIN	
Paulo Jorge: «A independência da Namíbia será um acto de justiça»	42 Mar. 82	O massacre de uma família	<i>id.</i>	Monografia e Mapa	
Diálogo sem complexos	44 Mai. 82	Renesas a actividade política	3 Abr. 78	Um centro financeiro internacional	
A guerra continua	47 Set. 82	O longo braço da Junta	<i>id.</i>	Uma luta em duas frentes	
Petróleo e independência nacional	<i>id.</i>	O campeonato mundial de futebol e a... real	4 Mai. 78	BANGLADESH	
		Montoneros também jogam	5 Jul. 78	Monografia e Mapa	
		Bombas montoneras	7 Set. 78	Bangladesh sugere associação regional	
		Entrevista com o ERP (Henrique Gorriarán)	8 Out. 78	Um futuro incerto	
		Cone sul: o litígio (um problema de quase dois séculos)	9 Nov. 78	Oposição impõe condições	
		Cone sul: forças em presença: Argentina-Chile, efectivos militares	<i>id.</i>	O candidato governamental triunfa em...	
		Cone sul: Esteban Righi: «a guerra não é inevitável»	<i>id.</i>	Um incognita Sattar	
		O PRT: estratégia táctica e autocrítica (entrev. c/José Luis Alvarez)	<i>id.</i>	Uma democracia de botas	
		Montoneros: abertura internacional	13 Abr. 79	A influência dos «paquistâneos»	
		As ordens da Trilateral	14 Jun. 79		
		A classe operária enfrenta a ditadura	16 Ago. 79	BARBUDA. Ver ANTIGUA	
		A oposição partidária moderada	17 Set. 79	BARBADOS	
		Dissolver a CGT	22 Abr. 80	Monografia e Mapa	
		Ataque à Universidade	27 Set. 80	Rumo à libertação do índio americano	
		Exportações para pagar dívidas	28 Nov. 80	Declaração de Barbados II	
		Diálogo de surdos	<i>id.</i>	E agora?	
		Expectativa na troca de generais	30 Jan. 81		
		Morreu Cámpora	32 Abr. 81		
		O desastre económico	36 Ago. 81		
		O fracasso blindado (editorial)			
		Entre a ditadura e a democracia; Repressão: uma doutrina própria; Os desaparecidos; O capitalismo na encruzilhada; Políticos no governo, militares no quartel; Emergência nacional; Educação: uma ameaça ao regime; Os chefes da subversão	<i>id.</i>		
		O povo de novo na rua	39 Dez. 81		
		O fantasma da fome no país da			

BASUTOLÂNDIA. Ver LESOTO**BELIZE**

- Monografia e Mapa Guia 1981
 A luta pela independência 7 Set. 78
 O difícil adeus ao colonialismo
 Avanços eleitorais 14 Jun. 79
 A Mafia e os políticos das Caraíbas 19 Dez. 79
 O direito à independência 29 Dez. 80
 O longo caminho para a independência 33 Mai. 81
 Belize independente 37 Out. 81
 Chegou a independência mas não falta a liberdade 38 Nov. 81
 Uma história colonial de 343 anos id.

BENIN

- Monografia e Mapa Guia 1981
 Rápido crescimento económico 5 Jul. 78
 A dura batalha pelo socialismo 16 Ago. 79

BERMUDAS

- Monografia e Mapa Guia 1981

BIRMÂNIA

- Monografia e Mapa Guia 1981
 A crise do modelo reformista 4 Mai. 78

BOLÍVIA

- Monografia e Mapa Guia 1981
 Amnistia geral 2 Mar. 78
 Uma grande vitória (entrev. c/Ema de Torres) 3 Abr. 78
 A nova situação política 5 Jul. 78
 O relatório sul-africano id.
 «Se me deixam falar» (entrev. c/Domitila Chungara) id.
 Reunião de jornalistas após 7 anos na... 6 Ago. 78
 Da fraude eleitoral ao golpe de Estado 7 Set. 78
 O poder mineiro id.
 Che Guevara, herói do Terceiro Mundo 8 Out. 78
 Fronteiras indefesas 9 Nov. 78
 O povo impõe a democratização (entrev. c/Siles Suazo) id.
 Um «movimento dos capitães» 10 Jan. 79
 O duro caminho da democratização 14 Jun. 79
 Pela revolução nacional e anti-imperialista (entrev. c/Siles Suazo) 15 Jul. 79
 Os operários definem rumos 16 Ago. 79
 A derrota dos golpistas 20 Jan. 80
 A Bolívia sob o terror fascista 25 Jul. 80
 Um golpe à la Pinochet 26 Ago. 80
 Cresce a resistência id.
 A quartelada dos cocadólares id.
 O isolamento de García Meza 27 Set. 80
 O pacto do cone sul id.
 Fala Domitila 28 Nov. 80
 Bolívia sai do Pacto Andino 31 Fev. 81
 As conspirações em marcha 32 Abr. 81
 A táctica do extermínio id.
 Que viva Bolívia! O processo boliviano e o refluxo das ditaduras; Os primeiros cem dias; Um mártir no julgamento da história; Uma nova geração política 49 Dez. 82
 Argentina-Bolívia id.

BOPHUTHATSWANA. Ver também ÁFRICA DO SUL

- Informação sobre o... Guia 1981
 Outra criação do apartheid 2 Mar. 78

BOTSWANA. Ver também ÁFRICA DO SUL

- Monografia e Mapa Guia 1981
 A luta difícil 5 Jul. 78
 Uma nova comunidade económica 24 Jun. 80
 A morte de Seretse Khama 26 Ago. 80

BRASIL

- Monografia e Mapa Guia 1981
 Rumo à democracia? 1 Jan. 78
 Brizola e Araeas tomam a palavra 2 Mar. 78
 Como nos tempos da monarquia 3 Abr. 78
 Missões alemães 4 Mai. 78
 O avanço do movimento sindical 5 Jul. 78
 A grande greve id.
 A oposição sindical 6 Ago. 78
 Aproxima-se o fim do regime autoritário (entrev. c/F. H. Cardoso) id.
 Brizola: «Volta é que mais desejado» (entrev.) id.
 A frente pela redemocratização 7 Set. 78
 A repressão continua id.
 Os militares e a redemocratização 8 Out. 78
 Uma luz no fundo do túnel id.
 A crise do «milagre económico» id.
 O despertar do movimento operário id.
 A igreja na luta pela democracia id.
 A imprensa «nanica» id.
 Morte de Juscelino: acidente ou atentado? id.
 Um mártir da igreja: Pe. João Bosco id.
 Repressão: o episódio do PARASAR id.
 Político brasileiro morre no exílio id.
 A política salarial dos monopólios 9 Nov. 78
 Justiça culpa governo por morte de jornalista id.
 A vitória da oposição 10 Jan. 79
 Júlio: a minha meta é a libertação id.
 A cultura brasileira no limiar de década de 80 id.
 As relações com a administração Carter 11 Fev. 79
 Democracia à paulada id.
 Agora as árvores, o resto já foi vendido 12 Mar. 79
 O sequestro de dois uruguaios id.
 Almíro Afonso: «por um partido popular» (entrev.) 13 Abr. 79
 Democracia operária nas ruas id.
 A morte de um torturador 14 Jun. 79
 Ressurgimento do Partido Trabalhista Brasileiro 15 Jul. 79
 O que é a oposição sindical 16 Ago. 79
 Brizola: «o mais urgente é a reorganização do nosso povo» 17 Set. 79
 De João a João: um abismo de ideias id.
 A ciência pela democracia id.
 A abertura ameaçada id.
 Multinacionais: o perigo também vem do Oriente 26 Ago. 80
 «Nem paternalismos nem hegemônias» (entrev. c/Clovis Señal) 27 Set. 80
 Brasileiros e cubanos em Bagdade 29 Dez. 80
 Dossiers s/Amazônia: O assalto à... 36 Ago. 81
 50 anos de fracassos e deceções; O ciclo da borracha; O assalto à floresta; A invasão estrangeira; O projecto Jari, a luta contra a desnacionalização; Carajás, uma riqueza em perigo; Alcoa ameaça destruir S. Luis; A contra-informação; uma técnica de entrega No fundo do poço; O poder da rua; A alternativa radical 37 Out. 81
 Dias Gomes, uma nova linguagem na televisão brasileira id.
 Entre a «democracia racial» e o movimento de libertação 41 Jan. 82
 Crianças sem cérebro 45 Jul. 82
 A igreja no banco dos réus 47 Set. 82
 Futebol: manipulação do povo? id.



- O modelo num beco sem saída 48 Nov. 82
 Os ventos da mudança id.
 Oposição vence eleições e governa metade do país 49 Dez. 82

BURUNDI

- Monografia e Mapa Guia 1981
 «O povo decidirá» (entrev. c/Eduardo Nzambimana) 6 Ago. 78
 Uma nova Constituição 41 Fev. 82
 Telex sobre: fundos árabes 42 Mar. 82

BUTÃO

- Monografia e Mapa Guia 1981

BRUNEI

- Monografia e Mapa Guia 1981

CABO VERDE

- Monografia e Mapa Guia 1981
 País rumo ao futuro 16 Ago. 79
 O povo fala a sua língua 17 Set. 79
 Criar condições para a verdadeira liberdade 23 Mai. 80
 Independência e não-alinhamento (entrev. c/Com. Pedro Pires) id.
 Corsino Fortes, um poeta de Cabo Verde 23 Mai. 80
 Cabo Verde rompe com o PAIGC guineense 30 Jan. 81
 Praia-Bissau: promover a aproximação 31 Feb. 81
 Reforma Agrária deixa sementes à terra 45 Jul. 82
 Cabo Verde e Guiné-Bissau reconciliam-se 45 Jul. 82
 Cimeira da Praia: solidariedade e cooperação 48 Nov. 82
 Um país que se viabiliza 49 Dez. 82
 Procurar o consenso nacional, optar pelo pragmatismo id.
 Corsino Fortes, de pão & fome à árvore & tambor id.

CAMARÕES

- Monografia e Mapa Guia 1981
 Mais cinco anos de ditadura 25 Jul. 80

CAMBODJA. ver KAMPUCHEA**CANADÁ**

- Os indios defendem os seus direitos 25 Jul. 80

CANÁRIAS

- Cubillo: «Somos uma colónia» (entrev.) 6 Ago. 78

CARAÍBAS

- Os novos piratas: microcosmos da humanidade
A cultura, terreno de resistência
Integração: experiências e limitações
Carifesta 79: um canto à liberdade
Uma presença dinâmica
A Conferência de Oaxaca
A Mafia e os políticos das Caraíbas
Avanço na integração económica
Seaga: um plano Marshall para as Caraíbas
Ameaça ecológica nas Caraíbas
As armadilhas do turismo
Um passo no sentido da unidade
Guerra da rádio
A maré conservadora
Evolução da nova esquerda de língua inglesa
- 14 Jun. 79
id.
17 Set. 79
18 Out. 79
19 Dez. 79
id.
29 Dez. 80
30 Jan. 81
33 Mai. 81
38 Nov. 81
40 Jan. 82
44 Mai. 82
47 Set. 82
id.

CARIBE. Ver CARAÍBAS

CEILÃO Ver SRI LANKA

CHADE

- Monografia e Mapa
O assalto neocolonialista
A guerra do Chade
O reinício da batalha
O fim de 15 anos de guerra civil?
Gukuni Ueddei: a hora da reconstrução (entrev.)
Dias difíceis para Gukuni Ueddei
- Guia 1981
5 Jul. 78
id.
23 Mai. 80
30 Jan. 81
32 Mar. 81
43 Abr. 82

CHILE

- Monografia e Mapa
A farsa de Pinochet
As divisões internas da Junta
Clodomiro Almeyda (depoimento)
Pablo Neruda: um novo gesto de esperança
Cone sul; o litígio. Um problema de quase 2 séculos
Cone sul: forças em presença, efectivos militares
Clodomiro Almeyda: «Os militares comprometem a segurança nacional»
O caso Letelier
Avanços e novas ameaças
Um bom cliente
- Guia 1981
2 Mar. 78
3 Abr. 78
id.
8 Out. 78
9 Nov. 78
id.
9 Nov. 78
10 Jan. 79
12 Mar. 79
16 Ago. 79
17 Set. 79
23 Mai. 80
25 Jul. 80
id.
28 Nov. 80
29 Dez. 80
29 Dez. 80
34 Jun. 81
38 Nov. 81
42 Mar. 82
48 Nov. 82
49 Dez. 82
12 Mar. 79
13 Abr. 79
17 Set. 79

CHINA

- China ataca o Vietname
Por detrás do conflito
Abertura ao Ocidente
- 12 Mar. 79
13 Abr. 79
17 Set. 79

- A economia chinesa através dos números
Depois de Mao a nova ordem económica
Pena de morte à revolução cultural
A grande ilusão
Acordo cultural China-Chile
- 23 Mai. 80
28 Nov. 80
32 Abr. 81
33 Mai. 81
49 Dez. 82

CHIPRE

- Monografia e Mapa
Pressões imperialistas
- Guia 1981
17 Set. 79

CIA. Ver ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

- Energia: produção, comércio e consumo
A energia
Ciência e tecnológica
Uma conferência politizada: Conferência sobre Ciência e Tecnologia
«Tecnologês» versus tecnologia popular
Einstein: mitos e realidades
A ONU e o controlo tecnológico das transacionais
Centrais nucleares: um mau negócio
A exportação das «caixas pretas»
A ciência pela democracia
Uso e abuso do espaço
A energia, «eixo do conflito Norte-Sul
Ciência e tecnologia
- Guia 1980
Guia 1981
id.
11 Fev. 79
12 Mar. 79
13 Abr. 79
14 Jun. 79
15 Jul. 79
24 Jun. 80
26 Ago. 80
28 Nov. 80
38 Nov. 81
45 Jul. 82

CINEMA

- Cinema africano
Novo cinema equatoriano «fora daqui»
Travolta: febre transnacional para lá de sábado
Um cinema comprometido com a libertação
Um encontro do Terceiro Mundo
O «cinema Kung-Fu»: alienação ou anticolonialismo?
Uma iniciativa cultural: Cinema do Terceiro Mundo
Co-produção em Moçambique para formar cineastas
Semana do Cinema Árabe
«Prá frente Brasil», um filme sobre o medo
Cinema, monopólio e identidade nacional
Presença do cinema brasileiro
- 10 Jan. 79
11 Fev. 79
12 Mar. 79
18 Out. 79
28 Nov. 80
32 Abr. 81
34 Jun. 81
40 Jan. 82
43 Abr. 82
46 Ago. 82
id.
id.

CISKEI. Ver ÁFRICA DO SUL

COLÔMBIA

- Monografia e Mapa
«Chicha», café e droga
O modelo uruguai
Vinte anos de guerrilha
O escândalo do carvão
Amnistia restrita na Colômbia
- Guia 1981
14 Jun. 79
16 Ago. 79
22 Abr. 80
28 Nov. 80
29 Dez. 80

COMÉRCIO. Ver ECONOMIA E FINANÇAS

COMORES

- Monografia e Mapa
Ilhas do Índico na mira dos mercenários
Informação sobre as Comores
- Guia 1981
8 Out. 78
19 Dez. 79

COMUNICAÇÃO SOCIAL

- A nova ordem informativa internacional
Informação: de Amesterdão a Bagdade
Os «mass media» e o imperialismo (entrev. c/Herbert Schiller)
O que é uma notícia
- Guia 1980
1 Jan. 78
2 Mar. 78
6 Ago. 78

- Objectividade europeia; Israel condena jornalista: Agência panafricana; Bolívia: reunião de jornalistas após sete anos; A voz do Golfo Árabe
Brasil: a imprensa «nanica»
Prisão de jornalistas no Paquistão
Descolonizar a informação
Brasil: Justiça culpa Governo por morte de jornalista
Notimex: primeiros 10 anos de existência (entrev. c/directores)
México: reunião de jornalistas
Argentina: jornalista desaparecido há um ano
México: direito à informação
Código de conduta para jornalistas
Jornalistas presos em Israel
Entrevista com Wilfred Burchett sobre informação
Planificar a informação no mundo árabe
Palestina: a batalha da informação
Realidade e perspectivas da Nova Ordem Internacional da Informação
Encerramento da revista Hoy (Chile)
- id.*
7 Set. 78
8 Out. 78
id.
9 Nov. 78
id.
10 Jan. 79
id.
11 Fev. 79
id.
13 Abr. 79
id.
14 Jun. 79
id.
15 Jul. 79
16 Ago. 79
id.
id.
id.
17 Set. 79
id.
20 Jan. 80
id.
id.
21 Mar. 80
id.
id.
23 Mai. 80
24 Jun. 80
26 Ago. 80
28 Nov. 80
38 Nov. 81
45 Jul. 82

- «Projectar uma imagem correcta da África» (entrev. c/Ministro da Informação da Tanzânia)
Chile: vozes alternativas
Nicarágua: a luta dos jornalistas
Agência Panafricana de Informação

- I Encontro Euro-Árabe de Jornalistas
A imprensa latino-americana: instrumento publicitário e transnacional
Informação sobre a IPS
A imprensa (em Portugal) depois de Abril
ASIN: um «pool» latino-americano
Declaração de Yaoundé
Morreu Genaro Carnero Checa
Seminário de Comunicação Popular em S. Paulo

- Curso de política internacional
Consolida-se a Agência Panafricana de Notícias: «África-Ásia» continua; Uma nova revista; Uma manobra de direita em defesa da mulher jornalista africana

- Honduras expulsa correspondente de «cadernos»; PRISMA latino-americano em versão portuguesa
A propósito da imprensa alternativa

- Comunicação transnacional e auto-suficiência nacional

- Retrato a América Latina; Uma Agência de Informação Regional para o continente Árabes e latino-americanos trocam notícias

- Uruguai: governo fecha jornal de oposição
Ressurgimento de um indesejável
Preparando novas batalhas
Dois novos jornais moçambicanos

- cadernos do terceiro mundo recebe Prémio Herzog
As transnacionais comandam a ação

- 30 Jan. 81
31 Fev. 81
32 Abr. 81
33 Mai. 81
34 Jun. 81
26 Ago. 80
29 Dez. 80
id.
id.
id.
id.
id.
id.
id.

- 35 Jun. 81
36 Jul. 81
37 Out. 81
38 Dez. 81
39 Jan. 82
40 Mar. 82

(editorial); Acapulco; a grande desilusão; PANA: um sonho de 20 anos; A raposa e as galinhas (os 12 mandamentos da NOI); As pressões sobre a UNESCO; o «pool»; Alasel, a agência latino-americana; IPS: a objectividade alternativa; ASIN: quando o Estado informa 43 Abr. 82

Jornalista norte-americano morre a lutar pela FMLN 47 Set. 82

A guerra psicológica da CIA 45 Jul. 82

Jornalistas latino-americanos consolidam a sua federação 48 Nov. 82

CONE SUL. Ver AMÉRICA LATINA, ARGENTINA, BOLÍVIA, CHILE, PERU

CONGO

Monografia e Mapa Guia 1981
O Congo de Lumumba 15 Jul. 79

COREIA DEMOCRÁTICA

Monografia e Mapa Guia 1981
Reunificação, meta histórica para o povo coreano 22 Abr. 80
Declaração para a reunificação tem uma década 47 Set. 82

COREIA DO SUL

Monografia e Mapa Guia 1981
Uma reforma agrária capitalista «Milagre económico» e direitos humanos 5 Jul. 78
Carter e a presença militar na Coreia 17 Set. 79
O fracasso da feitoria transnacional (editorial) 19 Dez. 79
Um sistema em crise 25 Jul. 80
Coreia do Sul em crise 28 Nov. 80
A democracia paga-se com a prisão perpétua 31 Fev. 81

CÓRSEGA

Um povo colonizado 15 Jul. 79
Os corsos não querem morrer 33 Mai. 81

COSTA DO MARFIM

Monografia e Mapa Guia 1981

COSTA RICA

Monografia e Mapa Guia 1981
Somoza ameaça com uma invasão 11 Fev. 79
Os EUA ante a rebelião 13 Abr. 79
Daniel Oduber: «Separados durante anos, o desafio actual é a unidade» 19 Dez. 79
Os desvios de Carazo 24 Jun. 80
Um novo presidente 41 Fev. 82
Monge propõe o regresso ao campo 43 Abr. 82
Uma tríplice aliança sectária 44 Mai. 82

CUBA

Monografia e mapa Guia 1981
Na hora do regresso 4 Mai. 78
O festival (da Juventude e dos Estudantes) 7 Set. 78
Os cubanos em África 12 Mar. 79
As brigadas médicas 12 Mar. 79
Casa das Américas: 20 anos de prémios e vitórias 13 Abr. 79
Notas à margem de uns cartazes cubanos 14 Mai. 79
Havana: a maior reunião de sempre (6.ª Cimeira dos Não-Alinhados) 17 Set. 79
Infra-estrutura: um enorme esforço (6.ª Cimeira) 18 Out. 79
Fidel, no encerramento: «O nosso Movimento está mais unido que nunca» 19 Out. 79
Cuba em vinte anos, uma potência desportiva 21 Mar. 80
A exigência revolucionária 21 Mar. 80
Os antecedentes do episódio da embaixada peruana 24 Jun. 80

Cuba detecta reservas petrolíferas 34 Jun. 81
Uma cimeira intelectual 37 Out. 81
A guerra contra a agressão bacteriológica 38 Nov. 81

CULTURA. Ver também ARTE, CINEMA, LITERATURA, MÚSICA

Os árabes e a África Negra 21 Mar. 80
Conferência sobre Civilização Árabe-islâmica 22 Abr. 80
Uma cimeira intelectual 37 Out. 81
A dura luta pela sobrevivência 40 Jan. 82
Os filhos de Roque Dalton 42 Mar. 82
A revolução como revelação 44 Mai. 82

DAOMÉ. Ver BENIN

DEMOGRAFIA

População e recursos humanos Guia 1981
Explosão demográfica, arma dos povos subdesenvolvidos 38 Nov. 81
Explosão demográfica na Ásia 40 Jan. 82

DESRAMAMENTO. Ver MILITARES, ASSUNTOS

DESCOLONIZAÇÃO

Descolonização e revolução 14 Jun. 79
A descolonização 23 Mai. 80
A descolonização vivida no «teatro de guerra» id.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Ver ECONOMIA E FINANÇAS

DESPORTO

O campeonato mundial de futebol e a Argentina 4 Mai. 78
Montoneros também jogam 5 Jul. 78
Pelé, uma empresa multinacional id.
Boxe a quarenta graus 12 Mar. 79
Cuba: em 20 anos, uma potência desportiva 18 Out. 79
Jogos Olímpicos: o dinheiro e a política 21 Mar. 80
Podiam ter sido os melhores jogos de sempre 26 Ago. 80
O Jogo da África Central: para além das medalhas 37 Out. 81
Mundial 82: o futebol do Terceiro Mundo 43 Abr. 82
Futebol: manipulação do povo 47 Set. 82
Argentina: fala-se de futebol para esconder outras coisas id.
O Terceiro Mundo apareceu na ribalta do futebol id.

DJIBUTI

Monografia e Mapa Guia 1981

DIREITO INTERNACIONAL

Por uma nova ordem democrática 31 Fev. 81
Direito do mar à deriva 33 Mai. 81
Direito do mar 44 Mai. 82

DOMINICA

Monografia e Mapa Guia 1981
O instável governo da Sr. Charles 34 Jun. 81

DROGA

EUA: toxicomanos fardados 8 Out. 78

ECOLOGIA

Recursos naturais e meio ambiente Guia 1981
Direito do mar à deriva 33 Mai. 81
Ameaça ecológica nas Caraíbas id.
Lama vermelha ameaça a Jamaica 38 Nov. 81
Dossier Amazónia 36 Ago. 81
A guerra contra a agressão bacteriológica 38 Nov. 81
A Amazónia peruana 41 Fev. 82



ECONOMIA E FINANÇAS

A nova ordem económica internacional: As exigências do Terceiro Mundo; Matérias-primas; Energia; Termos de troca; Dívida externa; Produto Nacional Bruto; Indicadores de desenvolvimento Guia 1980
A nova ordem económica internacional Transacionais id.
O reverso da medalha 12 Mar. 79
A crise económica na América Central 13 Abr. 79
UNCTAD V: um fracasso prevável (editorial) 15 Jul. 79
O Banco Africano de Desenvolvimento id.
Estanho e açúcar 19 Dez. 79
Nova Ordem Internacional (Conferência de Lisboa) id.
As nacionalizações no Portugal democrático 23 Mai. 80
Capitalismo internacional, a busca de novas fórmulas 29 Dez. 80
O Terceiro Mundo e a crise económica (editorial) 31 Fev. 81
Ninguém ouve o Terceiro Mundo (editorial) 33 Mai. 81
Uma proposta para enfrentar o desafio do ultroliberalismo (editorial) 34 Jun. 81

Uma luta decisiva para o Terceiro Mundo (Intervenção de Vasco Cabral) id.

Comércio: o Norte ficou com a parte de leão id.

Terceiro Mundo discute a crise Transacionais diversificam atividades id.

«A solução somos nós mesmos» 35 Jul. 81

A cooperação começa em casa SADC, um passo em frente id.

Uma cooperação frutuosa, Conferência da SADC 36 Ago. 81

Cimeira de Cancún: muita parra, pouca uva 38 Nov. 81

Depois de Cancún (editorial) 40 Jan. 82

Politização das instituições de crédito id.

Uma nova zona de comércio (África) 41 Fev. 82

O sistema do café 45 Jul. 82

A bola da neve da dívida externa 46 Ago. 82

SADC: progresso considerável id.

Comércio mundial: um crescimento desigual id.

Discordia no Atlântico Norte id.

(hegemonia económica dos EUA) (editorial)	48 Nov. 82	O exército não consegue romper o impasse na guerra	41 Fev. 82	Os EUA e a África Austral (editorial)	5 Jul. 78
Sistema Económico Latino-Americanano, a luta pela integração regional	<i>id.</i>	O apoio à solução negociada	42 Mar. 82	Ex-agente da CIA conta como foi em Angola	<i>id.</i>
A crise económica abala a estabilidade do sistema transnacional (editorial)	49 Dez. 82	Os filhos de Roque Dalton	<i>id.</i>	Para onde vai Carter?	6 Ago. 78
EGITO		Objectividade e credibilidade	<i>id.</i>	A intervenção e a crise internacional	<i>id.</i>
Monografia e Mapa	Guia 1981	Frente Mundial de Solidariedade	43 Abr. 82	A luta dos indios	<i>id.</i>
Sadat em Israel	1 Jan. 78	Uma tripla aliança sectária	44 Mai. 82	Um jogo diferente	<i>id.</i>
Nova dificuldades para Sadat	3 Abr. 78	A guerra vista pela TV	46 Ago. 82	Carter: «Sandinismo não, somosimismo não, imperialismo sim!» (editorial)	8 Out. 78
Fome e repressão	5 Jul. 78	O ruido como arma	47 Set. 82	Chicanos em luta pela educação	<i>id.</i>
Embaixador egípcio denuncia política de Sadat	<i>id.</i>	Jornalista norte-americano morre a lutar pela FMLN	<i>id.</i>	Camp David: «o boomerang de Carter»	<i>id.</i>
O general dissidente (entrevista c/ Saad Shazli)	6 Ago. 78	Princípios do Golfo, uni-vos	35 Jul. 81	Toxicómanos fardados	<i>id.</i>
Medidas antidemocráticas no Egito	<i>id.</i>			Novas derrotas do imperialismo	11 Feb. 79
Camp David: o «boomerang» de Carter	8 Out. 78			As relações com a administração Carter	<i>id.</i>
A causa árabe ante o pior desafio (editorial)	9 Nov. 78			Bases militares norte-americanas nas Filipinas	<i>id.</i>
A Cimeira de Bagdade	<i>id.</i>			Violência nas escolas	12 Mar. 79
Begin quer as pirâmides	11 Fev. 79			Os EUA ante a rebelião na América Central	13 Abr. 79
O povo árabe pune Anwar Sadat (editorial)	13 Abr. 79	Angola: a batalha da educação	5 Jul. 78	A nova ordem imperial: Israel-EUA-Egito	<i>id.</i>
A nova ordem imperial: Israel-EUA-Egito	<i>id.</i>	(entrev. c/Artur Pestana)	6 Ago. 78	Dossiers sobre a CIA (funções, história, homens, recrutamento, etc.)	15 Jul. 79
A solidão de Sadat	15 Jul. 79	A valorização das línguas nacionais em Angola	<i>id.</i>	O Império não muda (editorial)	16 Ago. 79
Tarik Aziz: «Somos optimistas em relação ao futuro»	18 Nov. 79	EUA: «chicanos» em luta pela educação	8 Out. 78	A derrota diplomática dos EUA na Nicarágua	<i>id.</i>
Camp David: um instrumento das transnacionais	25 Jul. 80	Guiné-Bissau: uma escola que irradia	<i>id.</i>	Carter e a presença militar na Coreia	17 Set. 79
Sadat em socorro de Hissene Habré	27 Set. 80	Os educadores (apoio de Cuba a África)	12 Mar. 79	O velho estilo imperial	18 Out. 79
Oposição quer derrubar Sadat	29 Dez. 80	EUA: violência nas escolas	<i>id.</i>	A perigosa aventura do presidente Carter (editorial)	21 Mar. 80
Egipto: nova frente de oposição	35 Jul. 81	Estudantes moçambicanos em Cuba	14 Jun. 79	A beira do abismo	24 Jun. 80
Sadat morto por militares	37 Out. 81	Iraque: alfabetização maciça	15 Jul. 79	Intensificada a venda de armamentos	<i>id.</i>
Sadat, o raiz que não deixou herança (editorial)	38 Nov. 81	Argentina: ataque à Universidade	22 Abr. 80	«Cowboys» do apocalipse (editorial)	25 Jul. 80
O mundo árabe sem Sadat	<i>id.</i>	Ensino gratuito na Libéria	26 Ago. 80	Reagan, ou as ilusões perigosas (editorial)	29 Dez. 80
O dilema do islamismo militante	<i>id.</i>	Paulo Freire: a alfabetização é um acto político	28 Nov. 80	Conservadorismo sem amanhã	<i>id.</i>
Até onde poderá ir Mubarak	43 Abr. 82	Programa de alfabetização na Nigéria	29 Dez. 80	Reagan contra todos (editorial)	32 Abr. 81
EL SALVADOR		Educação para a América Latina	33 Mai. 81	Os alquimistas de uma nova conflagração	33 Mai. 81
Monografia e Mapa	Guia 1981	Alfabetizar nos campos de refugiados é cultura e revolução (Angola)	<i>id.</i>	Mr. Reagan e os cowboys; O dilema é entre a vida e a morte; As memórias de Kissinger	<i>id.</i>
O clamor dos pobres	4 Mai. 78			Desmantelada rede da CIA em Moçambique	34 Jun. 81
As raízes da crise	11 Fev. 79			A escalada militar	36 Ago. 81
A insurreição em marcha	13 Abr. 79			Reagan e a conexão guatemalteca	37 Out. 81
Do cárcere e da tortura à liberdade e ao combate (entrev. c/ Ana Guadalupe Martinez)	15 Jul. 79			Espiões em várias línguas	<i>id.</i>
Resolução sobre a Guatemala e El Salvador	19 Dez. 79			Santa Fé Confidencial	38 Nov. 81
O elo mais fraco da América Central	<i>id.</i>			As contradições do belicismo; Europeus querem o direito de dizer não; O ressurgimento do pacifismo; O síndrome do Vietname; As novas regras económicas da confrontação bélica	<i>id.</i>
Para onde vai El Salvador?	<i>id.</i>			O embaixador quer limpar o pátio	<i>id.</i>
Depois do golpe de Estado	20 Jan. 80			Hegemonia pela força	39 Dez. 81
É inevitável a guerra civil?	<i>id.</i>			Porquê a América Central?	40 Jan. 82
Com a unidade do povo até à vitória final	21 Mar. 80			O plano Reagan-Botha	<i>id.</i>
Um povo em luta contra a opressão	23 Mai. 80			O risco de uma catástrofe (entrev. c/Sanguinetti)	<i>id.</i>
Por uma democracia revolucionária	24 Jun. 80			Politicização das instituições de crédito	<i>id.</i>
Um vulcão na América Central	28 Nov. 80			DC latino-americana condena os EUA	41 Feb. 82
Plano secreto dos EUA	29 Dez. 80			Os EUA preparam guerra química	<i>id.</i>
A hora e a vez de El Salvador (editorial)	31 Fev. 81			Os velhos como cobaias	42 Mar. 82
A estratégia da insurreição	<i>id.</i>			O «teatro» político como arma diplomática	43 Abr. 82
Farabundo Martí, a audácia de um líder	<i>id.</i>			Um vulcão em erupção	45 Jul. 82
Cinquenta anos de luta	<i>id.</i>			A guerra psicológica da CIA	48 Nov. 82
Alcançar a paz, só com a vitória	<i>id.</i>			Discórdia no Atlântico Norte (editorial)	<i>id.</i>
Honduras-El Salvador... Um acordo para a repressão	<i>id.</i>			EUA estudam mudança de comando militar no Panamá	<i>id.</i>
A resposta latino-americana «As nossas armas são ocidentais»	33 Mai. 81			Católicos dos EUA contra as ar-	<i>id.</i>
Tentando o diálogo	34 Jun. 81				
Governo popular, a única opção COPPAL apoia El Salvador	37 Out. 81				
O avô também é El Salvador	38 Nov. 81				
Com a guerrilha nas áreas libertadas	39 Dez. 81				
Em armas pela democracia	40 Jan. 82				
Assembleia da República Portuguesa solidária com El Salvador	<i>id.</i>				

mas nucleares	49	Dez. 82	
Um barril de pólvora		<i>id.</i>	
ETIÓPIA			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
Eritreia: a situação agrava-se	7	Set. 78	
Novas derrotas do imperialismo	11	Fev. 79	
A pesada herança do feudalismo		<i>id.</i>	
A difícil transição para o socialismo		<i>id.</i>	
Os anos iniciais		<i>id.</i>	
Os Kebeles		<i>id.</i>	
Na fábrica «Akaki» a produção aumentou		<i>id.</i>	
As brigadas médicas (de Cuba) na Etiópia	12	Mar. 79	
A inviabilidade da solução militar	27	Set. 80	
Prémio da Unesco	28	Nov. 80	
A revolução e a letra	45	Jul. 82	
FIDJI			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
FILIPINAS			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
Mais armas para Marcos	3	Abr. 78	
Bases militares norte-americanas			
Prosegue a luta armada contra o regime de Marcos (entrev. c/ FDNF)	11	Fev. 79	
O método de sempre	20	Jan. 80	
Contra a lei marcial	25	Jul. 80	
O ridículo de Marcos	27	Set. 80	
Os moros anunciam um governo provisório	29	Dez. 80	
As transnacionais comandam a acção	39	Dez. 81	
40	Jan. 82		
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)			
Monografia	Guia 1981		
Rebelião contra o FMI (Peru)	5	Jul. 78	
O FMI, a dívida externa e a África			
O FMI vai às urnas (Jamaica)	11	Fev. 79	
Politização das instituições de crédito	25	Jul. 80	
Sob o signo da crise	40	Jan. 82	
48	Nov. 82		
FRANÇA			
Papel da França em África	5	Jul. 78	
O «herói de Shaba» torturado na Argélia		<i>id.</i>	
Mercenários para a Rodésia	6	Ago. 78	
Vitória da esquerda	13	Abr. 79	
Giscard d'Estaing: presidente francês e imperador africano	18	Nov. 79	
Os «quilates» de Giscard		<i>id.</i>	
O pesadelo de Giscard chama-se Bokassa	30	Jan. 81	
Uma grande potência de esquerda (editorial)	35	Jul. 81	
FRENT POLISÁRIO. Ver MARROCOS, MAURITÂNIA, SARA			
FRETILIN. Ver TIMOR			
FROLINAT. Ver CHADE			
GABÃO			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
GÂMBIA			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
«Senegâmbia, versão 81?»	36	Ago. 81	
GANÁ			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
A revolta da classe média	3	Abr. 78	
Informação sobre o Gana	14	Jun. 79	
Um tenente no poder	15	Jul. 79	
Operação «limpeza»	17	Set. 79	
Questões de mudança		<i>id.</i>	
Rawlings regressa ao poder	40	Jan. 82	
Um capitão procura salvar um			
país destruído	41	Fev. 82	
Do sonho de N'Krumah ao fracasso de Limann		<i>id.</i>	
Jerry Rawlings: «Estamos para ficar»	42	Mar. 82	
GRÂ-BRETANHA			
A última viagem de Gulliver: o que foi o império Britânico	46	Ago. 82	
GRANADA			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
A revolução dos jovens	14	Jun. 79	
EUA isolam Granada	29	Dez. 80	
Dois anos de revolução	33	Mai. 81	
GUADALUPE			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
O genocídio por substituição	14	Jun. 79	
GUATEMALA			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
24 anos de guerra civil (entrev. c/Guilhermo Torriero)	7	Set. 78	
Um banho de sangue sem fim	13	Abr. 79	
A flor do sacrifício	14	Jun. 79	
ALERÓ: luta cultural e luta política	18	Nov. 79	
Com a vitória na Nicarágua cresce a esperança de triunfo para o povo	19	Dez. 79	
Resolução sobre a Guatemala e El Salvador		<i>id.</i>	
Uma guerra prolongada	28	Nov. 80	
Uma história de violência		<i>id.</i>	
A espera de Reagan	31	Fev. 81	
União na guerrilha, divergência no governo	35	Jul. 81	
Reagan e a conexão guatemalteca	37	Out. 81	
Em armas pela democracia	40	Jan. 82	
Começa a corrida eleitoral		<i>id.</i>	
Um vulcão em erupção	43	Abr. 82	
Uma tríplice aliança sectária	44	Mai. 82	
Novos massacres da Guatemala		<i>id.</i>	
O regresso do inferno de Irmã Fláquer	46	Ago. 82	
Continuam os assassinatos e os sequestros	47	Set. 82	
A revolta dos índios	48	Nov. 82	
O Exército Guerrilheiro dos Pobres e o trabalho de massas		<i>id.</i>	
GUIANA			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
O discutido triunfo de Burnham	30	Jan. 81	
As oscilações de Burnham	34	Jun. 81	
Venezuela-Guiana: uma disputa antiga		<i>id.</i>	
Litígio territorial	48	Nov. 82	
GUIANA «FRANCESA»			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
GUINÉ			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
Visita de Sékou Touré à Líbia	5	Jul. 78	
GUINÉ-BISSAU			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
Vasco Cabral: «Mobilizar o povo para alcançar a independência económica» (entrev.)	4	Mai. 78	
Por um ensino ao serviço do povo		<i>id.</i>	
Uma escola que irradia «Ser culto é ser livre»	8	Out. 78	
Uma experiência de economia planificada	10	Jan. 79	
Viagem ao país de Amílcar Cabral	15	Jul. 79	
Em litígio as águas territoriais	22	Abr. 80	
Em litígio as águas territoriais	24	Jun. 80	
Em litígio as águas territoriais	25	Jul. 80	
E agora?	29	Dez. 80	
Cabo Verde rompe com PAIGC-Guineense	30	Jan. 81	
cadernos do terceiro mundo 20			
cadernos do terceiro mundo 10			
IRÃO-USA A GUERRA SANTA			
Praia-Bissau: promover a aproximação	31	Fev. 81	
O rescaldo do 14 de Novembro	34	Jun. 81	
Uma nova orientação para o desenvolvimento		<i>id.</i>	
Uma luta decisiva para o Terceiro Mundo		<i>id.</i>	
I Congresso Extraordinário do PAIGC: Um momento de clarificação?	37	Out. 81	
O I Congresso Extraordinário do PAIGC: Algo de novo em Bissau?	39	Dez. 81	
Fundação Gulbenkian apoia sector de saúde	41	Fev. 82	
Regressar do novo às tabucas?	44	Mai. 82	
Cabo Verde e Guiné-Bissau reconciliam-se	45	Jul. 82	
O chamamento africano	49	Dez. 82	
GUINÉ-EQUATORIAL			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
Macias: «O papá» que mata os seus filhos	15	Jul. 79	
Mais um tirano a menos	17	Set. 79	
HAITI			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
«A ditadura de Duvalier também cairá»	5	Jul. 78	
O populismo de «Baby Doc»	8	Out. 78	
Apogeu da penetração norte-americana	14	Jun. 79	
Repressão no Haiti	29	Dez. 80	
Aumentam as prisões no Haiti	30	Jan. 81	
Só restarão árvores e os animais		<i>id.</i>	
«Baby Doc» à beira de uma nova crise	32	Abr. 81	
O fracasso do duvalierismo	42	Mar. 82	
		<i>id.</i>	
HONDURAS			
Monografia e Mapa	Guia 1981		
O «Tegucigolpe» do general Paz	10	Jan. 79	
Partido Socialista: «Defender a formação da República Centro-Americana»	13	Abr. 79	
As difíceis relações com a Nicarágua	20	Jan. 80	
Entre as armas e as urnas	28	Nov. 80	
A morte faz parte da paisagem		<i>id.</i>	
Honduras-El Salvador: um acordo para a repressão	31	Fev. 81	
Honduras expulsa correspondente de «cadernos»		<i>id.</i>	
Um presidente civil sob tutela militar	41	Jan. 82	
Uma tríplice aliança sectária	44	Mai. 82	
Honduras: menos armas e mais dinheiro	48	Nov. 82	

IGREJA E RELIGIÃO

- A igreja na luta pela democracia (Brasil)
Pe. João Bosco: um mártir da igreja (Brasil)
De Medellin a Puebla
Cone sul: a igreja em defesa da paz
Puebla: que igreja para a América Latina (editorial)
Os árabes e a África Negra
O que faz correr o Papa? (editorial)
O projecto do Papa Wojtyla
Igreja brasileira: prioridade aos oprimidos
As difíceis relações entre o Estado e a Igreja
A questão religiosa
D. Evaristo Arns: reino dividido é reino destruído
De João a João, um abismo de ideias
A igreja branca na encruzilhada
A militância polaca do Papa
A igreja no banco dos réus
África do Sul: A Igreja contra o "apartheid"
Católicos dos EUA contra armas nucleares

INDIA

- Monografia e Mapa Guia 1981
A vitória eleitoral de Indira Gandhi 4 Mai. 78
Indústria farmacêutica 9 Nov. 78
A caminho da independência tecnológica 12 Mar. 79
Vitória de Indira 20 Jan. 80
O futuro de Indira Gandhi 24 Jun. 80
India-México: A alternativa sul-sul 31 Fev. 81
O poder da burguesia 33 Mai. 81
O mundo visto por Indira Gandhi 41 Fev. 82
Os comunistas perdem Kerala 43 Abr. 82
O aumento da miséria 46 Ago. 82
O eleitor já não acredita em slogans 47 Set. 82
As difíceis relações entre Nova Deli e Washington 49 Dez. 82

ÍNDIOS

- Rumo à libertação do índio americano 1 Jan. 78
A luta dos índios nos EUA 6 Ago. 78
Confederação Iroquesa das Seis Nações 20 Jan. 80
Canadá: os índios defendem os seus direitos 25 Jul. 80
A Amazônia peruana 41 Fev. 82
A revolta dos índios 48 Nov. 82
Argentina: restam 400 mil indígenas 49 Dez. 82

INDONÉSIA

- Monografia e Mapa Guia 1981
A intervenção australiana (Timor) 4 Mai. 78
O saque das multinacionais 7 Set. 78
Um arquipélago superpovoado 33 Mai. 81

INDÚSTRIA

- Energia Guia 1981
Bauxite: romper o monopólio multinacional 3 Abr. 78
Uma nova potência em cobre: o Panamá 6 Ago. 78
Indústria farmacêutica na Índia 9 Nov. 78
Médio Oriente: os capitais árabes 10 Jan. 79
A pesca (ajuda de Cuba à África) 12 Mar. 79
A construção civil: pontes, casas e escolas id.
Comunicação id.
A caminho da independência tecnológica (Índia, Argélia) id.
O futuro da petroquímica 13 Abr. 79

- Contra o «dumping» (petroquímico) id.
O escândalo do carvão (na Colômbia) 28 Nov. 80
Urânia: um segredo bem guardado 36 Ago. 81

INFÂNCIA

- As vantagens do leite materno e o perigo «Nestlé» 12 Mar. 79
A criança africana 13 Abr. 79
Palestina: as crianças na revolução 27 Set. 80
Que falem as crianças 34 Jun. 81
Se Herodes vivesse...; Um mais igual a três 42 Mar. 82
Crianças sem cérebro 45 Jul. 82
Cidade das crianças no Kampuchea id.
Mais de 300 mil crianças abandonadas (na Argentina) 48 Nov. 82

INFORMAÇÃO. Ver COMUNICAÇÃO SOCIAL

INTERNACIONAL SOCIALISTA

- Monografia Guia 1981
Condenação das ditaduras da América Latina 10 Jan. 79
A Internacional Socialista Africana 12 Mar. 79
A Internacional Socialista e a América Latina 24 Jun. 80
Interafricana Socialista 32 Abr. 81
«É um erro manter na Internacional Socialista o Partido Trabalhista de Israel» (entrevev. c/ OLP) 46 Ago. 82

INTERVENÇÕES ESTRANGEIRAS (em geral)

- Na América Latina Guia 1980
Em África Guia 1981
Os Impérios coloniais Guia 1980

IRÃO

- Monografia e Mapa Guia 1981
O trono estremece 6 Ago. 78
O golpe de 1953 7 Set. 78
O regime condenado 8 Out. 78
Governo militar, prisões, gretes e rebeliões 9 Nov. 78
A monarquia de rastos 10 Jan. 79
Novas derrotas do imperialismo 11 Fev. 79
O novo Irão (editorial) 12 Mar. 79
O que diz Khomeini, o ayatollah Irão-EUA: quem semeia ventos... 13 Abr. 80
Os documentos secretos da embaixada 22 Abr. 80
À beira do abismo 24 Jun. 80
Irão-Iraque: «uma guerra que vem de longe» 28 Nov. 80
Irão-Iraque 29 Dez. 80
Depois da libertação dos reféns 31 Fev. 81
A guerra continua 35 Jul. 81
Do integralismo à desintegração 35 Jul. 81
As heresias de Khomeini 37 Out. 81
Entre o fanatismo e a realidade 38 Nov. 81
O dilema do islamismo militante 38 Nov. 81
A guerra do Golfo: a guerra ainda não terminou; Uma questão muito antiga; Mundo árabe: batalhas em muitas frentes 47 Set. 82

IRAQUE

- Monografia e Mapa Guia 1981
Como se utilizam os petrodólares? 2 Mar. 78
Emancipação da mulher 4 Mai. 78
A cimeira de Bagdad 9 Nov. 78
Relações com a Síria 10 Jan. 79
Cimentando a unidade (com a Síria) a partir da base 13 Abr. 79
Alfabetização maciça 15 Jul. 79
Saddam Hussein: «A unidade dos povos em luta» 18 Out. 79
Uma proposta de unidade 25 Jul. 80
Bagdade constrói um palácio, é a VII Reunião dos Não-Alinhados 26 Ago. 80

- Irão-Iraque: uma guerra que vem de longe 28 Nov. 80
Irão-Iraque 29 Dez. 80
O Iraque e a indústria nuclear 32 Abr. 81
A guerra continua 35 Jul. 81
Petróleo e armas 40 Jan. 82
A guerra do Golfo: a guerra ainda não terminou... 47 Set. 82

ISRAEL

- Monografia e Mapa Guia 1981
Sadat em Israel 1 Jan. 78
A indústria de guerra id.
Resposta sem surpresas 2 Mar. 78
O terror como filosofia de subsistência 4 Mai. 78
As repercussões internas id.
A pirataria atómica 6 Ago. 78
Israel condena jornalista 7 Set. 78
Carvão sul-africano para Israel 9 Nov. 78
Condenação do sionismo 10 Jan. 79
Begin quer as pirâmides 11 Fev. 79
Cooperação entre «irmãos» id.
Jornalistas presos 12 Mar. 79
RAKAK: uma só luta, um só futuro (entrevev. c/ E. Habiby) 13 Abr. 79
A nova ordem imperial: Israel-EUA-Egipto 14 Jun. 79
Israel, armas e bíblias 24 Jun. 80
Exigida a demissão de Begin 35 Jul. 81
Terrorismo nuclear 36 Ago. 81
Mossad - Operação 007, de Tóquio a Brasília id.
A «surpresa» do Sr. Begin (editorial) id.
Brasileiros e cubanos em Bagdade 36 Ago. 81
União Interparlamentar condene Israel 37 Out. 81
Israel pode ter várias bombas nucleares 38 Nov. 81
Golan: a nova província do «Grande Israel» (editorial) 41 Jan. 82
Dos «fantasmas libios» ao Golã, passando pela Polónia id.
Golan outra vez 42 Mar. 82
Cisjordânia: graves incidentes 43 Abr. 82
A retirada do Sinai: a última «concessão» de Israel 44 Mai. 82
Beirute sob as bombas; Como nos tempos de Hitler 45 Jul. 82
«É um erro manter na Internacional Socialista o Partido Trabalhista de Israel» (entrevev.) 46 Ago. 82
Os novos caminhos da OLP e de Israel... 47 Set. 82
A guerra dos planos 48 Nov. 82
Três círculos para a guerra mundial id.

JAMAICA

- Monografia e Mapa Guia 1981
Colonialismo e neocolonialismo 14 Jun. 79
As pressões das transnacionais 18 Out. 79
Luta pela soberania nacional 20 Jan. 80
O FMI vai às urnas 25 Jul. 80
Depois das eleições, a caça às bruxas 29 Dez. 80
Seaga: um Plano Marshall para o Caribe 30 Jan. 81
Manley analisa a derrota 31 Fev. 81
Lama vermelha ameaça a Jamaica 38 Nov. 81

JORDÂNIA. Ver também ISRAEL

- Monografia e Mapa Guia 1981
Cisjordânia: graves incidentes 43 Abr. 82

JUGOSLÁVIA

- Monografia e Mapa Guia 1981
Josef Broz Tito: só a morte o vergou 23 Mai. 80

KAMPUCHEA

- Monografia e Mapa Guia 1981
As raízes do conflito 3 Abr. 78
A segunda libertação de Phnom Penh 11 Fev. 79

KAMPUCHEA	27 Set.	80
A vitória da vida	32 Abr.	81
A impotência dos adversários	34 Jun.	81
As divisões persistem	36 Ago.	81
O regresso dos bonzoz	37 Out.	81
Cidade das crianças no Kampuchea	45 Jul.	82
KIRIBATI		
Monografia e Mapa	Guia	1981
KUWAIT		
Monografia e Mapa	Guia	1981
Uma eleição para poucos	32 Abr.	81
LAOS		
Monografia e Mapa	Guia	1981
LESOTO. Ver também ÁFRICA DO SUL		
Monografia e Mapa	Guia	1981
Tentando romper o cerco dos boers	40 Jan.	82
LÍBANO		
Monografia e Mapa	Guia	1981
A invasão do Líbano	4 Mai.	78
Balanço de uma agressão	<i>id.</i>	
O terror como filosofia de subsistência	<i>id.</i>	
A vez dos falangistas	6 Ago.	78
Aqui pode começar a Terceira Guerra Mundial	22 Abr.	80
Beirute entre as balas e as «boutiques»	<i>id.</i>	
Nabatieh: «Do outro lado estão os canhões israelitas»	<i>id.</i>	
Arafat: recrudescimento da guerra (entrev.)	<i>id.</i>	
A interminável batalha	36 Ago.	81
Beirute sob as bombas	45 Jul.	82
Como nos tempos de Hitler	<i>id.</i>	
A ofensiva palestina	46 Ago.	82
Um país em escombros	<i>id.</i>	
Invasão do Líbano	47 Set.	82
Operação Fénix	48 Nov.	82
À procura de um Napoleão	<i>id.</i>	
«Foi obra de Israel»	<i>id.</i>	
«Depois da Revolução encontramo-nos em Jerusalém»	<i>id.</i>	
LÍBERIA		
Monografia e Mapa	Guia	1981
Uma nova libertação?	24 Jun.	80
Ensino gratuito na Libéria	26 Ago.	80
A rebelião dos sargentos oito meses depois	28 Nov.	80
LÍBIA		
Monografia e Mapa	Guia	1981
Visita de Sékou Touré	5 Jul.	78
Solidariedade com a América Latina	12 Mar.	79
Defender a revolução	14 Jun.	79
O 10.º aniversário da «Revolução Verde»	18 Out.	79
Solidariedade com o povo da Jamahiriya	27 Set.	80
Kadhafi e Assad proclamam um Estado de Unidade	<i>id.</i>	
A revolução verde do El Fateh	31 Fev.	81
Abdel Jalloud: a opinião líbia (entrev.)	32 Abr.	82
A socialização do comércio	33 Mai.	81
Provocação no Golfo de Syrta	36 Ago.	81
A aliança mundial contra a agressão	37 Out.	81
Ataques à Líbia têm origem em Washington	39 Dez.	81
Socialismo e democracia...	40 Jan.	82
Uma força de contra-intervenção	<i>id.</i>	
Dos «fantasmas líbios» ao Golpan, passando pela Polónia	41 Fev.	82
Manobras contra a Líbia	42 Mar.	82
LITERATURA		
A arte dos presos políticos	2 Mar.	78
Angola: a batalha do livro	<i>id.</i>	



Ariel Dorfman: os intelectuais no exílio	3 Abr. 78
VERSUS: dar a voz aos que não têm voz (entrev.)	<i>id.</i>
O prêmio «Casa das Américas» de 1978	4 Mai. 78
«Se me deixam falar» (entrev. c/ Domitila Chungara)	5 Jul. 78
Mário Benedetti: a cultura uruguaiã não morre	8 Out. 78
Escritor queniano libertado (Ngugi Wa Thiong'o)	11 Fev. 79
Casa de las Américas: 20 anos de prêmios e vitórias	13 Abr. 79
Garcia Marquez premiado	14 Jun. 79
A literatura palestina resistente	21 Mar. 80
Dependência e individualidade nas literaturas africanas de língua portuguesa	22 Abr. 80
Aspectos da literatura argentina	25 Jul. 80
Gloria Guardia, uma cronista da história	29 Dez. 80
Nicomedes Santa Cruz: a ida e a volta	33 Mai. 81
História da América vista por dentro	<i>id.</i>
A cegueira de Jorge Luis Borges	<i>id.</i>
Garcia Marquez volta à literatura	34 Jun. 81
Agostinho Neto, poeta	39 Dez. 81
«Em Angólia vivem-se os livros que se hão-de, um dia, escrever», (entrev. c/Luandino Vieira)	40 Jan. 82
Mahmud Darwish, a poesia um pedaço do inferno	41 Fev. 82
O último poema de Quiroga	47 Set. 82
Santa Cruz	49 Dez. 82
Corsino Fortes, de pão & fome, à árvore & tambor	<i>id.</i>
Gabriel Garcia Marquez: Nobel 1982: Um prêmio para um combatente da democracia e da liberdade	<i>id.</i>
MADAGÁSCAR	
Monografia e Mapa	Guia 1981
Rumo ao socialismo	16 Ago. 79
No meio do mar, as conquistas do povo malgaxe	26 Ago. 80
MALÁSIA	
Monografia e Mapa	Guia 1981
MALAWI	
Monografia e Mapa	Guia 1981
Agua potável para todos	32 Abr. 81
MALDIVAS	
Monografia e Mapa	Guia 1981
MALI	
Monografia e Mapa	Guia 1981
MALTA	
Monografia e Mapa	Guia 1981
Por uma nova ordem democrática	31 Fev. 81
MALVINAS Ver também ARGENTINA	
As Malvinas em questão	43 Abr. 82
Pela recuperação e contra a ditadura (editorial)	44 Mai. 82
A ressurreição imperial e o despertar da América Latina (editorial)	46 Ago. 82
A última viagem de Gulliver	<i>id.</i>
MARROCOS	
Monografia e Mapa	Guia 1981
Notícias sobre Marrocos	2 Mar. 78
Tan-tan: Polisario leva a guerra ao interior de Marrocos	15 Jul. 79
Triunfo da Polisario: Marrocos intensifica a guerra	17 Set. 79

n.º50 Janeiro 1983

terceiro mundo

O petróleo mexicano	27 Set. 80	lar	16 Ago. 79	Governo Português proíbe realização do II Encontro Internacional dos Povos em Luta
México constrói central nuclear-eletrica	29 Dez. 80	Avanços na batalha econômica	id.	21 Mar. 80
Índia-México: A alternativa sul-sul	31 Fev. 81	Samora: «alinhados contra o imperialismo»	18 Nov. 79	Do Movimento dos Capitães ao «movimento» dos generais
Petróleo: comércio com caráter político	33 Mai. 81	Metas para um socialismo avançado	id.	Um Congresso latino-americano sobre desaparecidos
Um futuro potente petroliero?	40 Jan. 82	Programação experimental de TV	id.	Uma luta comum (2.ª Jornada de Solidariedade com os Povos da África Austral e América Latina)
Ainda a nacionalização da banca	48 Nov. 82	Novas agressões rodesianas	19 Dez. 79	Conferência Afro-Árabe de Solidariedade
MILITARES ASSUNTOS				
Bases imperialistas no Terceiro Mundo	Guia 1981	Pegar o leão pelo rabo	21 Mar. 80	Federação Assoc. Familiares de Presos-Desaparecidos (América Latina e Carábas)
A corrida aos armamentos: desfazendo os mitos	7 Set. 78	Samora Machel: não se controla o socialismo com a ignorância	24 Jun. 80	Frente Mundial de Solidariedade
Uma NATO para o Atlântico Sul	9 Nov. 78	Engenharia brasileira participa no desenvolvimento de Moçambique	id.	A Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente
Bases militares norte-americanas nas Filipinas	11 Fev. 79	Tempo de paz	25 Jul. 80	Cimeira da Praia (III): solidariedade e cooperação
SATO: bloco militar em geração?	14 Jun. 79	A nova mulher moçambicana (entrev.)	26 Ago. 80	«Construir um mundo novo» (entrev. c/Romesh Chandra)
Pactos militares em extinção	15 Jul. 79	Autocrítica da FRELIMO	id.	43 Abr. 82
A militarização do Terceiro Mundo	16 Ago. 79	Moçambique muda a moeda «Pamberi ne Chimurenga», a ZANU saúda Samora Machel	27 Set. 79	45 Jul. 82
Oceano Índico: uma exigência geral de desmilitarização	18 Nov. 79	A união faz a força (2.ª Conferência de Coord. Desenv. Africano Austral)	30 Jan. 81	48 Nov. 82
Oceano Índico: encruzilhada geopolítica entre o Oriente e o Ocidente	19 Dez. 79	Samora Machel responde a Presidência	31 Feb. 81	49 Dez. 82
A ameaça nuclear paira sobre África	id.	Desmantelada rede da CIA	34 Jun. 81	MULHER, SITUAÇÃO DA
A segunda guerra fria	21 Mar. 80	Dois novos jornais moçambicanos	37 Out. 81	A Mulher
O arsenal saudita	id.	A confissão da PIDE-DGS	38 Nov. 81	Emancipação da mulher no Iraque
Estratégia e negócio	id.	O sara das feridas	39 Dez. 81	A indústria da prostituição no Sudeste Asiático
Intensificada a venda de armamentos	24 Jun. 80	Co-produção para formar cineastas	40 Jan. 82	Os direitos da mulher
A misteriosa explosão no Atlântico Sul	30 Jan. 81	Persistem os ataques sul-africanos	41 Fev. 82	A «revista feminina», um agente do poder transnacional
O cogumelo sinistro	33 Mai. 81	Samora Machel em terras libertadas da América	45 Jul. 82	A nova mulher moçambicana (entrev.)
Come se prepara a Terceira Guerra	id.	A luta pelo socialismo	46 Ago. 82	Em defesa da mulher jornalista africana
Ciência para matar	id.	Povo moçambicano novamente em armas	id.	31 Fev. 81
A escalada militar na Ásia	36 Ago. 81	Produção recorde de chá em Moçambique	49 Dez. 82	MÚSICA
Espiões em várias línguas	37 Out. 81	RÁDIO/TV		«Bate-papo» com Chico Buarque (entrev.)
As contradições do belicismo	38 Nov. 81	MONTSERRAT		Daniel Viglietti: a canção continua viva
Israel pode ter várias bombas nucleares	id.	Monografia e Mapa	Guia 1981	Angola: festival da canção revolucionária
Desarmamento na ONU: os números da vergonha	39 Dez. 81	Movimento dos Países Não-Alinhados	Guia 1980	Meija Godoy, cantor do povo nicaraguense
Hégemonia pela força	40 Jan. 82	Id.	Guia 1981	Mercedes Sosa: «Y sigo cantando»
O risco de uma catástrofe (entrev. c/almir. Sanguineti)	41 Fev. 82	Movimento dos Não-Alinhados: I - As origens	11 Fev. 79	Carifesta 79: um canto à liberdade
E.U.A. preparam guerra química; Os velhos como cobaias	45 Jul. 82	II - Reunião em Maputo do Movimento dos Não-Alinhados Não-Alinhados: Terceiro Mundo - o que é?	12 Mar. 79	Grupo Vissungo e luta cultural
Movimento pacifista invade Nova Iorque	48 Nov. 82	A 6.ª Cimeira dos Não-Alinhados	17 Set. 79	Disco alternativo (música brasileira)
Desarmamento: esperança, temor e preocupação	49 Dez. 82	Um longo e árduo caminho (editorial)	18 Out. 79	Los Olimpareños: a canção que fica é que vale (entrev.)
E.U.A. estudam mudança de comando militar no Panamá	id.	O Movimento dos Não-Alinhados: A adesão definitiva da América Latina aos Não-Alinhados; A importância dos movimentos de libertação no Movimento Não-Alinhado; As decisões da Conferência Não-Alinhados propõem agenda para a próxima reunião	30 Jan. 81	Discos, a invasão cultural
Católicos dos E.U.A. contra as armas nucleares	9 Nov. 78	Movimento dos Não-Alinhados: Conferência de Nova Deli	31 Fev. 81	Aníbal Sampayo, cantor e militante
MOÇAMBIQUE		A Cimeira de Bagdade	42 Mar. 82	De volta às origens
Monografia e Mapa	Guia 1981	MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO E DE SOLIDARIEDADE		Alicione e Chico Buarque (entrev.)
Informar o povo	1 Jan. 78	Coordenação de esforços	1 Jan. 78	As mesmas raízes
Samora Machel: a revolução é irreversível (entrev.)	2 Mar. 78	Os movimentos de libertação: África do Sul, Zimbabwe, Namíbia	8 Out. 78	Um maestro em África
As eleições consolidam o poder popular	3 Abr. 78	id.	9 Nov. 78	A mensagem de Bob Marley
Três anos de independência	6 Ago. 78	Africa Austral: solidariedade italiana	10 Jan. 79	A «nova canção» latino-americana
Um exército povo	8 Out. 78	Portugal: debate sobre a libertação dos povos	id.	35 Jul. 81
FRELIMO: a estruturação de um partido	id.	O Terceiro Mundo, eixo de mudança nos anos 70 (editorial)	15 Jul. 79	43 Abr. 82
O Índico na mira do imperialismo (entrev. c/J. Chissano)	10 Jan. 79	id.	Monografia e Mapa	
Samora Machel: quem está por detrás da invasão à Tanzânia?	11 Fev. 79	id.	O massacre de Kassinga	
Samora Machel: Ian Smith será derrotado	12 Mar. 79	Portugal: debate sobre a libertação dos povos	id.	A independência não é negociável (entrev. c/SWAPO)
Diálogo com emigrantes	13 Abr. 79	O Tercer Mundo, eixo de mudança nos anos 70 (editorial)	20 Jan. 80	O difícil caminho da independência
Ajuda de Cuba a Moçambique	id.	id.	Mov. Libertação: III - Namíbia	
Moçambique: uma «machambá» estatal	14 Jun. 79	id.	Africa Austral: lutar até à vitória final (editorial)	
Portugal-Moçambique: ruptura das negociações	id.	id.	Sam Nujoma: «militarmente vamos bem» (entrev.)	
Estudantes moçambicanos em Cuba	id.	id.	A actual etapa da guerra de libertação	
Consolidação do Estado Popu-	id.	id.	A luta da SWAPO	

José Eduardo dos Santos: impossível impedir independência da Namíbia	37 Out. 81	Aprender a ler: um sonho camponês	<i>id.</i>
A guerra ignorada da África Austral (editorial)	39 Dez. 81	Um banqueiro na revolução	<i>id.</i>
A táctica de ganhar tempo na Namíbia	<i>id.</i>	A morte de Somoza	28 Nov. 80
A posição da Linha da Frente	40 Jan. 82	Empresários quiseram dar golpe	29 Dez. 80
O impasse obriga o Ocidente a abrir o jogo	41 Fev. 82	O embrião do novo homem	31 Fev. 81
ONU da prioridade à Namíbia	42 Mar. 82	Pão para a Nicarágua	33 Mai. 81
Paulo Jorge: «A independência da Namíbia será um acto de justiça»	44 Mai. 82	O «mau exemplo» da revolução	35 Jul. 81
As cisões no apartheid	<i>id.</i>	A desestabilização em marcha acelerada: A lei de emergência contra a sabotagem; O alvo também é El Salvador; Deter a agressão	39 Dez. 81
Uma vitória da SWAPO	48 Nov. 82	A estratégia da resistência	40 Jan. 82
Pretória tenta ganhar tempo	<i>id.</i>	A crise da burguesia	<i>id.</i>
NAURU	<i>id.</i>	As provas da conspiração somozista	42 Mar. 82
Monografia e Mapa	Guia 1981	Um vulcão em erupção	43 Abr. 82
NEPAL	<i>id.</i>	Uma tríplice aliança sectária	44 Mai. 82
Monografia e Mapa	Guia 1981	A revolução como revelação «Zero» à direita	45 Jul. 82
A CIA no Himalaia	4 Mai. 78	Calamidade na Nicarágua	<i>id.</i>
Instabilidade no reino do Himalaia	25 Jul. 80	«A América Latina terá que ser dos latino-americanos» (entrev. c Ernesto Cardenal)	46 Ago. 82
A morte de Koirala líder e símbolo da oposição	47 Set. 82	A maior vitória numa guerra é aquela que a pode evitar	49 Dez. 82
NICARÁGUA	<i>id.</i>	NIGER	<i>id.</i>
Monografia e Mapa	Guia 1981	Monografia e Mapa	Guia 1981
A agonia do somozismo	1 Jan. 78	Nova auto-estrada do Quénia à Nigéria	11 Fev. 79
A crise final?	2 Mar. 78	Programa de alfabetização na Nigéria	29 Dez. 80
Porque Somoza ainda não caiu?	3 Abr. 78	A oposição tenta unir-se	44 Mai. 82
A luta continua	4 Mai. 78	NOVA ZELÂNDIA	<i>id.</i>
Monimbó rebelde!	5 Jul. 78	Informação sobre a Nova Zelândia	14 Jun. 79
Somoza no fim...	7 Set. 78	NUCLEAR, QUESTÃO. Ver MILITARES, ASSUNTOS	<i>id.</i>
Carter: «Sandinismo não, somozismo não, imperialismo sim!» (editorial)	8 Out. 78	OCEANO ÍNDICO	<i>id.</i>
A batalha da Nicarágua	<i>id.</i>	Uma exigência geral de desmilitarização	18 Out. 79
A marcha para a vitória	<i>id.</i>	Encruzilhada geopolítica entre o Oriente e o Ocidente	19 Dez. 79
Fala o Comandante Zero	<i>id.</i>	Os planos imperialistas para o...	23 Mai. 80
Nova ofensiva sandinista	9 Nov. 78	A militarização do...	31 Fev. 81
Dezoito anos de guerrilha sandinista	10 Jan. 79	A luta pela paz	47 Set. 82
Somoza ameaça Costa Rica com uma invasão	11 Fev. 79	OLP. Ver PALESTINA, ISRAEL, LÍBANO	<i>id.</i>
A um ano do assassinato de Chamorro	<i>id.</i>	OMAN	<i>id.</i>
Os EUA ante a rebelião	13 Abr. 79	Monografia e Mapa	Guia 1981
Brigada Victoriano Lorenzo	<i>id.</i>	A autocritica da guerrilha	40 Jan. 82
Missão de polícia: o CONDECA na Nicarágua	<i>id.</i>	A história da Frente de Libertação	<i>id.</i>
A guerra hoje (entrev. c/Frente Sandinista e Grupo dos Doze)	14 Jun. 79	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	<i>id.</i>
Mejía Godoy, cantor do povo nicaraguense	<i>id.</i>	Ver	Guia 1980
A ofensiva final	15 Jul. 79	Ver	Guia 1981
A hora de Sandino	16 Ago. 79	ONU	<i>id.</i>
A ofensiva final no plano militar	<i>id.</i>	A ONU e a Nova Ordem Económica Internacional	Guia 1980
A derrota diplomática dos Estados Unidos	<i>id.</i>	A ONU	<i>id.</i>
A sombra do general Sandino	<i>id.</i>	A ONU	Guia 1981
Os seguidores de Sandino	<i>id.</i>	A... e o controlo tecnológico das transacionais	14 Jun. 79
As lições da Nicarágua (editorial)	<i>id.</i>	UNCTAD V: um fracasso prevável (editorial)	15 Jul. 79
Apelo à solidariedade para com o povo nicaraguense	<i>id.</i>	A ONU condena ditaduras	30 Jan. 81
Nicarágua não-alinhada	18 Nov. 79	Crise nas Nações Unidas (editorial)	37 Out. 81
Daniel Ortega: «Formar uma grande frente latino-americana»	<i>id.</i>	Umas migalhas para os mais pobres (Conf. das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados)	<i>id.</i>
Uma revolução profunda	<i>id.</i>	Desarmamento na... os números da vergonha	38 Nov. 81
Moisés Hassan: «Oaxaca irá marcar uma reviravolta nas nossas relações com os EUA»	19 Dez. 79		
Revolução e contra-revolução	<i>id.</i>		
O projecto da CIA	20 Jan. 80		
As difíceis relações com a Nicarágua	<i>id.</i>		
A luta dos jornalistas	<i>id.</i>		
Tomás Borgé: a democracia revolucionária	22 Abr. 80		
Revolução ano I	26 Ago. 80		
Nosso maior feito: a vitória	<i>id.</i>		
Unidade nacional e poder popular	<i>id.</i>		
Reforma Agrária, um projecto agro-industrial	<i>id.</i>		

cadernos do terceiro mundo 24

Depois de Cancún (editorial) 40 Jan. 82
ONU dá prioridade à Namíbia 41 Fev. 82
Conferência de Nova Deli: os dilemas do Terceiro Mundo 42 Mar. 82

OPEP. Ver **PETRÓLEO**

OUA

A cimeira da OUA 16 Ago. 79
Exitos na XVIII Cimeira da OUA 35 Jul. 81
Que referendo para o Sara? *id.*
Vitória diplomática saudita 42 Mar. 82
Antes de Tripoli 44 Mai. 82
As finanças da OUA 47 Set. 82
A Cimeira fracassada de Tripoli 49 Dez. 82
Cimeira de Tripoli falha à segunda

PALESTINA

Monografia e Mapa Guia 1981
A luta fraticida 7 Set. 78
Guerra à população palestina *id.*
Força Aérea 8 Out. 78
Solidariedade com o povo árabe 12 Mar. 79
«Não esquecemos o inimigo principal» (entrev. c/Zehdi Terzi) *id.*
RAKAK: uma só luta, um só futuro *id.*
O povo árabe pune Anwar Sadat (editorial) 13 Abr. 79
A batalha da informação 14 Jun. 79
Conferência Mundial avança 16 Ago. 79
Se ardem os poços... 17 Set. 79
Conferência Mundial do Solidariedade do povo árabe e a Palestina 18 Nov. 79
Solidariedade mundial com o povo árabe e a Palestina 19 Dez. 79
Resolução da Conferência 1979 1979
Lisboa: marco de viragem para a causa palestina *id.*
Por dentro das prisões sionistas *id.*
A literatura palestina resistente 21 Mar. 80
No seio da resistência palestina 24 Jun. 80
Palestina, longos anos de observação (editorial) 27 Set. 80
Só a estrela de David brilha sobre Jerusalém *id.*
Jerusalém, o desafio da anexação *id.*
Os sionistas ocupam a Cidade Santa *id.*
Os palestinos *id.*
Quem são e onde estão os palestinos *id.*
Uma visita aos campos de refugiados *id.*
A batalha da auto-suficiência *id.*
A mulher entre a tradição e a resistência *id.*

As crianças na revolução	<i>id.</i>	Como se utilizam os petrodólares	2 Mar. 78	O lugar na Revolução e na Constituição da «Aliança Povo-MFA»
O cinema, arma política	<i>id.</i>	Depois da reunião da OPEP	<i>id.</i>	<i>id.</i>
O drama do povo palestino através da sua pintura	33 Mai. 81	Nem só de petróleo vivem os árabes	4 Mai. 78	Entrevista com Vasco Gonçalves
Arafat: «Não temos terra nem para enterrar os nossos mortos»	36 Ago. 81	A história da nacionalização do petróleo (México)	5 Jul. 78	Vasco Lourenço: o 25 de Abril valeu a pena (entrev.)
Mahmud Darwish, a poesia um pedaço do inferno	41 Fev. 82	A política petrolífera argelina	<i>id.</i>	Governo reconhece Polisario e pede perdão a Marrocos
Beirute sob as bombas	45 Jul. 82	Indonésia: o saque das multinacionais	7 Set. 78	Eanes reeleito
Como nos tempos de Hitler	<i>id.</i>	O futuro da petroquímica	13 Abr. 79	As iniciativas de Portugal esquecem povo maubere
A ofensiva palestina	46 Ago. 82	O preço do petróleo	14 Jun. 79	A confissão da Pide-DGS
«É um erro manter na Internacional Socialista o Partido Trabalhista de Israel»	<i>id.</i>	Petróleo: um beco sem saída	16 Ago. 79	Assembleia da República solidária com povo salvadorenho
A guerra dos planos	48 Nov. 82	As manobras das «sete irmãs»	17 Set. 79	Presidente Eanes: «Intensificar a cooperação com os países africanos» (entrev.)
PANAMÁ		Se ardem os poços...	18 Nov. 79	O chamamento africano
Monografia e Mapa	Guia 1981	Seminário da OPEP	<i>id.</i>	QATAR
As armadilhas do tratado	4 Mai. 78	A OPEP solidária com o Terceiro Mundo	22 Abr. 80	Monografia e Mapa
Além do canal	6 Ago. 78	Notícias do petróleo	24 Jun. 80	Guia 1981
Uma nova potência em cobre	<i>id.</i>	O preço do petróleo abaixo do seu real valor	26 Ago. 80	Nem só de petróleo vivem os árabes
Os EUA ante a rebelião	13 Abr. 79	Os sete grandes contra a OPEP (editorial)	30 Jan. 81	QUÉNIA
Brigada Victoriano Lorenzo	<i>id.</i>	Petróleo: uma política independente	31 Feb. 81	Monografia e Mapa
Presidente A. Royo: «Vamos entrar na zona do canal no primeiro de Outubro» (entrev.)	15 Jul. 79	O petróleo mexicano	33 Mai. 81	O aumento da criminalidade
Crise no processo panamiano?	20 Jan. 80	A batalha do petróleo (Equador)	34 Jun. 81	E depois de Kenyatta?
Panamá retira concessões à ITT Torrijos: «A revolução nicaraguense é um exemplo»	25 Jul. 80	Oposição (Venezuela) critica projeto petrolífero	35 Jul. 81	Amnistia política
O ensaio geral	29 Dez. 80	Arábia Saudita: «arabiza o petróleo»	37 Out. 81	Nova auto-estrada (do Quénia à Nigéria)
A morte de Torrijos	32 Abr. 81	Comércio com carácter político	40 Jan. 82	Escritor queniano libertado
O embaixador quer limpar o patão	36 Ago. 81	Cuba detecta reservas petrolíferas	<i>id.</i>	Movimento operário bloqueado
Que futuro para o «torrijismo»?	38 Nov. 81	Principais do Golfo, uni-vos	45 Jul. 82	A crise do modelo transnacional
Jornalistas latino-americanos consolidam a sua federação	48 Nov. 82	Petróleo e armas	<i>id.</i>	Uma nova zona de comércio
Estados Unidos estudam mudança de Comando Militar	<i>id.</i>	O jogo saudita	46 Ago. 82	A grande advertência
PAPUA — NOVA GUINÉ		Em busca de nova imagem	<i>id.</i>	Comunidade asiática perseguida
Monografia e Mapa	Guia 1981	Autodeterminação e desenvolvimento	<i>id.</i>	RACISMO. Ver também ÁFRICA DO SUL, INDIOS
PAQUISTÃO		A OPEP e a galinha dos ovos de ouro	47 Set. 82	O racismo
Monografia e Mapa	Guia 1981	Petróleo e armas	40 Jan. 82	Guia 1981
Prisão de jornalistas no Paquistão	8 Out. 78	Os problemas da OPEP	<i>id.</i>	RÁDIO
Assassinato de Bhutto em Rawalpindi	13 Abr. 79	México: um futuro potentado petrolífero?	<i>id.</i>	Rádio escutas (Uruguai-Brasil)
Zia Ul Haq em desacordo com Washington	22 Abr. 80	Petróleo: quem força a queda dos preços? (editorial)	45 Jul. 82	«Fazer a Revolução escutando a rádio» (Vietname)
Outro Estado «gendarme» em perigo de naufrágio	32 Abr. 81	Petróleo: chave para o quebra-cabeças	<i>id.</i>	Guerra da rádio (Cuba-EUA)
O centro da tormenta	44 Mai. 82	Os mitos do petróleo	46 Ago. 82	O ruído como arma (El Salvador)
PARAGUAI		Petróleo e independência nacional	47 Set. 82	REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA
Monografia e Mapa	Guia 1981	POESIA. Ver LITERATURA		Monografia e Mapa
A ditadura esquecida da América do Sul	4 Mai. 78	POLÔNIA		O fim de Bokassa
A oposição unifica-se	10 Jan. 79	Liberdade de greve no regime socialista	27 Set. 80	Giscard d'Estaing: presidente francês e imperador africano
Stroessner em decadência	41 Fev. 82	Dos «fantasmas... passando pela Polónia»	41 Feb. 82	Os «equilates» de Giscard
PERU		PORTO RICO		O novo regime e a velha dependência
Monografia e Mapa	Guia 1981	Monografia e Mapa	Guia 1981	O pesadelo de Giscard chama-se Bokassa
A última carta de Alvarado	1 Jan. 78	As riquezas e a independência	6 Ago. 78	Dacko sucede a Dacko
A bandeira de Alvarado	2 Mar. 78	Um reconhecimento importante	8 Out. 78	REPÚBLICA DOMINICANA
A alternativa socialista (entrev.)	4 Mai. 78	Nova etapa da luta pela independência	14 Jun. 79	Monografia e Mapa
Rebelião contra o FMI	5 Jul. 78	A crise do colonialismo	17 Set. 79	A pilhagem transnacional
Para além das eleições	<i>id.</i>	Solidariedade com a causa independentista de Porto Rico	19 Dez. 79	Péfa Gomez: «A Conferência é um acontecimento singular»
As eleições constituintes	<i>id.</i>	Pela independência	20 Jan. 80	Novo presidente
A esquerda avança	7 Set. 78	Uma colônia norte-americana nas Caraíbas	31 Feb. 81	REUNIÃO
Greve geral	11 Fev. 79	Em busca de apoio internacional	32 Abr. 81	Monografia e Mapa
Energia solar para comunicações	19 Dez. 79	Um voto contra os Estados Unidos	37 Out. 81	RODÉSIA. Ver ZIMBABWE
As eleições de Maio	20 Jan. 80	PORTUGAL		RUANDA
O continualismo de Belaúnde	26 Ago. 80	Novas relações de... com Angola	6 Ago. 78	Monografia e Mapa
Agitação social	28 Nov. 80	Ruptura das negociações Portugal-Moçambique	13 Abr. 79	SALOMÃO
A esquerda avança	30 Jan. 81	Angola-Portugal	16 Ago. 79	Monografia e Mapa
O conflito Peru-Ecuador	31 Fev. 81	Governo português proíbe realização do II Encontro International dos Povos em Luta	21 Mar. 80	SAMOA
Declaração de Arequipa	<i>id.</i>	Uma revolução para além de Portugal (editorial)	23 Mai. 80	Monografia e Mapa
Defender o património de Nazca	33 Mai. 81			SANTA LÚCIA
A Amazónia peruana	41 Fev. 82			Monografia e Mapa
PETRÓLEO				Guia 1981
A energia	Guia 1981			
Cabinda, a guerra do petróleo	1 Jan. 78			

A crise continua	34 Jun. 81	SERRA LEOA	Guia 1981
Crise política	41 Fev. 82	Monografia e Mapa O crepúsculo da era Stevens	Guia 1981 43 Abr. 82
SÃO CRISTOVÃO-NEVIS-ANGUILHA		SEYCHELLES	
Monografia e Mapa	Guia 1981	Monografia e Mapa	Guia 1981
SÃO DOMINGOS		Illhas do Índico na mira dos mercenários	8 Out. 78
A derrota de Balaguer	5 Jul. 78	Socialismo com projecto próprio	19 Dez. 79
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE		Seychelles contra bases militares	31 Fev. 81
Monografia e Mapa	Guia 1981	«A solução somos nós mesmos» (entrev.)	35 Jul. 81
O esforço colectivo	3 Abr. 78	Assassinos à solta	40 Jan. 82
O partido de vanguarda	10 Jan. 79		
Consolidação da linha progressista?	20 Jan. 80	SINDICAL, MOVIMENTO	
Da escravatura à libertação	44 Mai. 82	A dura luta da CGT na resistência argentina (entrev. c/Armando Croatto)	1 Jan. 78
As verdes ilhas... Realizar o		O avanço do movimento sindical (Brasil)	4 Mai. 78
possível	<i>id.</i>	A oposição sindical (Brasil)	5 Jul. 78
SÃO VICENTE E GRANADINAS		O despertar do movimento operário (Brasil)	7 Set. 78
Monografia e Mapa	Guia 1981	O poder mineiro (Bolívia)	<i>id.</i>
SARA		Brasil: democracia operária nas ruas	13 Abr. 79
Monografia e Mapa	Guia 1981	O que é a oposição sindical (entrev. c/Manuel do Conceição)	16 Ago. 79
A intervenção francesa	1 Jan. 78	Avanços na unidade sindical latino-americana	17 Set. 79
Zouerate: a ferida aberta	<i>id.</i>	Movimento operário bloqueado	<i>id.</i>
O ataque aéreo francês	<i>id.</i>	Argentina: dissolver a CGT	<i>id.</i>
Frente Polisario visita América Latina (entrev.)	2 Mar. 78	SINGAPURA	
Escolhemos entre a independência e o genocídio	3 Abr. 78	Monografia e Mapa	Guia 1981
Documentos secretos	<i>id.</i>	Uma ditadura com votos	31 Fev. 81
250 pessoas presas em El Ayoun	5 Jul. 78	SÍRIA	
Novas vitórias	9 Nov. 78	Monografia e Mapa	Guia 1981
A ofensiva militar e diplomática da Polisario	11 Fev. 79	Iraque: relações com a Síria	10 Jan. 79
A luta continua	13 Abr. 79	Cimentando a unidade (com o Iraque) a partir da base	13 Abr. 79
A vida nos acampamentos	<i>id.</i>	A construção da unidade	15 Jul. 79
Triunfo da Polisario: Mauritânia assina a paz, Marrocos intensifica a guerra	17 Set. 79	SOMÁLIA	
Apoio à luta do povo saraui 1980: ano da consolidação da República Saruui	20 Jan. 80	Monografia e Mapa	Guia 1981
A República Saruui às portas da OUA	21 Mar. 80	A Somália hoje	1 Jan. 78
Abdelaziz: Marrocos tem 3 meses para dialogar com a RASD	23 Mai. 80	A difícil posição de Siad Barre	44 Mai. 82
Frente Polisario: sete anos de luta	25 Jul. 80	SRI LANKA	
Vitória da Polisario na ONU	26 Ago. 80	Monografia e Mapa	Guia 1981
A batalha da independência... Que referendo para o Sara?	29 Dez. 80	Contra os privilégios	24 Jun. 80
Uma solução de compromisso	35 Jul. 81	À beira da bancarrota	26 Ago. 80
Vitória diplomática saraui	37 Out. 81	Um cheiro a golpe	29 Dez. 80
Venezuela e Suriname reconhecem RASD	42 Mar. 82	EUA «ajudam» o Sri Lanka	33 Mai. 81
	47 Set. 82	Pirataria cultural	48 Nov. 82
SAÚDE. Ver também ALIMENTAÇÃO, INFÂNCIA		A democracia da Jayewardene não passa pelas eleições	49 Dez. 82
O comércio da saúde	16 Ago. 79	SUAZILÂNDIA	
Produtos nocivos exportados para o Terceiro Mundo	24 Jun. 80	Monografia e Mapa	Guia 1981
Pesticidas: o que não é bom para os EUA é bom para o Terceiro Mundo	29 Dez. 80	SUDÃO	
Indústria farmacêutica, um privilégio das transnacionais	30 Jan. 81	Monografia e Mapa	Guia 1981
Um passo contra as transnacionais	35 Jul. 81	O progressivo isolamento	18 Out. 79
Escassez de medicamentos em África	44 Mai. 82	Numeri por um fio	33 Mai. 81
Crianças sem cérebro (Brasil)	45 Jul. 82	A rebelião popular	41 Fev. 82
SENEGAL		SUDESTE ASIÁTICO	
Monografia e Mapa	Guia 1981	A indústria da prostituição no...	4 Mai. 78
A oposição	10 Jan. 79	Sudeste Asiático: a estratégia imperialista (entrev. c/Malcolm Caldwell)	6 Ago. 78
A Internacional Socialista Africana	12 Mar. 79	O lamentável conflito	<i>id.</i>
Senghor e o socialismo secreto	30 Jan. 81	SURINAME	
A reforma constitucional	32 Abr. 81	Monografia e Mapa	Guia 1981
«Senegâmbia, versão 81?»	36 Ago. 81	Contra a corrupção	29 Dez. 80
A herança de Senghor	38 Nov. 81	Venezuela e Suriname reconhecem RASD	47 Set. 82
Diouf à procura do seu próprio caminho	42 Mar. 82	TAILÂNDIA	
		Monografia e Mapa	Guia 1981



TIMOR LESTE

Monografia e mapa	Guia 1981
A intervenção australiana	4 Mai. 78
«A melhor maneira de nos defender é atacar» (entrev. c/Rogério Lobato)	6 Ago. 78
A guerra do povo	9 Nov. 78
A morte de Lobato	11 Fev. 79
O genocídio de um povo	20 Jan. 80
100.000 pessoas morrerão nos próximos meses em Timor-Leste	21 Mar. 80
Amplia-se a solidariedade ao povo maubere (entrev. c/Mari Alkatiri)	22 Abr. 80
Tribunal Internacional julga genocídio em Timor-Leste	25 Jul. 80
As iniciativas de Portugal esquecem povo maubere	30 Jan. 81
Condenada agressão indonésia	35 Jul. 81
A resistência continua	43 Abr. 82
«Esta gente jamais aceitará»	49 Dez. 82

TOBAGO

Nas duas ilhas gémeas pouca coisa mudou ou mudou para pior	30 Jan. 81
------------------------------------------------------------	------------

TOGO

Monografia e Mapa	Guia 1981
-------------------	-----------

TONGA

Monografia e Mapa	Guia 1981
-------------------	-----------

TRANSKEI. Ver ÁFRICA DO SUL**TRANSPORTES**

O caminho de ferro de Benguela	14 Jun. 79
SADCC, um passo em frente	35 Jul. 81
SADCC, progresso considerável	46 Ago. 82

TRINIDADE. Ver TOBAGO**TUNÍSIA**

Monografia e Mapa	Guia 1981
A greve geral	2 Mar. 78
Bourguiba abre as portas do regime	34 Jun. 81
A polémica sobre a redemocratização	42 Mar. 82

TURQUIA

A crise permanente	1 Jan. 78
Opcão europeia	17 Set. 79
Um golpe pró-occidental	29 Dez. 80
A nova ordem da Junta	32 Abr. 81
A ordem das baionetas	44 Mai. 82
Uma constituição de botas	47 Set. 82
Kene Evren: de ditador a ditador	49 Dez. 82

TUVALU

Monografia e Mapa	Guia 1981
-------------------	-----------

UGANDA

Monografia e Mapa	Guia 1981
Fim do pesadelo	13 Abr. 79
Rota das exportações	19 Dez. 79
Obote está de volta	25 Jul. 80
A hora da reconstrução	30 Jan. 81
O Acordo de Kampala	31 Fev. 81
Do martírio ao drama	34 Jun. 81

URSS

O risco de uma catástrofe (entrev. c/Sanguineti)	40 Jan. 82
A... e a ajuda ao Terceiro Mundo	48 Nov. 82
A morte de Brejnev	49 Dez. 82

URUGUAI

Monografia e Mapa	Guia 1981
A vigência da Frente Amplia	1 Jan. 78

A vida quotidiana

Entrevista com Ferreira Aldunate	2 Mar. 78
Vida de Sendic em perigo	4 Mai. 78
A condenação do general Liber	5 Jul. 78
Seregni	6 Ago. 78
Daniel Viglietti: a canção continua viva	8 Out. 78
Rádio escutas	id.
Mário Benedetti: a cultura uruguaiã não morre	10 Jan. 79
A repressão	12 Mar. 79
O sequestro de dois uruguaios no Brasil	id.
Fascismo prepotente	14 Jun. 79
«Unir povos e governos adversários do fascismo» (entrev. c/Arismendi)	id.
A situação do povo	16 Ago. 79
Corrupção, repressão e dependência	17 Set. 79
Silenciosa crise ministerial	19 Dez. 79
Pela democracia	21 Mar. 80
Para um acordo nacional	id.
Convergência Democrática	25 Jul. 80
A internacional da repressão	26 Ago. 80
Plano de extermínio	28 Nov. 80
Plebiscito: entre a repressão e a fraude	30 Jan. 81
«Diálogo só com os militares» (entrev. c/Juan Alvarez)	id.
Por detrás do não, uma ampla mobilização popular	34 Jun. 81
Governo fecha jornal de oposição	35 Jul. 81
Meses decisivos	36 Ago. 81
Nova máscara ou mudanças reais?	37 Out. 81
A reportagem que não me deixaram escrever	39 Dez. 81
A abertura em apuros	46 Ago. 82
Emoção na catedral	48 Nov. 82
Os votos e as botas	id.
O partido internacional dos banqueiros	id.
Liberdade para Seregni	id.

VANUATU

Monografia e Mapa	Guia 1981
-------------------	-----------

VENEZUELA

Monografia e Mapa	Guia 1981
-------------------	-----------

VIETNAME

Monografia e Mapa	Guia 1981
As raízes do conflito	3 Abr. 78
China ataca o...	12 Mar. 79
«O direito de viver em paz»	id.
Por detrás do conflito	13 Abr. 79
A tragédia dos fugitivos	16 Ago. 79
«Fazer a Revolução escutando a rádio»	id.
O problema dos refugiados	17 Set. 79
Pham Van Dong: «Avança o caudal revolucionário»	18 Nov. 79
O combate será sempre pela paz (entrev. c/Khac Vien)	21 Mar. 80
O Vietname por dentro	22 Abr. 80
Vietname aprova Constituição	29 Dez. 80
A guerra não acabou (reportagens várias)	32 Abr. 81
O planalto central sete anos	id.

após a guerra

YEMÉN DEMOCRÁTICO. Ver também YEMÉN DO NORTE	42 Mar. 82
Monografia e Mapa	Guia 1981
A conspiração saudita	7 Set. 78
Uma revolução progressista	9 Nov. 78
Puros e duros	10 Jan. 79
A mobilização popular	id.
Os jovens socialistas	id.
Novas derrotas do imperialismo	11 Feb. 79
«A força da revolução está no povo» (entrev. c/Fattah Ismaïl)	id.
Os pintos do deserto	12 Mar. 79

YEMÉN DO NORTE

Monografia e Mapa	Guia 1981
A conspiração saudita	7 Set. 78

ZAIRE

Monografia e Mapa	Guia 1981
A luta continua	2 Mar. 78
O que aconteceu com a ofensiva do Shaba?	4 Mai. 78
A volta do colonialismo alemão	id.
O assalto neocolonialista	5 Jul. 78
A intervenção no Shaba	id.
A intervenção e a crise internacional	6 Ago. 78
«OTRAG» vai lançar novo missil	id.
Objetividade europeia	id.
Neto em missão de paz	8 Out. 78
A ofensiva diplomática e a reconstrução nacional	id.
A OTRAG novamente	17 Set. 79
Bond acusa Mobutu	37 Out. 81
A «cleptocracia» de Mobutu em crise	43 Abr. 82
Karl I Bond: «Quero tomar o poder!»	id.

ZÂMBIA

Monografia e Mapa	Guia 1981
-------------------	-----------

ZIMBABWE

Monografia e Mapa	Guia 1981
A solução está na ponta da espiga (entrev. c/Robert Mugabe)	1 Jan. 78
A farsa do «acordo interno»	3 Abr. 78
O acordo rodesiano (editorial)	4 Mai. 78
O «bando dos quatro»	id.
Mercenários para a Rodésia	6 Ago. 78
O encontro Nkomo-Smith	8 Out. 78
A fera ferida anda feroz	id.
Os movimentos de libertação: II Zimbabwe	9 Nov. 78
Samora Machel: «Ian Smith será derrotado»	10 Jan. 79
Africa Austral: solidariedade italiana	id.
Três meses nas regiões libertadas	11 Feb. 79
Liberdade dos prisioneiros	12 Mar. 79
Investigar para libertar	id.
Zonas libertadas são uma realidade (entrev. c/Robert Mugabe)	13 Abr. 79
Lutar até à vitória final (editorial)	14 Jun. 79
A manobra neocolonial	16 Ago. 79
Estratégias semelhantes	17 Set. 79
Uma nova iniciativa	id.
Rumo à independência	20 Jan. 80
Fiquei cansado de matar civis (entrev.)	21 Mar. 80
O povo sabe eleger (editorial)	22 Abr. 80
A vitória nas urnas	id.
Uma nova comunidade económica	24 Jun. 80
Reforma agrária avança	id.
A união faz a força para lá de Bulawayo	30 Jan. 81
Um «boom» económico	32 Abr. 81
Os brancos tentam bloquear o projeto de Roberto Mugabe	37 Out. 81
A segunda fase da independência	41 Fev. 82
A luta contra o cerco racista	44 Mai. 82
id.	48 Nov. 82

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*



*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES